

# Índice

---

1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	5
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	18
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	19
1.5 Principais clientes	25
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	26
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	33
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	34
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	35
1.10 Informações de sociedade de economia mista	38
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	39
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	40
1.13 Acordos de acionistas	42
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	43
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	44
1.16 Outras informações relevantes	45
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	46
2.2 Resultados operacional e financeiro	59
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	61
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	62
2.5 Medições não contábeis	63
2.6 Eventos subsequentes as DFs	67
2.7 Destinação de resultados	68
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	69
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	70
2.10 Planos de negócios	71
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	73
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	74
3.2 Acompanhamento das projeções	75

# Índice

---

4. Fatores de risco	
4.1 Descrição dos fatores de risco	76
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	109
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	110
4.4 Processos não sigilosos relevantes	112
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	128
4.6 Processos sigilosos relevantes	129
4.7 Outras contingências relevantes	130
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	131
5.2 Descrição dos controles internos	138
5.3 Programa de integridade	141
5.4 Alterações significativas	145
5.5 Outras informações relevantes	146
6. Controle e grupo econômico	
6.1/2 Posição acionária	147
6.3 Distribuição de capital	148
6.4 Participação em sociedades	149
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	150
6.6 Outras informações relevantes	151
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	152
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	159
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	160
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	162
7.4 Composição dos comitês	170
7.5 Relações familiares	175
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	176
7.7 Acordos/seguros de administradores	177
7.8 Outras informações relevantes	178
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	180

## Índice

8.2 Remuneração total por órgão	186
8.3 Remuneração variável	190
8.4 Plano de remuneração baseado em ações	192
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	198
8.6 Outorga de opções de compra de ações	199
8.7 Opções em aberto	201
8.8 Opções exercidas e ações entregues	202
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	203
8.10 Outorga de ações	204
8.11 Ações entregues	205
8.12 Precificação das ações/opções	206
8.13 Participações detidas por órgão	208
8.14 Planos de previdência	209
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	210
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	211
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	212
8.18 Remuneração - Outras funções	213
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada	214
8.20 Outras informações relevantes	215
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	216
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	217
9.4 Outras informações relevantes	218
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	219
10.1 Descrição dos recursos humanos	221
10.2 Alterações relevantes	223
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados	224
10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados	226
10.4 Relações entre emissor e sindicatos	227
10.5 Outras informações relevantes	228
11. Transações com partes relacionadas	

# Índice

---

11.1 Regras, políticas e práticas	229
11.2 Transações com partes relacionadas	231
11.2 Itens 'n.' e 'o.'	237
11.3 Outras informações relevantes	246
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	247
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	248
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	249
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	251
12.5 Mercados de negociação no Brasil	252
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	253
12.7 Títulos emitidos no exterior	254
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	255
12.9 Outras informações relevantes	257
13. Responsáveis pelo formulário	
13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE	258
13.1 Declaração do diretor presidente	259
13.1 Declaração do diretor de relações com investidores	261
13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual	262

## 1.1 Histórico do emissor

### 1.1 – Histórico do emissor

#### Descrever sumariamente o histórico do emissor

A Companhia tem sede na Capital do Estado de São Paulo, e tem por objeto social as atividades de **(a)** importação, exportação, comercialização e distribuição de painéis eletrônicos para divulgação informatizada e publicidade de dados de interesse público ou particular, equipamentos de informática; peças, acessórios e demais produtos relacionados com mídia eletrônica; bem como a reparação, manutenção e instalação dos referidos bens e produtos; **(b)** locação de bens móveis e espaços para a colocação de produtos eletrônicos, principalmente painéis estáticos e eletrônicos, para divulgação informatizada de publicidade e dados de interesse público ou particular; **(c)** locação de horário e veiculação de mensagens e dados de interesse público e particular em painéis eletrônicos; **(d)** prestação de serviços de programação de mensagens informatizadas e a inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio, digital ou estático (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita); **(e)** realização de checking de suas próprias inserções de publicidade; **(f)** criação e registro de marca para os produtos eletrônicos comercializados e distribuídos pela Companhia, incluindo licença de uso de tais marcas para terceiros, **(g)** a elaboração, execução e desenvolvimento de projetos para veiculação em painéis eletrônicos, por administração, empreitada ou subempreitada; **(h)** atividades de compra, venda, locação, importação de lâmpadas e outros equipamentos elétricos; **(i)** assessoria a terceiros, pessoas físicas e jurídicas, nas atividades relativas à gestão empresarial; e **(j)** a participação no capital social de outras sociedades como sócia, quotista ou acionista.

De maneira geral, a Companhia atua no segmento de publicidade veiculando campanhas para anunciantes em seus painéis estáticos ou digitais, que estão instalados em diferentes ambientes com circulação de pessoas como, transportes, aeroportos, shoppings, elevadores e ruas, através de parcerias de concessão ou locação com os proprietários desses locais.

A história da Companhia tem início no ano de 1993, quando os Srs. Paulo Racy Badra e Ricardo Romeiro Otero, acompanhados de outros sócios, fundaram a Eletromidia Comercial Ltda., voltada para a atuação inovadora no segmento de mídia por meio do aluguel de painéis eletrônicos para divulgação informatizada de publicidade, além de bens móveis e espaços para a colocação de produtos digitais ou estáticos para divulgação publicitária. Três décadas atrás, praticamente a totalidade dos mobiliários publicitários eram estáticos (como *outdoors*, panfletos e cartazes), sendo o modelo de negócios proposto pela Eletromidia Comercial Ltda. interativo, atraente e considerado como uma vantagem estratégica por seus clientes, que viam nos painéis uma forma eficaz de comunicação com os consumidores de seus respectivos públicos-alvo.

Nas duas décadas seguintes, a Eletromidia Comercial Ltda. expandiu seus negócios por meio da celebração de relevantes contratos comerciais e buscou marcar presença em locais de alto tráfego, como trens e shopping centers. Com o crescimento da sociedade, os sócios tomaram a decisão de constituir uma sociedade por ações, migrando as atividades da Eletromidia Comercial Ltda. para a Naparama Locação de Equipamentos Eletroeletrônicos S.A., sociedade que futuramente viria a se chamar Eletromidia S.A.

Em novembro de 2013, a Companhia deu um passo relevante em seu desenvolvimento, tornando-se investida da Pirapitinga RJ Participações LTDA., sociedade integrante de grupo líder global de investimentos em private equity em companhias de pequeno e médio porte. O aporte deu continuidade ao objetivo da Companhia de torná-la um dos maiores players no mercado brasileiro

## 1.1 Histórico do emissor

de exploração de atividades de comercialização de painéis digitais e publicidade de dados de interesse público e particular.

Com o aporte acima mencionado, a Companhia beneficiou-se da relevante experiência, gestão, além da estratégia para oportunidades de negócios proporcionadas pelo grupo econômico do qual a Pirapitinga RJ Participações LTDA. era parte integrante, o que contribuiu para o crescimento da Companhia, em grande parte em decorrência dos movimentos de aquisições estratégicas com o objetivo de expandir cada vez mais seus negócios.

### **Aquisição da DMS Publicidade Mídia Interativa S.A.**

Em novembro de 2015, a Eletromidia adquiriu a DMS Publicidade Mídia Interativa S.A., empresa que detinha o contrato com exclusividade de publicidade com o metrô do Rio de Janeiro e com o metrô de Salvador

### **Aquisição da ELT DOOH Mídia Eletrônica S.A.**

Também em novembro de 2015, a Eletromidia adquiriu os ativos de mídia out-of-home (“OOH”) da Telefônica, que detinha o contrato de publicidade com uma rede de publicidade em bares, restaurantes, academias e salões de beleza.

Em 22 de março de 2016, a Companhia celebrou um contrato de prestação de serviços de gerenciamento especializado em mídia com a Concessionária do VLT Carioca S.A., sendo que o 1º aditivo foi celebrado em janeiro de 2018 e o 2º aditivo, em novembro do mesmo ano, permitindo à Companhia, a exploração de mídia digital e estática nos VLTs do Rio de Janeiro, nas estações, nas paradas.

### **Aquisição da TV Minuto S.A.**

Em março de 2017, a Eletromidia completou investimento estratégico na TV Minuto São Paulo, empresa que detinha o contrato com exclusividade de publicidade dentro dos trens das linhas 1, 2 e 3 do Metrô de São Paulo.

### **Aquisição de Ações da Publibanca Brasil S.A.**

Em julho de 2018, a Companhia subscreveu e integralizou ações equivalentes a 70% (setenta por cento) do capital social da Publibanca Brasil S.A. (“PBSA”), sociedade de capital fechado sediada no Brasil, especializada em mídia urbana, com foco em bancas de jornal por meio de publicidade estática (cartazes e painéis), bem como empenas (laterais de prédio) e outdoors, com o intuito de diversificar a gama de serviços de publicidade no segmento de publicidade estática e, assim, ampliar os serviços oferecidos a seus clientes. Em 2 de dezembro de 2020, a Companhia concluiu a aquisição das ações representativas remanescentes do capital social da PBSA, que se tornou sua subsidiária integral.

O ano de 2018 foi marcado pelo forte crescimento da Companhia, destacando-se a celebração de contratos de cessão de área aeroportuária com os aeroportos de Fortaleza, Porto Alegre, e RioGaleão, no Rio de Janeiro.

Em fevereiro de 2020, a Companhia celebrou o contrato de concessão de uso, com a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos, vencendo a licitação para exploração de mídia dando mais um passo importante no segmento de serviços na área de transportes.

### **Aquisição da Elemidia Consultoria e Serviços de Marketing S.A.**

Em janeiro de 2020, a Eletromidia concluiu a aquisição da Elemidia Consultoria e Serviços de Marketing S.A. (“Elemidia”), criando a maior plataforma de mídia OOH do Brasil. A Elemidia é

## 1.1 Histórico do emissor

pioneira em mídia OOH em elevadores de prédios comerciais e residenciais no Brasil, com um portfólio 100% digital de mais de 20.000 painéis em todo país. A Companhia possui um histórico consistente de crescimento acelerado promovido pela entrada em novos segmentos e pela receita recorrente de uma base diversificada de agências e anunciantes de primeira linha.

Ainda, com a aquisição da Elemidia, a Companhia consolidou a sua liderança no seu segmento, passando a oferecer uma solução completa aos clientes, proporcionando uma seleção de conteúdo, serviços e experiências que facilitam e surpreendem a jornada dos clientes, a qualquer hora, em qualquer lugar. A Companhia busca continuar sua trajetória de investimentos, com o consequente crescimento das operações, da carteira de clientes e da representatividade da Companhia no segmento nacional.

Em fevereiro de 2021, a Eletromidia inaugurou um importante capítulo na sua história com a listagem na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“**B3**”) no segmento Novo Mercado, o mais alto nível de Governança Corporativa da bolsa brasileira.

O ano de 2021 também foi marcado pelo avanço da Companhia na vertical de aeroportos ao vencer o processo de licitação do Aeroporto de Congonhas (“**Concessão**”). Além disso, em outubro de 2021 houve a finalização da aquisição da NoAlvo Serviços de Intermediação e Comunicação S.A. (“**NoAlvo**”), adtech brasileira focada em tecnologia no setor de mídia OOH.

Em janeiro de 2022, houve o desfecho da operação de aquisição de 95% do capital social da MOOHB CPS Concessionária de Mobiliário Urbano SPE Ltda. (“**MOOHB**”), inicialmente anunciada em outubro de 2021. Esta transação marca a entrada da Companhia na vertical de ruas (mobiliário urbano) na cidade de Campinas. Em seguida, em fevereiro de 2022, houve a confirmação da Companhia como vencedora da Concessão para fornecimento, instalação e manutenção de 1.507 abrigos de ônibus e de câmeras de monitoramento no Município de Porto Alegre, e a consequente exploração comercial dos espaços publicitários desses equipamentos pelo prazo de 20 (vinte) anos.

**Aquisição da Otima Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A (“Otima”), atualmente denominada Eletromidia SP Concessionária de Mobiliário Urbano SPE S.A. (“Eletromidia SP”).**

Em abril de 2022, foi concluída a aquisição de 74,65% das ações da Eletromidia SP Concessionária de Mobiliário Urbano SPE S.A. (“Eletromidia SP”), mediante a aprovação pelo CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica). Esta transação reforça a entrada da Eletromidia no segmento de mobiliário urbano na cidade de São Paulo - principal mercado anunciante do país. A conclusão dessa operação reafirma a tese de longo prazo da Companhia através da expansão estratégica em projetos com alta rentabilidade e contratos com maior duração.

**Incorporação da TV Minuto S.A (“TV Minuto”) e Elemidia Consultoria e Serviços de Marketing S.A. (“Elemidia”).**

Em junho de 2023, por meio de Assembleia Geral Extraordinária foi aprovada as incorporações da TV Minuto e Elemidia sem aumento do capital social da Eletromidia. Essa incorporação reforça a governança da companhia, visando otimizar os processos de decisão e operacionais.

Nossos principais marcos são:

- 1993: Constituição da Eletromidia Comercial Ltda.;
- 2013: Investimento da Pirapitinga RJ Participações LTDA.;
- 2015: Aquisição da DMS Publicidade Mídia Interativa S.A.;
- 2015: Aquisição da ELT DOOH Mídia Eletrônica S.A.;

## 1.1 Histórico do emissor

- 2016: Assinatura dos contratos de concessão do VLT e Supervia no Rio de Janeiro;
- 2017: Aquisição da TV Minuto S.A.;
- 2018: Aquisição da Publibanca S.A. e assinatura dos contratos de concessão dos aeroportos de Porto Alegre, Fortaleza e RioGaleão no Rio de Janeiro e da Linha 5 do Metrô de São Paulo;
- 2020: Aquisição da Elemidia e assinatura do contrato de concessão de exploração de mídia da CPTM em São Paulo;
- 2021: Listagem no Novo Mercado da B3. Assinatura do contrato de concessão do Aeroporto de Congonhas. Aquisições da MOOHB e NoAlvo;
- 2022: Assinatura do contrato de concessão dos abrigos de ônibus de Porto Alegre, abrigos de ônibus e mobiliário urbano em Salvador e relógios em Recife. Aquisição da Eletromidia SP Concessionária de Mobiliário Urbano SPE S.A. (“Eletromidia SP”).
- 2023: Instalação de relógios de ruas em Recife e Salvador. Adicionalmente, instalações nas estações de bicicleta em novas localidades, como Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Salvador e Florianópolis. Ainda, assinatura do contrato de concessão do Aeroporto de Santos Dumont, no Rio de Janeiro.

## 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

### 1.2 - Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

#### Descrever Sumariamente as atividades principais desenvolvidas pelo emissor e suas controladas

Somos consideradas uma das maiores companhias de mídia *out-of-home* – “fora de casa” em tradução livre – (“OOH”) no Brasil em termos de faturamento e número de telas. A Companhia impacta grande quantidade de indivíduos mensalmente nos mais diversos momentos de suas jornadas. São aproximadamente 53 milhões de pessoas mensalmente distribuídas em 83 cidades de 22 estados brasileiros mais o Distrito Federal, uma audiência que representa cerca de 28% da população economicamente ativa do Brasil. Nossas operações atualmente englobam os principais centros urbanos do Brasil. Do deslocamento ao trabalho em transportes públicos e do momento de lazer em shopping centers ao retorno para casa em elevadores corporativos e residenciais, a Companhia se faz presente em locais de alto tráfego conectando marcas e consumidores por meio do mobiliário urbano estático e digital que administra em ambientes externos e internos. No total, está à frente de aproximadamente 65 mil pontos de contato que aproximam as empresas de seu público-alvo.

A Companhia tem como missão transformar os ambientes nos quais possui presença, construindo valores e oportunidades de comunicação para clientes do trade publicitário, além de agregar conveniência e informação ao dia a dia das milhões de pessoas que impacta, seja trazendo à tona notícias do Brasil e do mundo, informações por meio de parcerias estratégicas, atualizando consumidores sobre as novidades de marcas e construindo experiências memoráveis aos passantes.

Para entregar conteúdo interessante e impactante, a Companhia conta com a parceria de criadores de conteúdo nacionais e internacionais, dos segmentos de notícias, incluindo as publicações nacionais Uol, Veja, Exame, InfoMoney, e internacionais, como El País, BBC, Harvard Business Review e Twitter (atualmente denominado “X”), entre outros. Dessa forma, a Companhia entrega conteúdo em suas telas e busca impactar a retenção de atenção e engajamento do consumidor, essencial para uma entrega efetiva de comunicação de seus clientes.

O potencial de impacto da Companhia pode ser avaliado por meio do portfólio diversificado de ambientes, segmentado em 4 (quatro) áreas de atuação: (i) transportes, (ii) edifícios (residenciais e comerciais), (iii) shoppings, (iv) rua (mobiliário urbano em bancas de jornais, abrigos de ônibus e outros meios).

Nos ambientes em que a Companhia atua, circulam milhões de pessoas diariamente. Dessa forma, a Companhia potencializa a entrega das mensagens das marcas aos mais variados perfis de consumidores, ocupando momentos de suas jornadas diárias. Nossa audiência diária, conforme informado acima, é de, aproximadamente, 53 milhões de pessoas, e está dividida nos ambientes e praças em que atuamos.

## 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas



(1) Relatório consolidado pela Companhia considerando a presença por estado

Oferecemos aos nossos anunciantes uma plataforma integrada de soluções de mídia OOH, que permite um alcance constante e recorrente aos consumidores, estando presente em diversas ocasiões diárias, seja no elevador de casa, na rua, no transporte público, em aeroportos, no elevador do escritório ou durante um passeio nos shopping centers.

Nós atuamos na interseção da mídia tradicional OOH e empresas de “AdTech” (*Advertising Technology*, ou tecnologia de publicidade em tradução livre), oferecendo a nossos clientes as melhores soluções, combinando os serviços prestados em ambos os segmentos. Do ponto de vista de OOH, nos beneficiamos da atenção de grande quantidade de consumidores e de ampla cobertura nos centros urbanos. Do ponto de vista da AdTech, podemos oferecer aos nossos clientes de publicidade as características benéficas dos serviços da AdTech como conteúdos dinâmicos e análise de dados em tempo real.

Como forma de exemplificar esse aspecto, realizamos uma campanha para um aplicativo de viagens de carro, um dos nossos clientes, que combinava uma veiculação de mídia em nossos elevadores com conteúdo em tempo real e geolocalizado onde era possível saber a quantidade de taxis disponíveis a partir daquele ponto em que a mídia estava sendo veiculada e quanto tempo demoraria para chegar.

Ainda, somos reconhecidos nos mercados em que atuamos: vencemos por 7 vezes o Prêmio Caboré, principal premiação da indústria de comunicação no Brasil, na categoria “Veículo de Comunicação – Plataforma de Mídia”, em cada caso, contra indicados relevantes, como Instagram, Twitter (atualmente denominado “X”), Youtube e Waze.

### Nosso modelo de negócio

Atuamos no segmento de mídia OOH por meio de parcerias estratégicas de longo prazo com administradores locais privados (principalmente) e públicos, que geralmente possuem grande circulação de pessoas. Oferecemos a nossos clientes (agências de publicidade ou empresas diretamente) espaço publicitário com visibilidade relevante, permitindo que possam melhor atingir seu público-alvo com a agilidade que o melhor de nossa tecnologia oferece. Paralelamente, oferecemos a nossos parceiros comerciais uma comunicação mais direta com seus usuários, tais como visitantes de shoppings e aeroportos e muitos outros serviços, além do compartilhamento de receita. Nosso modelo de negócios tem se mostrado sólido, com alta taxa de renovação dos contratos celebrados deste 2013 até a data deste Formulário de Referência e relacionamentos duradouros, com os 10 principais clientes representando cerca de 27,2% da receita apurada no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Ainda assim, vislumbramos oportunidades

## 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

de expansão de negócios e aumento das margens de lucro em segmentos como elevadores residenciais, que geram baixos custos e não há compartilhamento de receita e a expansão em mobiliário urbano (ruas), que possuem contratos de longo prazo e com maior rentabilidade por possuírem um custo fixo na maioria dos casos.

Entre nossos principais parceiros comerciais destacam-se locais atrativos e úteis ao público, como a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), o Veículo Leve sobre Trilhos do Rio de Janeiro (VLT Carioca), Metrôrio, RioGaleão, Aeroporto Santos Dumont, Porto Alegre Airport e os principais operadores de shoppings centers do Brasil.

Da perspectiva dos clientes, nossos principais clientes são grandes players em seus respectivos mercados, dentre os quais destacam-se plataformas digitais e que são companhias atuantes no setor de tecnologia, tais como Google, Facebook, Amazon e Netflix. Além de grandes players do setor financeiro como Santander, Itaú e Bradesco.

Em razão da diversidade de locais em que a Companhia atua e à forte presença que construímos e seguimos construindo nas cidades em que atuamos, somos considerados um *one-stop-shop* para empresas e anunciantes, oferecendo uma plataforma completa, permitindo nossos clientes a impactarem o público através dos nossos canais. Com isso, nosso modelo de negócio tem se mostrado bastante atrativo junto aos anunciantes, principalmente pelo fato de que os nossos serviços permitem atingir seu público-alvo em diversos momentos durante o dia.

Além da nossa ampla cobertura e, portanto, frequência de visualizações, estudamos para que nossos *displays* causem o maior impacto possível em nossa audiência com projetos de *design* e instalações que gerem uma melhor experiência de usuário, como projetos do *hub* de inovação em diversos locais do Brasil, por exemplo na Avenida Paulista, em São Paulo.



Projetos Especiais | Abrigos de ônibus em São Paulo

## 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas



*Projetos Especiais | VLT Rio de Janeiro*

Em setembro de 2021, a Outdoor Media Association (OMA), divulgou um estudo de pesquisa mundial sobre o impacto ou impressão duradoura da mídia OOH e DOOH com apenas um ou dois segundos de atenção. Desenvolvemos projetos especiais sob medida pelo nosso time de criativos, sempre buscando levar a experiência de cenários em cada momento da jornada do público.

De outro lado, para aumentar o número de nossos painéis que podemos oferecer aos nossos clientes para fins de publicidade, oferecemos aos nossos parceiros comerciais que detenham os direitos de usufruto de tais localidades muito mais do que simplesmente repasses: oferecemos serviços, como manutenção de bancos e oferecimento de hubs para carregamento de celulares na CPTM, a revitalização de áreas e a implementação de projetos de sustentabilidade - como a transformação das estações Vila Olímpia e Cidade Jardim em estações sustentáveis, plataforma para gerenciamento de prédios dos condomínios residenciais (app residencial), entre outros.

Acreditamos que essas iniciativas adicionais são essenciais para satisfação de nossos parceiros e uma de nossas maiores vantagens competitivas quando comparado com outras empresas do setor de OOH.

Além disso, a extensa gama de clientes da Companhia traz aos nossos parceiros a expectativa de que a sua associação à Companhia trará significativos resultados financeiros, uma vez que esses recebem um valor fixo ou, ainda, um percentual de toda a receita auferida pela Companhia com anúncios em sua localidade.

### **Visão geral do nosso portfólio**

Possuímos um extenso portfólio, combinando escala em localizações de destaque com elevada atratividade para anunciantes. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, 22% da nossa receita consolidada veio do segmento de transportes, 50% com o segmento de ruas, 19% em edifícios e 9% com o segmento de shoppings. Além disso, nosso inventário, composto em 31 de dezembro de 2023 de 65.789 mil painéis tanto digitais como estáticos, se divide da seguinte forma (i) 25.665 painéis em transportes, (ii) 31.901 painéis em elevadores, (iii) 1.594 painéis em shoppings, e (iv) 6.629 painéis em ruas.

## 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

### Principais indicadores financeiros e operacionais

A tabela a seguir apresenta um resumo das nossas principais informações operacionais e financeiras nos três últimos exercícios sociais.

Principais Dados Operacionais	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2023	2022	2021
Número de Painéis ( <i>em milhares</i> )	65,8	64,9	61,0
<b>Principais Dados Financeiros (<i>em R\$ milhões, exceto % e cálculos de liquidez</i>)</b>			
Receita Líquida	938,6	800,0	415,7
Lucro (prejuízo) Líquido	92,7	51,4	(11,5)
EBITDA Ajustado <sup>(1)</sup>	346	251,8	86,7
Margem EBITDA Ajustada <sup>(2)</sup>	37%	45,1%	20,9%
Retorno sobre o patrimônio líquido (ROE) <sup>(3)</sup>	8,9%	5,4%	-1,50%
Conversão de Caixa <sup>(4)</sup>	66%	65%	0,3%
Liquidez Geral <sup>(5)</sup>	0,66	0,52	0,99
Liquidez Corrente <sup>(6)</sup>	1,15	0,74	2,14

(1) O EBITDA Ajustado não é uma medida contábil reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido (prejuízo), como indicador do desempenho operacional, como substituto do fluxo de caixa, como indicador de liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. Não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a nova norma que regula o tratamento contábil dos arrendamentos (IFRS 16/CPC 06(R2)) emitida pelo IASB e CPC, respectivamente. Para a implementação de tal norma, a Companhia adotou o método retrospectivo modificado.

(2) Margem EBITDA Ajustado calculada pela divisão do EBITDA Ajustado pela receita líquida.

(3) Calculado pela divisão do lucro líquido (prejuízo) do período e/ou exercício pelo patrimônio líquido.

(4) Calculado como fluxo de caixa operacional dividido pelo / EBITDA Ajustado.

(5) Calculado pela soma do ativo circulante e não circulante, exceto imobilizado, direito de uso, intangível e investimento, dividido pela soma do passivo circulante e não circulante.

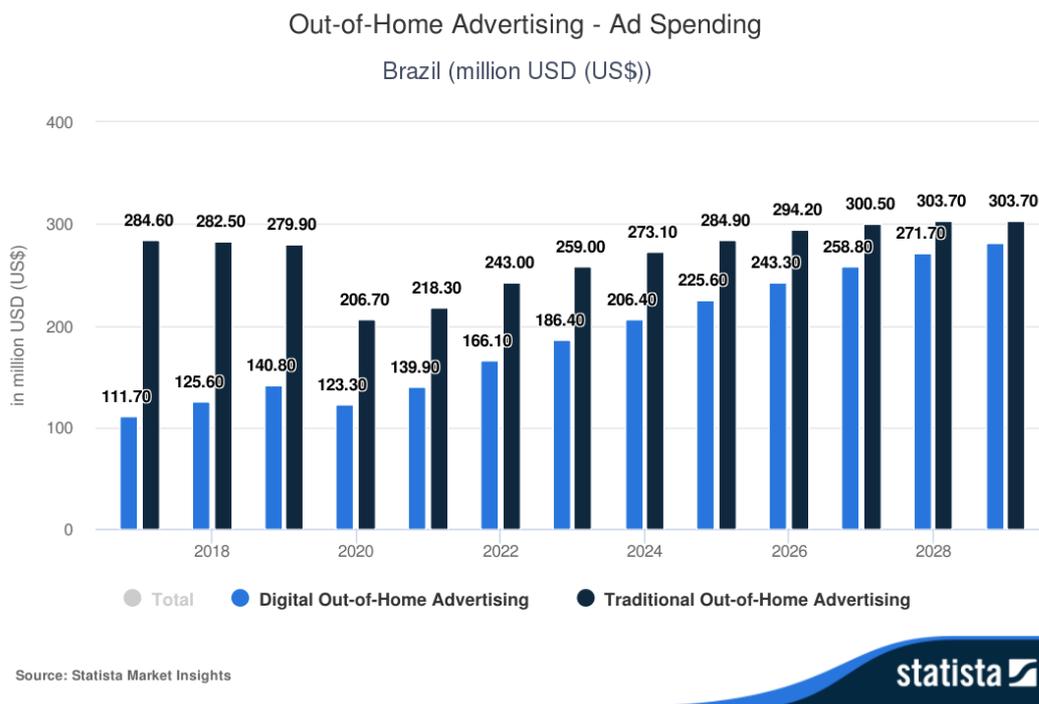
(6) Calculado por meio da razão entre o ativo circulante e o passivo circulante.

Com o crescimento das operações pelos investimentos realizados e a normalização da circulação de pessoas em 2022, depois da restrição causada nos anos anteriores devido à COVID-19, notou-se melhora nos níveis de resultados operacionais, com impactos positivos na geração de caixa e volume do contas a receber.

### Considerações sobre o mercado brasileiro de mídia OOH

Estamos inseridos em um mercado de alta escala e constante crescimento, principalmente quando olhamos para o digital out-of-home.

## 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

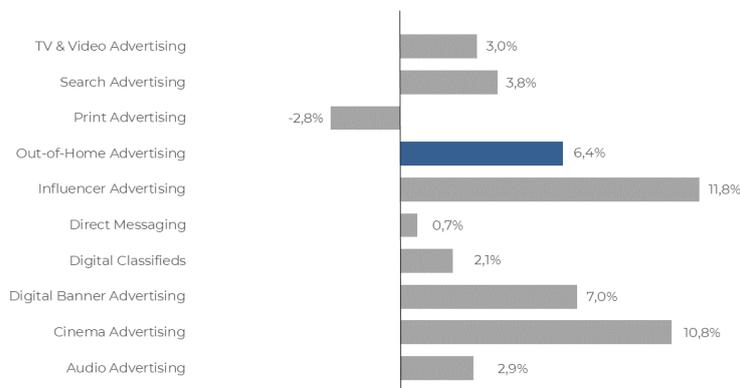


Fonte: STATISTA (2024)

Alguns movimentos recentes que ajudam a justificar este crescimento expressivo do setor são: a digitalização acelerada de inventário, novas licitações e novos contratos de concessão possibilitando o crescimento do setor em mercados ainda não explorados e também a evolução do setor em relação à entrega de dados e métricas aos anunciantes, resultando numa entrega de maior valor agregado aos seus clientes.

Quando comparamos com outros meios, podemos observar que esta tendência deve se manter para os próximos anos:

### Crescimento projetado ao ano por setor (CAGR 2022-27E)



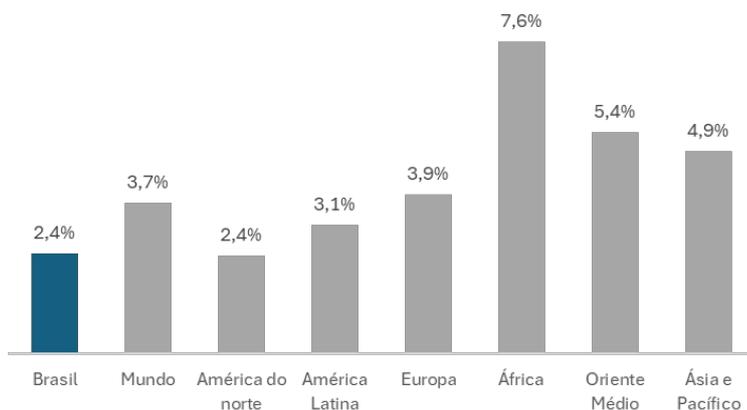
Fonte: STATISTA (2024)

## 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Outro dado que mostra como o setor de OOH no Brasil tem baixa penetração dentro do mercado de publicidade como um todo, principalmente quando comparado a outras regiões do mundo. Segundo o Statista, em 2023, o Brasil apresentou penetração de 2,4% para o segmento de OOH total, enquanto regiões como a América Latina (3,1%), Europa (3,9%), Ásia e Pacífico (4,9%) e Oriente Médio (5,4%) apresentaram penetração significativamente superior. Isto explicita a subpenetração de OOH no Brasil e seu potencial de crescimento futuro conforme o país torna-se mais desenvolvido.

### Penetração do OOH total em 2023: Brasil vs. outras geografias

(%)



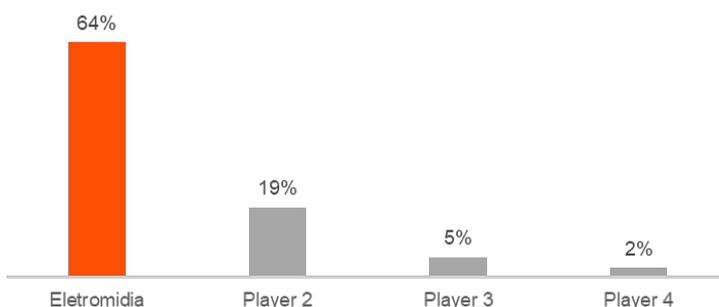
Fonte: STATISTA (2024)

### Nossas vantagens competitivas

Dentre nossas principais vantagens competitivas, podemos destacar a posição de liderança no mercado, com escala e portfólio diversificado.

Somos a maior empresa de mídia OOH em 3 dos 4 canais em que atuamos em termos de faturamento, o que configura uma solução atrativa para anunciantes ao proporcionar alcance de uma audiência ampla, de forma coordenada e alinhada à estratégia de comunicação das marcas. Possuímos o maior percentual de telas digitais no Brasil segundo a IVC1, com 64% do total de telas digitais do Brasil, comparado a apenas 19% e 5%, do segundo e terceiro colocados, respectivamente. Isso permite maior customização dos anúncios e maior eficiência e agilidade nas nossas operações.

Share (%) de telas digitais no Brasil



## 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Fonte: IVC

### (i) Alcance amplo, com presença em 83 cidades e 22 estados brasileiros

Nossas mais de 65 mil telas possuem audiência mensal de aproximadamente 53 milhões de pessoas, o que significa que cerca 28% da população economicamente ativa do Brasil é exposta aos nossos anúncios a cada dia. Em São Paulo, milhões de pessoas circulam pelos nossos ativos de transporte diariamente. Nossos diversos formatos estão presentes nas 4 verticais de atuação na cidade, como: (i) no metrô, com a TV Minuto, que são telas dentro dos trens das Linhas Azul, Verde e Vermelha, além de estar também em toda a malha da CPTM, além da presença em 4 grandes aeroportos (ii) dentro de edifícios comerciais e residenciais; (iii) em shoppings, onde milhões de pessoas são atingidas mensalmente por nossa presença nos shoppings; (iv) em ruas com o processo de digitalização.

No Rio de Janeiro, onde atuamos nas 4 verticais, são mais milhões de pessoas que circularam pelos nossos ativos diariamente. Nossos diversos formatos estão presentes no MetroRio, Supervia (maior sistema de transporte público do Rio) e VLT. Temos presença também no segmento de aeroportos no RioGaleão, um dos maiores aeroportos internacionais do Brasil, e o Aeroporto Santos Dumont. Nossa presença na região se dá também por meio de Bancas digitais e estáticas presentes nos principais bairros do Rio de Janeiro. Também presença nas ruas do RJ através da parceria com uma empresa de compartilhamento de bicicletas por meio de telas 100% digitais. Além de edifícios comerciais, residenciais e shoppings centers, sendo esse público predominantemente de classe A e B.

Por último, nossa presença na vertical de ruas (mobiliário urbano), que vem crescendo cada vez mais, agora conta com 11 das principais cidades do país, são elas: Brasília, Belo Horizonte, Curitiba, Campinas, Florianópolis, Fortaleza, Rio de Janeiro, Recife, Salvador, São Paulo e Porto Alegre.

### (ii) Histórico aquisições e administração experiente

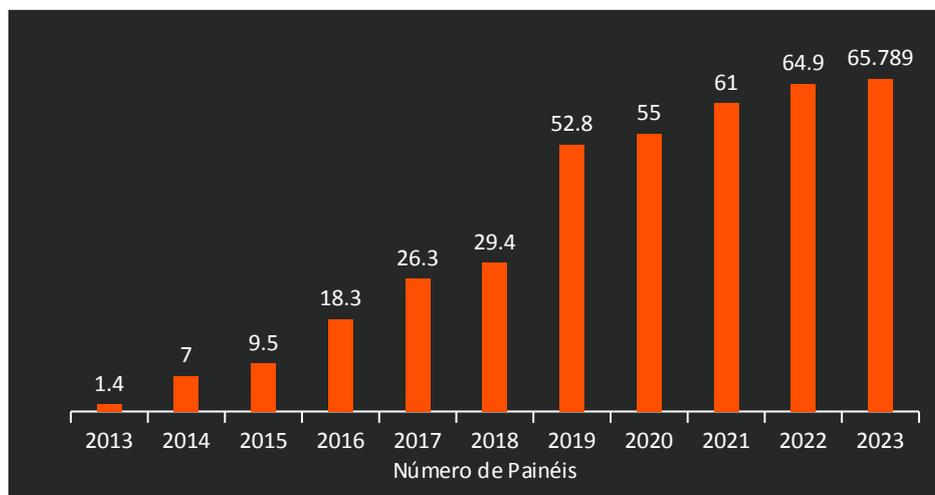
Fomos fundados em 1993, em São Paulo, e desde então buscamos nos adaptar junto aos consumidores e marcas, para oferecer sempre a melhor solução em mídia OOH possível. Em 2013, possuíamos apenas 1,4 mil painéis dos quais 98% eram estáticos. Em novembro do mesmo ano, a Companhia deu um passo relevante em seu desenvolvimento, tornando-se investida da Pirapitinga Participações, sociedade indiretamente controlada pelo Vesuvius LBO – Fundo de investimento em Participação Multiestratégia Investimento no Exterior (“FIB”). O aporte deu continuidade ao objetivo da Companhia de torná-la um dos maiores *players* no mercado brasileiro de exploração de atividades de comercialização de painéis digitais e publicidade de dados de interesse público e particular.

A partir de 2015, embarcamos em uma estratégia de consolidação do mercado, com a aquisição da DMS e da empresa proprietária TV Minuto em março de 2017, da Hyperfator (operador de mídia em bancas de jornal) em julho de 2018 e da Elemidia em janeiro de 2020. Tivemos enorme sucesso com essa estratégia, conseguindo capturar sinergias relevantes em relação à receita e custos após a integração das aquisições com a nossa estrutura, atestando nossa capacidade de execução e integração de novos negócios. Em outubro de 2021, avançamos no pilar estratégico de transformação digital com a aquisição da NoAlvo, adtech brasileira focada no setor de mídia OOH. No início de janeiro de 2022 concluímos a aquisição da Moohb, empresa responsável pelo contrato dos abrigos de ônibus em Campinas. Em abril de 2022, concluímos aquisição de 75% da Eletromidia SP Concessionária de Mobiliário Urbano SPE S.A. (“Eletromidia SP”), empresa responsável pelo contrato dos abrigos de ônibus em São Paulo.

## 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Em paralelo à nossa avenida de crescimento via aquisição, executamos uma estratégia de crescimento orgânico com a assinatura de novos contratos nos mais diversos segmentos: transportes, aeroportos e shoppings. Em 2016, assinamos novos contratos no segmento de transportes, sendo o VLT e a Supervia localizados no Rio de Janeiro e a CPTM Digital nas estações Brás e Barra Funda em São Paulo. Em 2018, assinamos novos contratos para explorar mídia digital e estática na Linha Lilás, enquanto no segmento de aeroportos assinamos novos contratos com o RioGaleão, e os aeroportos de Porto Alegre e Fortaleza, que fazem parte da gestão da FRAPORT. Em 2021 ganhamos a concessão do aeroporto de Congonhas, complementando a presença da Companhia da cidade de São Paulo. Em 2022, ganhamos a concessão de relógios em Recife, e de abrigos de ônibus em Salvador, bem como ampliação da parceria com a Tembici.

Esse histórico de execução resultou num crescimento no nosso número de painéis ano, conforme demonstrado no gráfico abaixo.



Nossa capacidade de execução é suportada por nosso time experiente de administração, contando com grande conhecimento dos mercados de OOH e mídia, com mais de 100 anos de experiência combinados entre os membros do time. O nosso CEO, Alexandre Guerrero, atua há mais de 20 anos no mercado de mídia OOH. Fazem parte também do time:

- Ricardo Winandy, CFO e Diretor de Relações com Investidores, mais de 17 anos de experiência em empresas incluindo Elemidia, MTV Brasil e Grupo Abril
- Paulo Badra, COO, na Companhia desde 2000, formado em Administração de Empresas pela FAAP e com pós-graduação em administração de empresas pelo IBMEC/Insper
- José Carlos Angelucci Jr. , Diretor de Relações Institucionais, mais de 11 anos de experiência atuando em empresas como Eletromidia SP Concessionária de Mobiliário Urbano SPE S.A. (“Eletromidia SP”) e MOOHB, formado em Administração pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, pós-graduado em Inteligência Competitiva pela FIA/USP e com MBA na UPMF – Université Pierre Mendès-France of Grenoble, França
- Lucio Schneider, CMO, com experiência na RBS, Terra e Telefônica, formado em ciências da computação pela URGs e com MBA pela FGV
- Rodrigo Cadena, CTO, formado em Rede de Computadores pelo IBTA e com MBA em Administração estratégica de IT pela FGV e experiência em diversas áreas do setor de operações e tecnologia

## 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

- Laura Bueno Lindenberg, CPO, formada em Administração de Empresas pela FGV e com mais de 13 anos de experiência no mercado atuando em empresas como Michael Page e Ambev.

### (iii) **Estamos impulsionando o mercado de OOH brasileiro para o próximo nível por meio da utilização de tecnologia digital**

Em 31 de dezembro de 2023, contávamos com 47,5 mil painéis digitais, representando 72% do nosso portfólio total e nos posicionando como líderes absolutos na indústria brasileira.

Os painéis digitais oferecem uma maior atratividade para os nossos clientes e anunciantes pois permitem: (i) um maior uso de criatividade em campanhas, gerando maior impacto na audiência com o uso de imagens em movimento; (ii) que os clientes veiculem anúncios através de vídeos que não podem ser interrompidos; (iii) maior flexibilidade e dinamismo de campanhas devido à eficiência na distribuição do conteúdo para as telas digitais através da nossa central de operações na nossa matriz; e (iv) análise de dados de campanhas.

Além da maior atratividade dos painéis digitais mencionada acima, por meio do uso de tecnologia digital adicional em nossas telas, buscamos oferecer uma solução superior às marcas e anunciantes, sempre visando aumentar seu retorno sobre o investimento em publicidade.

Nossa estratégia de dados e serviços se baseia hoje em capturar dados da audiência através de soluções de conectividade, como hotspots de Wi-Fi. Oferecemos também soluções adicionais de comunicação para os nossos parceiros e ambientes em que estamos presentes, oferecendo novos serviços através de ferramentas adicionais como o aplicativo para edifícios residenciais, que possibilita a integração da Companhia junto à audiência residencial, permite acervo de banco de dados junto aos condomínios e oferece funcionalidades como reserva de quadra, liberação de visitas, avisos e comunicados, entre outros, fortalecendo nossa cultura digital.

Desenvolvemos também uma integração com as principais plataformas de mídia programática, tais como Rubicon, Verizon, e MediaMath com o objetivo de oferecer maior escalabilidade às nossas soluções, aumentar rentabilidade, aumentar o escopo de anunciantes e facilitar uma potencial futura expansão internacional. Avançamos na transformação digital, especialmente na agenda de dados e métricas para OOH, com a aquisição da adtech NoAlvo em outubro de 2021. Após a aquisição, desenvolvemos a Eletromidia Ads - uma plataforma de planejamento e compra de OOH automatizada, com o objetivo de reduzir a fricção e facilitar o planejamento e compra de mídia por agências e anunciantes.

## 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas



Além disso, o cliente é beneficiado com a combinação de OOH a uma estratégia digital através do brand lift que atua principalmente na etapa de geração de Consciência sobre um determinado produto ou serviço quando se leva em consideração as etapas de consideração até a efetiva tomada de decisão de compra.

**(iv) Possuímos uma base de clientes de qualidade, com relacionamento de longo prazo e altamente diversificada**

O sucesso de nossa estratégia é comprovado pela qualidade da nossa base de clientes, contando com marcas globais com estratégia de publicidade voltada para dados. Por exemplo, atualmente, o setor de tecnologia representa uma das maiores receitas por segmento de indústria da base de clientes da Companhia.

Como forma de medir o impacto das campanhas que realizamos para os nossos clientes e comprovar nossa efetividade, utilizamos hoje uma combinação de ferramentas em que capturamos os dados de forma proprietária, como Quivid e Wi-Fi, e dados de ferramentas de terceiros, como Hands Consultoria, Ibope e Geofusion.

Adicionalmente, está em fase de implementação uma iniciativa para padronizar as métricas do mercado OOH no Brasil chamada Mapa OOH. O objetivo desse projeto é oferecer dados de audiência, alcance e frequência para o planejamento de mídia OOH de forma comparável com outras mídias. Uma vez implementado representará um grande avanço das métricas na indústria OOH.

Possuímos receita altamente pulverizada em nossos clientes, sendo que os 10 maiores clientes representaram aproximadamente 27,2% da receita consolidada do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, em comparação a 27% da receita proforma consolidada do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e 26% do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, enquanto nosso maior cliente individual representou, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, 4,4% da receita consolidada, comprovando nossa execução da estratégia de aumentar diversificação de clientes e canais.

## 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Ao longo dos anos, conforme expandimos o nosso portfólio de canais de atuação, nossos clientes acompanharam essa diversificação aumentando seus investimentos conforme nossos ativos foram incorporados.

A tabela abaixo demonstra a evolução da receita bruta por vertical ao longo dos anos para os nossos 10 clientes maiores.

<b>% da Receita dos 10 maiores clientes</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Transportes	32,4%	29,5%
Shoppings	32,4%	38,7%
Ruas	28,1%	33,5%
Elevadores	35,4%	28,4%

### Nossa estratégia de crescimento

1. Expansão do Core Business, que representa o crescimento dentro do mercado de OOH, através da: (i) expansão para novas geografias; (ii) aquisições de empresas que atuem no setor de mídia OOH (M&A); (iii) novas parcerias; (iv) participação em licitações e novas concessões; (v) expansão orgânica dos ativos (novas telas) nas quatro verticais de atuação.

Nesta frente, possuímos diversos projetos em que já assinamos os contratos e estão em fase de maturação, os quais se destacam nos segmentos abaixo:

a. Ruas: Estamos em constante busca de novos formatos, via aquisições, concessões e parcerias. Nesse contexto, em dezembro de 2019, assinamos um contrato de parceria com uma empresa que fornece soluções de mobilidade urbana com estações de compartilhamento de bicicletas. Ao longo de 2020 e 2021 instalamos telas digitais em Recife e no Rio de Janeiro. Avançamos também através das aquisições das empresas responsáveis pelos contratos de instalação e manutenção dos abrigos de ônibus em São Paulo e em Campinas. E concessões de mobiliário urbano, como a concessão para instalação e manutenção dos abrigos de ônibus em Porto Alegre, Salvador e relógios em Recife.

b. Edifícios: Buscamos manter nossa posição de liderança no segmento de edifícios e trazer inovações para os nossos clientes. Durante o ano de 2023, instalamos mais de 2,3 mil telas nesta vertical, majoritariamente em elevadores residenciais.

2. Expansão através do pilar estratégico Negócios Adicionais. Nesta frente enxergamos potencial para desenvolver novos negócios a partir de projetos e contratos em que já atuamos.

Como exemplo, inauguramos durante o ano de 2021 o projeto dos Trilhos Verdes, dentro do qual transformamos duas estações da CPTM em projetos sustentáveis. O projeto, que além de contribuir para a sociedade e estar alinhado a critérios ASG (Ambiental, Social e Governança), traz uma oportunidade adicional de receita para a Eletromídia através de um contrato e longo prazo com o anunciante patrocinador do projeto. Ainda nesse contexto, temos o aplicativo do Meu Condomínio que oferecemos gratuitamente para complementar a experiência das telas nos edifícios residenciais.

3. Estratégia através da transformação digital. Focamos em soluções e processos que podem destravar o potencial para acessarmos novos mercados, gerar escala e profissionalizar o setor de OOH. Nessa direção trabalhamos no aprofundamento de novos canais de vendas como a criação de um *marketplace* de venda. Além disso, estamos focados em trazer cada vez mais dados e métricas para o dia a dia do OOH e assim entregar mais valor para os nossos anunciantes, a

## 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

plataforma “Eletromidia Ads” vem nessa direção, onde será possível planejar e comprar mídia OOH de forma automatizada, com o objetivo de reduzir a fricção e facilitar o planejamento e compra de mídia por agências e anunciantes.

### **Nossas Desvantagens Competitivas**

Os pontos fracos, obstáculos e ameaças à Companhia, nossos negócios e condição financeira estão relacionados à concretização de um ou mais cenários adversos contemplados em nossos fatores de risco, ocorrendo de maneira combinada. Para mais informações sobre os fatores de risco aos quais estamos expostos, vide item 4.1 deste Formulário de Referência.

## 1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

### 1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

#### (a) produtos e serviços comercializados

A Companhia e suas controladas operam em um único segmento operacional de prestação de serviços de veiculação de publicidade.

#### (b) receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
<i>(em R\$ milhares, exceto %)</i>	2023	%
<b>Receita líquida</b>	938.662	<b>100%</b>

#### (c) lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
<i>(em R\$ milhares, exceto %)</i>	2023	%
<b>Lucro (prejuízo) líquido</b>	92.694	<b>100%</b>

## 1.4 Produção/Comercialização/Mercados

### 1.4. Produção/Comercialização/Mercados

#### (a) Características do processo de produção

Não aplicável tendo em vista que a Companhia e as suas subsidiárias não possuem processo de produção, considerando que seus negócios são baseados na prestação de serviços no segmento publicitário.

#### (b) Características do processo de distribuição

A Companhia realiza vendas em diferentes cidades e Estados do Brasil, em locais de alto tráfego de pessoas, de acordo com a estratégia de *marketing* de seus clientes e de expansão da Companhia.

A Companhia busca participar de licitações e parcerias comerciais com locais com grande potencial de visibilidade e audiência, como estações e vagões de trens e metrô, shopping centers, bancas e mobiliário urbano (abrigos de ônibus e outros), de forma atrativa para os anunciantes (clientes).

#### (c) Características dos mercados de atuação, em especial:

O mercado de publicidade OOH consiste nos gastos do anunciante com mídia fora de casa. O OOH compreende os gastos totais do anunciante em todos os formatos de mídia externa e é dividido entre OOH estático e digital OOH.

A mídia OOH estática inclui outdoors, estruturas na rua (abrigos de ônibus, quiosques, telas em bancas de jornais e outros), displays de trânsito (laterais de ônibus, metrô, táxi), displays de arena esportiva, shoppings e outras redes de anúncios como elevadores de edifícios comerciais e residenciais. A mídia digital OOH inclui qualquer mídia de publicidade externa conectada à internet como, por exemplo, outdoors inteligentes em abrigos de ônibus, shoppings ou dentro de estações de metrô.

Desenvolvimentos demográficos esperados para os próximos anos, com mais pessoas vivendo em zonas urbanas, devem suportar o crescimento do mercado e das mídias OOH (estática e digital).

#### Mercado Global

O mercado global de publicidade apresentou crescimento de +7,6% no comparativo de 2023 em relação a 2022, de acordo com dados disponibilizados pelo Statista, enquanto o setor de out-of-home apresentou crescimento acima da média, +10,0% no comparativo do mesmo período, como segue na tabela abaixo:

Ad Spending Worldwide (in billion USD)	2022	2023	2024	2025	2026	2027	CAGR (22-27)
Audio Advertising	37,81	39,34	40,38	41,25	42	42,66	2,4%
Cinema Advertising	2,56	3,14	3,53	3,83	4,09	4,36	11,2%
Digital Banner Advertising	147	161,6	174,1	185,4	196	206,4	7,0%
Digital Classifieds	20,15	21,05	21,66	22,11	22,54	22,98	2,7%
Direct Messaging	78,75	81,98	84,47	86,55	88,11	89,16	2,5%
Influencer Advertising	26,34	30,81	35,09	39,33	43,54	47,79	12,7%
Out-of-Home Advertising	32,47	35,71	38,96	41,82	44,5	46,9	7,6%
Print Advertising	37,37	35,85	34,28	32,81	31,44	30,17	-4,2%
Search Advertising	251,8	279,3	306,5	334,1	361,8	389,2	9,1%
TV & Video Advertising	307,1	324	337,5	349,7	360,5	370,8	3,8%
<b>Total</b>	<b>941,35</b>	<b>1012,78</b>	<b>1076,47</b>	<b>1136,9</b>	<b>1194,52</b>	<b>1250,42</b>	<b>5,8%</b>

Fonte: Statista (Maio/2024)

## 1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Esta tendência deve continuar nos próximos anos, de acordo com essa mesma tabela, com o meio de out-of-home crescendo acima da média, principalmente em relações a meios tradicionais como TV&Video Advertising e Print Advertising

### Mercado Brasileiro

A mesma tendência observada no mercado global é também observada no Brasil, como mostra a tabela abaixo. Enquanto o crescimento do mercado de mídia total deve crescer no Brasil +3,5% ao ano, o setor de out-of-home aponta crescer +6,4% na média anual.

Ad Spending Brazil (in billion USD)	2022	2023	2024	2025	2026	2027	CAGR (22-27)
Audio Advertising	0,65	0,68	0,71	0,73	0,74	0,75	2,9%
Cinema Advertising	0,03	0,04	0,04	0,05	0,05	0,05	10,8%
Digital Banner Advertising	1,76	1,93	2,08	2,21	2,34	2,47	7,0%
Digital Classifieds	0,37	0,38	0,39	0,39	0,4	0,41	2,1%
Direct Messaging	1,74	1,78	1,8	1,8	1,81	1,8	0,7%
Influencer Advertising	0,36	0,41	0,46	0,51	0,57	0,63	11,8%
Out-of-Home Advertising	0,41	0,45	0,48	0,51	0,54	0,56	6,4%
Print Advertising	0,84	0,85	0,82	0,78	0,75	0,73	-2,8%
Search Advertising	3,76	3,95	4,1	4,22	4,38	4,54	3,8%
TV & Video Advertising	6,7	6,97	7,2	7,41	7,6	7,78	3,0%
<b>Total</b>	<b>16,62</b>	<b>17,44</b>	<b>18,08</b>	<b>18,61</b>	<b>19,18</b>	<b>19,72</b>	<b>3,5%</b>

Fonte: Statista (Maio/2024)

### (vi) Participação em cada um dos mercados

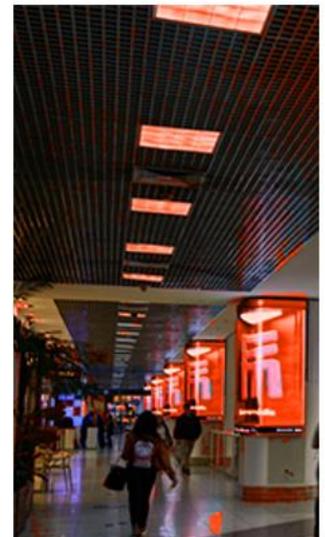
#### Transportes

A Eletromidia iniciou sua história através da consolidação da vertical de transportes no setor de OOH.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia estava presente nos transportes sobre trilhos nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia. Nesse momento de suas jornadas, as pessoas estão em movimento, o que levou a Companhia a criar formatos de produtos que verdadeiramente acompanham o consumidor em seu trajeto e confere às marcas flexibilidade para criação de projetos especiais e interativos.

Além da consolidação com Aeroportos, que a Companhia está presente em 5 grandes aeroportos do país: "RioGaleão", Santos Dumont, Fortaleza, Porto Alegre e Congonhas. O RioGaleão é o terceiro aeroporto internacional mais movimentado do país, e o aeroporto de Congonhas é o segundo maior em fluxo de passageiros do Brasil.

A Eletromidia encerrou o ano de 2023 com uma rede total de 25,6 mil painéis nesta divisão, sendo 47,5% ou 12,2 mil faces digitais e 52,5% ou 13,5 mil faces estáticas.



25.690 painéis

## 1.4 Produção/Comercialização/Mercados

### Edifícios



A Companhia possui a maior operação de mídia digital em elevadores de edifícios comerciais e residenciais do país, solidificando sua presença na rotina de milhões de pessoas por semana nos deslocamentos em edifícios.

O momento de espera, antes desperdiçado, torna-se rentável para os anunciantes e mais interessante aos ocupantes, que têm à disposição conteúdo relevante para um trajeto costumeiramente monótono, o que os faz dispensá-los maior atenção ao conteúdo apresentado.

A diversidade de permite a segmentação do público-alvo das campanhas publicitárias, identificando perfis como famílias, público decisor e influenciador, além do universo B2B. A geolocalização dos edifícios possibilita, ainda, a comunicação estratégica direcionando as campanhas de acordo com a localização de interesse.

A Eletromidia encerrou 2023 com uma rede total de 31,9 mil painéis nesta divisão, todos digitais.

### Shoppings

Presente nos principais shoppings do Brasil que concentram fluxo de pessoas com poder de compra, a Companhia alcança mensalmente milhões de pessoas de diferentes públicos e perfis, mas que possuem algo em comum: estão em um momento de busca por produtos e serviços.

Dessa forma, acreditamos que a comunicação nos painéis da Companhia torna-se ainda mais eficiente ao abordar o consumidor em um momento relevante de decisão de compra e demanda por produtos e serviços.

A Eletromidia encerrou o ano de 2023 com uma rede total de 1,6 mil painéis nesta divisão todos digitais.



## 1.4 Produção/Comercialização/Mercados

### Ruas



6.150 painéis

Milhares de pessoas saem de suas casas todos os dias. Independentemente do destino, o caminho é certo: a rua. A Companhia está presente nas ruas de Brasília, Belo Horizonte, Curitiba, Campinas, Rio de Janeiro, Recife, Salvador, São Paulo, Porto Alegre, Fortaleza e Florianópolis. A presença nesta vertical está estrategicamente localizada em pontos estratégicos das cidades que proporcionam relevante presença de marca a seus clientes.

A Eletromidia encerrou o ano de 2023 com uma rede total de 6,6 mil painéis nesta divisão, localizados no mobiliário urbano do país, como abrigo de ônibus, relógios e ao lado de estações de bicicleta.



## 1.4 Produção/Comercialização/Mercados

### (vii) Condições de competição nos mercados

Acreditamos que o mercado de mídia OOH se consista de dois grupos: (i) mídia estática; e (ii) mídia digital. Nestes grupos, enfrentamos competição de companhias menores ou menos consolidadas no país, com enfoque em regiões específicas. Tais companhias, em geral, não dispõem de portfólio completo de soluções de comunicação. Acreditamos que a amplitude de nosso portfólio é uma importante vantagem competitiva. Em geral, a competição no setor é fragmentada e por vertical.

### Outros fatores que influenciam o comportamento dos mercados de atuação da Companhia

#### I. Benefícios fiscais ou Subsídios

No segundo trimestre de 2022, aderiu ao programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (“PERSE”), foi instituído pela Lei nº 14.148, de 04 de maio de 2021 e estabelece ações emergenciais destinadas ao setor de eventos para compensar os efeitos da pandemia da COVID-19. O programa tem como objetivo criar condições para que o setor de eventos possa mitigar as perdas oriundas da pandemia. Em 18 de março de 2022, foi publicada a promulgação dos vetos à Lei nº 14.148/2021, derrubados pelo Congresso Nacional, com isso, a Companhia, amparada por referida lei e com a intenção de mitigar os efeitos da pandemia, informa que ficam reduzidas a 0% (zero), pelo prazo de 60 meses, a partir da promulgação dos vetos, as alíquotas de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS incidentes sobre as receitas das atividades abrangidos pelo benefício da referida lei.

Em abril de 2023 o programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (“PERSE”) foi encerrado.

#### II. Situações de monopólio ou oligopólio

O mercado de atuação da Companhia não é caracterizado pela presença de monopólio ou oligopólio.

#### III. Custo de matéria prima e outras despesas

Não se aplica, pois a Companhia é uma prestadora de serviço e não depende de matéria prima para exercício de suas atividades. Ademais, a Companhia não possui outras despesas não relacionadas com suas atividades operacionais.

#### IV. Dependência de tecnologia

O modelo da Companhia é dependente de tecnologia à medida em que a inserção de mídia em *displays* digitais depende de conectividade de dados, softwares e sistemas internos. A Companhia depende, também, da evolução tecnológica das telas digitais / de LED para reduzir seus custos, melhorar suas entregas e fazer com que seus serviços sejam mais eficientes.

#### V. Utilização de concessões e franquias

A Companhia utiliza sistema de franquias proveniente do legado de Elemidia, na qual cabe aos franqueados administrar as telas instaladas em prédios comerciais e residenciais de suas respectivas localidades, mediante a celebração de parcerias com tais condomínios, bem como prospectar clientes que desejem efetuar a inserção de mídia em referidas telas.

### (d) Eventual sazonalidade

Conforme mencionado no item 4.1 deste Formulário de Referência, os resultados de nossas operações variaram de trimestre para trimestre. Historicamente, nossa receita e lucratividade atingem seus maiores níveis durante o último trimestre do ano, principalmente por conta de datas comemorativas como Black Friday e Natal, e seus menores níveis durante o primeiro trimestre do

## 1.4 Produção/Comercialização/Mercados

ano, em razão do período de férias da maior parte da população, que, em geral, viaja para fora das cidades. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, as receitas trimestrais representaram, sequencialmente, 19%, 20%, 25% e no último trimestre 36%.

**(e) Principais insumos e matérias primas, informando:**

**(i) descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável**

As atividades da Companhia não estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental.

**(ii) eventual dependência de poucos fornecedores**

A Companhia não possui dependência em relação aos seus fornecedores.

**(iii) eventual volatilidade em seus preços**

A atividade que desenvolvemos está concentrada em nossa equipe própria de profissionais. No entanto, dispomos de fornecedores de displays e mobiliários estáticos e digitais, não havendo controle ou regulamentação governamental sobre tais relações.

Historicamente, o preço dos fornecedores da Companhia não tem apresentado volatilidade relevante.

## 1.5 Principais clientes

### 1.5 - Principais clientes

**(a) montante total de receitas provenientes do cliente**

Nenhum cliente foi responsável por mais de 10% da receita líquida total da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

**(b) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente**

Nenhum cliente foi responsável por mais de 10% da receita líquida total da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

## 1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

### 1.6. Efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, comentando especificamente:

#### (a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

##### Regulação sobre privacidade e proteção de dados

As normas sobre privacidade e proteção de dados no mundo têm evoluído nos últimos anos, de modo a estabelecer regras mais objetivas sobre como os dados pessoais (toda e qualquer informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável) podem ser utilizados pelas organizações. No Brasil, especificamente, até o ano de 2018, o tema era tratado pelo judiciário de forma casuísta e pontual, por meio da interpretação de uma série de dispositivos legais setoriais, quais sejam:

- a Constituição da República Federativa do Brasil, que estabeleceu como direitos constitucionais o direito à intimidade, à vida privada e à imagem;
- o Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078/1990), que trouxe contornos mais objetivos para a abertura de bancos de dados de consumidores e cadastro de maus pagadores, estabelecendo, inclusive, que o consumidor deve ter acesso aos dados pessoais que constam em tais bancos de dados sobre ele, bem como sobre as suas respectivas fontes;
- a Lei do Cadastro Positivo (Lei n.º 12.414/2011), alterada em 2019, que estabeleceu regras específicas para a criação de bancos de dados de bons pagadores, determinando que é direito do cadastrado, dentre outros, ser informado sobre a identidade do gestor e sobre o armazenamento e o objetivo do tratamento dos seus dados pessoais, e, ter os seus dados pessoais utilizados somente de acordo com a finalidade para a qual eles foram coletados;
- o Marco Civil da Internet (Lei n.º 12.965/2014), que tratou em diversos artigos sobre a proteção da privacidade e dos dados pessoais dos usuários no ambiente online, mas, não definiu o conceito de dados pessoais; e
- o Decreto regulamentador do Marco Civil da Internet (Decreto n.º 8.771/2016), que definiu dados pessoais como aqueles relacionado à pessoa natural identificada ou identificável, tais como números identificadores, dados locacionais ou identificadores eletrônicos, quando estes estiverem relacionados a uma pessoa.

No entanto, em agosto de 2018, com a promulgação da Lei Geral de Proteção de Dados (“**LGPD**”) (Lei n.º 13.709/2018), o tratamento de dados pessoais no Brasil passou a ser regulado de forma geral, por meio de um sistema de regras sobre o tema.

A LGPD tem como objetivo proteger os direitos fundamentais de liberdade, privacidade e livre desenvolvimento da personalidade das pessoas naturais, criando um ambiente de maior controle dos indivíduos sobre os seus dados e de maiores responsabilidades para as organizações que tratam tais dados pessoais, trazendo novas obrigações a serem observadas. Para tanto, a LGPD estabelece uma série de princípios que devem ser observados no tratamento de dados pessoais, quais sejam, finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, qualidade dos dados, transparência, segurança, prevenção, não discriminação, responsabilização e prestação de contas.

O âmbito de aplicação da LGPD abrange todas as atividades de tratamento de dados pessoais, inclusive em ambiente online, e se estende a pessoas físicas e entidades públicas e privadas,

## 1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

independentemente do país onde estão sediadas ou onde os dados são hospedados, desde que: (i) o tratamento de dados pessoais ocorra no Brasil; (ii) a atividade de tratamento de dados destine-se a oferecer ou fornecer bens ou serviços ou a processar dados de pessoas naturais localizadas no Brasil; ou (iii) os titulares dos dados estão localizados no Brasil no momento em que seus dados pessoais são coletados.

Além disso, a LGPD estabelece (i) diversas hipóteses autorizadoras do tratamento de dados pessoais (bases legais); (ii) dispõe sobre uma gama de direitos dos titulares de dados pessoais; (iii) prevê sanções administrativas para o descumprimento de suas disposições; e (iv) autoriza a criação da ANPD (regulamentada pela Lei n.º 13.853/2019), autoridade responsável por garantir a observância das normas sobre proteção de dados pessoais no Brasil.

Ainda, importante informar que a LGPD entrou em vigor no dia 18 de setembro de 2020 quanto à maior parte de suas disposições, mas, a aplicabilidade de suas sanções administrativas (art. 52, 53 e 54) somente entrou em vigor a partir do dia 1º de agosto de 2021, nos termos da Lei nº 14.010/2020, sancionada em meio à pandemia da COVID-19, numa tentativa de mitigar os efeitos negativos do distanciamento social causado por tal pandemia nas organizações.

Todavia, o descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD, tem como riscos: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas, na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e Marco Civil da Internet.

Ademais, quando da entrada em vigor das sanções administrativas da LGPD, em agosto de 2021, as empresas que não estejam adequadas às suas disposições estão sujeitas, dentre outras sanções, desde que devidamente comprovado e em decisão transitada em julgada, a (a) advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas; (b) divulgação da infração após devidamente apurada e confirmada a sua ocorrência; (c) bloqueio ou eliminação dos dados pessoais correspondentes à; (d) multa de até 2% (dois por cento) do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, limitada, no total, R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por infração; (e) suspensão parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere a infração por até 6 (seis) meses, prorrogável por igual período; e (f) suspensão, proibição parcial ou total do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, em caso de reincidência.

A Política de Privacidade da Eletromidia está disponível em: <https://eletromidia.com.br/lgpd/privacidade.html>

### Regulamentação Ambiental

#### Licenciamento ambiental

O cumprimento da legislação ambiental é fiscalizado por órgãos e agências governamentais. A eventual inobservância das normas pode sujeitar a sanções (i) administrativa; (ii) cível; e (iii) criminal. Diz-se que as três esferas de responsabilidade mencionadas acima são cumulativas e independentes porque uma única ação do agente econômico pode gerar responsabilização ambiental nas três esferas. Caso a Companhia ou alguma de suas subsidiárias cause ou de outra forma seja considerada responsável por algum dano ou ilícito ambiental, pode sofrer um efeito adverso em seus resultados e negócios, o que inclui também aspectos reputacionais.

A legislação ambiental prevê que a construção, instalação, ampliação e/ou operação de estabelecimentos, atividades, obras ou serviços utilizadores de recursos ambientais, considerados

## 1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

efetiva ou potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, em desacordo com a licença obtida ou contrariando as normas legais, regulamentos pertinentes e as condicionantes estabelecidas na licença ambiental, poderá implicar em responsabilização nas esferas administrativa, cível e criminal. As licenças ambientais devem ser periodicamente renovadas. Para as licenças de operação, a Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (“**CONAMA**”) nº 237/1997 determina que sua renovação deve ser solicitada pelo menos 120 dias antes da expiração do seu prazo de validade, para que a vigência da licença fique automaticamente renovada até a manifestação definitiva do órgão ambiental sobre o pedido de renovação. O descumprimento do prazo legal de 120 dias pode sujeitar a Companhia às penalidades descritas nos parágrafos acima.

O licenciamento ambiental é feito com base na discricionariedade técnica do órgão ambiental competente. Há casos em que o órgão entende que a atividade exercida não apresenta impacto ambiental significativo e emite a Certidão de Inexigibilidade de Licenciamento Ambiental, dispensando a atividade do licenciamento ambiental. Tais certidões não são obrigatórias, mas servem para dar conforto extra à empresa, bem como para evitar eventuais questionamentos acerca da regularidade do empreendimento.

De acordo com a Lei Federal nº 6.938/1981 (“**Política Nacional do Meio Ambiente**”), a construção, instalação, ampliação e operação de estabelecimentos ou atividades que utilizem recursos naturais ou que possam ser consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou, ainda, passíveis de causar degradação ambiental, estão sujeitas ao licenciamento ambiental, que pode vir a ocorrer em âmbito federal, estadual ou municipal.

As diretrizes para a determinação do órgão ambiental competente para a realização do licenciamento estão disciplinadas na Lei Complementar nº 140/2011.

Conforme definido pela Resolução nº 237/1997 do CONAMA, o processo de licenciamento ambiental engloba, em regra, três diferentes licenças, cada uma correspondendo a uma fase particular do projeto: a Licença Prévia (“**LP**”), concedida na fase preliminar e que avalia as condições básicas de localização, instalação e operação do empreendimento e/ou atividade; a Licença de Instalação (“**LI**”), que autoriza a sua efetiva instalação e implementação, conforme as condições estabelecidas na fase preliminar; e, por fim, a Licença de Operação (“**LO**”) que autoriza o início de seu funcionamento ou das operações do empreendimento e/ou atividade licenciada.

A depender das especificidades do empreendimento e/ou projeto, do âmbito de seus impactos ambientais e dos critérios de exigibilidade estabelecidos pelo órgão ambiental competente, o processo de licenciamento ambiental pode ocorrer de forma simplificada, ao invés do sistema trifásico previamente descrito. No caso de licenciamento ambiental de empreendimento ou atividade que tenham potencial de causar significativo impacto ambiental, a autoridade ambiental poderá exigir a elaboração de Estudo de Impacto Ambiental e apresentação do respectivo Relatório de Impacto Ambiental (“**EIA/RIMA**”).

As licenças ambientais possuem validade limitada, de modo que deverão ser periódica e tempestivamente renovadas perante os órgãos ambientais licenciadores, sob pena de perda de sua validade e irregularidade da atividade e/ou empreendimento. Ainda, as licenças ambientais podem conter condicionantes técnicas estabelecidas pela autoridade ambiental, que são condições de validade e o seu descumprimento pode impactar a regularidade das operações da Companhia, sujeitando-a a penalidades administrativas e criminais, além da obrigação de reparar os danos ambientais causados.

### **Responsabilidade ambiental**

## 1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

No direito brasileiro, a responsabilidade ambiental pode ocorrer em três esferas: (i) civil; (ii) administrativa; e (iii) criminal. Diz-se que as três esferas de responsabilidade mencionadas são “diversas e independentes” porque, por um lado, uma única ação do agente econômico pode gerar responsabilização ambiental nos três níveis, com a aplicação de três sanções diversas. Por outro lado, a ausência de responsabilidade em uma de tais esferas não isenta necessariamente o agente da responsabilidade nas demais.

Conforme artigos 3º, 10 e 14 da Lei Federal nº 6.938/1981, bem como no artigo 225, parágrafo 3º, da Constituição Federal, na esfera civil, aquele que causar dano ao meio ambiente e a terceiros é objetivamente responsável por reparar ou indenizar o dano causado ou seja significa que sua imputação ao agente econômico depende tão somente da constatação de que uma ação ou omissão sua gerou dano ao meio ambiente, independentemente da verificação de culpa (negligência, imperícia ou imprudência) ou dolo do agente. Aplica-se a responsabilidade de forma objetiva e solidária em relação a todas as partes, direta ou indiretamente, envolvidas na geração do dano artigo 3º, inciso IV, da Lei Federal nº 6.938/1981), sendo que apenas um dos agentes poderá responder pela totalidade da remediação ou do pagamento de indenização pelo dano ambiental, cabendo-lhe ação de regresso contra os demais causadores do dano ambiental, com base legal e/ou contratual, a depender do caso.

Também, não existe na legislação pátria qualquer previsão de teto ou limitação no valor a ser fixado a título de remediação ou indenização pelo dano ambiental na esfera civil. Tal valor será fixado proporcionalmente ao dano causado. Ainda, conforme posicionamento consolidado do STF, a reparação civil dos danos ambientais é imprescritível, não se extinguindo por decurso de prazo.

Como consequência, a Companhia não está eximida da responsabilidade pelos danos ambientais causados por terceiros contratados para realizar parte de suas operações, tal como o tratamento dos efluentes líquidos e resíduos sólidos.

Para mais, a lei ambiental permite a desconsideração da personalidade jurídica quando essa for compreendida como um obstáculo ao ressarcimento dos danos ambientais.

No que se refere à responsabilidade administrativa, prevista genericamente pela Lei Federal nº 9.605/1998 e regulamentada pelo Decreto Federal nº 6.514/2008, toda ação ou omissão que importe na violação de norma de preservação ao meio ambiente, independentemente da efetiva ocorrência de dano ambiental, é considerada infração administrativa ambiental. De acordo com a legislação brasileira, as infrações administrativas são punidas com: advertência; multa simples no valor de até R\$ 50 milhões; multa diária; apreensão dos produtos e subprodutos objeto da infração, instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração; destruição ou inutilização do produto; suspensão de venda e fabricação do produto; embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas; demolição de obra; suspensão parcial ou total das atividades; e restritiva de direitos.

Na esfera criminal, a responsabilidade por delitos causados ao meio ambiente no Brasil tem como preceito fundamental a Lei Federal nº 9.605/98 (“**Lei de Crimes Ambientais**”). Referida Lei, além das condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e as respectivas sanções, prevê regrase circunstâncias específicas de aplicação das penas por danos ambientais, adaptando as regras de direito penal às exigências que a proteção ao meio ambiente exige.

A violação à Lei de Crimes Ambientais pode caracterizar crime ambiental, atingindo tanto as pessoas jurídicas, quanto as pessoas físicas na figura dos administradores, diretores, membros do conselho de administração e de órgãos técnicos, auditores, gerentes, prepostos ou mandatários que tenham participado de tais decisões ou tenham se omitido, quando poderiam evitar os prejuízos delas advindos.

## 1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Dessa forma, verifica-se ser abrangente a responsabilização criminal por delitos ambientais, havendo a possibilidade de, pela prática de uma única conduta prevista como criminosa, serem responsabilizados diversos sujeitos, inclusive os administradores, sendo que a responsabilidade da pessoa jurídica não exclui a das pessoas físicas, autoras, coautoras ou partícipes.

A Lei de Crimes Ambientais elege como responsáveis pelas condutas caracterizadas como criminosas todos aqueles que, de qualquer forma, concorrem para sua prática, sendo cada qual penalizado na medida de sua culpabilidade. Prevê, ainda, a responsabilidade da pessoa jurídica, a qual resta caracterizada se a infração for cometida (i) por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, (ii) no interesse ou benefício da pessoa jurídica que representa.

Ressalte-se, por fim, que a responsabilidade penal por crimes ambientais é subjetiva, o que significa que a imputação de penalidades criminais estará condicionada à caracterização de culpa, a partir da comprovação de autoria e materialidade do crime ambiental. Sob este prisma, as pessoas físicas estarão sujeitas a penas restritivas de direito e/ou privativas de liberdade na medida da sua contribuição ou omissão para ocorrência do crime. Por sua vez, a pessoa jurídica estará sujeita, alternativa ou cumulativamente, às penalidades de multa, prestação de serviços à comunidade, suspensão parcial ou total de atividades, interdição temporária de estabelecimento, proibição de contratar com poder público.

### **Gerenciamento de Resíduos Sólidos**

A Lei Federal n.º 12.305/2010 instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (“**PNRS**”) para viabilizar a gestão integrada e o gerenciamento ambientalmente adequado de resíduos sólidos, disciplinando a segregação, armazenamento, transporte, destinação e disposição final ambientalmente adequada desses resíduos..

Nos termos da legislação citada, a Companhia deve elaborar e implementar o Plano de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos para todos os resíduos sólidos que não forem equiparados àqueles domiciliares, coletados pelo Poder Público. O descumprimento dessas regras, pode expor a Companhia às mesmas sanções administrativas (por exemplo multas de até R\$ 50 milhões e embargo), civis e criminais já citadas.

### **Poluição visual**

A Lei municipal de São Paulo n.º 14.223/2006 conhecida como “Lei Cidade Limpa”, bem como legislações municipais similares de outras prefeituras em que a Companhia tem operação, regrou de forma rígida a permanência na paisagem dos chamados anúncios indicativos, proibindo outdoors e pinturas em fachadas que faziam propaganda de empresas e produtos, visando combater a poluição visual nas cidades. A lei é válida para anúncios em espaços públicos e de uso comum, cabendo ao município regular a propaganda em meio aberto. Para instalação de anúncios, a Companhia deve emitir a devida licença ambiental e registrar seu nome no cadastro de anúncios.

Caso não sejam observadas as regras da Lei Cidade Limpa e/ou não seja obtida a licença ambiental necessária para anunciar, a Companhia pode ser responsabilizada, sobretudo na esfera civil (dever de reparar e indenizar), além de estar sujeita à remoção do anúncio.

Se a Companhia for autuada por questões ambientais, a imagem e os resultados operacionais e financeiros poderão ser adversamente afetados.

## 1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

### **(b) principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pela Companhia**

Conforme informado no subitem “a” deste item 1.6 do Formulário de Referência, as licenças ambientais às quais a Companhia está sujeita possuem validade limitada, de modo que deverão ser periódica e tempestivamente renovadas perante os órgãos ambientais licenciadores.

Ainda, como as licenças ambientais podem conter condicionantes técnicas estabelecidas pela autoridade ambiental, que são condições de validade, sendo que o seu descumprimento pode impactar a regularidade das operações da Companhia, esta deve sempre zelar para o cumprimento das condicionantes técnicas, que envolvem a tomada de medidas preventivas.

No mais, a Companhia não está eximida da responsabilidade pelos danos ambientais causados por terceiros contratados para realizar parte de suas operações, tal como o tratamento dos efluentes líquidos e resíduos sólidos. Nesse sentido, a Companhia sempre deve fazer suas contratações com cautela e uma análise mais aprofundada acerca da forma de prestação de serviços contratados e possíveis impactos que estes podem gerar no meio ambiente.

Por fim, por força da Lei Federal n.º 12.305/2010, a Companhia deve elaborar e implementar um Plano de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos para todos os resíduos sólidos que não forem equiparados àqueles domiciliares, coletados pelo Poder Público.

### **(c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades**

Atualmente somos titulares de dezenas de marcas registradas, ou em processo de registro junto ao INPI, em nome próprio ou em nome das Controladas, como, mas não se limitando a ELETROMIDIA, ELETROMIDIA ADS, ELETROMIDIA AQUI, ELETROMIDIA SP, NOALVO, Abrigo Amigo, TMRW, Cidade Aumentada, entre outras, as quais são bastante relevantes para nossas atividades.

Ainda, possuímos registros de patentes de desenhos industriais de abrigos e mobiliários urbanos, registrados no INPI em nome da Eletromidia SP.

#### **Marcas**

No Brasil, marcas são sinais distintivos visualmente perceptíveis que identificam e distinguem produtos e/ou serviços, não abarcando, portanto, sinais sonoros, gustativos e/ou olfativos. Em alguns casos, as marcas também possuem a função de certificar a conformidade de produtos e/ou serviços com determinadas normas e/ou especificações técnicas.

A Lei n.º 9.279/1996 (“**Lei de Propriedade Industrial**”), dispõe que a propriedade de uma marca adquire-se somente por meio do registro concedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (“**INPI**”), autarquia federal responsável pelo registro de marcas, concessão de patentes e outros direitos de propriedade industrial no Brasil. Após a aprovação do registro de marca pelo INPI, o titular de registro de marca passa a deter a propriedade desta, sendo assegurado ao titular o direito de uso exclusivo, em todo território nacional, por um período determinado de 10 (dez) anos, prorrogáveis por períodos iguais e sucessivos, mediante o pagamento de taxas adicionais ao INPI. Tal requisição deverá ser realizada no último ano de validade do registro, ou nos seis meses subsequentes ao término do período de vigência do registro.

Durante o processo de registro, o depositante tem apenas uma expectativa de direito para utilização das marcas depositadas aplicadas para identificação de seus produtos ou serviços e o direito de zelar pela integridade material e/ou reputação do sinal requerido. Essa expectativa pode vir a não

## 1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

se concretizar em direito nas hipóteses de: (i) falta de pagamento das taxas retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento pelo órgão responsável pelo registro; (iii) contestação de terceiros ou (iv) não cumprimento de exigência formulada pelo INPI.

Ainda, relevante destacar que o registro de determinada marca se extingue pela (i) expiração do prazo de vigência (quando da não renovação no prazo adequado); ou (ii) renúncia (abandono voluntário do titular ou pelo representante legal); (iii) caducidade (falta de uso da marca); ou (iv) inobservância do disposto no artigo 217 da Lei de Propriedade Industrial (necessidade da pessoa domiciliada no exterior manter procurador no Brasil), sendo, portanto, um requisito de manutenção do registro de marca a continuidade de seu uso, nos termos do pedido de registro depositado junto ao INPI.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia é titular de marcas, dentre as quais, destaca-se a marca: "ELETROMIDIA", registrada no INPI sob o n.º 818708530.

### **Nomes de Domínio:**

Um nome de domínio é uma identificação de autonomia, autoridade e controle dentro da internet. Os nomes de domínio seguem as regras e procedimentos do Domain Name System ("DNS"), de modo que qualquer nome de domínio registrado no DNS é um nome de domínio. No Brasil, o responsável pelo registro de nomes de domínio, bem como pela administração e publicação do DNS para o domínio ".br", a distribuição de endereços de sites e serviços de manutenção é o Registro.br.

Ademais, a Companhia é titular de alguns nomes de domínio associados às marcas acima mencionadas, entre eles o [www.eletromidia.com.br](http://www.eletromidia.com.br), *website* comercial e institucional da Companhia.

### **(d) contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:**

#### **(i) em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos**

Não aplicável, tendo em vista que, no último exercício social, não foram realizadas quaisquer contribuições financeiras diretamente ou por meio de terceiros em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos; partidos políticos; ou para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas.

#### **(ii) em favor de partidos políticos**

Não aplicável, tendo em vista que, no último exercício social, não foram realizadas quaisquer contribuições financeiras diretamente ou por meio de terceiros em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos; partidos políticos; ou para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas.

#### **(iii) para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos**

Não aplicável, tendo em vista que, no último exercício social, não foram realizadas quaisquer contribuições financeiras diretamente ou por meio de terceiros em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos; partidos políticos; ou para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas.

## **1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior**

### **1.7 – Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior**

**(a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não auferiu receitas no exterior no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

**(b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não auferiu relevantes no exterior no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

## **1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira**

### **1.8 – Efeitos relevantes de regulação estrangeira**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não está sujeita a nenhuma regulação estrangeira em suas atividades.

## 1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

### 1.9. Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

**(a) se a Companhia divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade**

Não aplicável, tendo em vista que, na data deste Formulário de Referência, a Companhia não divulga informações ASG.

**(b) a metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento**

Não aplicável, tendo em vista que, na data deste Formulário de Referência, a Companhia não divulga informações ASG.

**(c) se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso**

Não aplicável, tendo em vista que, na data deste Formulário de Referência, a Companhia não divulga informações ASG.

**(d) a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado**

Não aplicável, tendo em vista que, na data deste Formulário de Referência, a Companhia não divulga informações ASG.

**(e) se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para a Companhia**

Apesar de não divulgar informações ASG, a Companhia atualmente possui uma Matriz de Materialidade baseada em 7 pilares: (i) Dinâmica e composição do Conselho; (ii) Informações aos clientes e usuários; (iii) Prevenção de corrupção e de práticas anticompetitivas; (iv) Consumo de energia e eficiência; (v) Gestão de resíduos; Impactos sociais dos produtos e serviços; e (vi) Respeito aos padrões de direitos humanos e prevenção de violações.

**(f) se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio da Companhia**

A Matriz de Materialidade da Companhia considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Os ODS materiais para a Companhia são:

- ODS 3: Saúde e Bem- Estar
- ODS 4: Educação de qualidade
- ODS 5: Igualdade de gênero
- ODS 8: Trabalho decente e crescimento econômico
- ODS 10: Redução das desigualdades

## 1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

- ODS 11:Cidades e comunidades sustentáveis
- ODS 12: Consumo e produção sustentáveis
- ODS 13: Ação contra a mudança global do clima
- ODS 15: Vida terrestre
- ODS 16: Paz, Justiça e instituições eficazes

**(g) se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas**

Não aplicável, tendo em vista que, na data deste Formulário de Referência, a Companhia não divulga informações ASG.

**(h) se a Companhia realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas**

Não aplicável, tendo em vista que, na data deste Formulário de Referência, a Companhia não realiza inventários para emissão de gases do efeito estufa

**(i) explicação do emissor sobre as seguintes consultas:**

A Companhia está em fase de elaboração de seu primeiro relatório de sustentabilidade e planeja divulgá-lo até o final do ano de 2025.

**(i) a não divulgação de informações ASG**

A Companhia está em fase de elaboração de seu primeiro relatório de sustentabilidade e planeja divulgá-lo até o final do ano de 2025.

**(ii) a não adoção de matriz de materialidade**

A Companhia já adota a matriz de materialidade e planeja divulgar ao mercado o seu relatório de sustentabilidade ao final do ano de 2025.

**(iii) a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG**

No âmbito da elaboração de seu relatório de sustentabilidade, a Companhia planeja considerar os indicadores-chaves de desempenho mencionados no subitem (e) acima.

**(iv) a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas**

A Companhia está desenvolvendo sua estratégia ASG e, há planejamento para que as divulgações e demais informações relacionadas sejam auditadas/revisadas.

**(v) a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas**

No âmbito da elaboração de seu relatório de sustentabilidade, a Companhia planeja considerar os ODS mencionados no subitem (f) acima, que fazem parte de sua Matriz de Materialidade.

## **1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)**

### **(vi) a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa**

A Companhia está avaliando o melhor momento para a realização dos inventários de emissão de gases do efeito estufa.

## **1.10 Informações de sociedade de economia mista**

### **1.10 – Informações de sociedade de economia mista**

**(a) interesse público que justificou sua criação**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

**(b) atuação da Companhia em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

**(c) processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

## **1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante**

### **1.11 – Aquisição ou alienação de ativo relevante**

Todos os eventos ocorridos no último exercício social que importem aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante se enquadram dentro da operação normal dos negócios da Companhia e já foram devidamente descritos nos demais itens deste Formulário de Referência.

## 1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

### 1.12 – Operações societárias/Aumento ou redução de capital

<b>Evento</b>	<b>Aprovação da Aquisição da Eletromidia SP Concessionária de Mobiliário Urbano SPE S.A. (“Eletromidia SP”), atual denominação de Otima Concessionária de Mobiliário Urbano (“Otima”), pelo CADE – 04/03/2023</b>
<b>Principais condições da operação</b>	<p>Foi definitivamente aprovada, sem restrições, pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE a aquisição, pela Companhia, de 74,65% (setenta e quatro vírgula sessenta e cinco por cento) das ações da Eletromidia SP Concessionária de Mobiliário Urbano SPE S.A. (“<b>Eletromidia SP</b>”) pela Publibanca Brasil S.A. (“<b>Publibanca</b>”), subsidiária da Companhia.</p> <p>A partir de 1º de abril de 2022, a Publibanca Brasil S.A., subsidiária da Companhia passa a deter o controle acionária da Eletromidia SP.</p> <p>A Eletromidia SP tem por objeto social a prestação de serviços de utilidade pública na cidade de São Paulo, sob o regime de concessão, consistentes na (i) limpeza, manutenção e conservação de abrigos localizados em pontos de ônibus ou em estações de embarque e desembarque de passageiros, bem como de totens indicativos de ponto de parada de ônibus (“<b>Mobiliários Urbanos</b>”) já existentes; (ii) criação, confecção, instalação e manutenção de novos Mobiliários Urbanos; (iii) realização de obras de infraestrutura necessárias à instalação dos novos Mobiliários Urbanos, em cumprimento à legislação aplicável; e (iv) exploração publicitária, compreendendo a concepção, desenvolvimento e implantação de serviços de propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, com definição do público alvo, gerenciamento dos processos relacionados à definição de circuitos de exposição, bem como elaboração de materiais publicitários e de informações institucionais, com conteúdo de interesse público, para distribuição nos Mobiliários Urbanos, conforme definições, prazos e limites previstos no Contrato de Concessão nº 014129160, decorrente do Edital de Licitação nº 014129160, publicado pela empresa pública São Paulo Obras – SP Obras.</p>
<b>Sociedades envolvidas</b>	<p>Eletromidia S.A.;</p> <p>Publibanca Brasil S.A.; e</p> <p>Eletromidia SP Concessionária de Mobiliário Urbano SPE S.A.</p>
<b>Documentos em que tais informações possam ser encontradas</b>	<p>Informações mais detalhadas podem ser encontradas nos <i>websites</i> de R.I. da Companhia (<a href="https://ri.eletromidia.com.br">https://ri.eletromidia.com.br</a>) e da CVM (<a href="https://www.gov.br/cvm/pt-br">https://www.gov.br/cvm/pt-br</a>).</p>

<b>Evento</b>	<b>Aprovação da Incorporação da TV Minuto e Elemidia- 22/06/2023</b>
<b>Principais condições da operação</b>	<p>Em 22 de junho de 2023, ocorreu a aprovação por meio de AGE a incorporação da TV Minuto S.A. e Elemidia Consultoria e Serviços de Marketing S.A. pela Eletromidia.</p>
<b>Sociedades envolvidas</b>	<p>Eletromidia S.A.;</p> <p>TV Minuto S.A.; e</p> <p>Elemidia Consultoria e Serviços de Marketing S.A..</p>
<b>Documentos em que tais informações possam ser encontradas</b>	<p>Informações mais detalhadas podem ser encontradas nos <i>websites</i> de R.I. da Companhia (<a href="https://ri.eletromidia.com.br">https://ri.eletromidia.com.br</a>) e da CVM (<a href="https://www.gov.br/cvm/pt-br">https://www.gov.br/cvm/pt-br</a>).</p>

**1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital**

Evento	Aprovação do CADE da Aquisição de Ações pela Globo – 12/06/2023
<b>Principais condições da operação</b>	Foi definitivamente aprovada, sem restrições, pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE a transação referente ao contrato de compra e venda e aquisição de 12.000.000 de ações ordinárias de emissão da Eletromidia S.A. (“Companhia”) e de titularidade de seus acionistas Vesuvius LBO – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior e Alexandre Guerrero Martins pela Globo Comunicação e Participações S.A., representativas de aproximadamente 8,57% do capital social da Companhia.
<b>Sociedades envolvidas</b>	Eletromidia S.A.; Vesuvius LBO – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior Globo Comunicação e Participações S.A.
<b>Documentos em que tais informações possam ser encontradas</b>	Informações mais detalhadas podem ser encontradas nos <i>websites</i> de R.I. da Companhia ( <a href="https://ri.eletromidia.com.br/">https://ri.eletromidia.com.br/</a> ) e da CVM ( <a href="https://www.gov.br/cvm/pt-br">https://www.gov.br/cvm/pt-br</a> ).

Evento	Aprovação do CADE do contrato de transferência do controle acionário – 18/12/2024
<b>Principais condições da operação</b>	Foi definitivamente aprovada, sem restrições, pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE a transação referente à alienação da totalidade das ações de emissão da Companhia detidas pelo Vesuvius LBO – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior para a Globo Comunicação e Participações S.A.
<b>Sociedades envolvidas</b>	Eletromidia S.A.; Vesuvius LBO – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior Globo Comunicação e Participações S.A.
<b>Documentos em que tais informações possam ser encontradas</b>	Informações mais detalhadas podem ser encontradas nos <i>websites</i> de R.I. da Companhia ( <a href="https://ri.eletromidia.com.br/">https://ri.eletromidia.com.br/</a> ) e da CVM ( <a href="https://www.gov.br/cvm/pt-br">https://www.gov.br/cvm/pt-br</a> ).

## 1.13 Acordos de acionistas

### 1.13 – Acordo de acionistas

**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não aplicável, tendo em vista que, na data deste Formulário de Referência, não existe nenhum acordo de acionistas em vigência arquivado na sede da Companhia.

## **1.14 Alterações significativas na condução dos negócios**

### **1.14 – Alterações significativas na condução dos negócios**

No último exercício social, não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

## **1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas**

### **1.15 – Principais clientes**

Desde a constituição da Companhia, não foi celebrado nenhum contrato relevante pela Companhia ou por suas controladas que não fosse diretamente relacionado com suas atividades operacionais.

## 1.16 Outras informações relevantes

### 1.16 – Outras informações relevantes

#### Informações complementares ao item 1.9

A Companhia planeja divulgar seu primeiro relatório de sustentabilidade ("**Relatório**") no decorrer do ano de 2025. O Relatório está sendo elaborado junto a consultoria especializada seguindo os padrões da metodologia GRI e será auditado.

A Matriz de Materialidade divulgada no sub-item 1.9 acima, servirá de guia para o Relatório. Apesar disso, o Relatório não contemplará as recomendações do TCFD.

Assim que divulgado, o Relatório de Sustentabilidade da Eletromidia estará disponível em seu *website* ([ri.eletromidia.com.br](http://ri.eletromidia.com.br)).

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### 2.1 - Condições financeiras e patrimoniais

As informações financeiras contidas nos itens 2.1 a 2.10, foram derivadas e devem ser lidas em conjunto com nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas em geral significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens das demonstrações financeiras ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual de determinado item em relação à receita líquida para os períodos aplicáveis aos resultados das operações, ou em relação ao total ativo e/ou total do passivo e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para o balanço patrimonial.

#### (a) comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais

Os Diretores da Companhia entendem que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para implementar o seu plano de negócios para os próximos doze meses e cumprir com seus passivos de curto prazo. Os Diretores entendem que a geração de caixa operacional, juntamente com recursos de terceiros disponíveis, são suficientes para atender o financiamento de nossas atividades e cobrir nossa necessidade de recursos para execução do nosso plano de negócios para os próximos doze meses. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, o lucro líquido foi de R\$ 92,7 milhões em comparação ao lucro líquido de R\$ 51,4 milhões no exercício de 2022. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado foram de R\$ 346.0 milhões e 36,9%, respectivamente, em comparação a R\$ 251.8 milhões e 31,5%, respectivamente, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Na opinião dos Diretores da Companhia, esse crescimento pode ser atribuído a retomada dos grandes eventos no país que proporcionaram uma oportunidade única para a empresa destacar sua presença, com projetos criativos e imersivos. Adicionalmente, a digitalização emergiu como uma força transformadora no mercado, e a Eletromidia saiu na frente. A expansão dos números de painéis digitais publicitários em todo Brasil com uma maior digitalização em São Paulo mostrou nosso compromisso com a inovação e a conectividade nas cidades. O passivo total (passivo circulante e passivo não circulante) da Companhia em 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 1,5 bilhão em comparação com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 que foi de R\$ 1,1 bilhão.

O EBITDA Ajustado não é uma medida contábil reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil (“**BR GAAP**”), nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial*

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

*Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido (prejuízo), como indicador de desempenho operacional, como substituto do fluxo de caixa, como indicador de liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. Não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. Para detalhes da reconciliação do lucro líquido (prejuízo) com o EBITDA Ajustado, ver item 2.5 deste Formulário de Referência.

(Em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Receita Líquida	938.662	799.978
Lucro Líquido (prejuízo) <sup>(1)</sup>	92.694	51.410
EBITDA Ajustado <sup>(1) (2)</sup>	346.012	251.820
Margem EBITDA <sup>(3)</sup>	36,9%	31,5%

<sup>(1)</sup> Inclui os efeitos da adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16 a partir de 1º de janeiro de 2019.

<sup>(2)</sup> O EBITDA Ajustado não é uma medida contábil reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"), nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido (prejuízo), como indicador do desempenho operacional, como substituto do fluxo de caixa, como indicador de liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. Não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. Para detalhes da reconciliação do lucro líquido (prejuízo) com o EBITDA Ajustado, ver item 2.5 deste Formulário de Referência.

<sup>(3)</sup> A Margem EBITDA Ajustado é calculada pela divisão do EBITDA Ajustado pela receita líquida. Para mais informações, ver item 2.5 deste Formulário de Referência da Companhia.

### Índice de Liquidez

(Em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Ativo circulante (a)	825.263	410.827
Ativo realizável a longo prazo <sup>(1) (b)</sup>	149.552	153.921
Passivo circulante (c)	717.629	555.052
Passivo não circulante (d)	770.056	548.996
Índice de Liquidez Geral (a+b) / (c+d)	0,66	0,51
Índice de Liquidez Corrente (a) / (c)	1,15	0,74

<sup>(1)</sup> Refere-se ao ativo não circulante consolidado deduzido do imobilizado, intangível e direito de uso.

Os índices de Liquidez Geral e Corrente estão impactados no ativo principalmente pela reestruturação e alongamento da dívida com terceiros, além do crescimento das vendas impulsionado pelo desempenho do segmento.

### Dívida Bruta e Dívida Líquida

A Dívida Bruta da Companhia refere-se ao total de empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo de arrendamento.

A Dívida Líquida da Companhia refere-se ao total de empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo de arrendamento deduzido do caixa e equivalentes de caixa.

A Dívida Bruta e a Dívida Líquida não são medidas de desempenho, endividamento ou liquidez reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas IFRS e não possuem um

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Bruta e a Dívida Líquida de maneira diferente da Companhia.

A tabela abaixo apresenta a Dívida Bruta e a Dívida Líquida da Companhia em 31 de dezembro de 2023 comparado a 31 de dezembro de 2022:

(Em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2023	2022
(+) Debêntures	750.471	477.489
(+) Empréstimos e financiamentos	199.009	206.471
(+) Passivo de arrendamento <sup>(1)</sup>	45.791	9.552
Dívida Bruta	995.271	693.512
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(487.054)	(168.821)
Dívida Líquida	508.217	524.691

<sup>(1)</sup> Os passivos de arrendamento considerados na dívida bruta para fins de demonstrações financeiras, não são tratados como dívida financeira para fins de análises internas da Diretoria da Companhia e também não são considerados para cálculo do covenants.

Como explicado no tópico sobre liquidez, a dívida bruta apresentou um crescimento por consequência da reestruturação e alongamento da dívida com terceiros, não apresentando impacto relevante sobre a variação da dívida líquida.

### Retorno sobre o patrimônio líquido (ROE – Return Over Equity)

O retorno sobre o patrimônio líquido (ROE) significa retorno sobre o patrimônio líquido e é obtido pela razão do lucro líquido (prejuízo) pelo patrimônio líquido. O ROE não é uma medida contábil reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas IFRS, emitidas pelo IASB e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular o ROE de maneira diferente da Companhia.

A Companhia entende que a apresentação do ROE é apropriada na medida em que permite demonstrar a capacidade de geração de valor da Companhia a partir da aplicação dos recursos de seus acionistas.

A tabela abaixo apresenta os valores do ROE referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 comparado a 31 de dezembro de 2022:

(Em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Lucro líquido	92.694	51.410
Patrimônio líquido	1.045.815	953.986
<b>ROE</b>	<b>8,9%</b>	<b>5,4%</b>

### (b) comentários dos Diretores sobre a estrutura de capital

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentava patrimônio líquido de R\$ 1.045.815 milhões comparado com 31 de dezembro de 2022, que Companhia apresentava patrimônio líquido de R\$953.986 milhões.

Acreditamos que nossa estrutura de capital na data indicada era condizente, em nossa visão, com nossas atividades, na proporção apresentada na tabela abaixo:

Exercício social encerrado em
-------------------------------

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(Em R\$ milhares, exceto %)	31 de dezembro de	
	2023	2022
(+) Debêntures (circulante e não circulante)	750.471	477.489
(+) Empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante)	199.009	206.471
(+) Passivo de arrendamento (circulante e não circulante) <sup>(1)</sup>	45.791	9.552
(-) Caixa e equivalente de caixa	(487.054)	(168.821)
<b>Dívida Líquida<sup>(2)</sup></b>	<b>508.217</b>	<b>524.691</b>
Patrimônio líquido (capital próprio)	1.045.815	953.986
Total do passivo (capital de terceiros)	1.487.685	1.104.048
<b>Capital Total<sup>(3)</sup></b>	<b>2.533.500</b>	<b>2.058.033</b>
% Capital de Terceiros	58,7%	53,6%
% Capital Próprio	41,3%	46,4%

<sup>(1)</sup> Os passivos de arrendamento considerados na dívida bruta para fins de demonstrações financeiras, não são tratados como dívida financeira para fins de análises internas da Diretoria da Companhia e também não são considerados para cálculo do *covenants*.

<sup>(2)</sup> A Dívida Líquida da Companhia é definida como o total de empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo de arrendamento menos o saldo de caixa e equivalentes de caixa. A Dívida Líquida não é uma medida de desempenho, endividamento ou liquidez reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas IFRS e não possuem um significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Líquida de maneira diferente da Companhia. Para mais informações, ver item 2.5 deste Formulário de Referência da Companhia.

<sup>(3)</sup> Refere-se à soma do patrimônio líquido e total do passivo.

### (c) comentários dos Diretores em relação à capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

No último exercício social, nossas necessidades de recursos foram suportadas por nossa capacidade de geração de caixa operacional e por meio de captação de recursos de terceiros.

A administração da Companhia entende que seus níveis de geração de caixa operacional e de endividamento a permitem conduzir suas atividades operacionais, bem como implementar sua estratégia de expansão e crescimento, mediante o uso de recursos próprios e a contratação de empréstimos e financiamentos para esses fins. Os Diretores da Companhia acreditam ter condições de contratar e capacidade para honrar os empréstimos e financiamentos contratados no curso normal das atividades da Companhia.

O índice de liquidez da Companhia em 31 de dezembro de 2023 comparado a 31 de dezembro de 2022 está demonstrado na tabela abaixo:

(Em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em	
	31 de dezembro de	
	2023	2022
Ativo circulante (a)	825.263	410.827
Passivo circulante (b)	717.629	555.051
Liquidez Corrente (a / b)	1,15	0,74

Em 31 de dezembro de 2023, o ativo circulante da Companhia era de R\$ 825,3 milhões, e era superior em R\$ 107,6 milhões ao passivo circulante, que era de R\$ 717,6 milhões, representando um índice de liquidez corrente de 1,15, sendo que, em 31 de dezembro de 2022, o ativo circulante da Companhia era de R\$ 410,9 milhões, e era inferior em R\$ 144,2 milhões ao passivo circulante, que era de R\$ 555,1 milhões, representando um índice de liquidez corrente de 0,74.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A Dívida Bruta e Dívida Líquida da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 está demonstrada na tabela abaixo:

(Em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2023	2022
(+) Debêntures	750.471	477.489
(+) Empréstimos e financiamentos	199.009	206.471
(+) Passivo de arrendamento <sup>(1)</sup>	45.791	9.552
Dívida Bruta	995.271	693.512
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(487.054)	(168.821)
Dívida Líquida	508.217	524.691

<sup>(1)</sup> Os passivos de arrendamento considerados na dívida bruta para fins de demonstrações financeiras, não são tratados como dívida financeira para fins de análises internas da Diretoria da Companhia e também não são considerados para cálculo do *covenants*.

A Dívida Bruta, que corresponde a empréstimos e financiamentos e debêntures (circulante e não circulante) da Companhia em 31 de dezembro de 2023 é substancialmente de longo prazo, conforme segregação demonstrada no quadro abaixo:

(Em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2023	2022
(+) Empréstimos e financiamentos e debêntures - Circulante	336.271	283.920
(+) Empréstimos e financiamentos e debêntures - Não Circulante	659.000	409.592
Dívida Bruta	995.271	693.512
% Passivo Circulante	33,8	40,9
% Passivo Não Circulante	66,2	59,1
Dívida Bruta	100,0	100,0

Em 31 de dezembro de 2023, tínhamos 66,2% ou R\$ 659,0 milhões, da nossa Dívida Bruta com data de liquidação no longo prazo (%) e 33,8% ou R\$ 336,3 milhões, da nossa Dívida Bruta com data de liquidação no curto prazo (%), sendo que em 31 de dezembro de 2022, tínhamos 59,1% ou R\$ 409,6 milhões, da nossa Dívida Bruta com data de liquidação no longo prazo (%) e 40,6% ou R\$ 283,9 milhões, da nossa Dívida Bruta com data de liquidação no curto prazo (%).

### (d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Temos financiado nossas operações, capital de giro e despesas de capital, principalmente com caixa líquido gerado por nossas atividades operacionais.

No curso ordinário de nossos negócios, nós utilizamos o caixa oriundo de nossas operações, principalmente, para financiar nossa necessidade de capital de giro, cumprir nossas obrigações, investir em melhorias na operação da Companhia.

A Diretoria entende que, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, as principais fontes de financiamento utilizadas para capital de giro e investimentos em ativos não circulantes foram: (i) fluxo de caixa gerado por nossas atividades operacionais; e (ii) linhas de crédito para capital de giro junto a bancos.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Tais fontes de financiamento foram utilizadas pela Companhia, principalmente, para cobrir custos e despesas relacionados a: (i) operações e negócios; (ii) exigência de pagamento decorrentes de seus contratos financeiros; (iii) exigências de pagamento decorrentes de linhas de crédito para capital de giro, dentre outras obrigações.

A Diretoria entende que tais fontes de financiamento estão adequadas ao perfil do endividamento da Companhia, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando a capacidade de pagamento da Companhia.

Nossos empréstimos e financiamentos e debêntures em aberto em 31 de dezembro de 2023 estão detalhados abaixo no item 2.1(f) deste Formulário de Referência.

### (e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A principal fonte de recurso que dispomos para as nossas necessidades de capital, a qual pretendemos utilizar no curso regular dos nossos negócios é o nosso caixa operacional. Os Diretores da Companhia acreditam que essas disponibilidades são suficientes para atender as nossas necessidades regulares de capital pelos próximos 12 meses.

Dessa maneira, acreditamos que o nosso caixa operacional será suficiente para financiar, pelos próximos 12 meses, as nossas necessidades de capital de giro.

### (f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Os Diretores reportaram que, em 31 de dezembro de 2023, o saldo dos empréstimos e financiamentos e debêntures (circulante e não circulante) da Companhia era de R\$ 949,5 milhões, em Real e indexado ao CDI, sendo que, em 31 de dezembro de 2022, o saldo dos empréstimos e financiamentos e debêntures (circulante e não circulante) da nossa Companhia era de R\$ 683,9 milhões, em Real e indexado ao CDI.

Nossa dívida líquida, calculada pela soma dos nossos empréstimos e financiamentos e debêntures e passivo de arrendamento, circulante e não circulante, deduzidos do caixa e equivalentes de caixa, totalizou R\$ 508,2 milhões em 31 de dezembro de 2023 e R\$ 524,7 milhões em 31 de dezembro de 2022.

A tabela abaixo demonstra a abertura de nossos empréstimos e financiamentos e debêntures em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 junto a instituições financeiras:

Instituição Financeira	Tipo	Vencimento	Taxa de Juros anual	Saldo em 31 de dezembro de <sup>(1)</sup>	
				2023	2022
Bradesco, Banco do Brasil e Santander	Debênture	20/03/2026	CDI + 2,70%	339.624	477.489
Bradesco, Santander e Itaú	Debênture	24/08/2028	CDI + 2,80%	360.766	-
Banco ABC	Notas Comerciais	20/03/2024	CDI + 2,80%	50.081	-
FINISA	CDC	30/06/2025	CDI + 2,5% a.a	15.942	96.580
FINEP	Financiamento de Estudos e Projetos	31/12/2030	TJLP + 3,3% a.a	9.070	9.168
Banco Santander (Luxembourg)	Empréstimo USD	31/03/2024	CDI + 2,50% a.a	54.730	-
Banco Citibank (New York)	Empréstimo USD	31/01/2026	CDI + 2,70% a.a	119.267	-
Banco do Brasil (Frankfurt)	Empréstimo EUR	31/08/2023	CDI + 2,50% a.a	-	100.596
Banco Santander	Conta	28/02/2023	CDI + 0,40%	-	127

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

	Garantida	a.m		
Total			949.480	683.960

### (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

(i) 7ª (Sétima) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirográfica, em Série Única, para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático de Distribuição, da Eletromidia S.A.", no valor de R\$ 800.000.000 (oitocentos milhões de reais), por meio da emissão de 800.000 (oitocentas mil) debêntures, com valor unitário de R\$1.000,00 ("Valor Nominal Unitário") em 05 de fevereiro de 2025 (Data de Emissão). O valor nominal unitário das debêntures será amortizado sempre no dia 20 dos meses de maio e novembro de cada ano. A atualização dos juros é calculada com base em 100% do D.I. e juros de 2,00% a.a.

(ii) 6ª (Sexta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirográfica, em Série Única, para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático de Distribuição, da Eletromidia S.A.", no valor de R\$ 500.000.000 (quinhentos milhões de reais), por meio da emissão de 500.000 (quinhentas mil) debêntures, com valor unitário de R\$1.000,00 ("Valor Nominal Unitário") em 20 de novembro de 2024 (Data de Emissão). O valor nominal unitário das debêntures será amortizado semestralmente, a partir do 36º mês contado da data de emissão. A atualização dos juros é calculada com base em 100% do D.I. e juros de 1,70% a.a.

(iii) 5ª (Quinta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirográfica, em Série Única, para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático de Distribuição, da Eletromidia S.A.", no valor de R\$ 800.000.000 (oitocentos milhões de reais), por meio da emissão de 800.000 (oitocentas mil) debêntures, com valor unitário de R\$1.000,00 ("Valor Nominal Unitário") em 20 de maio de 2024 (Data de Emissão). O valor nominal unitário das debêntures será amortizado semestralmente, a partir do 24º mês contado da data de emissão. A atualização dos juros é calculada com base em 100% do D.I. e juros de 2,00% a.a.

(iv) 4ª (Quarta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático de Distribuição, da Eletromidia S.A.", no valor de R\$ 350.000.000 (trezentos e cinquenta milhões de reais), por meio da emissão de 350.000 (trezentos e cinquenta mil) debêntures, com valor unitário de R\$1.000,00 ("Valor Nominal Unitário") em 24 de agosto de 2023 (Data de Emissão). O valor nominal unitário das debêntures será amortizado semestralmente, a partir do 24º mês contado da data de emissão. A atualização dos juros é calculada com base em 100% do D.I. e juros de 2,80% a.a.

(v) Empréstimo com o Banco Santander S.A. no valor de US\$ 11.311.790,66 (onze milhões trezentos e onze mil e setecentos e noventa dólares dos Estados Unidos e sessenta e seis centavos), correspondentes a R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), com prazo de vencimento de até 367 (trezentos e sessenta e sete) dias e taxa de até 2,50% (dois virgula cinco) por cento ao ano, e (ii) Empréstimo Financeiro Direto Lei 4131 - derivativo do tipo swap com recebimento de variação cambial mais 2,50% (dois virgula cinco por cento) ao ano, com a contrapartida de pagamento de CDI mais taxa de até 7,29% (sete virgula, vinte e nove por cento) ao ano, considerando o custo da comissão da estruturação financeira de R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais) incidente sobre o valor total do financiamento efetivamente desembolsado com gross up, a ser convertido em moeda corrente nacional e prestação de fiança em aplicação financeira do dia 15/03/2023 CDB no valor de R\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais).

(vi) Empréstimo com o Banco Citibank S.A. no valor de US\$ 24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de dólares norte-americanos), correspondentes a R\$ 117.840.000,00 (cento e dezessete milhões, oitocentos e quarenta mil reais), com prazo de vencimento de até 994 (novecentos e noventa e quatro) dias e taxa de até 2,70% (dois virgula sete) por cento ao ano, e (ii) Empréstimo Financeiro Direto Lei 4131 - derivativo do tipo swap com recebimento de variação cambial mais 2,70% (dois virgula sete por cento) ao ano, com a contrapartida de pagamento de CDI mais taxa de até 7,28% (sete virgula, vinte e oito por cento) ao ano, considerando o custo da comissão da estruturação financeira de R\$ 1.473.000,00 (um milhão quatrocentos e setenta e três mil reais), incidente sobre o valor total do

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

financiamento efetivamente desembolsado com gross up, a ser convertido em moeda corrente nacional e prestação de fiança pela Elemidia Consultoria e Serviços de Marketing S.A., inscrita no CNPJ 05.881.258/0001-68 ; Publibanca Brasil S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 24.120.261/0001-03 e TV Minuto S.A., inscrita no CNPJ 14.369.047/0001-31.

### (ii) outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras

A Companhia não possui outras relações financeiras de longo prazo diferentes das descritas no item logo acima.

### (iii) grau de subordinação entre as dívidas da Companhia

As Debêntures possuem cláusulas específicas para penalidade em caso de não cumprimento dessas. O não cumprimento dessas cláusulas previstas nos acordos efetuados com as instituições listadas acima é caracterizado por descumprimento de *covenants* ou descumprimento de cláusula contratual, resultando na liquidação antecipada do contrato. O período de mensuração do complemento dessas

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

cláusulas ocorre por ocasião das demonstrações financeiras anuais, não havendo em períodos intermediários.

Para 3ª Emissão de Debêntures, de acordo com os termos contratuais, os eventos que podem gerar uma aceleração no vencimento das Debêntures são: decisão judicial que declare inexecutível a escritura de emissão das Debêntures, a fiança ou o contrato de cessão fiduciária, inadimplemento pela Companhia de qualquer obrigação pecuniária relativas às Debêntures prevista na escritura de emissão das Debêntures, transformação do tipo societária da Companhia, deixando de ser uma sociedade por ações, *cross default*, *cross-acceleration* no prazo e limites superiores aos previstos na escritura de emissão das debêntures, aplicação de recursos das Debêntures diversa do previsto na escritura de emissão das debêntures, pedidos de recuperação judicial ou falência, reorganizações societárias, mudança no objeto social ou no controle acionário da Companhia.

A seguir é detalhado o método de cálculo dos *covenants* da 3ª Emissão de Debêntures:

A Companhia deve manter um índice financeiro de Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,00x referentes aos exercícios fiscais a se encerrar a partir de 31 de dezembro de 2023 (inclusive) com base nos indicadores pro forma, sendo a definição de EBITDA, para tal fim, o “lucro operacional antes de receitas e despesas financeiras, excluindo receitas e despesas não recorrentes, resultado não operacional, participações minoritárias, tributos, amortização e depreciação ao longo dos últimos 12 meses”. No caso de aquisições de novos contratos adquiridos ao longo dos últimos 12 meses que não estejam integralmente consolidados nas demonstrações financeiras anuais, o cálculo será *pro forma* considerando 12 meses integrais de operação de tal aquisição ou contrato. A medição do referido índice é anual, com base nas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de cada ano. A inobservância do indicador poderá acarretar vencimento antecipado não automático.

Em 17 de dezembro de 2020 foi aprovada pelos titulares das Debêntures em assembleia geral de debenturistas a postergação do início da apuração dos índices financeiros de Dívida Líquida/EBITDA (*covenants*) relacionados às Debêntures para o ano de 2022, considerando o período de referência o exercício fiscal encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Para fins das Debêntures, entende-se por:

Dívida Líquida para fins de *covenants* significa o somatório resultante (a) da soma de (i) empréstimos, financiamentos, linhas de crédito com qualquer instituição financeira ou no mercado de capitais que possuam valor utilizado em aberto, (ii) *leasings* financeiros, (iii) parcelas não pagas de aquisições, desde que tais parcelas tenham vencimento inferior ou igual ao vencimento final das Debêntures, (iv) impostos parcelados e (v) mútuos ou qualquer outra forma de passivo com partes relacionadas, exceto se celebrados entre a Companhia e as Garantidoras ou mútuos com partes relacionadas com cronograma de amortização subordinado à Emissão, e (b) da subtração de caixa e equivalentes; e

EBITDA significa o lucro operacional antes de despesas e receitas financeiras, excluindo receitas e despesas não recorrentes, resultado não operacional, participações minoritárias, tributos, amortização e depreciação ao longo dos últimos 12 (doze) meses, conforme cada item seja reportado nas demonstrações financeiras da Companhia. Em caso de aquisições ou novos contratos adquiridos ao longo dos últimos 12 (doze) meses que não estejam integralmente consolidados nas demonstrações financeiras anuais, o cálculo do EBITDA será *pro forma* considerando os 12 (doze) meses integrais de operação de tal aquisição ou contrato.

A Escritura de Emissão contém, ainda, outros *covenants*, tais como:

- (i) *cross-default* e *cross-acceleration* de obrigações pecuniárias da Companhia e das garantidoras (Elemídia Consultoria e Serviços de Marketing S.A. e TV Minuto S.A.), em valor superior a R\$ 10 milhões de reais;
- (ii) vedação à alienação de ativos pela Companhia e/ou pelas garantidoras (Elemídia Consultoria e Serviços de Marketing S.A. e TV Minuto S.A.) que representem valor individual ou agregado superior a R\$ 15% dos ativos totais da Companhia e/ou das garantidoras;

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

- (iii) vedação à alteração de controle da Companhia ou das garantidoras (Elemídia Consultoria e Serviços de Marketing S.A. e TV Minuto S.A.); e
- (iv) restrição à distribuição de dividendos, exceto dividendos obrigatório, caso esteja em mora com pecuniárias ou não cumprimento do indicador financeiro.

A seguir é detalhado o método de cálculo dos *covenants* referente aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022:

(Em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2023	2022
(+) Debêntures	750.471	477.489
(+) Empréstimos, financiamentos	199.009	206.471
(+) Passivo de Arrendamento <sup>(1)</sup>	45.791	9.552
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(487.054)	(168.821)
<b>Dívida Líquida</b>	<b>508.217</b>	<b>524.691</b>
<b>EBITDA Ajustado<sup>(2)</sup></b>	<b>346.012</b>	<b>251.820</b>
<b>Dívida Líquida / EBITDA Ajustado</b>	<b>1,5</b>	<b>2,1</b>

<sup>(1)</sup> Os passivos de arrendamento considerados na dívida bruta para fins de demonstrações financeiras, não são tratados como dívida financeira para fins de análises internas da Diretoria da Companhia e também não são considerados para cálculo do *covenants*.

<sup>(2)</sup> De acordo com a 3ª emissão de debêntures, em 31 de dezembro de 2022, para fins de cálculo foi considerado o EBITDA pro forma considerando o resultado anualizado da Eletromídia SP Concessionária de Mobiliário Urbano SPE S.A. ("Eletromídia SP"), atual denominação de Ótima Concessionária de Mobiliário Urbano ("Ótima").

**(iv) restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.**

As restrições impostas à Companhia foram descritas no item (iii) acima.

### (g) limites de utilização dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não dispunha de nenhum contrato de financiamento com limites de utilização disponíveis para utilização.

### (h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Os quadros a seguir apresentam um sumário das informações financeiras e operacionais da Companhia para os exercícios indicados. As informações a seguir devem ser lidas e analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia disponíveis no site da Companhia (<https://ri.eletromidia.com.br/>) e no site da CVM ([www.gov.br/cvm](http://www.gov.br/cvm)).

## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

**Análise comparativa das demonstrações de resultado consolidadas para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022**

(Em R\$ mil, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2023	AV	2022	AV	AH
<b>Receita, líquida</b>	<b>938.662</b>	<b>100,0%</b>	<b>799.978</b>	<b>100,0%</b>	<b>17,3%</b>
Custos dos serviços prestados	(492.503)	-52,5%	(476.670)	-59,6%	3,3%
<b>Lucro bruto</b>	<b>446.159</b>	<b>47,5%</b>	<b>323.308</b>	<b>40,4%</b>	<b>38,0%</b>
Despesas Gerais e administrativas	(224.954)	-24,0%	(171.519)	-21,4%	31,2%
Despesas Comerciais	(23.819)	-2,5%	(17.801)	-2,2%	33,8%

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Outras receitas (despesas), líquidas	16.970	1,8%	433	0,1%	3.819,2%
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>	<b>(231.803)</b>	<b>-24,7%</b>	<b>(188.887)</b>	<b>-23,6%</b>	<b>22,7%</b>
<b>Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e tributos</b>	<b>214.356</b>	<b>22,8%</b>	<b>134.421</b>	<b>16,8%</b>	<b>59,5%</b>
Receitas financeiras	38.648	4,1%	45.756	5,7%	-15,5%
Despesas financeiras	(153.346)	-16,3%	(134.840)	-16,9%	13,7%
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<b>(114.698)</b>	<b>-12,2%</b>	<b>(89.084)</b>	<b>-11,1%</b>	<b>28,8%</b>
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>99.658</b>	<b>10,6%</b>	<b>45.337</b>	<b>5,7%</b>	<b>119,8%</b>
Imposto de renda e contribuição social – corrente	(12.960)	-1,4%	(916)	-0,1%	1.314,8%
Imposto de renda e contribuição social – diferido	5.996	0,6%	6.989	0,9%	-14,2%
<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>	<b>92.694</b>	<b>9,9%</b>	<b>51.410</b>	<b>6,4%</b>	<b>80,3%</b>

### *Receita líquida*

A receita líquida totalizou R\$ 938,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, representando um aumento de R\$ 138,7 milhões, ou 17,3%, quando comparado com o valor de R\$ 800,0 milhões, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Esse aumento pode ser atribuído em grande parte ao desempenho da consolidação dos investimentos realizados no período incluindo a finalização das concessões, digitalizações de ativos, expansão de parcerias e o ótimo resultado das plataformas e programas de ADS e da Eletromidia Aqui. Vale ressaltar que a vertical de ruas apresentou o maior crescimento, 75% em comparação a 2022, principalmente pela expansão para cidades como Salvador, Recife e Florianópolis, além da expansão da parceria com a TemBici.

### *Custo dos serviços prestados*

O custo dos serviços prestados totalizou R\$ 492,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, representando um aumento de R\$ 15,8 milhões, ou 3,3%, quando comparado com o valor de R\$ 476,7 milhões, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Este crescimento é sobretudo atribuído ao aumento do volume de vendas do período, principalmente relacionado a vertical de Ruas, Edifícios e Shoppings.

### *Lucro Bruto*

O lucro bruto totalizou R\$ 446,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, representando um aumento de R\$ 122,9 milhões, ou 38,0%, quando comparado com o valor de R\$ 323,3 milhões, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. O crescimento do lucro bruto decorreu da boa performance de vendas e incremento da margem bruta, esta última, reflexo do mix de vendas e diluição de custos fixos da empresa. Além disso, a empresa obteve uma Margem Bruta de 47,5% e 40,4% em 2023 e 2022, respectivamente.

### *Despesas gerais e administrativas, comerciais e outras*

As despesas gerais e administrativas, comerciais e outras totalizaram R\$ 231,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, representando um aumento de R\$ 42,9 milhões, ou 22,7%, quando comparado com o valor de R\$ 188,9 milhões, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Esse aumento se deu principalmente pelo crescimento no quadro de colaboradores, especialmente nas áreas de tecnologia, captação e instalação e despesas comerciais relacionadas ao crescimento de vendas, além dos impactos da consolidação das novas empresas adquiridas.

### *Resultado financeiro, líquido*

O resultado financeiro, líquido totalizou R\$ 114,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

dezembro de 2023, representando um aumento de R\$ 25,6 milhões, ou 28,8%, quando comparado com o valor de R\$ 89,1 milhões, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Essa diferença se deve principalmente pelo (i) incremento da dívida bruta da empresa, (ii) consolidação dos empréstimos da Eletromidia SP a partir de abril de 2022 (iii) pela diferença no saldo de caixa em aplicações com investimentos e aquisições realizadas, e (iv) além dos juros sobre empréstimos decorrentes do aumento da taxa Selic no período.

### *Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social*

O Lucro antes do imposto de renda e contribuição social totalizou R\$ 99,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, representando um aumento de R\$ 54,3 milhões, ou 119,8%, quando comparado com o lucro no valor de R\$ 45,3 milhões, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Esta melhora deve-se ao crescimento das operações da Companhia e à constante busca pela redução dos custos.

### *Imposto de renda e contribuição social (corrente)*

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente totalizou R\$ 13,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, representando um aumento de R\$ 12,0 milhões, ou 1.314,8%, quando comparado com o valor de R\$ 0,9 milhões, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Esse aumento ocorreu devido ao desenquadramento do benéfico do PERSE para as empresas do grupo, resultando no retorno da tributação da CSLL.

### *Imposto de renda e contribuição social (diferido)*

O imposto de renda e contribuição social diferido totalizou crédito de R\$ 6,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, representando uma redução de R\$ 1,0 milhão, ou 14,2%, quando comparado com o valor de R\$ 7,0 milhões, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Esta redução deve-se, principalmente, pela realização dos impostos diferidos sobre prejuízos fiscais, além das variações das diferenças temporárias.

### *Lucro (prejuízo) líquido do exercício*

O lucro do exercício totalizou R\$ 92,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, representando um aumento de R\$ 41,3 milhões, ou 80,3%, quando comparado com o lucro de R\$ 51,4 milhões, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Esse aumento deve-se, principalmente, pelos fatores citados acima.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

### **Comparação entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022**

(Em R\$ mil, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2023	2022	AH
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	227.633	162.404	40,2%
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(169.353)	(494.390)	-65,7%
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	259.953	(79.375)	-427,5%
<b>Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>318.233</b>	<b>(411.361)</b>	<b>-177,4%</b>

### *Fluxo de caixa das atividades operacionais*

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais apresentou um aumento de 40,2%, ou R\$ 65,2 milhões, passando de R\$ 162,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 227,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, variação é explicada principalmente pelo bom desempenho das operações no ano, provenientes de melhorias nas margens e impacto da consolidação das operações das empresas adquiridas no exercício

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

anterior.

### *Fluxo de caixa das atividades de investimentos*

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos apresentou uma redução de 65,7%, ou R\$ 325,0 milhões, passando de R\$ 494,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 169,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a redução, quando comparados com 2022, é explicada principalmente pelos pagamentos das aquisições da Eletromídia SP e Moohb realizadas no exercício anterior.

### *Fluxo de caixa das atividades de financiamentos*

O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos apresentou uma redução de R\$ 339,3 milhões, passando de R\$ 79,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 para uma posição positiva de R\$ 260,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, em decorrência das captações devido as emissões das debêntures para a reestruturação e alongamento da dívida bruta.

## 2.2 Resultados operacional e financeiro

### 2.2 - Resultado operacional e financeiro

#### (a) resultados das operações da Companhia

##### (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Entendemos que a base da sustentação das receitas da Companhia é composta pela prestação de serviços de publicidade (decorrentes de contratos comerciais e licitações).

A receita de contrato com cliente é reconhecida quando a prestação de serviço é efetuada pela veiculação da publicidade dos clientes por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia e suas controladas esperam ter direito em troca desses bens ou serviços. A Companhia e suas controladas concluem, de modo geral, que é o principal em seus contratos de receita.

Os diretores da Companhia entendem que a receita operacional líquida da Companhia é diretamente afetada por inúmeros fatores, inclusive: (a) satisfação dos clientes com os serviços prestados pela Companhia; (ii) práticas comerciais de seus concorrentes; (iii) legislação tributária sobre prestação de serviços; (iv) margem bruta auferida.

Além disso, os aspectos macroeconômicos como a atividade econômica do país, a taxa de desemprego da população, pandemias, outras ações que impactem na perda de audiência, possíveis ações fiscais e regulatórias e diversos outros fatores podem afetar os resultados da Companhia, como o aumento da concorrência em seus mercados e o custo de importação das telas, o qual é diretamente impacto pela taxa de câmbio. Tais fatos, incluindo os já descritos no item 4 deste Formulário de Referência, podem impactar o desempenho da receita dos negócios da Companhia.

##### (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

As operações e clientes da Companhia estão localizados no Brasil e, dessa forma, as condições macroeconômicas do país podem afetar as receitas da Companhia. A receita bruta de vendas é afetada pela inflação, uma vez que, de modo geral, é repassado parte dos aumentos nos custos para os clientes por meio de aumentos de preços.

PIB (Produto Interno Bruto): Crescimento real do PIB e o poder de compra do consumidor são um termômetro preciso para medir o desempenho da atividade econômica do país, que se relaciona ao interesse dos anunciantes em divulgar seus produtos e serviços. O PIB apresentou variação de 2,9% no ano de 2023 e 3,0% no ano de 2022.

Inflação: Impacta diretamente nossas despesas, como salários, custos de repasses, contratos de aluguéis, fretes e materiais de consumo, que em sua maioria, são reajustados anualmente por meio de índices como IGP-M e IPCA. O IPCA, inflação oficial do Brasil, apresentou variação de 4,62% no ano de 2023 e 5,7% em 2022. Para mais informações sobre os impactos da inflação em nossa receita, vide item 2.2 (c) deste Formulário de Referência.

Apesar do cenário macroeconômico desafiador nos último ano, a Companhia apresentou crescimento na sua receita operacional líquida, conforme apresentado no item 2.1 deste Formulário de Referência.

#### (b) variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

A receita bruta da Companhia pode ser impactada pela variação do PIB e nos índices de inflação, uma vez que impacta diretamente nossas despesas (como salários, contratos e insumos) e, também, custos de produção por parte de nossos fornecedores. O IPCA, inflação oficial do Brasil, apresentou variação de 4,62% em 31 de dezembro de 2023 e de 5,79% em 31 de dezembro de 2022. A receita bruta do grupo da Companhia pode ser impactada pela variação do PIB e nos índices de inflação, uma vez que impacta diretamente nossas despesas (como salários, contratos de aluguel e materiais de consumo) e, também, custos de produção por parte de nossos fornecedores. A receita bruta da Companhia totalizou R\$ 1,04 bilhão no exercício 31 de dezembro de 2023 e R\$ 874,3 milhões no exercício 31 de dezembro de 2022.

## 2.2 Resultados operacional e financeiro

Ainda que não existam receitas significativas denominadas em moeda estrangeira e, conseqüentemente, as taxas de câmbio não tenham impacto direto sobre o aumento da nossa receita, existem reflexos indiretos das taxas cambiais sobre custos e inflação, que incorporam o aumento dos insumos em dólares e, posteriormente, repassam para os preços de nossas telas e mobiliário urbano (MUB).

Temos sido, historicamente, capazes de repassar para nossos clientes variações positivas e negativas nos custos de nossos produtos, contudo em períodos mais longos de recessão econômica, pode haver dificuldade no repasse de aumento de custo, o que poderia gerar impacto na margem operacional da Companhia.

Para obter maiores informações sobre as mudanças na receita e os motivos dessas alterações, consulte o item 2.1 (h) do Formulário de Referência.

### **(c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia**

Conforme descrito nos parágrafos anteriores, e no item 4.3 deste Formulário de Referência, as taxas de juro, de inflação e câmbio têm influência na formação de nossa receita operacional, em especial, impactam diretamente nossa estrutura de custos e, portanto, podem impactar o resultado operacional e financeiro da Companhia.

Tais variações nos índices de inflação (IPCA ou IGPM) impactaram diretamente o resultado operacional da Companhia, principalmente: (i) custos de repasses que são corrigidos periodicamente por índices atrelados à inflação; (ii) nas despesas de aluguel de imóveis e (iii) outros custos de serviços prestados e despesas. A receita líquida da Companhia totalizou R\$ 938,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e R\$ 800,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

O risco cambial está relacionado, basicamente, a importação de equipamentos. Dessa forma, a variação nos investimentos em telas e equipamentos está atrelada ao valor desses equipamentos importados, com isso, oscilações no câmbio podem afetar os custos de nossos fornecedores e, conseqüentemente, os preços para nossos clientes.

As aplicações financeiras da Companhia em geral são atreladas ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e, conseqüentemente, refletem as variações incorridas nesses indicadores.

De forma similar, pequenas variações na taxa de câmbio são repassadas para os preços de nossos serviços. A variação cambial afeta os custos de grande parte de nossos fornecedores, de acordo com o grau de nacionalização de cada produto.

Não houve impacto relevante nos resultados da Companhia em função do câmbio no último exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Finalmente, a taxa de juros da economia tem influência nos nossos resultados. Um aumento na taxa de juros poderia desaquecer o mercado como um todo, afetando as nossas receitas com prestação de serviços. Por outro lado, uma redução nos juros básicos da economia estimularia o consumo e reduziria nossas despesas de intermediação financeira, juros de empréstimos bancários e principalmente o custo com a antecipação dos recebíveis.

## **2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases**

### **2.3 - Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases**

**(a) mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2**

Não ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

**(b) opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor**

O relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia referente às demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 não possui ressalvas ou ênfases.

## 2.4 Efeitos relevantes nas DFs

### 2.4 - Efeitos relevantes nas demonstrações financeiras

#### (a) introdução ou alienação de segmento operacional

Os Diretores da Companhia informam que não houve, no último exercício social, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia.

#### (b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

As informações relevantes sobre constituição, aquisição ou alienação de participação societária envolvendo a Companhia e sociedade de seu grupo econômico já foram disponibilizadas no item 1.12 deste Formulário de Referência. Os efeitos das aquisições realizadas pela Companhia encontram-se descritos no item 2.1(f) deste Formulário de Referência.

#### (c) eventos ou operações não usuais

Não houve, durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à nós ou nossas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou em nossos resultados.

## 2.5 Medições não contábeis

### 2.5 - Medições não contábeis

#### (a) valor das medições não contábeis

##### **EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado**

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Resolução da CVM nº 156/22, de 26 de junho de 2022 (RCVM 156/22).

O EBITDA consiste no lucro líquido (prejuízo) ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social corrente e diferido e pela depreciação e amortização. A margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita operacional líquida.

A Margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita líquida.

O EBITDA Ajustado consiste no EBITDA ajustado por (i) Despesas Combinação de Negócios (que referem-se a despesas inerentes aos processos de M&A que ocorreram ao longo dos exercícios – a Administração entende que despesas dessa natureza não devem impactar a geração de caixa operacional da Companhia e por conta disso, para melhor compreensão e análise, ajustamos essas despesas no cálculo do EBITDA Ajustado). (ii) Despesas *Stock Options* (que referem-se às despesas do plano de opção de compras de ações e incentivos que a Companhia concede para os Administradores e funcionários que possuem cargos estratégicos); e (iii) Outros não recorrentes (rubrica na qual estão reconhecidas despesas que não usuais da Companhia, ou seja, despesas que não são inerentes a operação, tais como, reversão de contas a pagar pela aquisição de investimentos, resultado com baixa de ativos, despesas com integração e rescisão de funcionários de empresas adquiridas, despesas previstas em acordo de acionistas (principalmente despesa com plano de saúde) e despesas de consultoria pagas a acionista controlador).

A Margem EBITDA Ajustado é calculada pela divisão do EBITDA Ajustado pela receita líquida.

O EBITDA, a Margem EBITDA, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado não são medidas de lucratividade e/ou desempenho financeiro reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”) e nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), tampouco devem ser consideradas isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido (prejuízo), como medidas de desempenho operacional, alternativa aos fluxos de caixa, como medidas de liquidez ou como base para distribuição de dividendos. Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da RCVM 156/22, a Companhia não pode garantir que outras empresas, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela RCVM 156/22 não seja adotado por outras empresas, o EBITDA divulgado pode não ser comparável.

O EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidas por outras empresas. A tabela abaixo apresenta o EBITDA, a Margem EBITDA, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

(Em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2023	2022
EBITDA <sup>(1)</sup>	352.797	251.674
Margem EBITDA <sup>(2)</sup>	37,6%	31,5%
EBITDA Ajustado	346.012	251.820
Margem EBITDA Ajustado <sup>(3)</sup>	36,9%	31,5%

## 2.5 Medições não contábeis

<sup>(1)</sup> Inclui os efeitos da adoção do IFRS

16 (CPC 06-R2) a partir de 1 de janeiro de 2019.

<sup>(2)</sup> A Margem EBITDA foi calculada pela divisão do EBITDA pela receita líquida.

<sup>(3)</sup> A Margem EBITDA Ajustado foi calculada pela divisão do EBITDA Ajustado pela receita líquida.

### Dívida Bruta e Dívida Líquida

A Dívida Bruta da Companhia refere-se ao total de empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo de arrendamento.

A Dívida Líquida da Companhia refere-se ao total de empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo de arrendamento deduzido do caixa e equivalentes de caixa.

A Dívida Bruta e a Dívida Líquida não são medidas de desempenho, endividamento ou liquidez reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas IFRS e não possuem um significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Bruta e a Dívida Líquida de maneira diferente da Companhia.

A tabela abaixo apresenta a Dívida Bruta e a Dívida Líquida da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022:

(Em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Dívida Bruta <sup>(1)(2)</sup>	995.271	693.512
Dívida Líquida	508.217	524.691

<sup>(1)</sup> Inclui o total do passivo de arrendamento devido a adoção do IFRS 16 (CPC 06-R2) a partir de 1 de janeiro de 2019.

<sup>(2)</sup> Os passivos de arrendamento considerados na dívida bruta para fins de demonstrações financeiras, não são tratados como dívida financeira para fins de análises internas da Diretoria da Companhia e também não são considerados para cálculo do *covenants*.

### Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE – Return Over Equity)

O retorno sobre o patrimônio líquido (ROE) é obtido pela razão do lucro líquido(prejuízo) pelo patrimônio líquido.

O ROE não é uma medida contábil reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas IFRS, emitidas pelo IASB e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular o ROE de maneira diferente da Companhia.

A tabela abaixo apresenta os valores do ROE referente aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2023	2022
ROE <sup>(1)</sup>	8,9%	5,4%

<sup>(1)</sup> Lucro líquido (prejuízo) dividido pelo patrimônio líquido. Inclui os efeitos da adoção do IFRS 16 (CPC 06-R2) a partir de 1 de janeiro de 2019.

### (b) conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

#### EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

(Em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Lucro líquido (prejuízo) <sup>(1)</sup>	92.694	51.410

## 2.5 Medições não contábeis

(+/-) Resultado financeiro, líquido	114.698	89.084
(+/-) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	6.964	(6.073)
(+) Depreciação e amortização	138.441	117.253
<b>EBITDA<sup>(1)</sup></b>	<b>352.797</b>	<b>251.674</b>
(+) Despesas com combinação de negócios <sup>(2)</sup>	126	3.104
Despesas com pagamento baseado em ações (stock options) <sup>(3)</sup>	7.635	1.685
(+/-) Outras despesas (receitas) não recorrentes <sup>(4)</sup>	(14.546)	(4.643)
<b>EBITDA Ajustado<sup>(1)</sup></b>	<b>346.012</b>	<b>251.820</b>
Receita líquida	938.662	799.978
<b>Margem EBITDA<sup>(1) (5)</sup></b>	<b>37,6</b>	<b>31,5</b>
<b>Margem EBITDA Ajustado<sup>(1) (6)</sup></b>	<b>36,9</b>	<b>31,5</b>

<sup>(1)</sup> Inclui os efeitos da adoção do IFRS 16 (CPC 06-R2) a partir de 1 de janeiro de 2019.

<sup>(2)</sup> Refere-se a despesas de diligência legal e comissões de assessores financeiros.

<sup>(3)</sup> Refere-se a despesas com a outorga de opções de compra de ações que se tornaram *vested* no período.

<sup>(4)</sup> Refere-se a despesas com plano de saúde dos fundadores, consultoria de integração de empresas, contrato de prestação de serviços com sociedades integrantes do grupo econômico do acionista controlador. Para mais informações sobre os contratos com o acionista controlador, vide seção 16.3 e seção 16.4 deste Formulário de Referência.

<sup>(5)</sup> Margem EBITDA calculada pela divisão do EBITDA pela receita líquida.

<sup>(6)</sup> Margem EBITDA Ajustado calculada pela divisão do EBITDA Ajustado pela receita líquida.

### Dívida Bruta e Dívida Líquida

(Em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2023	2022
(+) Debêntures	750.471	477.489
(+) Empréstimos e financiamentos	199.009	206.471
(+) Passivo de arrendamento <sup>(1)</sup>	45.791	9.552
<b>Dívida Bruta</b>	<b>995.271</b>	<b>693.512</b>
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(487.054)	(168.821)
<b>Dívida Líquida</b>	<b>508.217</b>	<b>524.691</b>

<sup>(1)</sup> Os passivos de arrendamento considerados na dívida bruta para fins de demonstrações financeiras, não são tratados como dívida financeira para fins de análises internas da Diretoria da Companhia e também não são considerados para cálculo do *covenants*.

### Retorno sobre o patrimônio líquido (ROE – Return Over Equity)

(Em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Lucro líquido (prejuízo)	92.694	51.410
Patrimônio líquido	1.045.815	953.986
<b>ROE</b>	<b>8,9%</b>	<b>5,4</b>

**(c) motivo pelo qual tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações**

#### EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

A Companhia entende que o EBITDA, a Margem EBITDA, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado são medidas não contábeis utilizadas como métricas de desempenho operacional por nossa Administração. Acreditamos que essas medições não contábeis funcionam como ferramentas comparativas relevantes para mensurar, periodicamente, o nosso desempenho operacional e para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. Por conta disso, essas medidas não contábeis são utilizadas, também, como meta da Companhia. Além disso, alguns investidores,

## 2.5 Medições não contábeis

agências de “rating” e analistas financeiros as utilizam como indicador para avaliar o nosso desempenho operacional e financeiro. Essas medidas não contábeis não devem ser consideradas isoladamente ou como substitutas do lucro líquido (prejuízo), do resultado operacional, dos fluxos de caixa, nem como indicador de liquidez, capacidade de pagamento da dívida e/ou base para a distribuição de dividendos de nossa Companhia. O EBITDA e o EBITDA Ajustado funcionam como indicadores de desempenho econômico geral, que não são afetados por flutuações nas taxas de juros, alterações na carga tributária sobre o lucro, nos níveis de despesas de depreciação e amortização, sendo o EBITDA Ajustado não afetado, também, por despesas e/ou receitas julgadas como não operacionais e/ou extraordinárias pela Administração da Companhia.

O EBITDA e o EBITDA Ajustado apresentam limitações que prejudicam a sua utilização como medida de lucratividade, em função de desconsiderarem despesas e/ou receitas que, por sua vez, afetam nosso resultado. Nós utilizamos essas medições não contábeis como medidas de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares.

### **Dívida Bruta e Dívida Líquida**

A Companhia entende que a Dívida Bruta e a Dívida Líquida são medições que contribuem para a compreensão da condição financeira da Companhia, uma vez que mede o grau de endividamento da Companhia em relação à sua respectiva posição de caixa. Outras empresas podem calcular o Caixa Líquido de maneira diferente da utilizada pela Companhia.

### **Retorno sobre o patrimônio líquido (ROE – *Return Over Equity*)**

A Companhia entende que a apresentação do ROE é apropriada na medida em que permite demonstrar a capacidade de geração de valor da Companhia a partir da aplicação dos recursos de seus acionistas.

## **2.6 Eventos subsequentes as DFs**

### **2.6 - Eventos subsequentes às demonstrações financeiras**

Não ocorreram eventos subsequentes às demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

## 2.7 Destinação de resultados

### 2.7 - Destinação dos resultados

	2023
<b>a. regras sobre retenção de lucros</b>	Valor equivalente a 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício será destinado para a formação de reserva legal, até que a reserva atinja o limite de 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia, conforme previsto em lei. Ademais, mediante proposta da administração e posterior aprovação em assembleia geral de acionistas, poderá, nos termos da Lei 6.404/76, conforme alterada (" <b>Lei das S.A.</b> "), ser constituída reservas para contingências, reservas de incentivos fiscais, reserva de lucros a realizar, bem como ocorrer a retenção de reserva de lucros com base em orçamento de capital.
<b>a.i. valores das Retenções de Lucros</b>	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia destinou o lucro líquido conforme segue: (i) R\$ 3,0 milhões a título de dividendos obrigatórios, e (ii) R\$ 9,0 milhões à Reserva de retenção de lucros.
<b>a.ii. percentuais em relação aos lucros totais declarados</b>	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, os percentuais das retenções em relação ao lucro total declarado foram os seguintes: (i) 25% foram destinados aos acionistas em forma de dividendos obrigatórios; e (ii) 75% à Reserva de retenção de lucros.
<b>b. regras sobre distribuição de dividendos</b>	O estatuto social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das S.A., seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.
<b>c. periodicidade das distribuições de dividendos</b>	A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das S.A., ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanço semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.
<b>d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais</b>	A capacidade de a Companhia distribuir dividendos pode ser limitada em razão de <i>covenants</i> de suas debêntures tendo por objeto indicadores financeiros, como a manutenção de um determinado valor de patrimônio líquido.
<b>e. política de destinação de resultados</b>	Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possuía política específica que tratasse sobre destinação de resultados.

## 2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

### 2.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)

(i) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido não evidenciadas nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

(ii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

(iii) contratos de construção não terminada

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

(iv) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

## 2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

### 2.9 - Comentários sobre itens não evidenciados

**(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

**(b) natureza e o propósito da operação**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

**(c) natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

## 2.10 Planos de negócios

### 2.10 - Plano de negócios

#### (a) investimentos

##### (i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os Diretores informam que, para o exercício social de 2024, o Conselho de Administração da Companhia pretende deliberar acerca do valor dos investimentos que serão dispendidos em montante superior ao realizado no ano anterior. Este investimento será destinado para projetos de expansão em todos os ambientes de atuação da Eletromídia, especialmente em ruas.

Os investimentos da Companhia totalizaram R\$ 129,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, conforme demonstrado abaixo:

(Em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2023	AV(%)	2022
Instalações	16,2	-9,3%	17,9
Máquinas e equipamentos	0,3	67,9%	0,2
Móveis e utensílios	0,5	164,3%	0,2
Abrigos	21,4	332,8%	4,9
Totens	1,3	89,8%	0,7
Painéis	30,4	627,7%	4,2
Equipamentos de informática	0,3	436,7%	0,1
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1,4	26,4%	1,1
Importações em andamento	57,8	16,3%	49,7
Outros	-	-100,0%	0,3
<b>Total Investimentos</b>	<b>129,6</b>	<b>63,6%</b>	<b>79,3</b>

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, o crescimento e digitalização do nosso inventário de ativos, ocorreu majoritariamente pela captação orgânica de novos pontos para a instalação de painéis em todos os ambientes de atuação da Companhia, majoritariamente em Ruas e Edifícios e constituição de sociedades as quais possuem contratos celebrados com a administração pública para exploração de mobiliário urbano.

Nos próximos anos planejamos dar continuidade ao nosso modelo de expansão de inventário, através da participação de concorrências de novos contratos, aquisições de concorrentes, bem como através da captação orgânica de novos pontos para instalação de painéis em edifícios, bancas de jornal e shoppings e ainda celebração de contratos com a administração pública para exploração de mobiliário urbano. Nossa estratégia de expansão busca captar uma maior e mais diversificada audiência nos nossos ativos através da ampliação da nossa atuação geográfica e nas nossas verticais de atuação como, ruas, transportes, shoppings, elevadores e aeroportos.

Além da estratégia de expansão de inventário, iremos realizar investimentos na área de tecnologia, reforçando o time interno da Eletromídia através de novas contratações, desenvolvendo novas ferramentas de tecnologia para os nossos clientes integradas aos nossos ativos, além do desenvolvimento de novos produtos como aplicativos, por exemplo, que possam gerar um maior engajamento da nossa audiência.

Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia realizou investimentos de R\$ 129,6, sendo que, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia realizou investimentos de R\$ 79,3 milhões.

O plano de investimentos da Companhia previsto para o ano de 2024 é superior ao realizado no ano

## 2.10 Planos de negócios

anterior. O plano de investimentos é fortemente concentrado na compra, instalação e manutenção de painéis (digitais e estáticos) necessários para a consolidação dos planos de expansão da Companhia. O valor compreende o investimento de todos os ambientes de atuação da Eletromidia e em tecnologia, não está previsto o valor de aquisições ou outorgas.

### **(ii) fontes de financiamento dos investimentos**

Atualmente, de forma a realizar nossos investimentos, a principal fonte de financiamento é a geração de caixa das nossas operações, complementadas com a emissão de empréstimos e financiamento junto a terceiros.

Acreditamos que as fontes de financiamento que utilizamos são adequadas ao nosso perfil de endividamento, atendendo às necessidades de investimentos, sempre preservando o perfil adequado da dívida financeira e, conseqüentemente, a nossa capacidade de pagamento. O relacionamento da Companhia com instituições financeiras de primeira linha permite o eventual acesso a linhas de créditos adicionais, na hipótese de haver necessidade.

### **(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

Os Diretores da Companhia informaram que até o momento não há desinvestimentos em andamento ou previstos.

### **(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia**

Não houve a aquisição de quaisquer plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que possam influenciar de maneira significativa a capacidade produtiva da Companhia.

### **(c) novos produtos e serviços**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

### **(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novas pesquisas já divulgadas.

### **(ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novas pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

### **(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui projetos em desenvolvimento.

### **(iv) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui desenvolvimento de novos produtos e serviços.

### **(d) oportunidades inseridas no plano de negócios da Companhia relacionadas a questões ASG**

A Companhia está em fase de estruturação de grupo de ASG multidisciplinar para realizar as tratativas das temáticas baseados na matriz de materialidade com bases nas atividades e possíveis riscos da Companhia.

## **2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional**

### **2.11 - Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional**

Os Diretores da Companhia informaram que até o momento não há outros fatores com influência relevante não informado.

## 3.1 Projeções divulgadas e premissas

### 3.1. Projeções divulgadas e premissas

**(a) objeto da projeção**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga ou divulgou projeções nos últimos três exercícios sociais.

**(b) período projetado e o prazo de validade da projeção**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga ou divulgou projeções nos últimos três exercícios sociais.

**(c) premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga ou divulgou projeções nos últimos três exercícios sociais.

**(d) valores dos indicadores que são objeto da previsão**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga ou divulgou projeções nos últimos três exercícios sociais.

## 3.2 Acompanhamento das projeções

### 3.2 Projeções divulgadas e premissas

- (a) **Informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga ou divulgou projeções nos últimos três exercícios sociais.

- (b) **Quanto a projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga ou divulgou projeções nos últimos três exercícios sociais.

- (c) **Quanto a projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga ou divulgou projeções nos últimos três exercícios sociais.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

### 4.1. Descrição dos fatores de risco

O investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento referente a qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo e as demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas da Companhia. As atividades, situação financeira, reputação, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir e/ou por outros fatores de risco. O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderá diminuir em razão de qualquer desses riscos, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder parte ou a totalidade de seu investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia.

Os riscos descritos abaixo são, na data deste Formulário de Referência, aqueles que a Companhia conhece e que acredita que podem afetá-la adversamente. Além disso, riscos adicionais não conhecidos atualmente pela Companhia ou que ela considere irrelevantes na data deste Formulário de Referência, também poderão afetá-la adversamente.

Para fins desta seção “4. Fatores de Risco”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter, ou causará ou terá “efeito adverso” ou “efeito negativo” para a Companhia, ou expressões similares, significam que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nas atividades, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros, bem como no preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção “4. Fatores de Risco” devem ser compreendidas nesse contexto.

Determinados fatores de risco que estejam em um sub-item podem também se aplicar a outros sub-ítem deste item 4.1. e do item 4.3. deste Formulário de Referência.

#### (a) emissor

***Se a Companhia não tiver sucesso em implementar sua estratégia de crescimento, suas operações poderão ser adversamente afetadas.***

A estratégia de crescimento da Companhia envolve a expansão da sua rede de locais de atuação, como edifícios comerciais e residenciais, mobiliário urbano, shopping centers, aeroportos e transportes públicos. A aquisição de novos locais pode levar um período significativo de tempo e não há garantia de que a Companhia será capaz de identificar locais adequados ou, mesmo se forem identificados locais adequados, que eles serão convertidos em locais ativos. Entre outras coisas, a Companhia pode experimentar uma competição significativa por locais premium, isto é, com maior concentração de consumidores e poder de compra e mais atraentes a anunciantes, com concorrentes, bem como pode ser incapaz de chegar a termos comerciais aceitáveis com os proprietários dos locais.

Qualquer atraso ou falha em assegurar tais locais pode limitar a capacidade da Companhia de aumentar a receita futura e pode ter um efeito adverso nos negócios, na condição financeira e nos resultados das operações da Companhia. O aumento dos pagamentos para reter os sites existentes ou assegurar novos locais poderia resultar em uma diminuição da lucratividade.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

A implementação e o contínuo alinhamento das principais iniciativas e ações relativas à estratégia de crescimento da Companhia dependem de diversos fatores críticos, dentre os quais competência e capacidade de (i) aproveitar as novas ocasiões de consumo firmando novos contratos de concessão de exploração de publicidade em novos espaços; (ii) fortalecer e expandir a oferta e variedade de produtos e serviços em condições competitivas para a base de clientes da Companhia; (iii) continuar com a estratégia de transformação digital, com o desenvolvimento de das plataforma de painéis digitais da Companhia adicionando captura de dados e implementação de serviços através de soluções de conectividade.

Em contrapartida, a Companhia tem investido em novas tecnologias com o desenvolvimento de soluções adicionais que facilitam o acesso de clientes a nossos ativos e possam contribuir a sua estratégia fortalecendo o relacionamento entre a Companhia e seus potenciais como o “EletromidiaAds”, ferramenta que permite otimizar o acesso a planejamento, base de informações e métricas para a execução de campanhas de forma mais assertiva e estratégica.

Além disso, considerando o caráter sazonal dos negócios da Companhia, existem períodos em que a necessidade de capital de giro é maior. Não existe garantia de que a Companhia terá a oportunidade de: (i) renovar suas linhas de crédito atuais; (ii) ter acesso a novos financiamentos; (iii) emitir valores mobiliários no mercado de capitais em condições favoráveis; (iv) negociar os prazos de pagamento com seus fornecedores em condições atrativas; ou (v) receber de seus clientes em prazos reduzidos. Caso essas condições não ocorram, a Companhia pode se tornar insolvente, incapaz de implementar sua estratégia de crescimento e de responder a pressões de concorrentes ou de financiar iniciativas importantes para a Companhia, o que poderá afetar adversamente e de forma relevante o resultado operacional e situação financeira da Companhia.

Adicionalmente, qualquer mudança material nos mercados financeiros globais ou na economia brasileira, provocada por quaisquer fatores, incluindo em razão de surtos de doenças transmissíveis, tanto regionais como internacionais, pode dificultar tanto o acesso da Companhia a novos financiamentos em termos aceitáveis, quanto a emissão de valores mobiliários em condições favoráveis.

***A Companhia pode não ter sucesso com a sua estratégia de crescimento por meio de aquisições ou parcerias ou celebrações de contratos de concessões, as quais envolvem riscos. Além disso, a Companhia não pode garantir o sucesso de tais aquisições.***

Ao longo de 2023, a Companhia continuou sua estratégia de crescimento orgânico via novas concessões e licitações. Em setembro de 2023, a Eletromidia foi vencedora de dois lotes importantes de concessão de espaços para exploração publicitária no aeroporto Santos Dumont. Além disso, a Companhia continuou com a instalação dos mobiliários urbanos (abrigos de ônibus) nas cidade de Campinas/SP e Porto Alegre/RS, além da instalação de novos mobiliários urbanos (abrigos de ônibus e relógios) na cidade de Salvador/BA e novos relógios na cidade de Recife/PE. No que diz respeito a parcerias, a Eletromidia firmou, em junho de 2023, uma parceria com o grupo Urbmídia para comercializar todos os seus ativos de rua através da estrutura comercial da Eletromidia, gerando novos negócios e aumento de presença numa capital importante para a Companhia. Ainda, a Eletromidia expandiu sua parceria com a Tembici com a assinatura de novas parcerias em cinco capitais ao longo de 2023 – Porto Alegre, Florianópolis, Curitiba, Belo Horizonte e Salvador.

Dessa forma, a Eletromidia segue executando sua estratégia de crescimento que engloba novas aquisições, parcerias novos contratos de concessões. A Companhia também tem mantido sua disciplina de identificar, avaliar e adquirir novas empresas em condições atrativas, realizando

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

cuidadoso processo de avaliação de novos negócios que sejam aderentes às estratégias de longo prazo da Companhia.

Esta estratégia de crescimento via novas aquisições e ou investimentos atrelados a novas parcerias e novas concessões não está isenta de riscos que podem afetar negativamente os resultados da Companhia por diversos fatores. Ao estudar uma nova possibilidade de investimento, a Eletromidia cuidadosamente busca selecionar a melhor oportunidade e estabelecer as premissas mais precisas para realizar uma avaliação econômico-financeira adequada que englobe o seu potencial de crescimento, aspectos operacionais e de integração às operações atuais da Companhia. Apesar dessa cuidadosa avaliação e due diligence, não há garantia de que suas aquisições serão bem-sucedidas. Fatores como mudanças no mercado, falhas na integração pós-aquisição e conflitos culturais entre as organizações envolvidas podem afetar os resultados operacionais da Companhia de maneira adversa.

A estratégia de crescimento da Companhia envolve diversos riscos, dentre os quais se incluem:

- avaliação e estruturação de plano de crescimento com base em premissas que não venham a se concretizar;
- necessidade de recursos adicionais no âmbito de um processo de aquisição e demanda de tempo substancial durante o processo de aquisição;
- aquisição de negócios que não contribuam para a estratégia de crescimento da Companhia;
- aquisição de negócios por valor acima do seu valor real;
- aquisições podem não resultar o aumento previsto em suas receitas advindo de uma aquisição por razões exógenas ao seu controle.
- o processo de auditoria (due diligence) conduzido antes de concluir a aquisição poderá não identificar todos os potenciais passivos contingentes da adquirida, tais como processos administrativos ou judiciais cíveis, fiscais, criminais trabalhistas e previdenciárias, irregularidades na condução dos negócios, contingências relacionadas a propriedade intelectual e a Companhia pode não conseguir cobrar, total ou parcialmente, dos vendedores das respectivas empresas adquiridas as indenizações pactuadas (quando houver) por tais passivos;
- as demonstrações financeiras das empresas adquiridas podem ter sido preparadas em desacordo com as práticas contábeis vigentes ou deficiências significativas de controles internos, ainda que não materializadas podem, por estes ou por outros fatores, não refletir de forma verdadeira e adequada a condição financeira de referida empresa;
- não conclusão das aquisições nas condições que a Companhia vislumbra ou que atendam suas expectativas de retorno;
- eventual não cumprimento de condições precedentes para o fechamento da aquisição; e
- a integração de sistemas e de outros recursos pode ser substancialmente mais demorada e custosa do que o planejado e desviar a atenção da administração da Companhia.

A ocorrência de quaisquer destes fatores ou outros fatores que a administração da Companhia não consiga prever com relação à sua estratégia de crescimento poderá ocasionar um efeito adverso e relevante nos resultados de seus negócios, reputação e na sua condição financeira.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

***A Companhia opera num mercado altamente competitivo, e na hipótese de não conseguir competir, de forma eficaz, seus resultados podem vir a ser afetados negativamente.***

A Companhia opera em uma indústria altamente competitiva e pode não ser capaz de manter ou aumentar suas receitas atuais de publicidade ou sua participação no mercado.

Além da Companhia competir pelo mercado publicitário de mídia out of home com outros operadores do setor, o business de out of home enfrenta concorrência com outros meios de comunicação, tais como televisão, rádio e outros meios de transmissão. Nesse contexto operadores do setor que possuem diversificação de plataformas de transmissão, têm a vantagem de vender produtos publicitários complementares para os anunciantes.

Além disso, a Companhia compete com uma grande variedade de mídia *out of home*, incluindo publicidade em shopping centers, aeroportos, transportes, edifícios, supermercados e táxis.

Caso competidores da Companhia venham a reduzir seus preços, oferecendo condições mais vantajosas para os anunciantes, e a Companhia não consiga acompanhar esses termos, poderá perder clientes potenciais, encontrando, assim, dificuldades no seu crescimento, o que afetaria negativamente a sua situação financeira e negocial e os seus resultados.

Também é possível que novos concorrentes possam emergir e adquirir rapidamente participação de mercado no setor de publicidade digital out of home.

Todos os locais de exposição da Companhia são objetos de contratos, sejam eles contratos concessão, celebrados com o poder público e cessão de espaços celebrados com entes privados. Uma vez encerrados os prazos contratuais, as renovações dos contratos de concessão passam por processo licitatório, e dos contratos privados dependem de renegociação com os anunciantes. Nesse contexto, caso os concorrentes venham a praticar preços mais competitivos, a Companhia pode não conseguir renovar os contratos, perdendo locais de exposição, o que poderia causar um efeito adverso nos negócios, condição financeira e resultados de operações da Companhia.

***A Companhia pode não ser capaz de manter todas as licenças, registros, outorgas e autorizações exigidas para suas operações.***

A Companhia depende de diversos cadastros perante órgãos da Administração Pública federal, estadual e municipal e de licenças, autos de vistoria do corpo de bombeiros (AVCBs) e alvarás para o seu funcionamento. Os alvarás de funcionamento em diversas localidades, bem como as licenças, outorgas e autorizações, possuem prazo de validade e devem ser renovados de tempos em tempos, com ou sem o pagamento de taxas de renovação. Em razão de diversos fatores, incluindo, sem limitação, a falha da Companhia em fazer pedidos tempestivamente e dificuldades e lentidão de alguns órgãos administrativos, a Companhia pode não conseguir obter todas as licenças, alvarás e autorizações necessárias, ou ainda não obter as suas renovações de forma tempestiva.

Além disso, a Companhia pode estar sujeita à regulação e controle de outras autoridades públicas, além daquelas que hoje entende como sendo as únicas competentes, não podendo garantir que tais autoridades tenham um entendimento diverso quanto à necessidade de obtenção de outras licenças, alvarás e autorizações. Não podemos assegurar que a obtenção dessas licenças ocorrerá dentro do cronograma previsto de abertura de novas lojas e centro de distribuição.

Ainda, a Companhia está sujeita a possível alteração de legislação vigente, incluindo mas não se limitando a possíveis portarias as quais possam alterar condições de obtenção de licenças e/ou autorizações já vigentes e/ou que possam imputar novas licenças e/ou autorizações das até então previstas no cronograma da Companhia.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

***A perda ou a não renovação de contratos relevantes, sejam eles de concessão de espaço, pode reduzir a receita da Companhia.***

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, aproximadamente 52% da receita da Companhia foi gerada em campanhas veiculadas por meio de contratos de concessões outorgados por entes públicos e aproximadamente 48% de contratos de concessão de espaço privadas privados.

O sucesso de nossos negócios depende da nossa capacidade de contratação e renovação de contratos privados de modo que não podemos garantir que ganharemos qualquer processo competitivo ou que seremos capazes de renovar contratos existentes (nos mesmos termos ou em termos mais favoráveis). Nossa incapacidade de renovar os contratos existentes também pode resultar em custos operacionais de desmobilização com a remoção de nossos displays

Em se tratando de contratos com a administração pública derivados de licitações e/ou outras modalidades relacionadas equiparadas, exigem que a Companhia participe de processos competitivos a cada renovação, normalmente têm prazos de até 30 anos e preveem partilha de receita, requisitos de dispêndio de capital e/ou componentes de pagamento fixo. Os processos de licitação são complexos e, às vezes, demorados, e custos substanciais podem ser incorridos em conexão com a preparação das propostas. No passado a Companhia não foi, e no futuro, pode não ser, vencedora de todos os processos licitatórios dos quais participa.

O processo de licitação apresenta uma série de possíveis riscos, incluindo os seguintes:

- custos substanciais de tempo e de esforço gerencial para preparar licitações e propostas para contratos que podemos não ganhar;
- não ser capazes de estimar com precisão a receita derivada e os recursos e estrutura de custos que serão necessários para atender a qualquer contrato que ganhemos ou antecipar mudanças no ambiente operacional no qual nossa proposta financeira foi baseada; e
- despesas e atrasos se nossos concorrentes contestarem a adjudicação de contratos a nós em licitações, e qualquer contestação poderá resultar na reapresentação de propostas com especificações modificadas ou na rescisão, redução ou modificação do contrato concedido.

Mesmo após a conclusão de um processo licitatório, no caso de vendas ao poder público, ou de vendas por inexigibilidade de licitação, que resultem em uma contratação da Companhia, a legalidade e regularidade dos procedimentos podem ser questionados por um competidor ou até mesmo por órgãos de controle interno ou externo da administração pública. Liminares concedidas pelo poder judiciário ou por órgãos internos de controle, como os Tribunais de Contas, podem suspender a exequibilidade dessas contratações. Eventuais decisões desfavoráveis à Companhia e/ou suas subsidiárias nas esferas judiciais e administrativas poderão sujeitá-las às penalidades previstas na lei geral de licitações, conforme mencionadas acima e, quaisquer dessas hipóteses poderá vir a causar um impacto adverso nas atividades, situação financeira e resultados da Companhia.

A incapacidade da Companhia de negociar, renovar ou concluir esses contratos devido a demandas de terceiros ou governamentais e atrasos, e os processos de licitação altamente competitivos para esses contratos podem afetar a capacidade da Companhia de oferecer esses produtos aos seus clientes, ou oferecê-los aos seus clientes a preços que são competitivos quando comparados aos preços de outras formas de publicidade, sem afetar adversamente os resultados financeiros da Companhia.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

No caso de contratos firmados com sociedades de economia mista ou empresas públicas sob o regime jurídico da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), a Companhia está sujeita aos impactos de eventual rescisão contratual.

Caso a Companhia venha a firmar eventuais contratos com entes da Administração Pública sob o regime jurídico da Lei Federal n.º 8.666/1993, a rescisão contratual poderia ser determinada por ato unilateral da administração pública nas hipóteses enumeradas nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da referida lei, incluindo casos de: (i) não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações ou prazos; (ii) cometimento reiterado de faltas na execução; (iii) decretação de falência ou instauração de insolvência civil; (iv) alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a execução do contrato; (v) razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, dentre outros.

Além da rescisão, o inadimplemento ou inexecução (ainda que parcial) de eventuais contratos celebrados com entes públicos sujeitaria a Companhia à imposição de diversas penalidades. Para os contratos regidos pela Lei Federal n.º 8.666/1993, o artigo 87 da Lei permite que a administração pública aplique ao contratado, pela inexecução total ou parcial do contrato, sanções de (i) advertência, (ii) multa, (iii) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos; e (iv) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a qual será concedida quando a administração pública for ressarcida pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção de suspensão temporária de licitar. A aplicação de quaisquer dessas sanções poderá resultar em despesas significativas, impactos reputacionais e discussões administrativas e judiciais com os entes sancionadores. Caso sejamos impedidos de contratar com a administração pública ou declarados inidôneos, nossa capacidade de obter e renovar contratos com a administração pública será considerável ou totalmente prejudicada.

Para os contratos regidos pela Lei n.º 13.303/2016, o artigo 83 da Lei permite que as empresas estatais apliquem, pela inexecução total ou parcial do contrato, sanções de (i) advertência, (ii), multa, e (iii) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a entidade sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos. A aplicação dessas sanções pode resultar em despesas significativas, impactos reputacionais, discussões administrativas e judiciais e prejuízo na nossa capacidade de renovar ou celebrar novos contratos com a entidade sancionadora.

***Incertezas em decorrência de revisões dos contratos de concessão com o Poder Concedente podem afetar nossas operações, negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros, pela imprevisibilidade das decisões.***

Os contratos de concessão dos quais a Companhia e suas controladas são parte são contratos administrativos regidos pelas leis brasileiras, estando, portanto, sujeitos a revisões ordinárias e extraordinárias pelo Poder Concedente, que são revisões contratuais periódicas que buscam rever algumas premissas utilizadas na estruturação do projeto quando da sua licitação, de maneira a adequar as condições de execução do contrato e garantir a sua própria exequibilidade, mantendo o equilíbrio econômico-financeiro. Em relação à Companhia e suas controladas, há habitualmente revisão dos parâmetros econômico-financeiros, com a finalidade de avaliar o impacto em relação a aspectos de atualidade das instalações do mobiliário urbano para incorporação de inovações tecnológicas, visando possibilitar o melhor atendimento aos usuários, o incremento da preservação do meio ambiente ou a redução de custos na execução do serviço concedido. Essa situação pode exigir modificações da avença originalmente contratada, seja favoravelmente ou

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

desfavoravelmente à Companhia e suas controladas, o que poderá afetar nossa estratégia de crescimento, limitando a possibilidade de novas concessões devido a quebra do fluxo de caixa e capacidade de aumentar o número de displays de publicidade em nosso portfólio, bem como a possibilidade de maior investimentos em ativos e serviços prestados, com consequente diminuição no desempenho financeiro e operacional da Companhia e suas controladas.

***A regulamentação governamental de publicidade outdoor pode restringir nossas operações de publicidade out of home e nossa capacidade de aumentar o número de displays de publicidade em nosso portfólio.***

As regulamentações federais, estaduais e municipais têm um impacto significativo sobre a indústria de mídia out of home e nossos negócios. Na esfera municipal, especialmente, verificam-se leis que estabelecem regras para a instalação de anúncios que sejam visíveis de logradouros públicos. Estas regras incluem, por exemplo, a obrigatoriedade de obtenção de licenças e o cumprimento de padrões para o dimensionamento dos anúncios. Caso estas regras não sejam cumpridas, a legislação prevê a imposição de sanções administrativas, como multas, sem prejuízo de eventual responsabilização no âmbito civil e criminal. Em 26 de setembro de 2006, o município de São Paulo editou a Lei nº 14.223, que estabeleceu regras mais restritivas para a instalação de anúncios. Construção, reparo, manutenção, iluminação, atualização, altura, tamanho, espaçamento, localização e permissão de outdoors e o uso de novas tecnologias para a mudança de displays, como displays digitais, também são regulados pelos governos federal, estadual e local e, de tempos em tempos, estados e municípios têm proibido ou limitado significativamente a construção de novas estruturas de publicidade outdoor. Devido a tais regulamentações, tem se tornado cada vez mais difícil desenvolver novos locais de publicidade out of home. Qualquer nova restrição aos outdoors digitais poderia ter um efeito material adverso tanto em nosso estoque existente de outdoors digitais quanto em nossos planos de expansão de nossa implantação digital. De tempos em tempos, certos governos estaduais e locais, e terceiros têm tentado forçar a remoção de nossos displays sob várias leis estaduais e locais, incluindo portarias de zoneamento, execução da permissão e condenação.

A Lei nº 9.294/96 restringe a publicidade outdoor de determinados produtos, como, por exemplo, álcool, tabaco e medicamentos. Outros produtos e serviços podem ser alvo de restrições futuro. As regulamentações variam entre os municípios e estados nos quais realizamos negócios. Qualquer redução significativa na propaganda de produtos devido a restrições relacionadas ao conteúdo poderia causar uma redução em nossas receitas diretas com tais propagandas e um aumento no espaço disponível no estoque existente de displays na indústria de mídia out of home.

As restrições baseadas no conteúdo da publicidade outdoor podem restringir ainda mais as categorias de clientes que podem anunciar usando nossas estruturas e locais. Restrições baseadas em conteúdo poderiam causar uma redução em nossas receitas com publicidade em displays de publicidade outdoor que exibem tais propagandas e um aumento simultâneo do espaço disponível dos existentes displays da indústria de mídia out of home, o que poderia ter um efeito adverso em nosso negócios, condição financeira e resultados de operações.

Ainda que não haja restrição regulatória expressa, parte dos contratos firmados com entes públicos ou concessionárias de direito público (e.g. administradoras de aeroportos) ou ainda conglomerados privados (e.g. shoppings ou transportes privados) preveem a obrigação ou o direito da contraparte anuir e de controlar posteriormente o conteúdo do material publicitário veiculado, seja de acordo com critérios preestabelecidos (e.g. proibição de publicidade de certos produtos, conforme mencionado acima, conteúdo político ou religioso) ou como resultado de decisões discricionárias, o que poderia ter um efeito adverso em nossos negócios e resultados de operações.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

Além disso, a regulamentação governamental e a fiscalização de displays publicitários, especialmente displays publicitários digitais, podem limitar nossa capacidade de instalar novos displays publicitários, restringir displays publicitários a locais controlados pelo governo ou permitir a instalação de displays publicitários de uma forma que poderia beneficiar nossos concorrentes de forma desproporcional, qualquer um dos quais poderia ter um efeito adverso em nossos negócios, condição financeira e resultados de operações.

Somos obrigados a obter licenças públicas para instalar mobiliário urbano e outras unidades de publicidade sob as leis e regulamentações locais relevantes, incluindo, entre outros, licenças de construção, licenças de uso especial e, se as unidades forem instaladas em propriedade pública, licenças para o uso de ruas públicas e taxas, geralmente independentemente de termos ou não uma licença de concessão pública com a municipalidade relevante ou outra autoridade local. As condições sob as quais as licenças são concedidas variam significativamente de cidade para cidade e dependem de uma ampla gama de exigências regulatórias e outros fatores. Se não conseguirmos obter as licenças necessárias, talvez não possamos expandir nossas redes de displays publicitários tanto quanto esperamos.

Além disso, a substituição das unidades de publicidade existentes por unidades modernizadas geralmente requer o consentimento da contraparte de nossas licenças de concessão pública e contratos privados, bem como licenças ou aprovações públicas adicionais das autoridades locais relevantes. Se não conseguirmos obter essas autorizações, permissões ou aprovações ou as autorizações forem concedidas somente em troca de um aumento material no repasse a ser pago por nós sob as licenças de concessão pública ou contratos privados, podemos não conseguir atualizar nossas unidades de publicidade existentes. Mudanças nas leis e regulamentações no futuro, incluindo regulamentações de planejamento e zoneamento, poderiam ter um impacto econômico adverso sobre nós, tornando mais difícil o cumprimento de tais leis e regulamentações, reduzindo nossa liberdade de fazer negócios, aumentando nossos custos de fazer negócios e reduzindo nossa lucratividade.

Em determinados locais de publicidade, podemos não ser capazes de gerar receitas que excedam nossas obrigações mínimas de pagamento para esses locais. Além disso, os termos de nossas obrigações de pagamento podem, em certos casos, estar sujeitos a interpretações conflitantes.

A maioria de nossos contratos privados de concessão de uso de espaço e de concessão pública nos exigem o pagamento de um mínimo de repasse ao cedente, independentemente das receitas que geramos nos respectivos locais de publicidade. Não pode haver garantia de que seremos capazes de gerar receitas em todos os nossos locais de publicidade que excedam essas obrigações mínimas de pagamento.

Os termos de nossas licenças de concessão pública podem estar sujeitos a interpretações conflitantes entre nós e os respectivos cedentes ou municípios, incluindo em relação ao valor dos pagamentos de repasse devidos por nós sob as licenças a serem pagos de acordo com as leis e regulamentações aplicáveis. Dessa forma, podemos ser responsáveis pelo pagamento de repasses adicionais no futuro e por períodos anteriores e o valor de nossas obrigações de pagamento pode ser maior do que esperamos.

***Os resultados de nossas operações podem ser afetados adversamente pelo efeito da sazonalidade das vendas de nossos produtos e serviços.***

Os resultados de nossas operações variaram de trimestre para trimestre e entendemos que tais variações continuarão a acontecer no futuro. Historicamente, nossa receita e lucratividade atingem seus maiores níveis durante o último trimestre do ano, principalmente por conta de datas

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

comemorativas como Black Friday e Natal e em outros períodos por eventos como o Carnaval, festivais de música, réveillon entre outros.

Qualquer redução inesperada da demanda para tais ocasiões poderá nos compelir a realizar a veiculação de campanhas publicitárias a preços significativamente inferiores àqueles inicialmente previstos e comumente praticados, o que reduzirá nossas margens e, com isso, nos afetará adversamente e de forma relevante. Para mais informações sobre a sazonalidade a que nossos negócios estão sujeitos, vide item 1.4(d) deste Formulário de Referência.

### ***Disposições restritivas nos contratos financeiros (covenants) da Companhia podem afetar adversamente a capacidade de conduzir suas atividades e de realizar os pagamentos destes***

Alguns dos contratos de financiamento da Companhia contêm cláusulas restritivas. Em especial, algumas dessas cláusulas a impedem de incorrer em dívida adicional ou de efetuar pagamentos, caso alguns índices e testes financeiros não sejam cumpridos. Esses índices e testes financeiros têm como base o atingimento de certos níveis de EBITDA (calculado de acordo com os critérios contidos em seus instrumentos de dívida) e endividamento total. Esses índices e testes financeiros são testes de manutenção, o que significa que a Companhia deve cumpri-los continuamente para não descumprir suas obrigações de dívida. A capacidade da Companhia de cumprir com esses índices e testes financeiros pode ser afetada por eventos além do seu controle e a Companhia não pode garantir que irá cumprir com esses índices e testes financeiros.

Na hipótese da Companhia estar inadimplente nos termos de qualquer um de seus contratos de financiamento, os saldos devedores nos termos desses contratos (incluindo principal, juros e quaisquer multas) poderão ser antecipados, o que poderá acionar as disposições sobre inadimplimento cruzado ou vencimento antecipado (*cross acceleration* e *cross default*) nos termos de outros contratos de financiamento e instrumento de dívida da Companhia, o que pode afetar substancial e negativamente a sua situação financeira. A Companhia pode não conseguir cumprir com tais ou outras cláusulas aplicáveis e ser obrigada a solicitar anuências, para as respectivas instituições financeiras, as que quais poderão não ser obtidas. As debêntures da 3ª emissão da Companhia têm como garantia a cessão fiduciária recebíveis de titularidade da Companhia, que precisam atender um fluxo mínimo mensal. Caso a Companhia falhe em compor o valor mínimo de referida garantia, incorrerá em evento de vencimento antecipado e os recursos poderão ser utilizados para pagar as obrigações garantidas. Para mais informações acerca dos contratos financeiros da Companhia, ver item 2.1 deste Formulário de Referência.

### ***Se a Companhia não for capaz de se adaptar rapidamente às transformações digitais exigidas pelos seus clientes e pelo setor que atua, as suas operações poderão ser adversamente afetadas.***

A Companhia pode não ser capaz de se adaptar de forma suficientemente rápida para atender às exigências dos clientes e preferências e padrões do setor. A Companhia pode se deparar com alguns obstáculos em busca de uma transformação digital rápida relacionados à cultura corporativa, à complexidade organizacional, a falta de processos que viabilizam a colaboração e inserção dos colaboradores. Esses desafios podem ser uma limitação no crescimento da mídia out of home pela complexidade comercial, organizacional ou tecnológica. Essas mudanças, somadas à urgência no atendimento de novos padrões e práticas do setor, poderão tornar a mídia out of home da Companhia e a sua tecnologia própria ultrapassados e afetar adversamente seus resultados.

### ***Interrupções ou falhas em nos sistemas de informações da Companhia ou incidentes de segurança cibernética, incluindo ataques à infraestrutura necessária para manter sistemas de TI, violações de segurança da informação e/ou quaisquer outras interferências podem***

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

***comprometer o centro de dados e operações da Companhia, prejudicando seus negócios e a sua reputação.***

Problemas de operação ou de segurança nos sistemas da Companhia podem causar temporariamente a interrupção de seu funcionamento. Caso a Companhia não seja capaz de efetuar os reparos a tempo e, se essa eventual interrupção se prolongar e causar a indisponibilidade de acesso ao sistema e/ou às informações, as operações da Companhia e seus controles operacionais e financeiros podem ser prejudicados, o que pode afetar adversamente os resultados da Companhia. Caso a Companhia não seja capaz de atualizá-los de maneira constante, acompanhando a velocidade do desenvolvimento tecnológico, suas operações poderão ser prejudicadas, o que pode afetar adversamente os resultados da Companhia.

As operações da Companhia dependem, em grande parte, da funcionalidade, disponibilidade, integridade e estabilidade operacional dos seus data centers e sistemas, sistemas de comunicação e de logística, softwares usados para gerar relatórios de desempenho financeiro e comercial, dentre outros. A Companhia conta com os seus sistemas de tecnologia da informação para processar, transmitir e armazenar dados eletrônicos, bem como para se comunicar com os seus clientes e fornecedores.

A tecnologia da informação e infraestrutura da Companhia, podem estar vulneráveis a ataques de hackers, problemas de telecomunicações, vírus, softwares maliciosos e/ou outras interferências. De modo que, a Companhia será adversamente afetada caso esses sistemas sejam interrompidos, danificados por eventos imprevistos e/ou apresentem falhas durante longo período, inclusive em razão da ação de terceiros.

Adicionalmente, os contratos com os prestadores de serviço que fornecem esses sistemas preveem que a falha no adimplemento da contraprestação pecuniária poderá provocar a interrupção imediata destes serviços e/ou nos sujeitar a multas pecuniárias e outras penalidades. Desta forma, se não formos capazes de adimplir ou se por qualquer outra razão falharmos em adimplir os referidos contratos, esses serviços poderão ser interrompidos por seus prestadores, sem prejuízo de multas pecuniárias e outras penalidades que, individual ou conjuntamente, poderão afetar adversamente, e de forma relevante, a nossa operação e os nossos resultados financeiros.

Falhas na segurança que acarretem a perda de dados e informações podem, ainda, além de impedir o adequado desenvolvimento das atividades da Companhia, interferir no cumprimento de suas obrigações legais, como, por exemplo, a retenção de guarda de registros de acesso à aplicação exigida pela Lei n.º 12.965/2014 (Marco Civil da Internet). Ainda, eventuais falhas em armazenar dados de acesso e utilização da plataforma de vendas pela Companhia podem dificultar ou impedir a defesa de seus interesses em eventuais ações judiciais ou administrativas, como, por exemplo, para investigação de fraudes e recuperação de valores.

***Dificuldades na gestão do risco de liquidez podem causar impactos adversos no desempenho financeiro e operacional e limitar o nosso crescimento.***

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de nossos ativos e passivos, que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações financeiras por nós assumidas, nos prazos estabelecidos. Dificuldades na manutenção e crescimento da geração de caixa operacional, em realizar operações de antecipações de recebimentos junto a clientes e acessar instituições financeiras podem causar descasamento de vencimento de nossos ativos e passivos ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos e podem limitar ou restringir o nível de atividade nas operações para honrar nossos compromissos e impactar adversamente os resultados financeiros e operacionais e por consequência, nosso crescimento.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

O índice de liquidez geral da Companhia, medido pela soma do ativo circulante e não circulante, exceto imobilizado, direito de uso, intangível e investimento, dividido pela soma do passivo circulante e não circulante era de 0,66 em 31 de dezembro de 2023, 0,51 em 31 de dezembro de 2022 e 0,99 em 31 de dezembro de 2021. Para mais informações, vide item 1.2 deste Formulário de Referência.

***A Companhia possui determinadas obrigações de manutenção de índices financeiros estabelecidas em sua terceira emissão de debêntures. Caso não tenha sucesso em manter estes índices financeiros para determinados exercícios sociais, a Companhia poderá sofrer o vencimento antecipado da dívida representada pelas debêntures.***

Em 20 de março de 2020, a Companhia realizou sua terceira emissão de 660.000 (seiscentos e sessenta mil) debêntures simples não conversíveis em ações (“Debêntures”), que são remuneradas por 100% da taxa CDI acrescidos de spread de 2,70% ao ano, com vencimento para seis anos a contar de sua data de emissão, ou seja, vencendo em 20 de março de 2026. O valor unitário das debêntures é de R\$ 1.000,00 (mil reais) na data de emissão, totalizando R\$ 660.000.000, 00 (seiscentos e sessenta milhões de reais) na data da emissão.

Conforme descrito na respectiva escritura de emissão, a Companhia deve manter, a partir de 31 de dezembro de 2021 (inclusive), um índice financeiro de Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,00x com base nos indicadores pro forma, sendo a definição de EBITDA, para tal fim, o “lucro operacional antes de receitas e despesas financeiras, excluindo receitas e despesas não recorrentes, resultado não operacional, participações minoritárias, tributos, amortização e depreciação ao longo dos últimos 12 meses”. No caso de aquisições previstas em novos contratos celebrados ao longo dos últimos 12 meses que não estejam integralmente consolidadas nas demonstrações financeiras anuais, o cálculo será pro forma considerando 12 meses integrais de operação de tal aquisição ou contrato. A medição do referido índice é anual, com base nas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de cada ano.

A inobservância do indicador poderá acarretar vencimento antecipado não automático da dívida. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou Dívida Líquida de R\$ 462,4 milhões e EBITDA de R\$ 352,7 milhões.

Potenciais surtos de doenças podem ter um efeito adverso nas nossas operações. Historicamente, algumas epidemias e surtos regionais ou globais, como a provocada pelo zika vírus, a provocada pelo vírus ebola, pelo vírus H5N5 (popularmente conhecida como gripe aviária), a febre aftosa, pelo vírus H1N1 (influenza A, popularmente conhecida como gripe suína), a síndrome respiratória do oriente médio (MERS) e a síndrome respiratória aguda grave (SARS), COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus (*sars-cov-2*) afetaram determinados setores da economia dos países em que essas doenças se propagaram.

Isso porque, políticas públicas podem ser criadas para impedir ou retardar a propagação de doenças, tais como fechamentos temporários de um grande número de escritórios corporativos, lojas de varejo, instalações, e fábricas, a restrição à circulação de bens e pessoas, assim como o isolamento social. Essas políticas podem portanto, influenciar o comportamento da Companhia e da população mundial em geral, resultando na acentuada queda ou até mesmo na paralisação das atividades de empresas de diversos setores.

Especificamente em relação à Companhia, por atuar com publicidade em mídia out of home, sendo grande parte de seus anúncios veiculados em locais com grande circulação de pessoas, como, por exemplo, shopping centers, estações e vagões de trens e metrô, aeroportos e prédios comerciais qualquer surto de doenças, independentemente de declaração pela Organização Mundial de Saúde

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

(OMS) mas de qualquer forma afete a rotina e hábitos de um determinado grupo de pessoas ou da população de uma modo em geral podem produzir impactos nos nossos negócios.

***A Companhia está sujeita a regras trabalhistas, incluindo regras trabalhistas e previdenciárias de terceirizados, e ao cumprimento estrito da legislação trabalhista brasileira. Além disto, uma paralisação ou greve significativa da força de trabalho poderá afetar nossos negócios.***

Parte de nossos colaboradores são sindicalizados e com direitos trabalhistas como dissídios coletivos ou outros acordos que podem ser renegociados dentro dos prazos estabelecidos em lei. Greves e outras paralisações ou interrupções trabalhistas envolvendo terceiros que nos fornecem bens ou serviços podem afetar de forma relevante nossas atividades.

Novos acordos coletivos podem ter prazos mais curtos do que os anteriormente firmados e, se não for possível negociar acordos coletivos em termos aceitáveis para a Companhia, esta pode suportar um aumento significativo nos custos trabalhistas, deterioração das relações com trabalhadores, diminuição do ritmo de trabalho ou interrupções no trabalho, que podem gerar um efeito adverso relevante nos resultados financeiros e operacionais da Companhia. Adicionalmente, segundo as leis e os regulamentos trabalhistas existentes, é dever da Companhia prover e assegurar o uso adequado de equipamentos de segurança para os seus funcionários e outros indivíduos realizando atividades em seus locais de trabalho. No caso de omissão da Companhia em prover todos os equipamentos de segurança necessários ou de assegurar o seu uso adequado, ou caso a Companhia venha a trabalhar com empresas que não estejam suficientemente comprometidas em assegurar a segurança de seus próprios empregados, a Companhia pode ser responsabilizada por quaisquer acidentes que venham a ocorrer em seus locais de trabalho. Qualquer acidente nos locais de trabalho pode expor a Companhia ao pagamento de indenizações, multas e penalidades. Além disso, qualquer alteração nos atuais regulamentos de segurança pode submeter a Companhia a obrigações adicionais e acarretar o aumento das despesas relativas a equipamentos e procedimentos de segurança.

Os empregados da Companhia são representados por sindicatos trabalhistas e estão protegidos por acordos coletivos ou contratos de trabalho semelhantes que estão sujeitos à renegociação periódica dentro dos prazos estabelecidos por lei. Greves e outras paralisações ou interrupções de trabalho em qualquer uma das suas instalações, ou movimentos trabalhistas relacionados em qualquer um dos fornecedores terceirizados da Companhia, podem ter um efeito adverso relevante sobre suas operações e seus negócios.

Além dos empregados contratados diretamente pela Companhia, a Companhia contrata empresas terceirizadas que prestam para a Companhia serviços de logística, destinação de resíduos, segurança, serviços de limpeza, transporte de valores, dentre outros. A inexistência de vínculo empregatício entre a Companhia e os terceirizados não garante que a Companhia não seja considerada subsidiariamente responsável por eventuais contingências de caráter trabalhista e previdenciário dos empregados das empresas prestadoras de serviços, quando estas deixarem de cumprir as exigências da legislação trabalhista. Neste sentido, o Senado Federal aprovou no ano de 2017 a Lei n.º 13.429, de 31 de março de 2017 (“**Lei da Terceirização**”), regulando os serviços prestados por meio de mão de obra terceirizada, permitindo a terceirização para qualquer tipo de trabalho, central ou não, para os serviços da empresa (tanto as “atividades de apoio” quanto as “atividades principais”).

Em algumas circunstâncias, a Companhia também pode ser considerada responsável com tais prestadores de serviços pela recomposição e/ou indenização dos danos ambientais e trabalhistas por eles causados como, por exemplo, em caso de eventual descarte inadequado de resíduos por

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

empresa terceirizada. Além disso, a Companhia e suas controladas poderão ser responsabilizadas e envolvidas em processos judiciais nesse sentido, inclusive com eventual inclusão na Lista “A” da Secretaria do Trabalho, prevista no artigo 2º da Portaria Interministerial MTPS/MMIRFG n.º 4/2016, o que pode impactar a sua reputação, sua capacidade de obtenção de novos financiamentos além de colocar em risco os benefícios fiscais atuais.

***A incapacidade ou falha da Companhia em obter ou manter sua propriedade intelectual juntos os órgãos competentes de proteção de propriedade intelectual, bem em proteger sua propriedade intelectual contra violações de terceiros pode ter impacto negativo nos resultados operacionais da Companhia.***

As marcas próprias da Companhia são um ativo de natureza competitiva e estratégica para os seus negócios. Nesse sentido, o sucesso da Companhia depende significativamente da sua capacidade de proteger os seus direitos de propriedade intelectual, tais como marcas, nomes de domínio, segredos comerciais e know-how. Por exemplo, na hipótese de perda da nossa marca “Eletromidia”, que é nacionalmente reconhecida, e/ou outras marcas de outras empresas do seu grupo econômico, a Companhia acredita que suas atividades seriam afetadas negativamente de maneira relevante.

Eventos como o indeferimento definitivo de seus pedidos de registro de marca perante o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (“INPI”) ou, o uso indevido ou não autorizado das marcas registradas da Companhia ou, ainda, o reconhecimento de nulidade administrativa de seus registros de marcas podem diminuir o valor das marcas da Companhia ou afetar adversamente a sua reputação. Ainda, a Companhia pode não conseguir renovar o registro de uma marca em tempo hábil e terceiros mesmo que de forma remota podem contestar ou invalidar quaisquer marcas existentes ou futuras para a Companhia ou licenciadas por ela.

A perda de valor das marcas próprias da Companhia, assim como a utilização indevida, por terceiros, das marcas comercializadas pela Companhia, poderá impactar, negativamente e de forma relevante, o resultado operacional da Companhia (vendas e lucratividade), bem como prejudicar a estratégia da Companhia de, a longo prazo, aumentar a participação de suas marcas próprias em seus negócios.

Adicionalmente, qualquer infração ou reivindicação de violação de propriedade intelectual dirigida contra a Companhia, mesmo que infundada, pode resultar em um litígio demorado e dispendioso. Ainda, o registro de ativos relevantes da Companhia sob titularidade diversa pode prejudicar o uso e proteção de tais ativos. Como resultado, a incapacidade ou falha em proteger sua propriedade intelectual ou qualquer processo envolvendo uma suposta violação de propriedade intelectual de terceiros pela Companhia pode ter um efeito negativo em seus resultados operacionais e em dano à sua imagem e reputação.

***Decisões desfavoráveis em processos, novos ou em andamento, judiciais, administrativos ou arbitrais podem nos afetar adversamente.***

Nós somos e poderemos ser no futuro parte em processos judiciais, administrativos e/ou arbitrais, seja em matéria cível, tributária, trabalhista, societária, de propriedade intelectual, regulatória, concorrencial, ambiental, criminal, dentre outras. Os membros da nossa administração poderão vir a ser parte em processos judiciais ou administrativos de natureza criminal oriundos de questões tributárias relacionadas com a Companhia e poderão vir a ser no futuro parte de outros processos de qualquer natureza.

Além disso, não podemos assegurar que qualquer pessoa, direta ou indiretamente ligada à nossa Companhia, sejam acionistas, empregados, diretores, conselheiros, fornecedores, prestadores de

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

serviços, subcontratados ou outros colaboradores não sejam envolvidos em processos judiciais, arbitrais, procedimentos de investigação ou inquéritos policiais, além de processos administrativos sancionadores/punitivos, no âmbito de órgãos reguladores tais como a CVM, bem como que não haja eventuais repercussões na mídia desses processos, que possam impactar adversamente nossa imagem e reputação perante nossos clientes, fornecedores e investidores ou nos causar efeito adverso relevante. O nosso envolvimento ou de nossos administradores em investigações ou processos, ou decisões contrárias aos nossos interesses, incluindo decisões que impeçam a realização dos nossos negócios como inicialmente planejados, podem nos causar um efeito adverso relevante, impactando negativamente os resultados financeiros, operacionais e na imagem da Companhia, podendo inclusive ocasionar a inabilitação de nossos administradores para o exercício de suas funções na Companhia e na incapacidade da Companhia de obter benefícios e contratar com o Poder Público.

No caso de eventuais processos envolvendo matérias administrativas relativas a contratações com o Poder Público, eventual decisão desfavorável poderá, no limite, impor sanções de multa, advertência, suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a administração pública ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública. Se impostas, tais sanções podem afetar adversamente as condições financeiras da Companhia e sua imagem.

A Companhia não pode garantir que os resultados desses processos serão favoráveis mesmo com diversos controles relacionados a práticas anticorrupção e relacionados à governança da Companhia, ou, ainda, que os critérios e valores de provisionamento adotados pela Companhia (quando houver) serão adequados e suficientes para responder por todos os passivos eventualmente decorrentes destes processos. Caso as ações relevantes, bem como ações para as quais não temos provisão ou cuja provisão seja insuficiente, sejam decididas, em definitivo, de forma desfavorável, podemos ter um efeito adverso relevante sobre nossos negócios. Além das provisões contábeis, de honorários advocatícios e depósitos judiciais contabilizados, relacionados a esses processos, podemos ser compelidos a contratar seguros, fianças ou realizar novos depósitos judiciais para garantia de tais processos administrativos ou judiciais, o que poderá afetar adversamente nossa liquidez e condição financeira. Para mais informações sobre os processos relevantes de que somos partes vide itens 4.4 a 4.7 deste Formulário de Referência.

***Podemos vir a ter que captar recursos adicionais por meio da emissão de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, o que poderá resultar em uma diluição da participação do investidor no nosso capital social.***

Poderemos vir a precisar de capital adicional no futuro e poderemos optar por obtê-lo por meio de aumento de capital mediante subscrição privada ou distribuição pública de ações ou outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações, sendo que distribuições públicas podem ocorrer sem concessão de direito de preferência para os acionistas. Qualquer recurso adicional obtido de forma a aumentar o nosso capital social poderá diluir a participação do investidor no nosso capital social.

***Os processos de governança, gestão de riscos e compliance da Companhia estão em fase de melhorias pela Companhia e podem falhar em detectar comportamentos contrários à legislação e regulamentação aplicáveis e aos seus padrões de ética e conduta da Companhia, podendo ocasionar impactos materiais e adversos nos negócios, situação financeira, resultados operacionais e cotação de mercado de ações da Companhia.***

Os mecanismos de prevenção e combate à corrupção da Companhia, bem como os controles internos, estão em fase de melhorias e mesmo com diversas ações realizadas podem não ser

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

suficientes para assegurar que todos os membros da administração, funcionários, fornecedores, parceiros de negócio e terceiros que agem em nome da Companhia atuem sempre em estrito cumprimento às políticas internas, leis e regulamentos voltados à prevenção e combate à corrupção a que a Companhia está sujeita, sendo exemplos dessas normas, no Brasil, o Decreto-Lei n.º 2.848/1940, a Lei n.º 8.137/1990, a Lei n.º 8.429/1992 (“**Lei de Improbidade Administrativa**”), a Lei n.º 8.666/1993, a Lei n.º 9.613/1998, a Lei n.º 12.846/2013 (“**Lei Anticorrupção**”), Decreto n.º 8.420/2015, o Decreto n.º 3.678/2000, o Decreto n.º 4.410/2002, o Decreto n.º 5.687/2006, assim como outras normas relacionadas à Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE. As sanções aplicadas com base em tais leis incluem multas, perdimento de bens, direitos e valores ilícitamente obtidos, suspensão ou interdição parcial de atividades, proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, e ainda danos a imagem, tais sanções, se aplicadas, podem afetar adversamente resultados da Companhia.

Os mecanismos de prevenção e combate à corrupção, bem como os controles internos da Companhia podem não ser capazes de prevenir ou detectar (i) violações à Lei de Improbidade Administrativa, à Lei Anticorrupção ou a leis similares, (ii) ocorrências de comportamentos fraudulentos e desonestos por parte dos administradores, funcionários ou terceiros contratados para representar a Companhia, ou (iii) outras ocorrências de comportamentos não condizentes com princípios éticos, que possam afetar adversamente reputação, negócios, condições financeiras e resultados operacionais da Companhia, bem como a cotação de suas ações ordinárias.

Além disso, a Companhia pode não ser capaz de assegurar que todos os seus administradores, funcionários, representantes, parceiros ou fornecedores atuem sempre em estrito cumprimento às políticas internas, leis e regulamentos aplicáveis voltados à prevenção e combate à corrupção. Deste modo, a Companhia poderá estar sujeita a violações de seu Programa de Integridade, das leis e regulamentos listados acima e legislação correlata, em decorrência de conduta nos negócios e ocorrências de comportamento fraudulento e ilícito por parte de seus administradores, empregados, parceiros de negócio e terceiros que agem em nome ou em benefício da Companhia.

A Companhia também pode vir a ser solidariamente responsabilizada pelo pagamento de multa, dano a sua imagem e reparação integral do dano causado em razão de práticas contrárias à Lei Anticorrupção por suas sociedades controladoras, controladas, coligadas, consorciadas ou, no âmbito do respectivo contrato, que nesse caso poderiam afetar material e adversamente a reputação, negócios, condições financeiras e resultados operacionais da Companhia ou a cotação de mercado de ações de sua emissão.

***A Companhia pode não responder de forma eficiente às mudanças nas tendências e preferências de seus clientes. Adicionalmente, podemos não ser capazes de nos adaptar rapidamente às transformações digitais exigidas pelos clientes e pelo setor.***

O preço, a qualidade, localização e plataformas digitais são algumas das preocupações da Companhia com relação a competição com outras empresas do setor. A satisfação dos clientes e a disposição de uma grande variedade de serviços são dois dentre muitos desafios da Companhia, em razão da volatilidade das tendências de consumo que influenciam a mudança quase constante da preferência de seus consumidores. O sucesso de nosso negócio depende da habilidade da Companhia em antecipar e responder rapidamente as potenciais mudanças e tendências. Adaptar nossos negócios para responder às mudanças nos padrões de consumo e às preferências específicas de nossos clientes nas regiões em que operamos é essencial para nosso sucesso contínuo.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

A tecnologia empregada em nossos negócios está em constante evolução. Podemos não ser capazes de nos adaptar de forma suficientemente rápida para atender às exigências dos clientes, preferências e padrões do setor. Podemos nos deparar com obstáculos em busca de uma transformação digital relacionados à cultura corporativa, à complexidade organizacional, à falta de processos que viabilizam a colaboração e inserção dos funcionários. Esses desafios podem provocar uma limitação no crescimento da nossa plataforma de displays e afetar de forma adversa os nossos negócios e resultados.

Se não conseguirmos responder à urgência no atendimento de novos padrões e práticas do setor, a nossa plataforma digital e nossa tecnologia própria poderão ficar ultrapassadas e afetar adversamente nossos resultados.

***A perda de membros-chave da nossa administração, o enfraquecimento da nossa cultura organizacional e/ou a incapacidade de atrair e manter pessoal qualificado poderá afetar negativamente nossos negócios e atividades, situação financeira e resultado operacional.***

Nossa capacidade de manter uma posição competitiva depende em larga escala dos serviços prestados pela nossa administração, da cultura organizacional por nós difundida e da nossa capacidade de contratar e manter trabalhando conosco um número suficiente de profissionais que estejam alinhados à nossa cultura organizacional. Caso venhamos a perder algum desses profissionais qualificados, podemos não ser capazes de atrair, contratar, gerir e manter pessoal capacitado para acompanhar nosso ritmo de crescimento. Caso venha a perder algum desses profissionais, a Companhia poderá incorrer em custos significativos para a contratação de novas pessoas chave com as mesmas qualificações e, conseqüentemente, afetar de forma negativa os negócios e atividades, situação financeira e resultado operacional da Companhia.

Além disso, na medida em que expandimos nossos negócios para diferentes localidades, podemos ser incapazes de identificar, contratar e manter trabalhando conosco um número suficiente de profissionais alinhados à nossa cultura corporativa. A competição por tais funcionários altamente qualificados é intensa e podemos não ser capazes de atrair, contratar, reter, motivar e gerir com sucesso tais profissionais qualificados. Tal falha poderia resultar em uma queda do nosso desempenho operacional, bem como em um enfraquecimento da nossa marca. Adicionalmente, nossos administradores podem vir a ser no futuro parte de outros processos de qualquer natureza. Dessa forma, a perda de qualquer dos membros da nossa administração e/ou a nossa incapacidade de atrair e manter pessoal qualificado pode afetar adversamente e de forma relevante o nosso resultado operacional e nossa situação financeira.

***Dependemos do sistema de transporte e de infraestrutura para receber produtos de nossos fornecedores e instalar os displays.***

As nossas operações dependem do funcionamento contínuo de infraestrutura logística, de forma direta ou indireta através dos nossos fornecedores. Qualquer interrupção significativa nessa infraestrutura ou qualquer incapacidade de transportar nossos displays, por qualquer razão, poderá afetar negativamente nossos resultados operacionais e fluxos de caixa.

A infraestrutura e o sistema de transporte brasileiros são subdesenvolvidos e necessitam de investimentos, tanto por parte do governo brasileiro como da iniciativa privada, para que operem com eficiência e atendam às necessidades dos nossos negócios. Desta forma, quaisquer interrupções ou reduções significativas na oferta da infraestrutura e/ou serviços de transporte ou em seu funcionamento nas cidades em que se localizam nossos espaços, ou aumento nos preços para uso de tal infraestrutura e/ou serviço como resultado de desastres naturais, incêndio, acidentes, greves, protestos, falhas de sistema, alterações legislativas ou quaisquer outras causas, inclusive descumprimento da legislação ambiental ou danos ambientais, poderão impor custos

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

adicionais aos nossos serviços o que pode afetar negativamente nosso resultado operacional e nossa condição financeira.

Além disso, dependemos de terceiros para fabricar e transportar displays digitais, e se não formos capazes de contratar terceiros a preços razoáveis ou outros termos devido à capacidade insuficiente ou ao fechamento de fábricas de um determinado fabricante, escassez de fornecimento em todo o mercado, interrupções logísticas ou, de outra forma, se os terceiros com os quais nos comprometemos não cumprirem suas obrigações para conosco, seja devido a eventos externos fora do controle de qualquer um (como em casos de pandemia), ou ainda, podemos não ser capazes de implantar displays de publicidade digital para nossos parceiros em tempo hábil ou de forma alguma, e podemos falhar em satisfazer nossas obrigações contratuais, o que poderia ter um efeito adverso sobre nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais.

***A Companhia está exposta a riscos e perdas que podem não ser cobertos adequadamente pelas apólices de seguro ou cuja cobertura não seja suficiente, o que pode afetar adversamente os negócios e condições financeiras da Companhia. Adicionalmente, a Companhia pode não conseguir renovar todas as suas apólices atuais ou a condições favoráveis***

A Companhia não pode garantir que suas atuais apólices de seguro por ela contratadas e respectivas coberturas estarão sempre atualizadas ou serão suficientes para cobrir possíveis reivindicações decorrentes de sinistros ocorridos em suas atividades. Além disso, a Companhia está exposta a certos tipos de riscos e sinistros que podem não ser cobertos pelas apólices de seguro (tais como guerra, casos fortuitos e força maior ou interrupção de certas atividades).

Além disso, a Companhia não pode garantir que conseguirá manter ou renovar as apólices de seguro a taxas comerciais razoáveis ou em termos aceitáveis, ou contratadas com as mesmas companhias seguradoras ou com companhias seguradoras similares. Caso qualquer desses riscos se materialize e não sejam cobertos por apólices de seguro, ou se a cobertura das apólices não for suficiente para cobrir esses riscos, a Companhia incorrerá em custos adicionais para a reparação ou substituição de ativos danificados ou para indenização terceiros, o que afetará adversamente os resultados operacionais e a reputação da Companhia. Caso não seja capaz de renovar as apólices de seguro ou caso venha a incorrer em prejuízos que não sejam integralmente cobertos por essas apólices, a Companhia poderá ser adversamente afetada de forma relevante. Ainda, no caso dos eventos segurados, a cobertura das apólices de seguro está condicionada ao pagamento do respectivo prêmio. A falha da Companhia em pagar esses prêmios cumulada com a ocorrência de um sinistro poderá colocar a Companhia em uma situação de risco dado que danos, mesmo que segurados, não estariam sujeitos à cobertura pela seguradora.

***Nossos displays estão localizados em espaços de uso público e podem sofrer consequências que fogem do controle da administração da Companhia, o que pode causar danos materiais e a nossa imagem, além de causar eventual responsabilidade civil.***

Nossos displays e mobiliários urbanos (relógios e abrigos de ônibus), por estarem localizados em espaços de uso público como shopping centers, vias públicas estão sujeitos a uma série de acidentes que podem fugir do controle da administração da Companhia e, conseqüentemente, podem causar danos a terceiros, frequentadores e colaboradores. No caso da ocorrência de tais acidentes, a Companhia e nossa marca podem enfrentar sérios danos de imagem, considerando que o número de frequentadores do espaço pode diminuir devido à percepção de falta de segurança e confiança e podemos ficar sujeitos à imposição de responsabilidade civil e/ou à obrigação do ressarcimento às vítimas, inclusive por meio do pagamento de indenizações, o que poderia nos causar um efeito adverso relevante.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

Ainda, nossos displays e mobiliários urbanos podem sofrer ações de vandalismo derivado de ações individuais ou coletivas, tais eventos danosos podem trazer custo operacional, bem como despedimento de energia e manutenção da área operacional e ainda possíveis impactos junto a administração pública, tais como multas derivadas de inadimplementos contratuais.

***A Companhia está sujeita a riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e poderá ser afetada adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções.***

A Companhia está sujeita à legislação de proteção de dados pessoais no Brasil, tais como o Marco Civil da Internet (Lei n.º 12.965/14) e a Lei n.º 13.709/2018, conforme alterada, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (“**LGPD**”), a qual estabelece um sistema de regras sobre proteção de dados que deve ser observado em todas as operações de tratamento de dados pessoais e prevê, dentre outras providências, os direitos dos titulares de dados pessoais, as hipóteses em que o tratamento de dados pessoais é permitido (bases legais), as obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança da informação envolvendo dados pessoais, vazamentos, transferências e compartilhamento de dados pessoais, bem como prevê sanções para o descumprimento de suas disposições e, ainda, autoriza a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (“**ANPD**”), autoridade responsável por elaborar diretrizes e aplicar sanções administrativas previstas na LGPD.

A LGPD entrou em vigor em 18 de setembro de 2020 quanto à maior parte de suas disposições, exceto quanto à aplicabilidade de suas sanções administrativas que passaram a ser exigíveis em 1º de agosto de 2021, nos termos da Lei n.º 14.010/2020. Todavia, o descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD, anteriormente à entrada em vigor de suas sanções, trazia como riscos: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas também, na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados vigente, como o Código de Defesa do Consumidor e o Marco Civil da Internet; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e Marco Civil da Internet por alguns órgãos de defesa do consumidor, uma vez que estes que estes atuavam neste sentido, antes mesmo da vigência da LGPD e da efetiva estruturação da ANPD, especialmente em casos de incidentes de segurança que resultassem em acessos indevidos a dados pessoais.

Ademais, a partir da entrada em vigor das sanções da LGPD, ainda que a Companhia se considere adequada às suas disposições, a Companhia passou a se sujeitar às seguintes penalidades, de forma isolada ou cumulativa, caso verificados descumprimentos à norma vigente: (i) de advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas; (ii) obrigação de divulgação de incidente, após devidamente apurada e confirmada a sua ocorrência; (iii) bloqueio temporário até a sua regularização e/ou eliminação dos dados pessoais correspondentes à infração; (iv) suspensão parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período; (v) proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas ao tratamento de dados; (vi) multa de até 2% (dois por cento) do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por infração. Além disso, a Companhia poderá ser responsabilizada por danos materiais, morais, individuais ou coletivos por ela causados ou por suas subsidiárias, devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD ou em legislações específicas.

***Podemos deixar de cumprir as leis de privacidade, divulgando informações sensíveis ou confidenciais que possam prejudicar nossos negócios e reputação.***

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

A Constituição Federal, a Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), a Lei nº 12.965/2014 (Marco Civil da Internet), o Decreto nº 8.771/2016 e a Lei nº 13.704/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) são as principais normas que regulam o tratamento de dados pessoais no Brasil atualmente.

Como a Companhia coleta, armazena, processa e usa dados pessoais de seus funcionários, e outros parceiros em seus negócios, a Companhia deve cumprir com todas as leis de privacidade e proteção de dados pessoais acima mencionadas. Um risco significativo associado ao negócio da Companhia, é a transmissão segura de dados pessoais através de redes públicas para os servidores da Companhia e o armazenamento seguro de dados pessoais em sistemas conectados aos servidores da Companhia.

A percepção de negligência com o tema de proteção de dados, válida ou não, pode afetar a Companhia adversamente. As instalações e sistemas da Companhia, bem como de seus provedores de serviços terceirizados, podem estar vulneráveis a violações de segurança, fraudes, atos de vandalismo, vírus de computador, extravio ou perda de dados, programação ou erros humanos ou outros eventos semelhantes.

Qualquer violação de segurança, ou qualquer falha percebida envolvendo o uso indevido, perda ou outra divulgação não autorizada de dados pessoais, bem como qualquer falha ou aparente falha em cumprir as leis, políticas, obrigações legais ou padrões da indústria em relação à privacidade e proteção de dados, seja pela Companhia ou por seus fornecedores, podem prejudicar a reputação da Companhia, expor a Companhia à riscos e responsabilidades legais, além de sujeitar a Companhia a publicidade negativa, interromper suas operações e prejudicar seus negócios. Portanto, a Companhia não pode garantir que as medidas de segurança que adota evitarão vazamento de dados pessoais, incidentes de segurança, ou que a falha em os evitar não terá um efeito adverso relevante sobre a Companhia.

Falhas na proteção dos dados pessoais tratados pela Companhia, bem como a inadequação à legislação aplicável, podem acarretar multas elevadas, divulgação do incidente para o mercado, bloqueio temporário e/ou eliminação dos dados pessoais da base de dados da Companhia, sem prejuízo de eventuais sanções civis e criminais, podendo afetar negativamente a reputação, situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

***Se não conseguirmos renovar nossas linhas de crédito atuais, acessar novos financiamentos ou emitir títulos no mercado de capitais em condições atraentes, podemos ser adversamente afetados.***

Nossa capacidade de levantar recursos financeiros é fundamental para nossas operações, a implementação de nossa estratégia e nosso crescimento. Podemos não ser capazes de renovar as linhas de crédito existentes, acessar novos financiamentos ou emitir títulos no mercado de capitais em condições atrativas, para atender às nossas necessidades de financiamento, capital de giro ou obrigações gerais.

Os mercados de capitais foram recentemente impactados pelo aumento do custo do crédito e por fatores políticos, econômicos e outros, como pandemia da COVID-19, que impactou negativamente a condição econômica do Brasil e do mundo, e a crise de credibilidade por eventos de empresas ligadas ao setor de varejo. As preocupações relacionadas à estabilidade dos mercados financeiros e à solvência das contrapartes resultaram em credores levantando custos de arrecadação de fundos com aumento das taxas de juros, adotando padrões rigorosos para a concessão de empréstimos e reduzindo ou parando de oferecer financiamento aos tomadores em termos comercialmente razoáveis.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

Caso não consigamos obter financiamento, emitir títulos no mercado de capitais ou refinanciar nosso endividamento quando necessário ou se não formos capazes de obter ou renovar garantias bancárias, seguro-garantia, ou se tais instrumentos estiverem disponíveis apenas em termos desfavoráveis, podemos ser incapazes de atender às nossas necessidades de capital e obrigações financeiras, ou aproveitar oportunidades de negócios, que podem ter um efeito adverso relevante sobre nossos resultados operacionais e financeiros.

Além disso, se não tivermos capital de giro suficiente, podemos não ser capazes de seguir nossa estratégia de crescimento, manter nossa posição competitiva ou financiar iniciativas estratégicas importantes, que podem afetar adversamente nossos negócios.

### ***A Companhia pode vir a não pagar dividendos aos acionistas detentores de suas ações.***

O lucro líquido da Companhia pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízos e passivos ou retido de acordo com a legislação societária brasileira, caso em que não estará disponível para distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre capital próprio. Ainda, o conselho de administração da Companhia poderá determinar a não distribuição de dividendos aos seus acionistas em um determinado ano fiscal se a Companhia não tiver lucro ou reservas líquidas disponíveis, ou se a distribuição de dividendos for desaconselhável ou incompatível com a situação financeira da Companhia no momento.

### **(b) seus acionistas, em especial os acionistas controladores**

#### ***A Companhia possui acionista controlador direto cujos interesses podem ser conflitantes com os interesses de nossos investidores.***

A Companhia possui acionista controlador direto titular da maioria absoluta do capital votante. Tal acionista controlador tem poderes para, entre outras coisas, eleger a maioria dos membros de nosso Conselho de Administração e determinar o resultado de deliberações que exijam aprovação de acionistas, inclusive em operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, alienações de ativos, parcerias e a época do pagamento de quaisquer dividendos futuros, observadas as exigências de pagamento do dividendo obrigatório, impostas pela Lei das Sociedades por Ações.

Não se pode assegurar que os interesses dos acionistas controladores da Companhia estarão alinhados com os interesses dos demais investidores nas deliberações submetidas à assembleia geral de acionistas da Companhia. Adicionalmente, qualquer mudança no controle pode afetar materialmente a administração, os negócios, os resultados operacionais e a condição financeira da Companhia

### **(c) suas controladas e coligadas**

#### ***Dependemos em grande parte dos resultados de nossas controladas, que podem não vir a ser distribuídos.***

A nossa capacidade de distribuir dividendos (inclusive sobre a forma de juros sobre o capital próprio) e de cumprir com nossas obrigações financeiras depende, em grande parte, do fluxo de caixa e dos lucros de nossas controladas, bem como da distribuição desses lucros sob a forma de dividendos ou juros sobre capital próprio. Não é possível assegurar que quaisquer desses recursos serão disponibilizados ou que serão suficientes para o pagamento das nossas obrigações e para a distribuição de dividendos a nossos acionistas. Qualquer alteração adversa na condição financeira ou nos resultados operacionais de suas controladas pode afetar o nosso negócio, nossa condição financeira ou nossos resultados operacionais.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

***A Companhia pertence a um grupo econômico no qual participam outras sociedades operacionais que são ou podem ser parte em processos judiciais nos quais a Companhia poderá ser solidária ou subsidiariamente responsável.***

A Companhia pertence a um grupo econômico do qual participam outras sociedades operacionais. No curso de suas atividades, essas sociedades são ou podem ser parte em processos judiciais nos quais, caso condenadas, o resultado da condenação poderá afetar a Companhia de forma solidária ou subsidiária. Isso inclui processos de diversas naturezas, em especial questões cíveis, ambientais, trabalhistas e relacionadas a medidas anticorrupção. Caso alguma das sociedades do grupo econômico da Companhia sofra condenação judicial e a Companhia seja chamado a responder subsidiária ou solidariamente por tal condenação, a Companhia poderá ser adversamente afetada, inclusive em sua reputação.

### **(d) seus administradores**

***Os interesses dos Administradores podem ficar excessivamente vinculados à cotação de negociação das ações de emissão da Companhia, na medida em que estes detenham ações de emissão da Companhia, inclusive no âmbito de plano de opção de compra de ações.***

Parte dos Administradores são beneficiários de plano de opção de compra de ações, nos termos do quais os potenciais ganhos para os beneficiários estão vinculados a valorização do preço das ações de emissão da Companhia no mercado. Os planos de ações e opções de compra de ações de emissão da Companhia são formatados prevendo a retenção dos talentos e com dispositivos para alinhar os interesses com os dos acionistas, de acordo com análise do conselho e comitê de remuneração. Porém pode levá-los a conduzir suas atividades com maior foco na geração de resultados de valorização de ações no curto prazo, o que poderá não coincidir com os interesses de acionistas da Companhia que tenham uma visão de investimento diferente do alinhamento planejado. Para mais informações sobre o plano de opção de compra de ações, ver o item “8.4. Plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária” deste Formulário de Referência.

### **(e) seus fornecedores**

***Riscos relacionados aos produtos a serem comercializados pelos prestadores de serviço e à eventuais alterações nessa cadeia de fornecimento podendo afetar adversamente nossos negócios.***

Estamos sujeitos a interrupções nas operações de prestadores de serviços operacionais em algumas atividades tais como instalação, manutenção e/ou limpeza de nossos displays e/ou mobiliário urbanos, incluindo acidentes industriais, eventos ambientais, interrupções na logística ou sistemas de informação, perda ou enfraquecimento de grandes locais de fabricação ou problemas de distribuição, problemas de controle de qualidade do produto, preocupações com segurança, requisitos de licenciamento e outras questões regulatórias ou governamentais, bem como desastres naturais, pandemias, disputas fronteiriças e outros fatores externos sobre os quais não temos controle, o que pode afetar adversamente nossos negócios, nossas vendas e resultados operacionais.

Além disso, caso ocorra suspensões ou atrasos, temporários ou permanentes, devido a problemas econômicos ou técnicos, como a insolvência de um fabricante e/ou de um prestador de serviço e/ou por falta de liquidez, a capacidade da Companhia de manter a qualidade nos espaços de concessão para exploração publicitária em tempo hábil pode ser afetada adversamente levando à queda de

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

vendas. Qualquer ocorrência desse tipo pode acarretar em efeitos adversos nos negócios da Companhia, na sua condição financeira e nos resultados das operações.

***Nossos resultados podem ser adversamente afetados por flutuações nos custos das matérias-primas, custos de energia e na taxa câmbio.***

Aumentos nos preços dos componentes e matérias-primas utilizadas em nossos displays e/ou mobiliário urbano podem afetar negativamente o desempenho financeiro da Companhia. Mudanças nos preços das matérias-primas e flutuações nas taxas de câmbio dependem de uma série de fatores além de nosso controle, incluindo fatores macroeconômicos que podem afetar os preços das commodities; mudanças na oferta e demanda; condições econômicas gerais; eventos políticos significativos; custos trabalhistas; concorrência; direitos de importação, tarifas, direitos anti-dumping e outros custos semelhantes; câmbio e regulamentação governamental; e eventos como desastres naturais e surtos generalizados de doenças infecciosas. Além disso, os custos de energia podem experimentar uma volatilidade significativa no curto prazo. Dependendo da natureza das mudanças nesses diferentes fatores que afetam nossas operações, podemos sofrer um impacto adverso em nosso negócio por diferentes razões, incluindo aumento dos custos de operação.

Mudanças no valor do real em relação às moedas estrangeiras, incluindo o dólar norte-americano, podem aumentar o custo de negócios de nossos fornecedores e, em última análise, nosso custo em geral, o que poderia resultar em preços menos competitivos.

***Podemos ser responsáveis por obrigações fiscais, trabalhistas, ambientais e previdenciárias de terceiros fornecedores ou prestadores de serviços.***

De acordo com as leis brasileiras, se fornecedores ou prestadores de serviços terceirizados não cumprirem suas obrigações nos termos das leis tributárias, trabalhistas e previdenciárias, podemos ser responsabilizados subsidiariamente ou por tal descumprimento, resultando em multas e outras penalidades que podem materialmente nos afetar adversamente, inclusive a nossa imagem. Também podemos ser responsabilizados por lesões corporais ou morte dentro de nossas instalações de funcionários de terceiros, o que pode afetar adversamente nossa reputação e nossos negócios.

Não é possível assegurar que nossos fornecedores observem integralmente a legislação trabalhista, previdenciária e ambiental. Logo, eventual constatação de práticas irregulares em nossa cadeia de fornecimento pode gerar danos à nossa imagem, assim como à nossa marca. Além dos impactos reputacionais, prejuízos financeiros, decorrentes da perda de atratividade da marca junto ao cliente, poderão ser constatados.

A identificação de irregularidades trabalhistas, previdenciárias e/ou ambientais junto aos fornecedores da Companhia, e seus eventuais subcontratados, em razão do não atendimento à legislação e/ou regulamentação aplicável, pode levar à interpretação de que somos solidários ou subsidiariamente responsáveis pelo ocorrido.

No caso de danos ambientais, por exemplo, a responsabilidade civil ambiental é objetiva, solidária e imprescritível. Nesse sentido, caso um fornecedor ou prestador de serviços contratados pela Companhia cause dano ambiental, a Companhia poderá ser incluída no polo passivo de ações indenizatórias e poderá ser considerada solidariamente responsável pelas medidas destinadas à sua reparação.

Esta associação pode levar a prejuízos financeiros, inclusão em listas do Ministério do Trabalho, bem como impactos reputacionais e de imagem relevantes e, em consequência, perda de

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

atratividade junto aos seus clientes, com impacto negativo nas vendas, bem como queda no valor das ações.

***Se a Companhia não for capaz de expandir a distribuição geográfica de seus locais de exposição, sua lucratividade poderá diminuir.***

A lucratividade da Companhia depende da capacidade da Companhia de celebrar, renovar contratos e manter relacionamentos com parceiros comerciais públicos e privados, como shopping centers, trens e metrô, aeroportos, edifícios residenciais e comerciais e outros locais de alto tráfego de pessoas, em quantidade apropriada aos mercados geográficos mais convenientes às estratégias de publicidade de seus clientes. Os parceiros comerciais podem se recusar a celebrar novos contratos, exigir pagamentos mais elevados ou praticar atos que possam resultar em custos mais elevados.

A incapacidade da Companhia de celebrar contratos com parceiros comerciais em determinada localidade poderá afetar o interesse dos clientes nos serviços prestados pela Companhia. Se a Companhia não for capaz de expandir suas localidades, ou celebrar, tempestivamente e em termos favoráveis, novos contratos comerciais, a Companhia poderá perder oportunidades de negócios e/ou diminuir sua lucratividade e, por conseguinte, seus resultados operacionais poderão ser adversamente afetados.

Além disso, a rede de locais de exibição da Companhia deverá estar geograficamente bem distribuída, de tal forma que garanta a diversidade do portfólio de perfis de consumo, que atendam a estratégia publicitária de seus clientes. Se a Companhia não for capaz de manter uma rede de locais geograficamente bem distribuída, ou de negociar contratos economicamente viáveis com os respectivos parceiros comerciais e cedentes, as operações da Companhia poderão ser adversamente afetadas.

### **(f) seus clientes**

***A lucratividade da Companhia depende da venda de inserção de mídia para clientes e a formalização de vendas não está no controle da Companhia.***

Podemos não ser capazes de seguir nossa estratégia de crescimento e vendas, o que afetaria nossa posição competitiva e o nosso negócio, nossa condição financeira ou nossos resultados operacionais.

Ainda, a receita da Companhia advém de pagamentos dos clientes em razão da veiculação de mídia e não podemos garantir que nossos clientes sejam solventes dentro do prazo esperado pela Companhia, o que pode impactar no nosso caixa, incapacidade de realizar outros investimentos, assim como nível de endividamento.

### **(g) setores da economia nos quais o emissor atue**

***Condições desfavoráveis na indústria ou da economia global ou reduções em gastos com publicidade podem limitar a capacidade de crescer e desenvolver o negócio e afetar negativamente os resultados operacionais da Companhia.***

Os resultados operacionais da Companhia podem variar de acordo com o impacto das mudanças na indústria ou da economia global sobre a Companhia ou seus clientes. O crescimento de receita e rentabilidade potencial do negócio da Companhia depende da demanda pelos serviços prestados pela Companhia.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

Nós obtemos receitas com a venda de publicidade. Tendo em vista que a Companhia é uma prestadora de serviços, parte de sua receita decorre do número de novos anunciantes, que por sua vez é influenciada pela política de contratação de colaboradores de seus clientes e potenciais novos clientes. As despesas dos anunciantes tendem a ser cíclicas, refletindo as condições econômicas e os padrões orçamentários e de consumo. Os períodos de desaceleração da economia ou recessão, ou períodos de incerteza econômica, podem ser acompanhados por uma diminuição da publicidade. Se as condições econômicas não continuarem a melhorar, se a incerteza econômica aumentar ou se as condições econômicas se deteriorarem novamente, as condições econômicas globais poderão mais uma vez ter um impacto negativo em nossa receita, margens de lucro, fluxo de caixa e liquidez. Além disso, como uma parcela significativa de nossa receita é proveniente de anunciantes locais, nossa capacidade de gerar receitas em mercados específicos é diretamente afetada pelas condições locais e regionais, e condições econômicas regionais desfavoráveis também podem afetar adversamente nossos resultados. Qualquer redução nos gastos com publicidade pode afetar adversamente nossos negócios, finanças e condição ou resultados das operações. Além disso, os padrões de gastos com publicidade podem ser afetados por qualquer um desses fatores; por exemplo, os gastos dos anunciantes podem ser feitos com menos antecedência e podem se tornar difíceis de prever de tempos em tempos.

Além disso, mesmo na ausência de uma retração nas condições econômicas gerais, um setor ou mercado pode sofrer uma retração, levando-o a reduzir seus gastos com publicidade, o que também pode ter um impacto adverso em nossos resultados. Além disso, desastres, atos de terrorismo, pandemias e/ou surtos de doenças, hostilidades, incerteza política, políticas comerciais (tais como tarifas), mudanças na demografia dos mercados, eventos climáticos extraordinários, mudanças tecnológicas e cortes de energia podem interromper nossa capacidade de construir, implantar e/ou exibir publicidade em estruturas e locais publicitários, e/ou levar a uma redução na segurança econômica e nos gastos com publicidade.

Na medida em que condições econômicas desfavoráveis façam com que os seus clientes e potenciais clientes mantenham ou reduzam a demanda por serviços, a receita da Companhia pode ser afetada negativamente. Historicamente, crises econômicas resultaram em reduções globais nos gastos com publicidade, bem como a pressão por ciclos de faturamento mais prolongados. Se as condições econômicas se deterioram ou não melhoram significativamente, os clientes e potenciais clientes da Companhia podem optar por diminuir suas soluções de publicidade, o que comprometeria a capacidade de expandir o negócio e poderá afetar negativamente os resultados operacionais da Companhia.

### **(h) à regulamentação dos setores em que a Companhia atua**

***Podemos sofrer impactos relevantes devido a alterações na legislação tributária brasileira ou a conflitos em sua interpretação.***

O governo brasileiro e os governos estaduais têm frequentemente implementado diversas alterações nos regimes fiscais que podem afetar as empresas e seus clientes, inclusive como resultado da execução ou alteração de tratados fiscais. Essas alterações incluem mudanças nas alíquotas vigentes e/ou criação de tributos, temporários ou definitivos, cujos recursos são destinados a fins estabelecidos pelo governo, assim como o cancelamento de benefícios em vigor. Algumas dessas mudanças podem resultar em aumentos da nossa carga tributária, o que poderia afetar adversamente nossa lucratividade e os preços de nossos serviços, bem como restringir nossa capacidade de fazer negócios nos mercados existentes. Dentre as mudanças que podem afetar materialmente os nossos negócios, estão a reforma tributária, a revogação de isenções fiscais e alterações significativas na legislação do ISS e do PIS/COFINS, incluindo aumento de

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

alíquotas, alterações de base de cálculo, entre outros. Ademais, algumas leis fiscais podem ser interpretadas controversamente pelas autoridades fiscais. Consequentemente, podemos ser adversamente afetados no caso de uma interpretação diferente daquela em que nos baseamos para realizar nossas transações. Não podemos garantir que seremos capazes de manter o fluxo de caixa projetado e rentabilidade após quaisquer aumentos nos tributos brasileiros aplicáveis às nossas operações.

Ademais, determinadas leis fiscais podem ser interpretadas controversamente pelas autoridades fiscais. Podemos ser adversamente afetados no caso de uma interpretação diferente daquela em que nos baseamos para realizar nossas transações prevalecer perante as autoridades fiscais.

***A Companhia e suas controladas podem não mais estar aptas a usufruir do benefício fiscal concedido no âmbito do Programa Emergencial para Retomada do Setor de Eventos (“PERSE”), instituído pela Lei nº 14.148/2021, que reduziu a zero as alíquotas de IRPJ, CSLL e PIS/COFINS com a finalidade de mitigar perdas econômicas experimentadas pelo setor de eventos em razão da pandemia da COVID-19.***

Ao longo de 2022, a Companhia e suas controladas se beneficiaram do PERSE. Entretanto, ao final de 2022, houve alterações nos dispositivos da lei que visaram limitar o escopo do benefício fiscal. Essa mudança no texto da lei foi acompanhada pela edição de atos infralegais expedidos pela Receita Federal do Brasil e pelo Ministério da Fazenda que trazem interpretações mais restritivas da aplicação do benefício fiscal, inclusive limitando o seu alcance a CNAEs específicos, dentre os quais não se encontra o CNAE 73.12-2-00, que compreende as atividades exercidas pela Companhia e suas controladas. Diversos contribuintes, incluindo a Companhia e suas controladas, ingressaram com ações judiciais questionando a legalidade dessas limitações e atualmente aguardam um desfecho sobre o tema.

Caso as mudanças no texto da lei e subsequentes atos infralegais impliquem em restrições para usufruto do benefício fiscal, a Companhia e suas controladas podem arcar com um aumento de sua carga tributária e consequentes impactos em seus resultados. Em caso de eventual autuação fiscal, a Companhia e suas controladas também poderão ter de arcar com os tributos que as autoridades fiscais entendam que não tenham sido devidamente recolhidos, acrescidos de multa e juros. O risco financeiro para a Companhia e suas controladas dependerá da interpretação do Poder Judiciário, Executivo e/ou Legislativo sobre o escopo do benefício fiscal em cada uma das ações judiciais já em curso ou procedimentos administrativos e ações judiciais que venham a ser futuramente iniciados sobre o assunto.

***Os resultados da Companhia poderão ser adversamente impactados por modificações nas práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como nas normas internacionais de relatório financeiro.***

As práticas contábeis adotadas no Brasil são emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) são emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”). O CPC e o IASB possuem calendários para aprovação de pronunciamentos contábeis e IFRS, os quais poderão sofrer alterações a qualquer momento e sobre os quais a Companhia não possui qualquer ingerência. Assim, a Companhia não consegue prever quais e quando serão aprovados novos pronunciamentos contábeis ou novas IFRS que possam de alguma forma impactar as futuras demonstrações financeiras elaboradas pela Companhia. Portanto, existe o risco de que as futuras demonstrações financeiras sejam alteradas em razão de novos pronunciamentos contábeis previstos pelo CPC e normatizados pela CVM, bem como do IFRS emitidos pelo IASB, o que poderá afetar as futuras demonstrações financeiras

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

elaboradas pela Companhia. Para mais informações sobre as práticas contábeis adotadas pela Companhia, vide item 2.3 deste Formulário de Referência.

### (i) países estrangeiros onde o emissor atue

Não aplicável, visto que a Companhia não atua em países estrangeiros.

### (j) questões sociais

Nossos mobiliários urbanos e displays estão alocados em diversas cidades do Brasil, as quais possuem contextos econômicos e sociais distintos incluindo dentro da mesma cidade. Nesse sentido, questões sociais podem impactar a manutenção dos nossos ativos em se manterem com a mesma qualidade os quais foram instalados, uma vez que além de desgaste temporal a Companhia não pode garantir que itens de vandalismo ou de mau uso não impactem nosso planejamento financeiro e operacional de manutenção e instalação.

Questões sociais ainda podem impactar a Companhia em se tratando de mão de obra técnica e especializada indisponível em determinadas qualidades, uma vez que a Companhia não garante que terá colaboradores disponíveis para prestarem serviço com a qualidade esperada.

### (k) questões ambientais

***O não cumprimento da legislação e regulamentação ambiental pela Companhia e pela nossa cadeia de fornecimento pode afetar adversamente o nosso negócio.***

Estamos sujeitos a uma ampla legislação federal, estadual e municipal relacionada à preservação e proteção do meio ambiente. Entre outras obrigações, essa legislação estabelece exigências de licenças ambientais e padrões para o descarte de efluentes, emissões atmosféricas, gestão de resíduos sólidos, poluição visual, parâmetros de emissões de ruídos, bem como exigências relacionadas a áreas especialmente protegidas. Quaisquer violações da legislação e regulamentação ambiental poderão nos expor a sanções administrativas (incluindo penalidades de suspensão de atividades e multas de até R\$ 50 milhões) e criminais, além da obrigação de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros na esfera civil.

O descumprimento da legislação ambiental pela Companhia e/ou pela sua cadeia de fornecimento pode impactar negativamente seus resultados operacionais, financeiros e a sua imagem.

A responsabilidade civil por danos ambientais tem natureza objetiva e solidária. Podem ser considerados responsáveis pela sua reparação todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a ocorrência do dano ambiental, independentemente da existência de dolo e/ou culpa. Sendo assim, a responsabilidade civil pode ser aplicada a todas as partes que estiverem envolvidas, mesmo que indiretamente, na atividade que ocasionou o dano ambiental, de modo que a parte que tiver mais recursos financeiros pode ser obrigada a repará-lo, resguardado o direito de regresso em relação aos demais envolvidos.

Caso as empresas terceirizadas que prestam serviços para a Companhia – como o gerenciamento de resíduos – não atendam às exigências da legislação ambiental, a Companhia poderá ser considerada solidária ou subsidiariamente responsável pelos eventuais danos ambientais por elas causados, podendo, assim, ser incluída no polo passivo de processos ambientais por condutas de terceiros e eventualmente ser obrigada a efetuar o pagamento de condenações judiciais e demais penalidades, incluindo medidas para recuperação do dano ambiental.

Na esfera criminal, a responsabilidade por delitos causados ao meio ambiente tem como preceito fundamental a Lei Federal n.º 9.605/98 (“**Lei de Crimes Ambientais**”). A violação à Lei de Crimes

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

Ambientais pode caracterizar crime ambiental, podendo atingir tanto as pessoas físicas, na figura dos administradores, diretores, membros do conselho de administração e de órgãos técnicos, auditores, gerentes, prepostos ou mandatários e a própria Companhia, como a pessoa jurídica.

A Lei de Crimes Ambientais elege como responsáveis pelas condutas caracterizadas como criminosas todos aqueles que, de qualquer forma, concorrem para sua prática, sendo cada qual penalizado na medida de sua culpabilidade. Prevê, ainda, a responsabilidade da pessoa jurídica, a qual resta caracterizada se a infração for cometida (i) por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, (ii) no interesse ou benefício da pessoa jurídica que representa.

A responsabilidade penal ambiental da pessoa jurídica não exclui eventual responsabilização das pessoas físicas, autoras, coautoras ou partícipes. Dessa forma, há a possibilidade de, pela prática de uma única conduta prevista como criminosa, serem responsabilizados mais de um indivíduo da Companhia.

A Lei de Crimes Ambientais prevê a aplicação de penas restritivas de liberdade no que se refere às pessoas físicas. Quanto às pessoas jurídicas, a Lei de Crimes Ambientais prevê a possibilidade de aplicação das seguintes penas, de forma isolada, cumulativa ou alternativa: restritivas de direito (suspensão parcial ou total de atividades, interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade ou proibição de contratar com o Poder Público, bem como dele obter subsídios, subvenções ou doações), prestação de serviços à comunidade e multa.

O descumprimento da legislação ambiental pela Companhia e/ou pela sua cadeia de fornecimento pode impactar negativamente seus resultados operacionais, financeiros e a sua imagem.

Além disso, devido à possibilidade de regulamentos ou outros eventos não previstos, especialmente considerando que as leis ambientais se tornem mais rigorosas no Brasil, o montante e prazo necessários para futuros gastos a fim de manter a Companhia em conformidade com os regulamentos pode aumentar e afetar de forma adversa a disponibilidade de recursos para dispêndios de capital e para outros fins. A conformidade com novas leis ou com as leis e regulamentos ambientais em vigor pode causar um aumento nos custos e despesas da Companhia, resultando, conseqüentemente, um impacto adverso no resultado financeiro.

***A não observância das leis e regulamentos ambientais pode resultar na obrigação de reparação de danos ambientais, na imposição de sanções administrativas e penais e/ou em danos reputacionais.***

Qualquer falha no cumprimento das leis e regulamentações ambientais aplicáveis pode submeter a Companhia a sanções administrativas, tais como multas de até R\$ 50 milhões e suspensão de atividades, e penais, além da obrigação de remediar os danos ambientais causados ou indenizar terceiros. Caso essas leis e regulamentos fiquem mais rigorosos, a Companhia poderá ter que aumentar significativamente os seus gastos para cumprimento dessas leis e regulamentações ambientais. Investimentos ambientais não previstos podem reduzir os recursos disponíveis para outros investimentos e podem afetar substancial e negativamente os resultados da Companhia.

O Ministério Público e órgãos ambientais poderão instaurar procedimentos administrativos para apuração de eventuais danos ambientais que possam ser atribuídos às nossas atividades. Nesses casos, poderão ser celebrados Termos de Ajustamento de Condutas (TAC) e/ou Termos de Compromissos (TC) genéricos perante respectivas autoridades, com assunção de obrigações específicas por tempo determinado. Por possuir natureza de título executivo extrajudicial, se verificado o descumprimento – total ou parcial – dos termos convencionados em TAC e/ou TC,

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

poderemos ficar sujeitos a riscos e penalidades, tais como o pagamento de multas, execução do título e, ainda, judicialização de desacordos perante o Poder Judiciário.

A pandemia da COVID-19 causou atrasos em processos de licenciamento, o que pode ter impactado ou ainda vir a impactar direta ou indiretamente as atividades da Companhia, na medida em que impõe óbices à obtenção e renovação de licenças nos casos de órgãos de controle que se mantiveram omissos com relação a procedimentos provisórios de licenciamento, com o intuito de assegurar a prestação do serviço público e prosseguimento de atividades. Contudo, o cenário de pandemia nos anos de 2020, 2021 e início de 2022 não eximiu a Companhia da obrigação de obter ou renovar tempestivamente as suas licenças ambientais, de modo que, caso a Companhia não atenda a legislação ambiental aplicável, poderá estar sujeita às penalidades administrativas e criminais acima mencionadas, bem como à reparação de eventuais danos ambientais causados.

Em todos os casos, se a Companhia for autuada por questões ambientais e/ou descumprir a lei de regência, a imagem e os resultados operacionais e financeiros da Companhia poderão ser adversamente afetados.

### ***A Companhia pode ser responsabilizada pelo gerenciamento inadequado dos resíduos sólidos gerados em suas operações***

A Lei Federal n.º 12.305/2010 instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (“**PNRS**”) para viabilizar a gestão integrada e o gerenciamento ambientalmente adequado de resíduos sólidos. A contratação de terceiros para realização de quaisquer das etapas de gerenciamento dos resíduos sólidos gerados pela Companhia não a exime de responsabilidade, sobretudo na esfera civil (dever de reparar e indenizar), caso esses prestadores de serviço causem danos ao meio ambiente e/ou a terceiros no exercício de suas atividades.

Afora isso, a inobservância das regras de gerenciamento de resíduos pela própria Companhia, de qualquer natureza, inclusive a eventual ausência de elaboração e de implementação de Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (“**PGRS**”) para as unidades em que esses tipos de resíduos não sejam equiparados aos resíduos sólidos domiciliares coletados pelo Poder Público, pode causar poluição ambiental, expondo-a a sanções administrativas (incluindo multa de até R\$ 50 milhões e suspensão de atividades), civis e criminais. Determinados estabelecimentos da Companhia ainda não possuem um PGRS devidamente implementado. Caso a Companhia seja penalizada ou responsabilizada por irregularidades no gerenciamento de resíduos sólidos, além de suas operações, a sua imagem também poderá ser adversamente afetada.

A PNRS previu, ademais, a obrigatoriedade de fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de certos produtos estruturarem e implementarem sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana.

Existem três instrumentos a serem possivelmente usados para tornar obrigatória a implantação do sistema de logística reversa: regulamento, acordo setorial ou termo de compromisso. Atualmente, a implementação de sistemas de logística reversa é ou se tornará obrigatória, nos próximos meses, em nível federal, aos envolvidos na cadeia de óleos lubrificantes e embalagens plásticas de óleos lubrificantes, lâmpadas fluorescentes de vapor de sódio e mercúrio, embalagens em geral, embalagens de aço, produtos eletroeletrônicos e seus componentes, medicamentos, pneus inservíveis, embalagens de agrotóxicos, pilhas e baterias.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

### (l) às questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição

***Preocupações crescentes com as alterações climáticas podem levar à exigência de medidas regulatórias adicionais, que podem resultar em aumento de custos para cumprimento destas regulações.***

Regulamentações ambientais mais restritivas podem resultar na imposição de custos associados às emissões de Gases de Efeito Estufa (“GEE”), seja através de exigências por parte dos órgãos ambientais, seja por meio de outras medidas de natureza regulatória e ambiental. Devido à preocupação quanto ao risco das alterações climáticas, uma série de países, incluindo o Brasil, adotou ou está considerando adotar marcos regulatórios que, entre outras regras, visam a reduzir a emissão de GEE. A atual regulamentação sobre GEE, ou, ainda, a regulamentação que eventualmente venha a ser aprovada, poderá aumentar os custos da Companhia para estar em conformidade com a legislação ambiental. Tais efeitos podem afetar os resultados operacionais e financeiros da Companhia.

### (m) outras questões não compreendidas nos itens anteriores

#### Riscos macroeconômicos

***Riscos relacionados à situação da economia global poderão afetar a percepção do risco em outros países, especialmente nos Estados Unidos, determinados países europeus, países emergentes, China, Reino Unido, podem afetar adversamente a economia brasileira, inclusive por meio de oscilações nos mercados de valores mobiliários, o que pode impactar no preço de negociação de nossas ações.***

O crescimento da Companhia está diretamente ligado ao desenvolvimento do mercado interno brasileiro e os negócios da Companhia estão diretamente ligados aos seus clientes que estão distribuídos em diversos setores econômicos. A redução do crescimento econômico no Brasil, com a retenção da demanda no varejo, a redução do consumo e o declínio na demanda dos consumidores, pode afetar diretamente o resultado financeiro e operacional da Companhia.

A globalização dos mercados de capitais aumentou as vulnerabilidades dos países a eventos adversos. As recentes e contínuas recessões em determinados países desenvolvidos como Estados Unidos, determinados países europeus e países emergentes, assim como as recessões na China, Reino Unido, afetam a economia brasileira de muitas maneiras, gerando inclusive uma retração nos fluxos comerciais acarretando incertezas para o investidor e desconfianças para o consumidor.

O valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, portanto, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, principalmente de economias desenvolvidas. Os acontecimentos econômicos destes países podem causar um efeito adverso sobre o valor de mercado de valores mobiliários das companhias brasileiras, em especial, aqueles negociados em bolsas de valores. O aumento na taxa de juros de outros países pode reduzir a liquidez global e o interesse dos investidores nos mercados de capitais brasileiros, afetando negativamente nossas ações, assim como o preço das ações negociadas na B3 são afetados por flutuações nas taxas de juros vigentes dos Estados Unidos, como por exemplo pelas variações dos principais índices de ações norte-americanos.

Crises ou acontecimentos relevantes de diversas naturezas que aconteçam em outros países ou outros mercados de capitais também podem diminuir o interesse de investidores nos valores mobiliários das companhias brasileiras, inclusive nos valores mobiliários de emissão da Companhia e o seu respectivo preço de negociação. Dentre estes podemos citar a recente crise global advinda

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

da COVID-19, em razão da adoção de medidas de restrições à circulação de bens e pessoas, quarentena de pessoas ou até mesmo de um determinado Estado ou do país, cancelamento ou adiamento de eventos públicos, suspensão de operações comerciais, fechamento de estabelecimentos abertos ao público, entre outras medidas mais ou menos severas. Estes fatores podem afetar as decisões de investimento e poupança, ademais, dificultar ou impedir totalmente o acesso da Companhia aos mercados de capitais e ao financiamento de suas operações no futuro em termos aceitáveis.

***A instabilidade política e econômica no Brasil pode afetar adversamente nossos negócios, resultados de suas operações e o preço de negociação de nossas ações.***

O ambiente político brasileiro influenciou historicamente e continua influenciando o desempenho da economia do país. As crises políticas afetaram e continuam afetando a confiança dos investidores e do público em geral, resultando em desaceleração econômica e aumento da volatilidade dos títulos emitidos por empresas brasileiras.

O Brasil tem apresentado instabilidades econômicas causadas por distintos eventos políticos e econômicos observados nos últimos anos, com a desaceleração do crescimento do PIB e efeitos em fatores de oferta (níveis de investimentos, aumento e uso de tecnologias na produção etc.) e de demanda (níveis de emprego, renda etc.).

A economia brasileira continua sujeita às políticas e aos atos governamentais, os quais, em não sendo bem-sucedidos ou implementados, poderão afetar as operações e o desempenho financeiro das empresas, incluindo os da Companhia.

Os mercados brasileiros têm registrado um aumento de volatilidade devido às incertezas decorrentes de investigações conduzidas pela Polícia Federal Brasileira, pelo Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual. Tais investigações têm impactado a economia e o ambiente político do país.

A Companhia também não pode prever os resultados dessas investigações, nem o impacto sobre a economia brasileira ou o mercado acionário brasileiro.

Ainda, a condução política do país no contexto da pandemia da COVID-19 foi alvo de críticas tanto no Brasil quanto internacionalmente, aumentando a incerteza política e a estabilidade no Brasil, particularmente após a saída de vários ministros federais de alto nível e alegações de corrupção envolvendo membros do Governo Federal e seus familiares.

As recentes instabilidades políticas e econômicas têm levado a uma percepção negativa da economia brasileira e um aumento na volatilidade no mercado de valores mobiliários brasileiro, que também podem afetar adversamente os negócios e as ações da Companhia. Qualquer instabilidade econômica recorrente e incertezas políticas podem afetar adversamente os negócios e as ações da Companhia.

O Presidente do Brasil tem poder para determinar políticas e expedir atos governamentais relativos à condução da economia brasileira e, conseqüentemente, afetar as operações e o desempenho financeiro das empresas, incluindo o desempenho da Companhia. Não podemos prever quais políticas o Presidente irá adotar, muito menos se tais políticas ou mudanças nas políticas atuais poderão ter um efeito adverso sobre nós ou sobre a economia brasileira.

Nesse sentido, destacamos o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE), que trouxe benefício econômico positivo para a Companhia e suas controladas, mas cujo escopo pode ter sido (ou ser) restringido de modo que a Companhia e suas controladas não mais façam jus ao benefício fiscal.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

Mesmo sendo claro que o setor do qual a Companhia e suas controladas fazem parte tenha sido fortemente afetado pela pandemia da COVID-19, a Companhia não pode garantir que possíveis alterações legislativas no Congresso Nacional relativas ao PERSE e/ou outras temas tributários não impactarão sua atual carga tributária e, conseqüentemente, os seus resultados futuros.

***Limitação substancial na capacidade de os acionistas venderem as ações da Companhia pelo preço e na ocasião que desejarem, devido à volatilidade e à falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários.***

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes envolve mais risco em comparação a outros mercados mundiais, sendo considerados como investimentos de natureza mais especulativa.

Outro ponto é que o mercado brasileiro de valores mobiliários é menos líquido e mais concentrado comparado a outros mercados mundiais, sendo influenciado em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive, Estados Unidos, alguns países da Europa e países emergentes. Alguns acontecimentos nesses países podem ter um efeito adverso relevante sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras, em especial, aqueles negociados em bolsas de valores. Crises nesses outros países podem reduzir o interesse de investidores nos valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários de nossa emissão.

Historicamente, por exemplo, os preços das ações na B3 são afetados por flutuações nas taxas de juros vigentes nos Estados Unidos, bem como pelas variações dos principais índices de ações norte-americanos. Acontecimentos em outros países e mercados de capitais poderão prejudicar o valor de mercado das nossas ações, podendo, ademais, dificultar ou impedir totalmente o nosso acesso aos mercados de capitais e ao financiamento de suas operações no futuro em termos aceitáveis. Não há garantia de que o mercado de capitais permaneça aberto às companhias brasileiras ou de que os custos de financiamento nesse mercado sejam vantajosos para a Companhia. Crises em outros países emergentes podem restringir o interesse dos investidores em relação aos títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras, inclusive os de nossa emissão, o que pode prejudicar sua liquidez e seu valor de mercado, além de dificultar o nosso acesso ao mercado de capitais e ao financiamento das suas operações no futuro, em termos aceitáveis ou absolutos.

Por conseguinte, a capacidade dos nossos acionistas de venderem nossas ações pelo preço e no momento desejado poderá ficar substancialmente afetada, o que poderá, ainda, afetar negativamente o preço de negociação de nossas ações ou de vendas e a percepção de uma possível venda de um volume substancial de nossas ações poderão prejudicar o valor da sua negociação.

***Flutuações da taxa de câmbio podem afetar de forma negativa nossos resultados operacionais***

A moeda brasileira tem sofrido desvalorizações em relação ao dólar norte-americano e a outras moedas fortes ao longo das últimas décadas em decorrência de diversas pressões inflacionárias e instabilidade macroeconômica. Durante todo esse período, foram implementadas diversas medidas governamentais através de planos econômicos e diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas (durante as quais a frequência dos ajustes variou de diária e mensal), sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo. Houve flutuações significativas da taxa de câmbio entre o Real, o Dólar e outras moedas.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

Não se pode garantir que o Real não sofrerá valorização ou desvalorização em relação ao Dólar. As depreciações do Real em relação ao Dólar podem criar pressões inflacionárias adicionais ao Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo e os nossos resultados operacionais, por conta da retração no consumo e aumento de nossos custos. A Companhia está exposta principalmente a variações na taxa de câmbio do euro e do dólar norte-americano na aquisição (capex/investimento) de displays, de modo que tais oscilações podem fazer com que a Companhia incorra em perdas não esperadas, levando a uma redução dos valores dos ativos ou aumento dos passivos de empréstimos em moeda estrangeira. Não exercemos quaisquer influências sobre a política cambial adotada no Brasil, nem dispomos de capacidade para prevê-la. Nosso negócio, situação financeira, resultados operacionais e perspectivas poderão ser afetados negativamente por mudanças em tais políticas cambiais.

### ***A inflação e os esforços do Governo Federal de combate à inflação podem afetar adversamente nossos negócios, operações e condição financeira***

O Brasil já experimentou, no passado, índices de inflação extremamente elevados. Durante esse período, a economia brasileira foi negativamente impactada por medidas adotadas pelo Governo Federal com o intuito de controlar a inflação ou até mesmo por receio e especulação sobre eventuais medidas governamentais a serem adotadas. Esse cenário contribuiu diretamente para a incerteza econômica existente no Brasil e para o aumento da volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro.

O Governo Federal tem adotado medidas de controle da inflação que, frequentemente, têm incluído a manutenção de política monetária restritiva, com altas taxas de juros, restringindo assim a disponibilidade de crédito e reduzindo o crescimento econômico.

Nesse sentido, o Brasil continua sujeito a um aumento de inflação como consequência da intervenção do Governo Federal, inclusive mediante a redução ou aumento das taxas de juros e a intervenção no mercado de câmbio e ações para ajustar ou fixar o valor do Real.

A intervenção do governo brasileiro na economia nacional por meio de modificações significativas em suas políticas e normas monetárias, fiscais, creditícias e tarifárias podem afetar os negócios da Companhia, conforme mencionado o benefício ao PERSE.

O passado recente da economia brasileira permite verificar inúmeros exemplos de medidas adotadas pelo Governo Federal que alteraram significativamente a condução de suas políticas, com intuito de fazer frente às situações econômicas e políticas da época. Citam-se como exemplos os aumentos ou reduções das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de salários e preços, bloqueio ao acesso a contas bancárias, desvalorização cambial, controle de capital, limitação às importações, intervenções às concessões no setor elétrico, dentre outras medidas.

Nesse sentido, a Companhia não tem controle sobre quais medidas ou políticas o governo brasileiro poderá adotar no futuro. Os negócios, a situação financeira, o resultado das operações da Companhia, bem como suas perspectivas futuras poderão ser afetados de maneira significativa por modificações relevantes nas políticas ou normas que envolvam ou influenciam em fatores, tais como:

- política monetária;
- política fiscal;
- política cambial;
- estabilidade social e política;

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

- aumento na taxa de desemprego;
- expansão ou contração da economia brasileira;
- controles cambiais e restrições a remessas para o exterior;
- flutuações cambiais relevantes;
- alterações no regime fiscal e tributário;
- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- taxas de juros;
- inflação;
- modificação nos critérios de definição de preços e tarifas praticados;
- racionamento de energia; e
- outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A adoção por parte do governo brasileiro de políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro. A ocorrência de qualquer desses eventos pode ter um efeito adverso para os resultados da Companhia.

***Qualquer diminuição da classificação de crédito do Brasil (rating) pode afetar negativamente o preço das ações ordinárias da Companhia.***

A Companhia pode ser adversamente afetada pela percepção dos investidores quanto aos riscos relacionados à classificação de crédito da dívida soberana do Brasil. As agências de classificação avaliam regularmente o Brasil e suas classificações soberanas, que se baseiam em uma série de fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições fiscais e orçamentárias, métricas de cálculos de dívida e a perspectiva de mudanças em qualquer desses fatores.

Não podemos garantir que as agências de rating manterão essas classificações sobre o crédito brasileiro e qualquer rebaixamento de rating de crédito soberano brasileiro poderá aumentar a percepção de risco dos investimentos e, como resultado, aumentar o custo de futuras emissões de dívida e afetar adversamente o preço de negociação das ações da Companhia.

***O surto de doenças transmissíveis em todo o mundo pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global e resultar em pressão negativa sobre a economia mundial e a economia brasileira, impactando o mercado de negociação das ações de nossa emissão.***

Surtos de doenças que afetam o comportamento das pessoas, como a COVID- 19, Zika, Ebola, gripe aviária, febre aftosa, gripe suína, a Síndrome Respiratória no Oriente Médio ou MERS e a Síndrome Respiratória Aguda Grave ou SARS, podem ter um impacto adverso relevante no mercado de capitais global, nas indústrias mundiais, na economia mundial e brasileira, nos nossos resultados e nas ações de nossa emissão.

Qualquer mudança material nos mercados financeiros ou na economia brasileira como resultado desses eventos mundiais pode diminuir o interesse de investidores nacionais e estrangeiros em valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo os valores mobiliários de nossa emissão, o que pode afetar adversamente o preço de mercado de tais valores mobiliários e, também, pode dificultar o acesso ao mercado de capitais e financiamento das nossas operações no futuro em termos aceitáveis.

## 4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

### 4.2. Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

A não renovação dos nossos contratos de concessão atuais pode acarretar na perda de locais de exposição, o que poderia causar um efeito adverso nos negócios, condição financeira e resultados de operações da Companhia.

A instabilidade política e econômica no Brasil pode afetar adversamente nossos negócios, resultados de suas operações e o preço de negociação de nossas ações.

Condições desfavoráveis na indústria ou da economia global ou reduções em gastos com publicidade podem limitar a capacidade de crescer e desenvolver o negócio e afetar negativamente os resultados operacionais da Companhia.

Se não conseguirmos renovar nossas linhas de crédito atuais, acessar novos financiamentos ou emitir títulos no mercado de capitais em condições atraentes, podemos ser adversamente afetados.

Se a Companhia não for capaz de expandir a distribuição geográfica de seus locais de exposição, sua lucratividade poderá diminuir.

.

## 4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

### 4.3. Descrição dos principais riscos de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três principais tipos de risco, dentre outros: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço de ações. A Companhia está exposta aos seguintes riscos de mercado:

#### Risco de Taxa de Juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures, bem como impactem a demanda por nossos serviços. A Companhia contrata empréstimo e financiamentos junto às principais instituições financeiras no Brasil, fazendo frente às suas necessidades de caixa para investimentos e seu crescimento. A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros referenciadas em Certificado de Depósito Interbancário (“**CDI**”). Em 31 de dezembro de 2023, a dívida total da Companhia, representada pelo total de empréstimos e financiamentos e debêntures, era de R\$ 949,5 milhões, atrelada ao CDI, conforme detalhado abaixo:

(Em R\$ mil)	Indexador	Em 31 de dezembro de		
		2023	2022	2021
Empréstimos, financiamentos e debêntures(circulante não circulante)	CDI	949.480	683.960	603.943

Qualquer aumento nestes indicadores poderá gerar impacto negativo sobre nossas despesas financeiras, resultados operacionais e o valor de nossas ações.

#### Análise de sensibilidade

A Companhia está exposta à variação no CDI, indexador de empréstimo em moeda nacional e dos rendimentos de aplicações financeiras (“**CDB**”). Com a finalidade de verificar a sensibilidade desses indexadores foram definidos três cenários diferentes:

Para o cenário provável, segundo avaliação preparada pela administração da Companhia (“**Administração**”), foi considerado a CDI base de 31 de dezembro de 2023. Adicionalmente, são demonstrados outros dois cenários (A e B). A Companhia assumiu uma oscilação de 25% (cenário A) e de 50% (cenário B) nas projeções. A análise de sensibilidade para cada tipo de risco considerado relevante pela Administração está apresentada na tabela a seguir:

(em milhares de R\$, exceto %)	Operação	Variável de risco	Valor contábil	Consolidado		
				Cenário I (provável)	Cenário II (+25%)	Cenário III (+50%)
	Passivos financeiros	Alta CDI	949.480	949.480	1.087.724	1.115.449
	Impacto no patrimônio líquido e no resultado			-	138.244	165.969

### 4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Indexador	Em 31 de dezembro de 2023		
	Cenário I Provável	Cenário II (+25%)	Cenário III (+50%)
CDI (1)	11,65%	14,56%	17,48%

<sup>1</sup> CDI divulgado pela CETIP.

#### Risco de Liquidez

O risco de liquidez se materializa com a possibilidade de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros, em função dos diferentes prazos de realização e/ou liquidação de seus direitos e obrigações. Pode ser definido pela possibilidade de não cumprir com as obrigações associadas aos passivos financeiros que serão liquidados com caixa e equivalentes de caixa ou aplicações financeiras, tais como o saldo de fornecedores, salários a pagar, tributos e encargos sociais a recolher, empréstimos e financiamentos, debêntures e outros passivos.

A soma do passivo circulante e do não circulante consolidado era de R\$ R\$ 1,5 bilhão em 31 de dezembro de 2023, R\$ 1,1 bilhão em 31 de dezembro de 2022 e R\$ 861,6 milhões em dezembro de 2021.

O índice de liquidez geral da Companhia, medido pela soma do ativo circulante e não circulante, exceto imobilizado, direito de uso e intangível, dividido pela soma do passivo circulante e não circulante era de 0,66 em 31 de dezembro de 2023, 0,51 em 31 de dezembro de 2022 e 0,99 em 31 de dezembro de 2021.

O risco de gestão do capital advém da possibilidade da Companhia não conseguir assegurar uma classificação de crédito forte e uma razão de capital bem estabelecida.

A atual estrutura de capital da Companhia está detalhada abaixo:

(Em R\$ mil)	Em 31 de dezembro de		
	2023	2022	2021
(+) Empréstimos e financiamentos e debêntures	949.480	683.960	603.943
(+) Passivo de arrendamento	45.791	9.552	4.544
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(487.054)	(168.821)	(580.182)
<b>Dívida líquida<sup>(1)</sup> (A)</b>	<b>508.217</b>	<b>524.691</b>	<b>28.305</b>
<b>Patrimônio líquido (B)</b>	<b>1.045.815</b>	<b>793.395</b>	<b>767.511</b>
<b>Patrimônio líquido e dívida líquida (A + B)</b>	<b>1.554.032</b>	<b>1.318.086</b>	<b>795.816</b>
<b>Índice de alavancagem financeira (A) / (A + B)</b>	<b>0,33</b>	<b>0,40</b>	<b>0,04</b>

(1) A Dívida Líquida da Companhia é definida como o total de empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo de arrendamento menos o saldo de caixa e equivalentes de caixa. A Dívida Líquida não é uma medida de desempenho, endividamento ou liquidez reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas IFRS e não possuem um significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Líquida de maneira diferente da Companhia. Para mais informações, ver item 3.2 deste Formulário de Referência da Companhia.

Adicionalmente, os impactos da COVID-19 na economia global podem acarretar oscilações de taxas de juros cobradas pelas instituições financeiras impactando dívidas existentes e/ou a necessidade de adquirir novos passivos financeiros.

## 4.4 Processos não sigilosos relevantes

### 4.4. Processos não sigilosos relevantes

A Companhia e suas controladas figuram como partes em procedimentos administrativos e processos judiciais de natureza cível, trabalhista, tributária e administrativa, decorrentes do curso normal de nossas atividades.

A Companhia constituiu uma provisão contábil no valor de R\$ 11.326 mil, para processos avaliados com chance de perda provável. As provisões da Companhia são registradas conforme os regramentos contábeis, com base na análise individual de cada contingência por seus advogados internos e externos.

Para os fins deste item 4.4, foram considerados como processos individualmente relevantes processos em que a Companhia e/ou suas controladas, figuram no polo passivo e que (i) tenham valor individual igual ou superior a R\$1 milhão; e (ii) individualmente possam vir a impactar as atividades da Companhia ou de suas subsidiárias. Neste último caso, são considerados pela Companhia (i) os riscos patrimoniais envolvidos considerando necessidade de desembolso de recursos em caso de que eventual condenação definitiva; e (ii) os riscos não patrimoniais envolvidos, considerando o impacto negativo na imagem da Companhia e a repercussão negativa frente aos nossos clientes, empregados e o mercado em geral.

A seguir estão descritos os principais processos judiciais e administrativos individualmente relevantes em que a Companhia e/ou suas controladas figuravam como partes em 31 de dezembro de 2023, segregados conforme sua natureza.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia tinha conhecimento de que ela e suas controladas eram parte em 160 processos, conforme discriminado na tabela abaixo:

<i>Natureza</i>	<i>Número de Processos</i>
Cível	30
Trabalhista	44
Tributário (Judicial e Administrativo)	83
Administrativo	3
Ambiental	0
<b>Total Geral</b>	<b>160</b>

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas constituíram provisão para contingências no montante agregado de R\$ 11.326 mil, com relação a contingências cuja chance de perda é classificada, com base na análise individual de cada contingência por nossos assessores legais, como “provável”, conforme discriminado abaixo. O cálculo dos valores a serem provisionados reflete a melhor expectativa de perda das ações judiciais, apurada pelos advogados responsáveis pela condução/gerenciamento dos processos.

<i>Natureza</i>	<i>Provisão para contingência em 31 de dezembro de 2023 (em R\$ mil)</i>	<i>Número de Processos</i>
Cível	4.216	2
Trabalhista	849	11

#### 4.4 Processos não sigilosos relevantes

Tributário (Judicial e Administrativo)	6.261	1
Ambiental	0	0
<b>Total Geral</b>	<b>11.326</b>	<b>14</b>

Os processos descritos neste item foram selecionados considerando sua capacidade de representar impacto significativo ao nosso patrimônio, à nossa capacidade financeira ou aos nossos negócios. Foram considerados, ainda, na seleção de processos relevantes, independentemente do valor envolvido, processos judiciais ou administrativos que possam representar um impacto significativo em nossa imagem ou, ainda que, possam, de alguma forma, influenciar a decisão do investidor em investir em valores mobiliários de nossa emissão.

##### Contingências Cíveis

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas figuravam como partes em 30 processos cíveis, os quais totalizam o valor da causa envolvido de aproximadamente R\$ 7.436.097,43.

Destacamos abaixo as principais contingências cíveis que a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto são partes:

**4.4 Processos não sigilosos relevantes**

<b>Processo nº 0008357-36.2012.8.26.0361</b>	
<b>a. Juízo</b>	Vara da Fazenda Pública do Foro de Mogi das Cruzes
<b>b. Instância</b>	1ª Instância
<b>c. Data de instauração</b>	26.04.2012
<b>d. Partes no processo</b>	Autor: Ministério Público do Estado de São Paulo Réus: Eletromidia e outros
<b>e. Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	R\$ 143.500,00 (valor histórico)
<b>f. Principais fatos</b>	Trata-se de ação civil pública de improbidade administrativa que discute eventual fraude em procedimento licitatório para contratação da empresa vencedora Suprema Sistemas Eletrônicos Ltda. para desenvolvimento e aquisição de sistema de registro e controle de votação em plenário pela Câmara Municipal de Vereadores de Mogi das Cruzes. Uma vez que a Companhia participou da licitação (no entanto perdeu), foi incluída no polo passivo.
<b>g. Resumo das decisões de mérito proferidas</b>	Sentença julgando improcedente a pretensão ministerial aforada contra a Eletromidia Comercial Ltda. e demais réus, extinguindo o feito com base no artigo 487, I do Código de Processo Civil.
<b>h. Estágio do processo</b>	Os autos se encontram em segundo grau para julgamento do Recurso de Apelação interposto pelo Ministério Público.
<b>i. Chance de perda</b>	Possível
<b>j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante</b>	Processo é relevante pois, apesar de baixa, existe a possibilidade de reversão da sentença via acórdão e, caso seja confirmada eventual improbidade dos administradores da Companhia, ela pode ser condenada ao pagamento de multa civil e ser proibida de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo não superior a 4 (quatro) anos.
<b>k. Impacto em caso de perda do processo</b>	Em caso de perda, além do impacto reputacional, a Eletromidia pode ser condenada: (i) a ressarcir eventual dano ao Erário; (ii) ao pagamento de multas; e (iii) à proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual sejam sócios majoritários, pelo prazo de até 4 (quatro) anos, nos termos do artigo 11, da Lei nº 8.429/92. A respeito do Processo nº 0008357-36.2012.8.26.0361 indicado acima, a Companhia esclarece que a probabilidade de perda possível foi determinada de acordo com a fase processual. Entretanto, no que diz respeito ao mérito, entendemos que, em razão dos fatos de (i) a Companhia não ter se sagrado vencedora do processo licitatório; (ii) a Companhia ter apenas participado da licitação

## 4.4 Processos não sigilosos relevantes

	em razão de provocação por parte do ente licitante, que enviou uma carta-convite solicitando uma proposta para o certame; (iii) a Companhia ter enviado sua proposta de acordo com o modelo estabelecido pelo licitante; (iv) não ter havido qualquer dolo ou má-fé por parte da Eletromidia; (v) ocorrência de prescrição intercorrente; para a caracterização do ato de improbidade administrativa, não há fundamentos suficientes para que a Companhia seja condenada.
--	---

<b>Processo nº 1068326-98.2021.8.26.0053</b>	
<b>a. Juízo</b>	3ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central
<b>b. Instância</b>	1ª Instância
<b>c. Data de instauração</b>	09.11.2021
<b>d. Partes no processo</b>	Autor: Eletromidia S.A. Réus: CPTM - Companhia Paulista de Trens Metropolitanos
<b>e. Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	R\$ 9.210.890,68
<b>f. Principais fatos</b>	Trata-se de ação de indenização com pedido de tutela de urgência movido em face da CPTM - Companhia Paulista de Trens Metropolitanos, cujo objeto é o Reequilíbrio da equação econômico-financeira do Contrato Administrativo n. 821016301100, firmado com a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM em decorrência da redução do fluxo de passageiros havido pelas medidas de isolamento social adotadas pelo Governo do Estado de São Paulo para conter a pandemia da COVID-19.  Petição Inicial foi recebida em 10 de novembro de 2021, sendo na mesma data apreciado e indeferido o pedido de antecipação da tutela. Em 16.11.2021, em decisão proferida pela 5ª Câmara de Direito Público, concluiu-se pela não existência de justificativa plausível pela antecipação da tutela recursal pleiteada. Em 10 de dezembro de 2021, houve o cumprimento do mandado em relação à CPTM.
<b>g. Resumo das decisões de mérito proferidas</b>	Não existem decisões de mérito para o referido processo.
<b>h. Estágio do processo</b>	Processo na fase probatória. Aguardando finalização da perícia contábil e econômica.
<b>i. Chance de perda</b>	Possível
<b>j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante</b>	Em caso de perda da ação a Companhia suportará os efeitos financeiros negativos do Contrato firmado com a Companhia do Metropolitano de São Paulo, podendo impactar no seu faturamento e prazo estimado para obter o retorno do investimento realizado em

## 4.4 Processos não sigilosos relevantes

	decorrência do contrato
<b>k. Impacto em caso de perda do processo</b>	Em caso de perda haverá impacto financeiro referente ao não recebimento da indenização que entende-se devida pelo reequilíbrio do contrato e da internalização do risco (queda do faturamento decorrente da pandemia).

<b>Processo nº 1068369-35.2021.8.26.0053</b>	
<b>a. Juízo</b>	11ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central
<b>b. Instância</b>	1ª Instância
<b>c. Data de instauração</b>	11.11.2021
<b>d. Partes no processo</b>	Autor: Eletromidia S.A. Réus: CPTM - Companhia Paulista de Trens Metropolitanos
<b>e. Valores, bens e direitos envolvidos</b>	R\$ 40.558.191,00
<b>f. Principais fatos</b>	Trata-se de ação de indenização com pedido de tutela de urgência movida em face da CPTM - Companhia Paulista de Trens Metropolitanos, cujo objeto é o reequilíbrio da equação econômico-financeira do Contrato Administrativo n. 829819806100, firmado com a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM em decorrência da redução do fluxo de passageiros havido pelas medidas de isolamento social adotadas pelo Governo do Estado de São Paulo para conter a pandemia da COVID-19. Petição Inicial foi recebida em 11 de novembro de 2021, sendo na mesma data apreciado e indeferido o pedido de antecipação da tutela. Em 22 de novembro de 2021, requereu-se a condução do Oficial de Justiça para realizar a citação da ré.
<b>g. Resumo das decisões de mérito proferidas</b>	Não existem decisões de mérito proferidas no referido processo.
<b>h. Estágio do processo</b>	Processo na fase probatória. Aguardando início da perícia contábil e econômica.
<b>i. Chance de perda</b>	Possível
<b>j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante</b>	Em caso de perda da ação a Companhia suportará os efeitos financeiros negativos do Contrato firmado com a Companhia do Metropolitano de São Paulo, podendo impactar no seu faturamento e prazo estimado para obter o retorno do investimento realizado em decorrência do contrato.

#### 4.4 Processos não sigilosos relevantes

<b>k. Impacto em caso de perda do processo</b>	Em caso de perda haverá impacto financeiro referente ao não recebimento da indenização que entende-se devida pelo reequilíbrio do contrato e da internalização do risco (queda do faturamento decorrente da epidemia).
--	--

Processo nº 43.0695.0000111/2021	
<b>a. Juízo</b>	10ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Capital do Estado de São Paulo
<b>b. Instância</b>	1ª instância
<b>c. Data de instauração</b>	18/02/2022
<b>d. Partes no processo</b>	Polo ativo: Secretaria Municipal de São Paulo Polo passivo: Eletromidia SP
<b>e. Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	Não se aplica. Valor do Contrato de Concessão.
<b>f. Principais fatos</b>	Trata-se de Inquérito Civil instaurado pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, objetivando apurar eventuais irregularidades no contrato de concessão, razão pela qual não há o que se falar em qualquer risco de condenação apto a ensejar eventual contingenciamento imediato, em especial pela possibilidade do tema ainda ser levado a debate perante o Poder Judiciário. Em 28/11/2022, a Eletromidia SP apresentou resposta ao Ofício.
<b>g. Resumo das decisões de mérito proferidas</b>	Não existem decisões de mérito para o referido processo.
<b>h. Estágio do processo</b>	Aguardando decisão.
<b>i. Chance de perda</b>	Não se aplica
<b>j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante</b>	O Processo é relevante pois trata-se de procedimento instaurado para fiscalização do Contrato de Concessão firmado entre a Eletromidia SP Concessionária de Mobiliário Urbano SPE S.A. ("Eletromidia SP") e SPObras.
<b>k. Impacto em caso de perda do processo</b>	Caso o a Promotoria conclua pela existência de irregularidades/inadimplemento na execução do Contrato de Concessão por parte da Eletromidia SP Concessionária de Mobiliário Urbano SPE S.A. ("Eletromidia SP") e SPObras, poderá optar pela proposição de termo de ajustamento de conduta (TAC) ou de ação civil pública (ACP).

#### Contingências Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas figuravam como partes em 44 processos trabalhistas, cujo valor das causas envolvidas é de aproximadamente R\$ 5.973.565,31.

Não há processos de natureza trabalhista considerados relevantes dos quais a Companhia e suas controladas ou controladas em conjunto são partes.

#### 4.4 Processos não sigilosos relevantes

##### Contingências Tributárias

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas figuravam como partes em 86 processos judiciais e administrativos, os quais envolvem o valor da causa de aproximadamente R\$ 35.848.506,16. Destacamos abaixo as principais contingências tributárias que a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto são partes:

<b>Processo nº 5013542-13.2020.4.03.6100</b>	
<b>a. Juízo</b>	9ª Vara Cível da Justiça Federal de São Paulo
<b>b. Instância</b>	2ª instância
<b>c. Data de instauração</b>	23/07/2020
<b>d. Partes no processo</b>	Polo ativo: Eletromidia S.A Polo passivo: Delegado da Receita Federal do Brasil
<b>e. Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	R\$ 232.030,50
<b>f. Principais fatos</b>	Trata-se de Mandado de Segurança para que seja reconhecido o direito de não incluir o Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza ("ISS") na base de cálculo da Contribuição ao Programa de Integração Social ("PIS") e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"). Em julho de 2020 a liminar foi concedida. Em agosto de 2020 a autoridade impetrada prestou as informações necessárias. Em 25.05.21 foi proferida sentença concedendo a segurança e modulando os efeitos da repetição de indébito. Em 30.09 o Recurso de Apelação da Eletromidia foi provido, tornando-se afastada a indevidamodulação de efeitos aplicada pelo Juízo de 1º grau. Contra esta decisão a União opôs Embargos de Declaração para fins de prequestionamento. Em 20.03 os Embargos de Declaração da Fazenda foram rejeitados por unanimidade.
<b>g. Resumo das decisões de mérito proferidas</b>	Em 25.05.21 foi proferida sentença concedendo a segurança e modulando os efeitos da repetição de indébito. Em 30.09 o Recurso de Apelação da Eletromidia foi provido, tornando-se afastada a indevida modulação de efeitos aplicada pelo Juízo de 1º grau; portanto, a Eletromidia, em caso de futuro desfecho favorável, terá direito à recuperação relativa desde os cinco anos anteriores ao ajuizamento da ação.
<b>h. Estágio do processo</b>	Aguarda-se o prazo para interposição de recurso aos tribunais superiores por parte da Fazenda Nacional. O processo está suspenso aguardando o julgamento do tema 118 do STF
<b>i. Chance de perda</b>	Remota.
<b>j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante</b>	O Processo é relevante pois em caso de conclusão favorável, a companhia terá direito à recuperação relativa desde os cinco anos anteriores ao ajuizamento da ação e ainda, a suspensão da exigibilidade do valor referente ao ISSQN destacado nas notas fiscais das bases de cálculo do PIS e da COFINS.
<b>k. Impacto em caso de perda do processo</b>	Considerando que a discussão está sendo discutida a nível constitucional, a demanda foi sobrestada aguardando o julgamento do tema 118 do STF. Por fim, caso a Companhia não obtenha êxito, estará sujeita ao pagamento do valor envolvido indicado no item "e", devidamente atualizado.

<b>Processo nº 5023413-33.2021.4.03.6100</b>	
<b>a. Juízo</b>	9ª Vara Cível da Justiça Federal de São Paulo
<b>b. Instância</b>	2ª instância

## 4.4 Processos não sigilosos relevantes

<b>c. Data de instauração</b>	19/08/2021
<b>d. Partes no processo</b>	Polo ativo: Eletromidia SP Polo passivo: Delegado da Receita Federal do Brasil
<b>e. Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	R\$ 200.000,00
<b>f. Principais fatos</b>	Trata-se de Mandado de Segurança para que seja reconhecido o direito de não incluir o Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza ("ISS") na base de cálculo da Contribuição ao Programa de Integração Social ("PIS") e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"). Em agosto de 2021 a liminar foi concedida. Em 27.09.21 foi proferida sentença concedendo a segurança e modulando os efeitos da repetição de indébito. Atualmente em sede recursal discutindo a modulação temporal.
<b>g. Resumo das decisões de mérito proferidas</b>	Em 27.09.21 foi proferida sentença concedendo a segurança e modulando os efeitos da repetição de indébito.
<b>h. Estágio do processo</b>	O processo está suspenso aguardando o julgamento do tema 118 do STF.
<b>i. Chance de perda</b>	Remota.
<b>j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante</b>	O Processo é relevante pois em caso de conclusão favorável, a companhia terá direito à recuperação relativa desde os cinco anos anteriores ao ajuizamento da ação e ainda, a suspensão da exigibilidade do valor referente ao ISSQN destacado nas notas fiscais das bases de cálculo do PIS e da COFINS.
<b>k. Impacto em caso de perda do processo</b>	Considerando que a discussão está sendo discutida a nível constitucional, a demanda foi sobrestada aguardando o julgamento do tema 118 do STF. Por fim, caso a Companhia não obtenha êxito, estará sujeita ao pagamento do valor envolvido indicado no item "e", devidamente atualizado.

<b>Processo nº 1023262-31.2022.8.26.0053</b>	
<b>a. Juízo</b>	Prefeitura de São Paulo – Divisão de Julgamento
<b>b. Instância</b>	12ª Vara de Fazenda Pública
<b>c. Data de instauração/distribuição</b>	28/04/2022
<b>d. Partes no processo</b>	Polo ativo: Eletromidia S.A Polo passivo: Diretor (A) da Diretoria de Divisão de Fiscalização do Setor de Serviços 1 – ("diser-1") Sec. Mun. da Fazenda de São Paulo
<b>e. Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	R\$ 19.508.892,76

## 4.4 Processos não sigilosos relevantes

<b>f. Principais fatos</b>	Trata-se de Mandado de Segurança impetrado pela Eletromidia com o objetivo de extinguir os débitos decorrentes dos Autos de Infração nºs 006.792.869-2, 006.792.870-6, 006.792.871-4, 006.792.872-2, 006.792.873-0 e 006.792.874-9, lavrados pelo Município de São Paulo para a cobrança de débitos de ISS e multas sobre a atividade de inserção de publicidade (ano-calendário 2016), enquadrados pela Municipalidade no item 17.06). Em 31.03.2023 foi proferida sentença denegando a segurança pleiteada, sob o fundamento de que seria necessária perícia para especificar as atividades da Impetrante.
<b>g. Resumo das decisões de mérito proferidas</b>	Em 31.03.2023 foi proferida sentença denegando a segurança pleiteada, sob o fundamento de que seria necessária perícia para especificar as atividades da Impetrante.
<b>h. Estágio do processo</b>	Contra a decisão denegando a segurança, opusemos Embargos de Declaração. Atualmente aguarda-se o julgamento dos EDs.
<b>i. Chance de perda</b>	Possível
<b>j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante</b>	O Processo é relevante pois envolve alto valor, além disso, em caso de perda da ação, teremos um precedente desfavorável para outros casos semelhantes.
<b>k. Impacto em caso de perda do processo</b>	Caso a Companhia não obtenha êxito, estará sujeita a apagamento do valor envolvido indicado no item "e", devidamente atualizado.

<b>Processo nº 1044796-31.2022.8.26.0053</b>	
<b>a. Juízo</b>	9ª Vara de Fazenda Pública
<b>b. Instância</b>	Instância superior
<b>c. Data de instauração/distribuição</b>	01/08/2022
<b>d. Partes no processo</b>	Polo ativo: Eletromidia S.A., sucessora de Elemidia Consultoria e Serviços de Marketing S.A. Polo passivo: Diretor (A) da Diretora de Divisão de Fiscalização do Setor de Serviços 1 – (“diser-1”) da Secretaria Mun. da Fazenda
<b>e. Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	R\$ 47.270.201,79
<b>f. Principais fatos</b>	Trata-se de Mandado de Segurança impetrado pela Eletromidia com o objetivo de extinguir os débitos decorrentes dos Autos de Infração nºs 67.223.788, 67.223.222, 67.223.192, 67.223.311, 67.223.214, 67.223.230, 67.223.303 e 67.223.85 lavrados pelo Município de São Paulo para a cobrança de débitos de ISS e multas sobre a atividade de inserção de publicidade (ano- calendário de 2012 a 2014), enquadrados pela Municipalidade no item 10.08). Em 12.08.2022 a tutela antecipada requerida foi concedida para suspender a exigibilidade dos autos de infração objeto da ação. Em 14.09.2022 foi concedida a segurança, reconhecendo-se o direito líquido e certo da empresa de não ser compelida.
<b>g. Resumo das decisões de mérito proferidas</b>	Em 27.03.2023 foi confirmada em acórdão a segurança concedida em sentença, reconhecendo-se o direito líquido e certo da empresa de não ser compelida
<b>h. Estágio do processo</b>	Aguarda-se o julgamento do recurso especial interposto pela Municipalidade.

#### 4.4 Processos não sigilosos relevantes

<b>i. Chance de perda</b>	Possível
<b>j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante</b>	O Processo é relevante pois envolve alto valor, além disso, em caso de perda da ação, teremos um precedente desfavorável para outros casos semelhantes ativos.
<b>k. Impacto em caso de perda do processo</b>	Caso a Companhia não obtenha êxito, estará sujeita ao pagamento do valor envolvido indicado no item "e", devidamente atualizado.

<b>Processo nº 1044793-76.2022.8.26.0053</b>	
<b>a. Juízo</b>	9ª Vara Federal de São Paulo
<b>b. Instância</b>	2ª instância
<b>c. Data de instauração/distribuição</b>	01/08/2022
<b>d. Partes no processo</b>	Polo ativo: Eletromidia S.A., sucessora de Elemidia Consultoria e Serviços de Marketing S.A. Polo passivo: Diretor (A) da Diretora de Divisão de Fiscalização do Setor de Serviços 1 – ("diser-1") da Secretaria Mun. da Fazenda
<b>e. Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	R\$ 47.270.201,79
<b>f. Principais fatos</b>	Trata-se de Mandado de Segurança impetrado pela Eletromidia com o objetivo de extinguir os débitos decorrentes dos Autos de Infração nºs 67.223.788, 67.479.219, 67.223.532, 67.223.583, 67.223.826, 67.223.699, 67.223.745, 67.223.656, 67.223.648 e 67.223.800 lavrados pelo Município de São Paulo para a cobrança de débitos de ISS e multas sobre a atividade de inserção de publicidade (ano- calendário de 2012 a 2014), enquadrados pela Municipalidade no item 10.08); Em 04.08.2022 a tutela antecipada requerida foi concedida para suspender a exigibilidade dos autos de infração objeto da ação.
<b>g. Resumo das decisões de mérito proferidas</b>	Em 11.12.2023 foi concedida a segurança, reconhecendo-se o direito líquido e certo da empresa de não ser compelida ao pagamento dos débitos.
<b>h. Estágio do processo</b>	Aguarda-se o julgamento do recurso de Apelação interposto pela Municipalidade.
<b>i. Chance de perda</b>	Possível
<b>j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante</b>	O Processo é relevante pois envolve alto valor, para fins de provisionamento.
<b>k. Impacto em caso de perda do processo</b>	Caso a Companhia não obtenha êxito, estará sujeita ao pagamento do valor envolvido indicado no item "e", devidamente atualizado.

<b>Processo nº 5031678-87.2022.4.03.6100</b>	
<b>a. Juízo</b>	14ª Vara Federal de São Paulo
<b>b. Instância</b>	1ª instância
<b>c. Data de instauração</b>	06/12/2022
<b>d. Partes no processo</b>	Polo ativo: Eletromidia S.A., TV Minuto S.A., Eletromidia SP Polo passivo: União Federal.
<b>e. Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	R\$ 491.399.183,60

## 4.4 Processos não sigilosos relevantes

<b>f. Principais fatos</b>	Trata-se de Mandado de Segurança impetrado com o objetivo de que seja reconhecido o direito líquido e certo de as Impetrantes usufruírem a alíquota zero de IRPJ e seu Adicional de Alíquota, CSLL e PIS/COFINS em relação às suas receitas, observado o prazo de 60 (sessenta) meses fixados pelo art. 4º da Lei nº 14.148/2021. Tutela inaudita altera pars indeferida.
<b>g. Resumo das decisões de mérito proferidas</b>	Em 15.10.2022 a Impugnação foi julgada improcedente. Em 15.03.2023, foi publicada decisão conhecendo parcialmente do Recurso Ordinário interposto pela Elemidia para dar parcial provimento e determinar o cancelamento dos Autos de Infração nºs 006.791.934-0 e 006.791.948-0. Quanto aos demais lançamentos questionados, estes foram mantidos integralmente pela decisão.
<b>h. Estágio do processo</b>	Aguarda-se o julgamento do Mandado de Segurança.
<b>i. Chance de perda</b>	Possível
<b>j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante</b>	O Processo é relevante pois envolve alto valor, para fins de provisionamento.
<b>k. Impacto em caso de perda do processo</b>	Caso a Companhia não obtenha êxito, estará sujeita ao pagamento do valor envolvido indicado no item “e”, devidamente atualizado.

<b>Processo nº 1023262-31.2022.8.26.0053</b>	
<b>a. Juízo</b>	12ª Vara Federal de São Paulo
<b>b. Instância</b>	2ª instância
<b>c. Data de instauração</b>	28/04//2022
<b>d. Partes no processo</b>	Polo ativo: Eletromidia S.A. Polo passivo: Diretor (A) da Diretora de Divisão de Fiscalização do Setor de Serviços 1 – (“diser-1”) da Secretaria Mun. da Fazenda.
<b>e. Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	R\$ 15.829.942,32
<b>f. Principais fatos</b>	Trata-se de Mandado de Segurança impetrado pela Eletromidia com o objetivo de extinguir os débitos decorrentes dos Autos de Infração nºs 006.792.869-2, 006.792.870-6, 006.792.872-2, 006.792.873-0, lavrados pelo Município de São Paulo para a cobrança de débitos de ISS e multas sobre a atividade de inserção de publicidade, enquadrados pela Municipalidade no item 10.08).
<b>g. Resumo das decisões de mérito proferidas</b>	Em 29.03.2023 foi denegada a segurança.
<b>h. Estágio do processo</b>	Aguarda-se o julgamento da Apelação interposta por Eletromidia S.A.
<b>i. Chance de perda</b>	Possível
<b>j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante</b>	O Processo é relevante pois envolve alto valor, para fins de provisionamento.
<b>k. Impacto em caso de perda do processo</b>	Caso a Companhia não obtenha êxito, estará sujeita ao pagamento do valor envolvido indicado no item “e”, devidamente atualizado.

## 4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 6017.2020/0013489-7	
a. Juízo	Prefeitura de São Paulo – Divisão de Julgamento
b. Instância	2ª instância administrativa
c. Data de instauração	04.02.2022
d. Partes no processo	Polo ativo: Secretaria Municipal da Fazenda de São Paulo Polo passivo: Eletromidia S.A., sucessora de Elemidia Consultoria de Serviços de MarketingLtda.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 26.155.275,40
f. Principais fatos	Impugnação oposta aos Autos de Infração lavrados pelo Município de São Paulo para a cobrança de débitos de ISS emultas sobre a atividade de inserção de publicidade (ano- calendário de 2017 a 2018).
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Em 09.08.2022 foi proferida decisão dando parcial provimento à Impugnação da Eletromidia para cancelar o AIIMnº 006.794.390-0, no valor original de R\$ 38.032,50 (R\$ 25.355,00 de principal e R\$ 12.677,50 de multa), reconhecendo o vício material na identificação do serviço, tal como foi alegado na Impugnação. A decisão manteve as demais autuações.
h. Estágio do processo	Aguarda-se o julgamento do Recurso de Revisão interpostopela Eletromidia.
i. Chance de perda	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O Processo é relevante pois envolve alto valor, além disso, em caso de perda da ação, teremos um precedente desfavorável para outros casos semelhantes ativos.
k. Impacto em caso de perda do processo	Considerando que a discussão ainda se encontra na esfera administrativa, em caso de perda caberá a análise de eventual propositura de ação judicial para afastar a cobrança. Por fim, caso a Companhia não obtenha êxito, estará sujeita ao pagamento do valor envolvido indicado no item “e”, devidamente atualizado.

Processo nº 5031678-87.2022.4.03.6100	
a. Juízo	14ª Vara Federal de São Paulo
b. Instância	1ª instância
c. Data de instauração	06/12/2022
d. Partes no processo	Polo ativo: Eletromidia S.A., TV Minuto S.A., ELEMIDIA CONSULTORIA E SERVIÇOS DE MARKETING S.A., ELETROMIDIA CPS CONCESSIONÁRIA DE MOBILIÁRIO URBANO SPE LTDA., Eletromidia SP Polo passivo: Delegado da Receita Federal do Brasil em São Paulo
e. Valores, bens o direitos envolvidos	R\$ 491.399.183,60 aproximadamente, considerandobenefício de 5 anos.
f. Principais fatos	Trata-se de Mandado de Segurança pleiteando concessãode ordem para que seja reconhecido o direito líquido e certo de as Impetrantes usufruírem a alíquota zero de IRPJ e seu Adicional de Alíquota, CSLL

**4.4 Processos não sigilosos relevantes**

	e PIS/COFINS em relação às suas receitas, observado o prazo de 60 (sessenta) meses fixados pelo art. 4º da Lei nº 14.148/2021.
<b>g. Resumo das decisões de mérito proferidas</b>	Liminar indeferida.
<b>h. Estágio do processo</b>	Aguardando julgamento.
<b>i. Chance de perda</b>	Possível
<b>j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante</b>	Caso haja a concessão da segurança em favor da Companhia e suas controladas, o benefício econômico estimado (projetado pelos próximos 5 anos) é de R\$ 491.399.183,60. aproximadamente considerando benefício de 5 anos.
<b>k. Impacto em caso de perda do processo</b>	Em caso de perda do processo, a Companhia e suas controladas deixarão de obter a economia gerada pelo benefício fiscal, o que pode impactar negativamente no Resultado do Exercício e consequentemente no EBTIDA.

<b>Processo nº 5099781-66.2022.4.02.5101</b>	
<b>a. Juízo</b>	16ª Vara Federal do Rio de Janeiro
<b>b. Instância</b>	1ª instância
<b>c. Data de instauração</b>	23/12/2022
<b>d. Partes no processo</b>	Polo ativo: PUBLIBANCA BRASIL S.A. Polo passivo: Delegado da Receita Federal do Brasil no Riode Janeiro
<b>e. Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	R\$200.000,00
<b>f. Principais fatos</b>	Trata-se de Mandado de Segurança pleiteando concessão de ordem para que seja reconhecido o direito líquido e certo de as Impetrantes usufruírem a alíquota zero de IRPJ e seu Adicional de Alíquota, CSLL e PIS/COFINS em relação às suas receitas, observado o prazo de 60 (sessenta) meses fixados pelo art. 4º da Lei nº 14.148/2021.
<b>g. Resumo das decisões de mérito proferidas</b>	Liminar indeferida.
<b>h. Estágio do processo</b>	Aguardando julgamento.
<b>i. Chance de perda</b>	Possível
<b>j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante</b>	Caso haja a concessão da segurança em favor da Companhia e suas controladas, o benefício econômico estimado (projetado pelos próximos 5 anos) é de R\$ 22.936.059,85.

#### 4.4 Processos não sigilosos relevantes

<b>k. Impacto em caso de perda do processo</b>	Em caso de perda do processo, a Companhia e suas controladas deixarão de obter a economia gerada pelo benefício fiscal, o que pode impactar negativamente no Resultado do Exercício e consequentemente no EBTIDA.
--	---

#### Contingências Administrativas

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas figuravam como partes em 3 processos administrativos, os quais totalizam o valor envolvido de aproximadamente R\$ 573.136.728,57, que consiste no valor total do Contrato de Concessão celebrado com a SPObras.

Destacamos abaixo as principais contingências administrativas que a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto são partes:

<b>Processo nº 4029/2016</b>	
<b>a. Juízo</b>	Tribunal de Contas do Município
<b>b. Instância</b>	Tribunal Pleno
<b>c. Data de instauração</b>	16/06/2016
<b>d. Partes no processo</b>	Tribunal de Contas da União
<b>e. Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	Não se aplica. Valor do Contrato de Concessão.
<b>f. Principais fatos</b>	<p>Procedimento instaurado para fiscalização e análise da execução do contrato de concessão de utilidade pública, com uso de bem público, com outorga onerosa, compreendendo a manutenção e conservação de abrigos em ponto de parada de ônibus ou em estações de embarque e desembarque e de pontos/totens indicativos de ponto de parada de ônibus existentes com exclusividade na exploração publicitária pela Eletromidia SP.</p> <p>Em 10/07/2019, os autos começaram a tramitar em conjunto com o TC-13255/2019 (TC-13255/2018).</p> <p>Em 05/02/2022, os processos foram incluídos na pauta de julgamento da sessão de 09/02/2022. Na sessão de 09/02/2022, o Plenário decidiu converter o julgamento em diligências, para verificar o status de eventuais irregularidades na execução do contrato e o status da Revisão Contratual do Contrato de Concessão.</p>
<b>g. Resumo das decisões de mérito proferidas</b>	Não existem decisões de mérito proferidas no referido processo.
<b>h. Estágio do processo</b>	Aguardando reinclusão do processo na pauta.
<b>i. Chance de perda</b>	Possível
<b>j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante</b>	O Processo é relevante pois trata-se de procedimento instaurado para fiscalização do Contrato de Concessão firmado entre a Eletromidia SP e SPObras.

#### 4.4 Processos não sigilosos relevantes

<b>k. Impacto em caso de perda do processo</b>	Caso o TCM conclua pela existência de irregularidades/inadimplemento na execução do Contrato de Concessão por parte da Eletromidia SP e SPObras, pode ter impactos tanto na esfera financeira (evento de desequilíbrio e danos em favor do Poder Concedente) quanto sanções e penalidades administrativas até, em última instância rescisão do Contrato de Concessão.
--	---

Processo nº 13255/2018	
<b>a. Juízo</b>	Tribunal de Contas do Município
<b>b. Instância</b>	Tribunal Pleno
<b>c. Data de instauração</b>	09/01/2019
<b>d. Partes no processo</b>	Tribunal de Contas da União
<b>e. Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	Não se aplica. Valor do Contrato de Concessão.
<b>f. Principais fatos</b>	Trata-se de procedimento de fiscalização na modalidade de inspeção, para atendimento de solicitação formulada pelo Vereador Camilo Cristóforo no ofício nº 40 CV/CC/ATE/0829/2018. Por meio deste ofício, o vereador solicitou informações acerca das supostas irregularidades na execução do Contrato de Concessão apontadas no TC- 4029/2016. Em 10/07/2019, os autos começaram a tramitar em conjunto com o TC-4029/2016. Em 05/02/2022, os processos foram incluídos na pauta de julgamento da sessão de 09/02/2022. Na sessão de 09/02/2022, o Plenário decidiu converter o julgamento em diligências, para verificar o status de eventuais irregularidades na execução do contrato e o status da Revisão Contratual do Contrato de Concessão.
<b>g. Resumo das decisões de mérito proferidas</b>	Não existem decisões de mérito proferidas no referido processo.
<b>h. Estágio do processo</b>	Aguardando reinclusão do processo na pauta.
<b>i. Chance de perda</b>	Possível
<b>j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante</b>	O Processo é relevante pois trata-se de procedimento instaurado para fiscalização do Contrato de Concessão firmado entre a Eletromidia SP e SPObras.
<b>k. Impacto em caso de perda do processo</b>	Caso o TCM conclua pela existência de irregularidades/inadimplemento na execução do Contrato de Concessão por parte da Eletromidia SP e SPObras, pode ter impactos tanto na esfera financeira (evento de desequilíbrio e danos em favor do Poder Concedente) quanto sanções e penalidades administrativas até, em última instância rescisão do Contrato de Concessão.

#### 4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 13406/2021	
a. Juízo	Tribunal de Contas do Município
b. Instância	Tribunal Pleno
c. Data de instauração	24/08/2021
d. Partes no processo	Tribunal de Contas da União
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Não se aplica. Valor do Contrato de Concessão.
f. Principais fatos	Trata-se de procedimento de fiscalização na modalidade auditoria extraplano, para realizar a análise do Contrato de Concessão nº 0141291600, com relação ao equilíbrio econômico-financeiro, no que se refere à revisão contratual (revisão ordinária).
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Não existem decisões de mérito proferidas no referido processo.
h. Estágio do processo	Aguardando início da instrução processual.
i. Chance de perda	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O Processo é relevante pois trata-se de procedimento instaurado para fiscalização do Contrato de Concessão firmado entre a Eletromidia SP e SPObras.
k. Impacto em caso de perda do processo	O TCM, em competência concorrente com a da SP Regula (órgão competente para julgar e decidir a revisão ordinária) e demais órgãos envolvidos nesse tipo de discussão, pode concluir pela existência de evento de desequilíbrio, cujo impacto será de ordem financeira para a Concessionária (positivo ou negativo, a depender se os eventos de desequilíbrio tiverem ocorrido em favor ou desfavor da Concessionária).

#### Contingências Ambientais

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas não figuravam como partes em processos ambientais.

## **4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes**

### **4.5. Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes**

A Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2023, o valor provisionado de R\$ 12.606.203,93 para os processos considerados individualmente relevantes indicados no item 4.4 acima por força da classificação de risco atribuída pelos assessores jurídicos que os patrocinam.

## 4.6 Processos sigilosos relevantes

### 4.6. Processos sigilosos relevantes

Na data deste Formulário de Referência, há três processos relevantes que tramitam em segredo de justiça.

1. Processo Arbitral envolve a controlada da Companhia, Eletromidia SP, com valor envolvido de R\$ 37.884.173,68. No âmbito deste processo, foi proferida decisão favorável à Eletromidia SP, de modo que não há perda financeira envolvida. A Eletromidia SP é credora de quantia a ser apurada em liquidação de sentença, contra a parte contrária. A Companhia entende que a probabilidade de perda deste processo é remota.

2. Processo Arbitral envolve a Companhia e sua controlada Publibanca Brasil S.A., com valor envolvido de R\$ 6.504.529,66. Até a presente data não foi proferida qualquer decisão de mérito. A Companhia entende que a probabilidade de perda deste processo é possível.

3. Processo Arbitral envolve a Companhia e sua controlada Publibanca Brasil S.A., com valor envolvido de R\$ 26.010.478,47. Até a presente data não foi proferida qualquer decisão de mérito. A Companhia entende que a probabilidade de perda deste processo é possível.

## **4.7 Outras contingências relevantes**

### **4.7. Outras contingências relevantes**

Não aplicável, tendo em vista que não há outras contingências relevantes que não tenham sido divulgadas nos demais itens desta seção 4.

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

### 5.1. Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

#### (a) política formalizada de gerenciamento de riscos

Com o objetivo de estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gerenciamento de riscos inerentes às nossas atividades, adotamos uma Política de Gerenciamento de Riscos, a qual foi formalmente aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 20 de janeiro de 2021 (“**Política de Gerenciamento de Riscos**”).

Além disso, adotamos também políticas formais complementares destinadas ao gerenciamento de nossos riscos, tais como Código de Conduta Ética, Política de Transações com Partes Relacionadas e Administração de Conflitos de Interesses e o Regimento Interno do Comitê de Auditoria.

As nossas políticas e os regimentos internos de nossos órgãos e departamentos podem ser consultados em nosso *website* de relações com investidores (<https://ri.eletromidia.com.br/governanca-corporativa/estatuto-codigo-e-politicas/>)

#### (b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

O objetivo da Política de Gerenciamento de Riscos é estabelecer princípios, conceitos, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gerenciamento de riscos inerentes às atividades do nosso negócio, de forma a identificar e monitorar os riscos relacionados à Companhia ou seu setor de atuação.

Com isso, tem como estratégia o estabelecimento de controles e procedimentos relacionadas à identificação, avaliação, análise, tratamento e monitoramento dos riscos que possam nos afetar na busca do cumprimento de nossos objetivos.

Ainda, observamos os conceitos estabelecidos no Modelo de Três Linhas, desenvolvido pelo IIA (*The Institute of Internal Auditors*), que garante a segregação entre a responsabilidade direta.

O Modelo de Três linhas contempla na primeira linha a execução da estratégia e propriedade de risco, sendo os gestores da área de negócio responsáveis por este pilar. A segunda linha é composta por áreas independentes como controles internos, governança, riscos e compliance, e é responsável por fornecer instrumentos para os gestores da primeira linha gerirem os riscos com eficiência. A terceira linha atua de forma independente, é composta pela auditoria interna, que tem o objetivo de verificar o modelo aplicado.

#### (i) os riscos para os quais se busca proteção

Entre os principais riscos para os quais buscamos proteção, encontram-se os seguintes:

- **Estratégico:** são riscos associados com as decisões estratégicas da Companhia para atingir os seus objetivos de negócios, e/ou decorrentes da falta de capacidade ou habilidade;
- **Operacional:** riscos relacionados à operação da Companhia (processos, pessoas e tecnologia), que afetam a eficiência operacional e utilização efetiva e eficiente de recursos, que tornem impróprio o exercício das atividades da Companhia e decorrem de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos. Podem se manifestar de diversas maneiras, como por exemplo, atos fraudulentos, interrupção do negócio, conduta incorreta de empregados, incapacidade produzir e/ou distribuir seus produtos nas condições e prazos estabelecidos, vandalismo e/ou alteração de solicitações do poder concedente em se tratando de contratos de concessão resultando

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

em perdas financeiras, comerciais, multas fiscalizatórias e/ou impactos jurídicos e reputacionais;

- Financeiro: está associado à exposição das operações financeiras/contábeis da Companhia e confiabilidade do balanço patrimonial. Pode se materializar em decorrência da não efetividade na administração dos fluxos de caixa visando a maximização e a geração de caixa operacional, retornos das transações financeiras, captação/aplicação de recursos financeiros, possibilidade de emissão de relatórios financeiros, gerenciais e fiscais incompletos, não-exatos ou intempestivos, expondo a Companhia à multas e penalidades;
- Imagem: possibilidade de ocorrência de evento, decorrentes de ações, atos e atitudes indevidas e impróprias da Companhia, geralmente ocasionado por outros riscos, que possa causar danos à reputação, credibilidade ou marca perante os clientes, concorrentes, fornecedores, órgãos governamentais, mercado de atuação ou comunidade, inclusive em razão de publicidade negativa, verdadeira ou não;
- Legal, Regulatório e/ou de Compliance: riscos relacionados ao cumprimento de normas e legislação, considerando leis aplicáveis ao setor de atuação, leis gerais, nacionais e internacionais (ambiental, trabalhista, cível e tributário/ fiscal), contratos, acordos, regulamentos, estatuto, código de conduta e/ou demais políticas e perda de reputação e má formalização de operações (por exemplo, com órgãos reguladores, operações em desacordo com as políticas e/ou contratos de concessão e obrigações administrativas relacionadas a tais contratos e procedimentos internos ou lavagem de dinheiro; e
- Socioambiental: risco de perdas em consequência de efeitos negativos no meio- ambiente e na sociedade decorrentes de impacto ambiental, impactos em povos e comunidades nativas e proteção da saúde humana, de propriedades culturais e da biodiversidade.

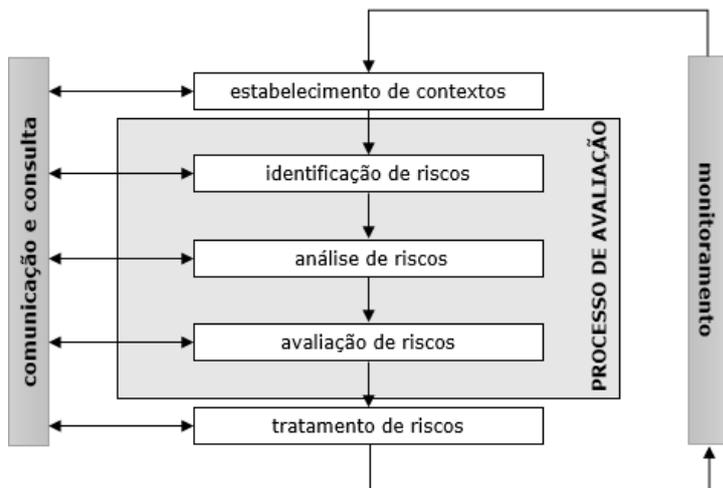
Especificamente quanto aos riscos de mercado, indicamos os principais contra os quais buscamos proteção:

- Risco de taxas de juros: é o risco de mudanças nas taxas de juros decorre de empréstimos de longo prazo atrelados a taxas variáveis, sendo que tal modificação podem aumentar as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado;
- Risco cambial: é o risco que existe nas operações comerciais futuras e se dá, principalmente, em razão de importações com fornecedores estrangeiros;
- Risco de crédito: é a possibilidade de perda resultante da incerteza quanto ao recebimento de valores pactuados com operadoras de cartão. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes; e
- Risco de liquidez consiste na eventualidade de não dispormos de recursos suficientes para cumprir com nossos compromissos em função dos diferentes prazos de realização/liquidação de nossos direitos e obrigações.

### (ii) Os instrumentos de utilização para proteção

O processo de gerenciamento de riscos adotado pela Companhia foi elaborado à luz do disposto no "ISO 31000.2009 – Princípios e Diretrizes da Gestão de Riscos":

### 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado



#### Processo de Avaliação

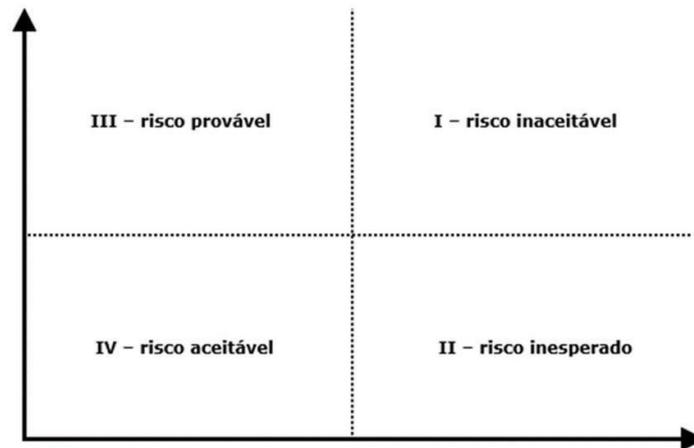
A avaliação de riscos encontra-se estruturada da seguinte forma:

- 1º passo: identificação dos fatores (causas) de riscos e implicações nos objetivos (metas e resultados) projetados;
- 2º passo: análise dos principais riscos suscetíveis de afetar os seus objetivos, por meio da determinação do grau de impacto e probabilidade de ocorrência dos riscos, conforme matriz abaixo:

Grau de Impacto	Extremo				Risco Y
	Elevado	Risco Z			
	Médio			Risco X	
	Baixo				
		Remota	Possível	Provável	Muito Provável
		Probabilidade de Ocorrência			

- 3º passo: priorização e definição do limite (ou apetite) de cada risco que a Companhia e seus acionistas estão dispostos a correr na busca pelo retorno e geração de valor, classificando os riscos como de acordo com a matriz de priorização de riscos e as definições abaixo:

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado



(I) Risco Inaceitável: Riscos são inaceitáveis e demandam ação gerencial prioritária para eliminar a componente de risco ou reduzir sua severidade e/ou frequência;

(II) Risco Inesperado: Riscos inesperados, com alto impacto e baixa frequência. Riscos devem ser quantificados e monitorados regularmente para direcionar continuamente as estratégias de mitigação e/ou planos de contingência. O objetivo é estar preparado caso o evento venha a acontecer;

(III) Risco Provável: Riscos de menor criticidade devido ao menor nível de impacto no valor do negócio – Foco deve ser o de definir níveis aceitáveis de perda por eventos e limites de competência que evitem que o nível de impacto suba ao longo do tempo. Tratamento sujeito à viabilidade de contratação de seguros como resposta a estes riscos; e

(IV) Risco Aceitável: Riscos de baixo impacto e frequência, não havendo necessidade de monitoramento contínuo.

### Tratamento

Após a avaliação e devida classificação, os riscos devem ser tratados por meio de iniciativas definidas e implantadas pela Diretoria, com auxílio da área de gestão de risco da Companhia, de forma a adequar a exposição da Companhia aos limites do risco aprovado.

As ferramentas utilizadas no processo de tratamento dos riscos devem objetivar sua (a) eliminação; (b) mitigação; ou (c) transferência à terceiros.

### Comunicação e Consulta

A comunicação e a consulta entre os colaboradores da Companhia, sobre riscos e seu gerenciamento, deve ocorrer de forma contínua, visando o compartilhamento de informações e melhorias nos processos de gerenciamento.

O processo de gerenciamento de riscos deve ser observado em todos os processos de tomada de decisão da Companhia, incluindo o planejamento estratégico, as decisões de investimento e a gestão de projetos, desde o momento em que são criados e ao longo de todo o seu desenvolvimento.

### Monitoramento

A partir da identificação dos riscos, estes deverão ser monitorados de forma contínua, de acordo com a divisão de responsabilidades descrita no item (iii) abaixo.

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

### (iii) a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Conforme mencionado, a estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia vem sendo implementada para fins de adequação às regras do segmento de listagem Novo Mercado da B3, seguindo os princípios adotados por normas de gestão de risco empresarial reconhecidas no mercado, como a ISO 31000:2009, a fim de avaliar e monitorar os riscos estatutários, tributários, estratégicos, operacionais, financeiros, e regulatórios aos quais a Companhia está exposta, proporcionando um mecanismo para priorização desses riscos e, conseqüentemente, uma ferramenta de direcionamento dos esforços para mitigar sua materialização.

Para tanto, nosso gerenciamento de riscos é realizado por uma estrutura formada por diferentes órgãos, com as seguintes competências:

#### **Conselho de Administração**

O Conselho de Administração é responsável por:

- (a) aprovar as políticas, diretrizes, Matriz/Modelagem de Risco, limites de exposição e impactos, conforme apresentado pela Diretoria;
- (b) fornecer à Diretoria, quando necessário, sua percepção do grau de exposição a Riscos que a Companhia está exposta (visão do acionista) e influenciar na priorização dos Riscos a serem tratados;
- (c) avaliar, quando necessário, mudanças nos limites de exposição de Riscos que tenham sido aprovados pela Diretoria; e
- (d) avaliar a adequação da estrutura operacional e de controles internos para o gerenciamento de Riscos.

#### **Diretoria**

A Diretoria é responsável por:

- (a) desenhar as diretrizes, Matriz/Modelagem de Risco, determinando os limites de exposição, impactos, e a tolerância de exposição aos Riscos;
- (b) definir a estrutura para o sistema de gerenciamento de Riscos dentro da Companhia;
- (c) definir, em conjunto com a área de gestão de Risco, os planos de ação para mitigação dos Riscos;
- (d) supervisionar o processo de avaliação de Riscos e monitorar a evolução da exposição aos Riscos e os sistemas de gerenciamento de Risco; e
- (e) disseminar a cultura da gestão de Risco em toda Companhia.

#### **Comitê de Auditoria e Compliance**

O Comitê de Auditoria é responsável por:

- (a) acompanhar as atividades da área de Auditoria Interna, Compliance e de Controles Internos da Companhia;
- (b) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;
- (c) acompanhar a evolução da gestão dos riscos identificados, assim como a conformidade legislativa, normas e políticas, regras e procedimentos aplicáveis do Grupo, e a eficácia dos controles e das ações de resposta abordadas.

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- (d) Assegurar que a linha de negócio opere em conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis, inclusive a Lei Anticorrupção;
- (e) monitorar a criação de novas leis e regulamentos aos quais a Companhia está ou possa vir a estar sujeita, bem como identificar fatos relevantes que possa influenciar as operações da Companhia, cabendo-lhe compartilhar tais fatos em reunião da diretoria para definição de plano de ação, se necessário;
- (f) monitorar o cumprimento de leis e regulamentos aos quais a Companhia está sujeita e de eventuais situações, fatos, notícias que possam afetar as operações ou a imagem da Companhia, cabendo-lhe compartilhar tais fatos em reunião da diretoria para definição de plano de ação, se necessário;
- (g) monitorar a tramitação de projetos envolvendo criação ou modificação de leis ou normativos e regulamentos emitidos por entidades governamentais, e seus efeitos, ainda que potenciais, sobre as atividades da Companhia, cabendo-lhe compartilhar a existência de tais mudanças em reunião da diretoria para definição de plano de ação;
- (h) monitorar os efeitos jurídicos potenciais ou efetivos gerados pelas atividades da Companhia relacionados aos riscos socioambientais nas atividades da Companhia, cabendo-lhe compartilhar a existência de impactos negativos em reunião da diretoria para definição de plano de ação;
- (i) quando for o caso, auxiliar a área responsável por Gestão de Riscos, na implementação dos planos de ação da Companhia;
- (j) aprovar o Código de Conduta da Companhia, bem como, realizar a fiscalização do cumprimento das disposições de tal código, prestando esclarecimentos aos colaboradores sempre que necessário, e promovendo atividades para divulgação e treinamento dos colaboradores;
- (k) avaliar e auxiliar os colaboradores na identificação de situações que representem ou aparentem representar um conflito de interesses;
- (l) gerenciamento de Riscos da Companhia, os eventos de Risco apresentarem tendência de ocorrência e/ou eventual extrapolação dos Limites de Risco;
- (c) implementar e acompanhar os planos de ação para mitigação de Riscos e acompanhar as ações corretivas nas respectivas áreas e processos; e
- (d) em conjunto com a área de Controles Internos, definir controles internos dos processos de suas respectivas áreas.

### Área de Controles Internos

Compete à área responsável pela Gestão de Riscos da Companhia, como segunda linha de defesa, e a qual se reporta diretamente para o Comitê de Auditoria:

- (a) administrar o sistema de gerenciamento de Risco;
- (b) fornecer apoio metodológico aos departamentos operacionais e funcionais da Companhia por meio de ferramentas e serviços sob demanda;
- (c) fornecer informações precisas, íntegras e suficientes para a modelagem de Riscos;
- (d) apresentar percepção quanto à exposição ao Risco (magnitude de impacto e probabilidade de ocorrência), se possível, pautada também em indicadores de mercado;
- (e) propor limites para exposição aos Riscos e sugerir, avaliar, implantar e monitorar as ações com o objetivo de reduzir a exposição ao Risco;

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- (f) supervisionar o processo de avaliação de Riscos em conjunto com a Diretoria e assegurar monitoramento constante de Riscos de fontes externas, com visão prospectiva sobre os Riscos emergentes;
- (g) acompanhar a Diretoria na implantação desta Política por meio da disseminação de ferramentas e boas práticas;
- (h) avaliar os Riscos associados a certos projetos estratégicos, parcerias ou transações de fusões e aquisições;
- (i) cumprir os limites de Riscos aprovados pelo Comitê de Auditoria e/ou Conselho de Administração;
- (j) comunicar, tempestivamente, os eventos de Risco que apresentarem tendência de ocorrência e/ou eventual extrapolação de limites, para discussão nos fóruns e alçadas apropriadas;
- (k) assegurar as informações disponibilizadas à Diretoria sobre Riscos ou incidentes, bem como coordenar o sistema de gerenciamento dos Riscos em momentos de crises em caso de grandes acontecimentos; e
- (l) o desempenho das funções de controles internos.

### Área de Auditoria Interna

A área de auditoria interna da Companhia é responsável por:

- aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos da Companhia, sugerindo alterações ao Conselho de Administração e à Diretoria, quando necessário;
- fornecer, quando solicitado, informações precisas, íntegras e suficientes para a modelagem;
- apresentar, quando solicitado, sua percepção quanto à exposição ao risco (magnitude de impacto e probabilidade de ocorrência), se possível, pautada também em indicadores de mercado; e
- propor limites para exposição aos riscos à Diretoria.

As atribuições da área de auditoria interna são aprovadas pelo Conselho de Administração, sendo as atividades da área reportadas ao Comitê de Auditoria.

### (c) a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Nossa administração, por meio do Conselho de Administração e Diretoria, e diversos órgãos, em especial o Comitê de Auditoria, monitoram e avaliam, por meios que consideramos adequados, se as operações que efetuamos estão de acordo com as políticas por nós adotadas e se representam exposição a riscos que comprometam o atendimento dos nossos objetivos.

Por fim, entendemos que a estrutura operacional e de controle internos é adequada para verificar a efetividade da Política de Gerenciamento de Riscos e sempre que necessário, revisamos nossos códigos e políticas internas para adequá-los e atualizá-los.

## 5.2 Descrição dos controles internos

### 5.2. Descrição dos controles internos

#### (a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

Implementamos e mantemos práticas e sistemas de controles internos que buscam fornecer aos nossos acionistas maior segurança sobre a confiabilidade de nossas demonstrações contábeis e demais demonstrações financeiras, além de possuímos uma estrutura de controles internos alinhados à nossa estrutura organizacional, descrita no item 5.1 deste Formulário de Referência.

Objetivando assegurar que as demonstrações financeiras sejam elaboradas de forma fidedigna, refletindo consistentemente seus processos operacionais e financeiros, e preparadas em conformidade com os requisitos exigidos, adotamos diversas práticas e controles internos que garantem a transparência e a confiabilidade de nossas demonstrações financeiras.

Os processos e sistemas de controles internos que adotamos baseiam-se, principalmente, em identificar os fatores de risco e suas implicações na persecução de nossos objetivos. Para isso, nosso processo consiste basicamente em avaliarmos periodicamente o potencial de impacto e probabilidade de ocorrência de tais riscos, considerando ainda os limites de risco que estamos dispostos a incorrer na busca por retorno e geração de valor. Os processos relacionados com nossa gestão de riscos de compliance encontram-se detalhados no item 5.3.

Consideramos nossas práticas de controles internos eficientes e adequadas ao nosso porte e à complexidade de nossas atividades.

#### (b) estruturas organizacionais envolvidas

Com o objetivo de manter o adequado monitoramento do ambiente de controles internos vinculados aos processos operacionais e financeiros, a Companhia possui a seguinte estrutura:

(i) o Conselho de Administração; (ii) o Comitê de Auditoria; (iii) a Diretoria; (iv) a Auditoria Interna; e (v) as Áreas de Negócios.

Cabe mencionar que o Comitê de Auditoria acompanha as atividades da auditoria interna, controles internos e compliance.

#### (c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Para cada uma das áreas da nossa Companhia foram definidos os seus respectivos fluxos operacionais, estabelecendo a sua respectiva atribuição, limite de competência e responsabilidade.

Todos os processos são revisados pelos responsáveis por cada área (Diretores ou Gerentes) e pelos Gerentes de Auditoria Interna e de Controladoria. Esses colaboradores reportam qualquer anormalidade ao Comitê de Auditoria que, quando entender necessário, reporta ao Conselho de Administração. Adicionalmente, cabe à Diretoria de Relações com Investidores informar o mercado sobre quaisquer alterações sobre as atividades de controles internos, auditoria interna, gestão de riscos e compliance, nos termos da regulamentação aplicável.

Ainda, são executados testes periódicos para avaliar a eficácia e a efetividade dos controles internos, que são realizados pela área de controles internos da Companhia, cujas atribuições estão descritas no item 5.1 deste Formulário de Referência. Ressalta-se que a Auditoria Interna, que se reporta ao Comitê de Auditoria, atua de forma independente e objetiva para aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança da Companhia.

## 5.2 Descrição dos controles internos

Ademais, todos os colaboradores devem cumprir as diretrizes estabelecidas na Política de Gerenciamento de Riscos, bem como zelar para seu cumprimento e conhecimento, não sendo tolerado o seu descumprimento.

Por fim, é obrigação de todos informar os riscos detectados podendo ser tal assunto remetido diretamente ao Conselho de Administração.

O reporte de situações de descumprimento ou possíveis violações às políticas, a outras normas internas e/ou à legislação aplicável deve ser feito pelo site <https://www.contatoseguro.com.br/grupoeletromidia>, disponível 24 horas/7 dias da semana

### **(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente**

Todas as recomendações feitas pelos auditores independentes são avaliadas em reuniões das estruturas organizacionais envolvidas e compartilhadas com o Comitê de Auditoria para avaliar a pertinência de eventuais ajustes e medidas a serem tomadas.

Os auditores independentes avaliaram o sistema contábil e de controles internos da Companhia em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre esses controles internos.

Os comentários incluídos no relatório de recomendações poderiam ser mitigados e até mesmo reduzidos a um número insignificante, com a implantação de uma política formal de normas e procedimentos.

A implantação de uma política dessa natureza aperfeiçoaria os processos e atividades específicas dos colaboradores, com conseqüente redução do nível de erros, por meio da atribuição de responsabilidades às diversas funções desenvolvidas pelos vários departamentos e equipes. Mais importante ainda seria o fortalecimento da estrutura de controles internos em decorrência de um monitoramento eficaz e eficiente da alta administração sobre os diversos processos do grupo.

As políticas estão sendo implantadas conforme necessidade nas diversas companhias controladas e adquiridas nos últimos anos, garantindo que o estilo operacional e de gestão da alta administração fossem reproduzidos em todas as companhias do grupo da Companhia.

Os auditores recomendaram que a Companhia inclua nos seus processos a identificação das ameaças para formar um cenário de ameaças avaliando o potencial de ameaças adversárias (por exemplo, grupos criminosos organizados ou grupos terroristas), de ameaças acidentais (por exemplo, funcionários inexperientes, clientes ou fornecedores) e ameaças ambientais (por exemplo, terremoto, incêndio ou inundação).

Cabe ressaltar que, por meio de procedimentos comprobatórios adicionais, os auditores externos verificaram que as deficiências identificadas não geraram nenhum tipo de ressalva em seu parecer final e não alteraram os resultados financeiros da Companhia.

### **(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas**

## 5.2 Descrição dos controles internos

A Administração da Companhia e suas subsidiárias fizeram uma avaliação de todos os aspectos identificados pelos auditores independentes com o objetivo de adotar as medidas corretivas e implementá-las não somente na Companhia mas em todas as suas subsidiárias. Até o momento, alguns pontos já foram incorporados e outros estão em andamento, conforme data de remediação definida pela gestão.

## 5.3 Programa de integridade

### 5.3. Programa de integridade

**(a) regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública**

**(i) principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pela Companhia**

A Companhia possui um sistema de controles internos para monitorar nossos processos operacionais e financeiros, inclusive aqueles relacionados à gestão de riscos e de conformidade (*compliance*), que entendemos adequado ao nosso porte, riscos correspondentes e ao volume de nossas interações com entes públicos e agentes do governo.

O Programa de Integridade da Companhia baseia-se nos termos da Lei nº 12.846/2013, Decreto nº 11.129/2022, Portaria da Controladoria Geral da União (CGU) e outras regulamentações aplicáveis, sendo supervisionado pelo Conselho de Administração, via Comitê de Auditoria.

Alguns dos principais mecanismos e procedimentos aplicados são:

- Código de Conduta Ética, que possui as principais diretrizes da Companhia, mencionando relacionamento com Poder Público, Parceiros, Terceiros e Pessoas Colaboradoras;
- Políticas e Regimentos Internos que abordam temas de Anticorrupção, Conflitos de Interesses, Brindes, Presentes, Cortesias e Hospitalidades, Relacionamento com Órgãos e Agentes Públicos e outras;
- Treinamentos e comunicações periódicas correlacionadas ao Código de Conduta Ética, Lei Anticorrupção e políticas internas;
- Área de Compliance que está dedicada a estruturar, prevenir, detectar, monitorar e aprimorar constantemente o Programa de Integridade da Companhia, além de realizar a gestão e análise das manifestações recebidas através do Canal Confidencial da Companhia, com reporte ao Comitê de Auditoria; e
- Canal Confidencial, plataforma responsável pelo recebimento de reclamações e/ou denúncias internas e externas.

O Programa de Integridade, assim como o sistema de controles internos está em constante aperfeiçoamento e é composto por diversos princípios, procedimentos e práticas efetivamente implementadas, dentre as quais destacam-se aquelas descritas em nosso Código de Conduta Ética que foi atualizado e divulgado em dezembro de 2022, conforme detalhado a seguir.

**(ii) estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade**

Para monitorar o funcionamento e a eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, a Companhia conta com a área de Compliance, que, por meio do Canal de Denúncias, hospedado em uma plataforma terceirizada, recebe as denúncias. Além disso, a Companhia possui o apoio do Comitê de Auditoria, que se reporta diretamente ao Conselho de Administração.

A independência dos membros do Comitê de Auditoria é assegurada, pois o órgão não está subordinado a áreas ou atividades operacionais da empresa.

### 5.3 Programa de integridade

O Compliance tem a responsabilidade de manter a confidencialidade das informações recebidas por meio do Canal de Denúncias, onde podem ser relatados quaisquer indícios de comportamento incompatível com o Código de Conduta Ética, suspeitas de fraudes, corrupção, desvios éticos de conduta, atos ilícitos, entre outros.

Além do Canal de Denúncias, os colaboradores também podem esclarecer dúvidas sobre o Código de Conduta e outras políticas relacionadas ao Programa de Integridade através de endereço eletrônico dedicado ao tema.

Acreditamos que nossos mecanismos e procedimentos internos de integridade são eficazes e adequados ao porte da Companhia, aos riscos correspondentes e ao volume de nossas interações com entidades públicas e agentes governamentais.

Em caso de denúncia contra um membro do Conselho de Administração, órgão ao qual o Comitê de Auditoria se reporta, a investigação seguirá o mesmo procedimento aplicado a qualquer outro denunciado. Durante as reuniões do Conselho de Administração para tratar de questões relacionadas à denúncia, o membro em questão deverá abster-se de votar.

#### **(iii) código de ética ou de conduta formalmente aprovado**

O Código de Conduta Ética foi formalmente aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 3 de dezembro de 2020 e sua última versão aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de novembro de 2022. Deve ser observado em qualquer local e situação e se aplica a estagiários(as), jovens aprendizes, trainees, colaboradores (as), diretores(as), conselheiros(as) (assim como membros do conselho fiscal, comitê de auditoria e/ou de quaisquer outros órgãos que possuam funções técnicas ou consultivas e tenham criados por disposição estatutária) e qualquer pessoa que exercer mandato, ainda que transitoriamente e sem remuneração, independentemente da forma em que foi investido(a), assim como toda e qualquer pessoa física ou jurídica não pertencente à Eletromidia, que atue, direta ou indiretamente, de qualquer forma, podendo ser em nome de qualquer empresa do grupo da Eletromidia ou não, incluindo, mas não se limitando a, fornecedores, prestadores de serviço, parceiros comerciais, consultores, distribuidores, representantes, despachantes e clientes, bem como seus respectivos estagiários(as), trainees, empregados(as), colaboradores(as), diretores(as), conselheiros(as), sócios(as) e investidores.

Quaisquer violações ao Código de Conduta Ética, as Políticas e/ou a legislação e regulamentação aplicável, por parte de qualquer pessoa colaboradora, prestadora de serviços e fornecedores poderão ter consequências graves para os envolvidos, para a Companhia e para a própria sociedade. Quando comprovado o desvio e/ou conduta inadequada, aplicaremos medidas compatíveis com a gravidade dos fatos, que podem ser desde o recebimento de advertência ou suspensão até sanções mais graves, como demissão, rescisão do contrato de trabalho ou de prestação de serviços, acordos de parceria comercial, entre outras, incluindo, mas não se limitando, a possível responsabilidade por perdas e danos.

Além disso, os casos que envolvam conduta ilícita poderão ser encaminhados para as autoridades competentes, tornando os responsáveis sujeitos a processo administrativo, civil ou criminal.

A aplicação de medidas disciplinares como advertência verbal e/ou escrita, suspensão, demissão por ou sem justa causa ou término do contrato de trabalho ou ainda em término do contrato de parceria e/ou prestação de serviços e/ou fornecimento, será definida pela Área de Compliance, e a depender da gravidade da infração o Comitê de Auditoria poderá ser acionado.

### 5.3 Programa de integridade

A aplicação de uma sanção não depende de outra, sendo possível, por exemplo, a demissão por justa causa sem necessidade de advertência anterior, nos termos da legislação aplicável e responsabilidade por perdas e danos.

O Código de Conduta Ética pode ser consultado no *website* da Companhia (<https://ri.eletromidia.com.br/governanca-corporativa/estatuto-codigo-e-politicas/>) e no *website* da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>).

#### (b) canal de denúncia

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

O canal de denúncias é externo, o que garante independência e o correto direcionamento das denúncias para a Área de Compliance e/ou Comitê de Auditoria, onde são tratadas com extrema confidencialidade, segurança e sigilo. Exceto em situações em que estejamos legalmente obrigados a comunicar às autoridades governamentais, as informações são mantidas estritamente confidenciais. Além disso, se for do interesse do denunciante, é possível fazer a denúncia de forma anônima, garantindo total proteção à sua identidade.

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

O acesso ao canal de denúncias é gratuito e pode ser utilizado tanto por pessoas colaboradoras quanto por terceiros, como possíveis fornecedores, parceiros, prestadores de serviço, representantes comerciais e clientes através de website ou ligação gratuita, disponível 24 horas/7 dias da semana, <https://www.contatoseguro.com.br/grupoeletromidia>.

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé**

O Código de Conduta e Ética estabelece que todas as denúncias realizadas por meio do canal adequado possuem garantia de sua confidencialidade e anonimato, bem como que em nenhuma hipótese haverá retaliação pelo encaminhamento de dúvidas ou denúncias de violação ao Código de Conduta Ética.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

Eventuais investigações a respeito de denúncias apresentadas e de potenciais irregularidades ou violações ao Código de Conduta Ética e/ou Políticas Internas serão realizadas pela Área de Compliance, de modo a garantir a imparcialidade e equidade na apuração e aplicação de sanções disciplinares, com reporte ao Comitê de Auditoria.

#### (c) número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Nos últimos 3 (três) exercícios sociais não foram identificados fraudes, irregularidades ou atos ilícitos praticados contra a administração pública pela Companhia.

#### (d) caso a Companhia não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais a Companhia não adotou controles nesse sentido

### **5.3 Programa de integridade**

Não aplicável, tendo em vista que, conforme detalhado neste item 5.3, possuímos regras, políticas, procedimentos e práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

## 5.4 Alterações significativas

### 5.4. Alterações significativas

Não houve alterações relevantes nos riscos identificados pela Companhia, assim como não houve alterações na Política de Gerenciamento de Riscos e Políticas de Integridade, no último exercício social.

## **5.5 Outras informações relevantes**

### **5.5. Outras informações relevantes**

Não aplicável, tendo em vista que não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 5.

## 6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>Globo Comunicação e Participações S.A</b>						
27.865.757/0001-02	Brasil	Não	Sim	20/12/2024		
Não						
142.644.498	99,258	0	0,000	142.644.498	99,258	
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações Unidade</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>		
TOTAL	0	0.000				
<b>AÇÕES EM TESOURARIA</b>						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
<b>OUTROS</b>						
1.067.043	0,742	0	0,000	1.067.043	0,742	
<b>TOTAL</b>						
143.711.541	100,000	0	0,000	143.711.541	100,000	

### 6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	20/12/2024
Quantidade acionistas pessoa física	1.003
Quantidade acionistas pessoa jurídica	8
Quantidade investidores institucionais	152

#### Ações em Circulação

*Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria*

Quantidade ordinárias	1.067.043	0,742%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
<b>Total</b>	<b>1.067.043</b>	<b>0,742%</b>

#### Classe de Ação

Preferencial Classe A	0	0,000000%
-----------------------	---	-----------

## 6.4 Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Participação do emisor (%)
CONSÓRCIO ELETROMIDIA SHEMPO	49.008.918/0001-76	95
ELETROMIDIA CONCESSÕES E PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA.	47.346.940/0001-09	100
ELETROMIDIA POA CONCESSIONÁRIA DE MOBILIÁRIO URBANO SPE S.A.	45.501.439/0001-36	97
ELETROMIDIA REC CONCESSIONÁRIA DE MOBILIÁRIO URBANO SPE S.A.	47.734.361/0001-25	100
NOVA NOALVO SERVIÇOS DE INTERMEDIÇÃO LTDA.	47.194.652/0001-78	100
PUBLIBANCA BRASIL S.A.	24.120.261/0001-03	100

# Organograma Societário Grupo Eletromidia

## CONTROLADOR

Globo Comunicação e Participações S.A.  
 CNPJ nº 27.865.757/0001-02

99,3%

Ações em tesouraria

0,0%

Outros acionistas

0,7%

## Eletromidia S.A.

CNPJ nº 09.347.516/0001-81

25,35%

Ruasinvest Participações S.A.  
 CNPJ nº 06.101.196/0001-97

Versat Indústria e Construção Ltda.  
 CNPJ nº 04.175.450/0001-76

Shempo Indústria e Comércio Ltda.  
 CNPJ nº 53.188.3220001-72

100%

**PUBLIBANCA BRASIL S.A.**  
 CNPJ Nº 24.120.261/0001-03

100%

**NOVA NOALVO SERVIÇOS DE INTERMEDIÇÃO LTDA.**  
 CNPJ nº 47.194.652/0001-78

100%

**ELETROMIDIA RIO L1 CONCESSIONARIA DE MOBILIARIO URBANO SPE S.A.**  
 CNPJ Nº 58.088.046/0001-94

100%

**ELETROMIDIA CONCESSÕES LTDA.**  
 CNPJ Nº 47.346.940/0001-09

100%

**ELETROMIDIA REC CONCESSIONÁRIA DE MOBILIÁRIO URBANO SPE S.A.**  
 CNPJ Nº 47.734.361/0001-25

100%

**ELETROMIDIA RIO L2 CONCESSIONARIA DE MOBILIARIO URBANO SPE S.A.**  
 CNPJ Nº 58.085.129/0001-20

03%

**Eletromidia POA Concessionária de Mobiliário Urbano SPE S.A.**  
 CNPJ nº 45.501.439/0001-36

97%

05%

**Consórcio Eletromidia-Shempo**  
 CNPJ nº 49.008.918/0001-76

74,65%

**ELETROMIDIA SP CONCESSIONÁRIA DE MOBILIÁRIO URBANO SPE S.A.**  
 CNPJ nº 17.104.815/0001-13

100%

**F6 SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA.**  
 CNPJ Nº 07.029.586/0001-66

100%

**ELETROMIDIA CPS CONCESSIONÁRIA DE MOBILIÁRIO URBANO SPE LTDA.**  
 CNPJ Nº 34.532.837/0001-01

\*Nenhum dos outros acionistas detém mais de 5% das ações de emissão da companhia.

## **6.6 Outras informações relevantes**

### **6.6. Outras informações relevantes**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 6.

## 7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

### 7.1. Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal da Companhia

#### (a) principais características da política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração

A Companhia adota uma política de indicação de administradores (“**Política**”), a qual foi formalmente aprovada em 20 de janeiro de 2021 e que pode ser consultada no *website* da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>) e no *website* da Companhia (<https://ri.eletromidia.com.br/governanca-corporativa/estatuto-codigo-e-politicas/>).

#### Diretrizes e critérios para indicação dos membros a comporem o Conselho de Administração

Como diretriz geral, o processo de indicação de candidatos deve visar que o Conselho de Administração seja composto de membros de perfil diversificado, número adequado de conselheiros independentes e tamanho que permita a criação de comitês, o debate efetivo de ideias e a tomada de decisões técnicas, isentas e fundamentadas.

O estatuto social da Companhia (“**Estatuto Social**”) prevê que o Conselho de Administração deverá ser composto por 7 (sete) membros efetivos, eleitos e destituíveis pela assembleia geral de acionistas, com mandato unificado de 2 (dois) anos, considerando-se cada ano como o período compreendido entre 2 (duas) assembleias gerais ordinárias, sendo permitida a reeleição.

Dentre os membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento) deles, o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado.

Adicionalmente, seguindo a diretriz geral da Companhia, o processo de indicação deve buscar que o Conselho de Administração seja composto (i) tendo em vista a disponibilidade de tempo de seus membros para o exercício de suas funções e a diversidade de conhecimentos, experiências, comportamentos, aspectos culturais, faixa etária e gênero (conforme prática recomendada 2.2.1(ii) do Código Brasileiro de Governança Corporativa (“**CBGC**”); e (ii) em sua maioria por membros externos, tendo, no mínimo, um terço de membros independentes (conforme prática recomendada 2.2.1(ii) do CBGC).

Os membros indicados ao Conselho de Administração da Companhia, incluindo os conselheiros independentes, deverão atender os seguintes critérios, além dos requisitos legais e regulamentares, e daqueles expressos no estatuto social e demais pactos societários porventura existentes que tenham a Companhia como objeto:

- (i) alinhamento e comprometimento com os valores e a cultura da Companhia e seu Código de Conduta;
- (ii) não ter sido objeto de decisão irrecorrível que o suspendeu ou o inabilitou, por parte da CVM, que o tenha tornado inelegível aos cargos de administrador de companhia aberta;
- (iii) não ter sido impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, corrupção ativa ou passiva, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública, a propriedade ou o sistema financeiro nacional, ou a pena criminal que vedee acesso a cargos públicos;
- (iv) formação acadêmica compatível com as atribuições dos membros do Conselho de Administração, conforme descritas no Estatuto Social;

## 7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

- (v) experiência profissional em temas diversificados;
- (vi) estar isento de conflito de interesse com a Companhia (salvo dispensa da assembleia geral); e
- (vii) disponibilidade de tempo para dedicar-se adequadamente à função e responsabilidade assumida, que vai além da presença nas reuniões do Conselho de Administração e da leitura prévia da documentação.

### **Procedimento para indicação do Conselho de Administração**

A composição do Conselho de Administração deverá ser avaliada ao final de cada mandato para buscar o atendimento aos critérios constantes da Política de Indicação de Administradores, quando da aprovação dos candidatos propostos pela Administração.

A proposta de reeleição dos conselheiros deverá considerar os resultados do processo de avaliação periódica do Conselho de Administração, bem como as conclusões quanto à adequação ou necessidade de ajustes em sua composição.

A caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes deve ser deliberada na assembleia geral de acionistas que os eleger, nos termos do Artigo 17 do Regulamento do Novo Mercado.

Adicionalmente, o Conselho de Administração deve avaliar e divulgar anualmente quem são os conselheiros independentes, bem como indicar e justificar quaisquer circunstâncias que possam comprometer sua independência, conforme prática recomendada pelo CBGC.

### **Diretrizes e critérios para indicação dos membros a comporem a Diretoria**

Como diretriz geral, o processo de indicação e preenchimento de cargos de Diretoria (bem como diretores não-estatutários e posições gerenciais) deve visar à formação de um grupo alinhado aos princípios e valores éticos da Companhia tendo em vista a diversidade, inclusive de gênero, almejando sua ocupação por pessoas com competências complementares e habilitadas para enfrentar os desafios da Companhia.

A Diretoria, cujos membros serão eleitos pelo Conselho de Administração e por ele destituíveis a qualquer tempo, será composta, no mínimo, por 2 (dois) e, no máximo, 6 (seis) membros, sendo, obrigatoriamente, 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor de Relações com Investidores e 1 (um) Diretor Financeiro e os demais, se eleitos, terão suas atribuições designadas pelo Conselho de Administração na reunião que os eleger. O prazo de mandato será de 2 (dois) anos, permitida a reeleição. Ainda, os Diretores poderão acumular cargos.

A indicação dos Diretores da Companhia deverá obedecer aos seguintes critérios, de acordo com sua função:

- (i) alinhamento e comprometimento com os princípios, valores e a cultura da Companhia e seu Código de Conduta;
- (ii) reputação ilibada;
- (iii) formação acadêmica compatível com as suas atribuições, conforme descritas no Estatuto Social;
- (iv) conhecimento e experiência profissional compatíveis com o cargo para o qual foi indicado;
- (v) não ter sido objeto de decisão irrecorrível que o suspendeu ou o inabilitou, por parte da CVM, que o tenha tornado inelegível aos cargos de administrador de companhia aberta;

## 7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

- (vi) não ter sido impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, corrupção ativa ou passiva, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública, a propriedade ou o sistema financeiro nacional, ou a pena criminal que vede acesso a cargos públicos;
- (vii) habilidades para implementar as estratégias, enfrentar os desafios e atingir os objetivos da Companhia; e
- (viii) estar isento de conflito de interesse com a Companhia.

### **Procedimento para indicação da Diretoria**

A eleição da Diretoria ocorrerá, preferencialmente, na primeira reunião do Conselho de Administração que se realizar após a assembleia geral ordinária. O Conselho de Administração deverá buscar eleger como Diretor Presidente um executivo apto a liderar a gestão dos negócios da Companhia, com observância aos limites de risco e às diretrizes aprovados pelo Conselho de Administração.

O Diretor Presidente poderá propor, sem exclusividade de iniciativa, ao Conselho de Administração, a atribuição de funções aos Diretores, e poderá contar com a colaboração de assessores externos para validar se os candidatos a cargos da Diretoria reúnem as condições referidas e que não estão incurso em nenhum dos impedimentos indicados. A proposta de reeleição do Diretor Presidente e Diretores deverá considerar sua avaliação periódica pelo Conselho de Administração.

### **Diretrizes e critérios para indicação dos membros a comporem os comitês de assessoramento ao Conselho de Administração da Companhia**

O Estatuto Social prevê que Conselho de Administração poderá instituir comitês para assessorá-lo no desempenho de suas atividades. O escopo, composição e funcionamento de cada comitê será definido pelo Conselho de Administração na deliberação que aprovar sua criação.

Em relação ao Comitê de Auditoria Não-Estatutário ("**Comitê de Auditoria**"), conforme definido no Regulamento do Novo Mercado e no Estatuto Social, sua composição será no mínimo de 3 (três) membros, sendo que: (i) ao menos 1 (um) deve ser Conselheiro Independente (conforme definição constante no Regulamento do Novo Mercado); (ii) ao menos 1 (um) deles deverá ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, em conformidade com as normas expedidas pela CVM; e (iii) 1 (um) dos membros poderá cumular as qualificações descritas nos itens (i) e (ii) acima.

Em relação aos comitês não estatutários da Companhia, deverão ser observados aos critérios de indicação estabelecidos na Política, bem como as diretrizes e atribuições aprovadas pelo Conselho de Administração, quando de sua instalação.

Somente poderão integrar os comitês as pessoas que, além dos requisitos previstos nesta Política, atendam às seguintes condições:

- (i) não ocupem cargos em sociedade que podem ser consideradas como concorrentes da Companhia ou de suas controladas;
- (ii) possuam efetiva disponibilidade para se dedicar ao cargo de membro do Comitê, independentemente do cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia e de cargos que eventualmente ocupem em outras entidades, como membros do Conselho de Administração e/ou como executivos;
- (iii) aderência de conhecimento e experiência profissional compatíveis com o cargo para o qual foi indicado; e

## 7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

(iv) não ter sido impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, corrupção ativa ou passiva, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública, a propriedade ou o sistema financeiro nacional, ou a pena criminal que vede acesso a cargos públicos.

### **Procedimento para indicação em comitês de assessoramento ao Conselho de Administração da Companhia**

A indicação de nomes dos candidatos para membros dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração poderá ser feita por qualquer membro do Conselho de Administração com antecedência da data reunião do Conselho de Administração que nomeará os membros do respectivo comitê.

O Conselho de Administração poderá contar com a recomendação prévia do Diretor Presidente para indicar nomes de candidatos a cargo dos comitês e com a colaboração de assessores externos para validar se os candidatos a cargos dos comitês reúnem as condições referidas e que não estão incurso em nenhum dos impedimentos indicados.

A proposta de reeleição dos membros do comitê deverá considerar os resultados do processo de avaliação periódica do respectivo comitê.

A indicação, nomeação e reeleição de nomes dos candidatos para membros dos comitês de assessoramento da Diretoria será feita pelo Diretor Presidente.

### **(b) mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que a ele se reporta**

Nos termos do Estatuto Social, compete ao Conselho de Administração estruturar um processo de avaliação do Conselho de Administração, de seus comitês de assessoramento e da Diretoria. Atualmente, o processo de avaliação de desempenho dos órgão da administração da Companhia encontra-se estruturado da seguinte forma:

#### **Conselho de Administração e Diretoria**

Nos termos do Regimento Interno do Conselho de Administração da Companhia, o Presidente do Conselho de Administração conduzirá ao menos uma vez a cada mandato, se necessário com o suporte de assessoria externa especializada, um processo de avaliação formal e estruturada, visando aprimorar sistematicamente a eficiência do órgão, referente ao conselho de administração, enquanto órgão colegiado, a cada um de seus membros, individualmente, ao presidente do conselho de administração, aos diretores da Companhia e aos membros do Comitê de Auditoria.

Estará elegível para participar do processo de avaliação, como avaliador ou avaliado, o membro do Conselho de Administração e da diretoria que estiver na função por, pelo menos, 4 (quatro) reuniões ordinárias desde a última avaliação.

A avaliação deverá observar os seguintes requisitos mínimos:

- (i) exposição dos atos de gestão praticados quanto à licitude e à eficácia da ação administrativa;
- (ii) contribuição para o resultado do exercício; e
- (iii) consecução dos objetivos estabelecidos no plano de negócios e atendimento à estratégia de longo prazo.

## 7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Os avaliados devem responder a perguntas específicas e fazer sua avaliação sobre as cinco dimensões fundamentais para a eficácia do órgão sob avaliação:

- (i) foco estratégico do órgão da Companhia;
- (ii) conhecimento e informações sobre o negócio e as operações da Companhia;
- (iii) independência e processo de trabalho do órgão da Companhia;
- (iv) funcionamento das reuniões e dos órgãos da Companhia; e
- (v) motivação e alinhamento de interesses.

O resultado consolidado das avaliações é discutido em reunião do conselho de administração, quando são definidos os planos para eventuais melhorias.

Os resultados consolidados das avaliações do conselho de administração, dos membros do conselho de administração, dos diretores da Companhia e dos membros do Comitê de Auditoria serão divulgados a todos os membros do conselho de administração conforme determinar o presidente, sendo certo que cada membro do conselho de administração e do presidente do conselho de administração serão discutidos em sessões de feedback individuais.

A avaliação deverá ser realizada ao menos uma vez durante a vigência do mandato do respectivo membro do Conselho de Administração.

### **Comitê de Auditoria**

Nos termos do Regimento Interno do Comitê de Auditoria, o Conselho de Administração conduzirá anualmente, se necessário com o suporte de assessoria externa especializada, um processo de avaliação formal e estruturada, visando aprimorar sistematicamente a eficiência do Comitê de Auditoria, enquanto órgão colegiado, e dos membros do Comitê de Auditoria. Os resultados das avaliações individuais serão disponibilizados à pessoa em questão e ao presidente do conselho de administração da Companhia.

Destaca-se, no entanto, que a Companhia, apesar das diretrizes acima, ainda não estruturou concretamente seu processo de avaliação, sendo certo, no entanto, que se utilizará como diretrizes as disposições constantes no Regulamento do Novo Mercado e do CBGC. Notamos que, em linha com o Regulamento do Novo Mercado, a estruturação de processo de avaliação é requisito para enquadramento no segmento.

#### **(i) a periodicidade das avaliações e sua abrangência**

Nos termos do Regulamento do Novo Mercado, os processos de avaliação serão realizados, no mínimo, 1 (uma) vez durante a vigência do mandato da administração.

Considerando que ainda não foi definido como se dará o processo de avaliação, conforme descrito acima, não é possível informar sua abrangência e se será feita somente em relação ao órgão ou se incluirá também a avaliação individual de seus membros.

#### **(ii) metodologia adotada e os principais critérios utilizados nas avaliações**

Considerando que ainda não foi definido como se dará o processo de avaliação, conforme descrito acima, não é possível informar qual será a metodologia adotada e os principais critérios utilizados na avaliação sua abrangência e se será feita somente em relação ao órgão ou se incluirá também a avaliação individual de seus membros.

#### **(iii) se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos**

## 7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

A Companhia não contratou serviços de consultoria ou assessoria externos para auxiliar no procedimento de avaliação interna. Contudo, considerando que ainda não foi definido como se dará o processo de avaliação, conforme descrito acima, não é possível dizer se não serão contratados serviços de consultoria ou assessoria externos para a realização das avaliações.

### **(c) regras de identificação e administração de conflito de interesses**

A Companhia possui uma Política de Transações com Partes Relacionadas e Administração de Conflitos de Interesses, conforme aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 3 de dezembro de 2020.

Nos termos de referida política, o membro do Conselho de Administração que estiver envolvido em processo de aprovação ou que estiver em uma situação pessoal de conflito de interesses, deverá informar essa situação ao nosso Departamento Jurídico e, se relevante, ao Conselho de Administração, responsável pela análise e/ou aprovação e deverá explicar seu envolvimento na transação e, mediante solicitação, fornecer detalhes e explicações sobre os termos e condições da transação e sua situação.

Além disto, nos termos do artigo 156 da Lei das Sociedades por Ações., os membros do Conselho de Administração da Companhia e de suas controladas que estejam em situação de interesse pessoal conflitante deverão cientificar os demais membros do Conselho de Administração de seu impedimento e fazer consignar, em ata de reunião do Conselho de Administração, a natureza e a extensão do seu impedimento.

Por fim, o Código de Conduta e Ética da Companhia também tratou de estabelecer algumas condutas esperadas de seus colaboradores para a administração de conflitos de interesses. Nesse sentido, estabelece que seus colaboradores e terceiros devem preservar a integridade de seus cargos, sem usar o cargo ou posição no Grupo Eletromidia ou informações relativas às empresas do Grupo Eletromidia ou a seus clientes, fornecedores ou demais colaboradores para influenciar decisões que venham a favorecer interesses particulares ou de terceiros.

## 7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

### 7.1D - Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

#### Quantidade de membros por declaração de gênero

Em 31 de dezembro de 2023					
	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Conselho de Administração	1	6	0	0	0
Diretoria	0	3	0	0	0
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>9</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

#### Quantidade de membros por declaração de cor e raça

Em 31 de dezembro de 2023							
	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Conselho de Administração	0	7	0	0	0	0	0
Diretoria	0	3	0	0	0	0	0
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>10</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

## 7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

### Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	3	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	1	6	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica				
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica				
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica				
<b>TOTAL = 10</b>	<b>1</b>	<b>9</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

### Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	3	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	7	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica						
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica						
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica						
<b>TOTAL = 10</b>	<b>0</b>	<b>10</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

### Quantidade de membros - Pessoas com Deficiência

	Pessoas com Deficiência	Pessoas sem Deficiência	Preferê não responder
<b>TOTAL = 0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

## 7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

### 7.2. Informações relacionadas ao conselho de administração

#### (a) órgãos e comitês permanentes que a ele se reportem ao conselho de administração

A Companhia possui um Comitê de Auditoria não-estatutário, que é órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração de caráter permanente, submetido à legislação e à regulamentação aplicável, com regimento interno próprio, o qual foi devidamente aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 07 de fevereiro de 2021 e que pode ser consultado no *website* da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>) e no *website* da Companhia (<https://ri.eletromidia.com.br/governanca-corporativa/estatuto-codigo-e-politicas/>) (“**Comitê de Auditoria**”).

O Comitê de Auditoria deve possuir no mínimo 3 membros nomeados pelo Conselho de Administração, sendo que ao menos um deles deverá ser membro independente do Conselho de Administração e deverá haver um especialista com experiência comprovada na área contábil-societária, podendo uma mesma pessoa cumular as duas qualificações. O mandato dos membros do Comitê é de 2 (dois) anos, sendo admitida a reeleição. O Conselho de Administração deve nomear um coordenador do Comitê de Auditoria, responsável por representar o Comitê de Auditoria e organizar e coordenar as suas atividades.

O Comitê de Auditoria disporá de autonomia operacional e dotação orçamentária anual, conforme aprovado pelo Conselho de Administração, destinado a cobrir despesas com o seu funcionamento e com a contratação de consultores para assuntos contábeis, jurídicos ou outros temas, quando necessária a opinião de um especialista externo ou independente.

Ainda, a Companhia possui um Comitê de Estratégia e Negócios, também não estatutário e permanente, o qual se submete à legislação e à regulamento aplicável e à seu regimento interno. Este órgão, de caráter estritamente consultivo, foi devidamente aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 03 de agosto de 2023 e que pode ser consultado no *website* da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>) e no *website* da Companhia (<https://ri.eletromidia.com.br/governanca-corporativa/estatuto-codigo-e-politicas/>) (“**Comitê de Estratégia**”).

O Comitê de Estratégia tem por objetivo assessorar os membros do Conselho de Administração e Diretores da Companhia em quaisquer questões referentes a temas estratégicos. Este órgão é composto por, no mínimo, 3 membros titulares e seus respectivos suplentes, sendo eles eleitos pelo Conselho de Administração para mandato de 1 ano. No ato da nomeação dos membros do comitê, o Conselho de Administração também deverá designar um membro-coordenador, o qual poderá ser membro do Conselho de Administração ou não.

Além dos Comitês de Auditoria e Estratégia, a Companhia conta também com comissões e grupos de trabalho para assessoramento à administração da Companhia, como a Comissão Financeira, a Comissão de Remuneração e Pessoas, a Comissão de M&A, e a Comissão de Recrutamento e Seleção.

#### (b) avaliação do trabalho da auditoria independente pelo conselho de administração

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade do Conselho de Administração escolher e destituir os auditores independentes. Para fins de avaliação do trabalho da auditoria independente, os auditores devem se reportar ao Conselho de Administração, informando quaisquer discussões havidas com os colaboradores da Companhia e a gestão sobre políticas contábeis críticas, mudança no escopo dos trabalhos, deficiências relevantes e falhas significativas nos

## 7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

controles e tratamento contábeis alternativos, avaliação dos riscos e análise de possibilidade de fraudes.

O Conselho de Administração pode convocar os auditores independentes da Companhia e os das sociedades controladas direta ou indiretamente pela Companhia para prestar os esclarecimentos que entender necessários. Ademais, o Comitê de Auditoria, que se reporta ao Conselho de Administração, supervisiona todas suas atividades dos auditores independentes e pode recomendar ao Conselho de Administração a substituição destes, caso entenda que a prestação dos serviços não está satisfatória.

### **(c) canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração**

A Companhia está em fase de estruturação de grupo de ASG multidisciplinar para realizar as tratativas das temáticas baseadas na matriz de materialidade com bases nas atividades e possíveis riscos da Companhia. Denúncias relacionadas a não atendimento de políticas e normas internas podem ser enviadas de forma confidencial ao nosso canal confidencial gerido por empresa terceira. Tais denúncias serão investigadas pela Área de Compliance.

### 7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

#### Funcionamento do conselho fiscal: Não permanente e não instalado

**Nome** ALEXANDRE GUERRERO MARTINS    **CPF:** 197.145.888-04    **Passaporte:**    **Nacionalidade:** Brasil    **Profis são:** Administrador    **Data de Nascimento:** 11/03/1975

**Experiência Profissional:** Alexandre é bacharel em Administração de Empresas pela Universidade São Judas e foi responsável pela fundação da Techmidia, atuando no mercado de OOH há 23 anos, liderando a área comercial da Eletromidia nos últimos 15 anos como Chief Sales Officer cargo que ocupará de forma cumulativa como CEO da Eletromidia a partir de 01.04.2022. O Sr. Alexandre não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e às penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	03/04/2023	Até a primeira RCA subsequente à AGO a ser realizada em 2025	Diretor Presidente / Superintendente	Diretor Presidente/Superintendente	03/04/2023	Sim	03/12/2020

**Nome** GUSTAVO SOUZA DE LACERDA      **CPF:** 722.629.231-91      **Passaporte:**      **Nacionalidade:** Brasil      **Profis são:** Engenheiro      **Data de Nascimento:** 05/02/1991

**Experiência Profissional:** Graduado em Engenharia Eletrônica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e MBA com High Honors pela University of Chicago Booth School of Business. Atua como Vice President na Globo Ventures, empresa de investimentos do Grupo Globo. Anteriormente, trabalhou como consultor de estratégia na Bain & Company e em private equity na GP Investments. Gustavo Souza de Lacerda não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados ou a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerada pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução da CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	19/12/2024	AGO 2026	Conselho de Administração (Efetivo)		20/12/2024	Sim	20/12/2024

**Nome** LUIS FRANCISCO LORA      **CPF:** 234.769.978-47      **Passaporte:**      **Nacionalidade:** Brasil      **Profis são:** Administrador      **Data de Nascimento:** 20/08/1972

**Experiência Profissional:** Luis Lora é Managing Partner na Globo Ventures, uma empresa independente de investimentos de um dos maiores grupos econômicos do Brasil, o Grupo Globo. Luis trabalha com empreendedores que, por meio da tecnologia, estão conquistando grandes oportunidades estruturais na economia. Antes disso, ele foi Managing Director da Allen & Company, além de ter sido investidor de Private Equity na Palladium Equity Partners e Diretor de Desenvolvimento Corporativo na Bertelsmann. Luis começou sua carreira no banco de investimentos James D. Wolfensohn, Inc. Ele formou-se na Universidade de Harvard e tem MBA pela MIT Sloan School of Management. Luis é membro do Comitê de Investimentos da Femsu Ventures e Embaixador Global da Endeavor. Luis Francisco Lora não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados ou a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução da CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	24/01/2025	AGO 2026	Presidente do Conselho de Administração		24/01/2025	Sim	20/12/2024

**Nome** LUIZ FELIPE COSTA ROMERO DE BARROS      **CPF:** 051.744.877-75      **Passaporte:**      **Nacionalidade:** Brasil      **Profis são:** Publicitário      **Data de Nascimento:** 04/04/1984

**Experiência Profissional:** Luiz é bacharel em publicidade pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC) e tem cursos de extensão executiva pela ESPM e Institute for Real Growth. O Sr. Luiz tem mais de 15 anos em experiência em Marketing e é referência nas áreas de Transformação, Dados, Digital e Mídia. Possui passagens pela Fbiz, Acxiom e Philip Morris International, onde ocupou posições de Diretor nas áreas de Estratégia Digital, Transformação Digital e Inovação. Foi empreendedor e vendeu sua participação para multinacionais em três empresas, como a Digital Stars (adquirida pela Webedia) e o Viber (adquirido pela Rakuten). Também tem passagens como Conselheiro e Consultor em diversas empresas como Bernoulli, Zettle, Jovem Pan e Voxus. Atualmente ocupa o cargo de Vice-Presidente na Inbev e foi reconhecido em 2014 e 2016 pelo youPix como uma das pessoas mais influentes da internet brasileira, em 2020 pelo Ad Age como uma das pessoas com menos de 40 anos que está transformando o Marketing no mundo e em 2021 pelo Leadership Excellence Awards como a principal referência global em Data & Analytics.

Luiz Felipe Costa Romero de Barros não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados ou a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução da CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	26/04/2024	AGO 2026	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		26/04/2024	Sim	27/07/2021

<b>Nome</b>	MANUEL LUIS ROQUETE CAMPELO BELMAR DA COSTA	<b>CPF:</b>	785.649.137-04	<b>Passaporte:</b>		<b>Nacionalidade:</b>	Brasil	<b>Profis são:</b>	Engenheiro	<b>Data de Nascimento:</b>	29/11/1964
-------------	---	-------------	----------------	--------------------	--	-----------------------	--------	--------------------	------------	----------------------------	------------

**Experiência Profissional:**

O Sr. Manuel Belmar é o Diretor Geral Financeiro, de Infraestrutura e Jurídico da Globo Comunicação e Participações S/A desde 2020 e possui sólida experiência em negócios de mídia, Bancos e finanças. De 2009 a 2019 foi Diretor Financeiro da Globosat, e a partir de 2017 ocupou também o cargo de Diretor de Operações, que incluía as responsabilidades de Tecnologia & Engenharia, Vendas de Publicidade e Transformação Digital. Belmar iniciou sua carreira no Banco Real e em 1987 ingressou no Banca Nazionale del Lavoro, da Itália, como Diretor Comercial. Em 2003, ingressou no Grupo Globo como tesoureiro da Infoglobo e, mais tarde, tornou-se Diretor Financeiro até sua nomeação como CFO (Chief Financial Officer) da Globosat, em 2009. Foi membro do Conselho de Administração do Canal Brazil e representante da Globo junto à Sky Serviços de Banda Larga Ltda. até os anos de 2020 e 2022, respectivamente, e é, até a presente data, membro do Conselho Consultivo da NBCUniversal e representante da sócia Globo junto ao Telecine. Dentre as empresas mencionadas acima, a Globo Comunicação e Participações S/A detém participação superior a 5% das ações ordinárias de emissão da Companhia. Manuel Luis Roquete Campelo Belmar da Costa não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados ou a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução da CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021.

**Órgãos da Administração:**

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	26/04/2024	AGO 2026	Conselho de Administração (Efetivo)		26/04/2024	Sim	28/08/2023

**Nome** MANZAR GOMES FERES    **CPF:** 907.720.677-91    **Passaporte:**    **Nacionalidade:** Brasil    **Profis são:** Engenheira    **Data de Nascimento:** 23/11/1963

**Experiência Profissional:** Manzar Feres ingressou na Globo, o maior grupo de mídia da América Latina, em agosto de 2019, desenhando e liderando a implementação da nova estratégia Comercial durante a fusão de diversas empresas, TV aberta, canais de TV por assinatura, plataformas digitais e streaming, em um único grupo de mídia em 2020. Em março de 2021, assumiu o cargo de Diretora Geral da Unidade de Negócios em Publicidade na Globo, com foco em acelerar a transformação digital da Globo por meio de capacidades de AdTech, inovação, estratégia de dados e soluções personalizadas para anunciantes. Antes da Globo, Manzar ocupou cargos na Experian Brasil, responsável por Canais de Vendas, Estratégia Comercial, Marketing para B2B e Experiência do Cliente. Com formação em Engenharia Elétrica e pós-graduação em sistemas e computação, trabalhou também na IBM e na PwC, enfatizando o desenvolvimento de negócios e relacionamentos com clientes. Manzar Gomes Feres não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados ou a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução da CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	19/12/2024	AGO 2026	Conselho de Administração (Efetivo)		20/12/2024	Sim	20/12/2024

**Nome** PAULA BROMFMAN PUPPI **CPF:** 020.459.219-48 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheira **Data de Nascimento:** 17/12/1974

**Experiência Profissional:** A Sra. Paula Bromfman Puppi é formada em engenharia civil pela Universidade do Paraná e tem cursos de extensão em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas e Corporate Governance pela Harvard Business School. Paula possui mais de 10 anos de experiência no mercado de mídia digital, dados e tecnologia, tendo atuado como Solution Specialist na Microsoft, e mais de 7 anos como CEO da Blinks, uma agência especializada em digital. Posteriormente atuou como Head of Digital Transformation e Chief Transformation Officer na WPP, um dos maiores grupos de publicidade e relações públicas do mundo. Tem passagens como Conselheira do Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária, Conselho Executivo de Normas Padrão, no Comitê de estratégia da Eletromídia, entre outros. Paula também atua como investidora anjo e mentora para diversas empresas.

Paula Bromfman Puppi não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados ou a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução da CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	11/11/2024	AGO 2026	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		11/11/2024	Não	11/11/2024

**Nome** RAYMUNDO COSTA PINTO BARROS **CPF:** 014.486.498-38 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 19/05/1962

**Experiência Profissional:** Como Diretor de Estratégia e Tecnologia da Globo, Raymundo Barros é responsável por toda a Tecnologia incluindo o Media Supply Chain, Engenharia de Broadcast, TI Corporativa e Produtos e Plataformas Digitais. Ele liderou grandes iniciativas como a transição para a TV digital e a criação e distribuição de conteúdo 4K, 4K HDR e 8K, além do lançamento do Globoplay, produto de streaming da Globo e do Programa de Migração para a Nuvem. Raymundo lidera a estratégia de transformação digital da Globo ajudando a organização a se transformar de uma empresa de mídia centrada em conteúdo em uma Mediatech, onde conteúdo e tecnologia são os protagonistas da entrega da estratégia, lançando um portfólio ambicioso de produtos digitais D2C e iniciativas de monetização de dados. Antes de assumir a função de Diretor de Estratégia e Tecnologia, Barros trabalhou como Gerente de Engenharia em Minas e Pernambuco, Diretor de Engenharia da Globo São Paulo e Diretor de Engenharia de Entretenimento, onde liderou projetos para telenovelas, séries e programas de variedades e Diretor Geral de Tecnologia da TV Globo. Raymundo trabalha na Globo há 40 anos.

Raymundo Costa Pinto Barros não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados ou a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução da CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	19/12/2024	AGO 2026	Conselho de Administração (Efetivo)		20/12/2024	Sim	20/12/2024

**Nome** RICARDO DE ALMEIDA WINANDY **CPF:** 317.096.498-44 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador **Data de Nascimento:** 05/09/1983

**Experiência Profissional:** Ricardo é formado em administração de empresas pela FGV EAESP, CFA Charterholder e atua desde 2015 como Diretor Financeiro da atual subsidiária integral Elemidia, assumindo a posição de Diretor Financeiro da Eletromidia a partir de 2020. Acumula também experiência anterior nas empresas do segmento de mídia Editora Abril, Casa Cor e MTV Brasil. O Sr. Ricardo não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e às penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	03/04/2023	Até a RCA subsequente à AGO a ser realizada em 2025	Diretor de Relações com Investidores	Diretor Financeiro e Membro do Comitê de Remuneração	03/04/2023	Sim	26/05/2020

**Nome** RODRIGO CADENA      **CPF:** 009.367.204-76      **Passaporte:**      **Nacionalidade:** Brasil      **Profis são:** Bacharel em Computação      **Data de Nascimento:** 15/09/1984

**Experiência Profissional:** O Sr. Cadena é bacharel em Administração de Redes de Computadores pelo Instituto Brasileiro de Tecnologia Avançada e possui MBA em Administração Estratégica de TI pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Rodrigo está na indústria de out-of-home (OOH) desde 2003 trabalhando para a Elemidia até ser adquirida pela Eletromidia, ocupando vários cargos nas áreas de Operações de Sistemas e Tecnologia. O Sr. Rodrigo Cadena não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 50.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	03/04/2023	Até a primeira RCA subsequente à AGO a ser realizada em 2025	Outros Diretores	Diretor sem designação específica	03/04/2023	Sim	13/10/2022

## 7.4 Composição dos comitês

**Nome:** CAIO CORRÊA NETTO BECKER, **CPF:** 111.121.347-00 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 01/04/1996

### Experiência Profissional:

### Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Detalhar o cargo exercido	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Suplente)		1 ano	Comitê de Estratégia		03/08/2023	Sim	03/08/2023

**Nome:** CATARINA KREITLON PEREIRA **CPF:** 147.212.267-48 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 12/04/2001

### Experiência Profissional:

### Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Detalhar o cargo exercido	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Suplente)	03/08/2023	1 ano	Comitê de Estratégia		03/08/2023	Sim	03/08/2023

**Nome:** DÉBORA MAYOR VIZEU **CPF:** 429.647.238-00 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administradora **Data de Nascimento:** 30/12/1993

**Experiência Profissional:** Bacharel em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas e Bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo, atua na Eletromidia S.A. como Membro do Conselho de Administração e no H.I.G Brasil Assessoria de Investimentos Ltda como profissional de investimentos. Antes disso, trabalhou como profissional de investimentos e de fusões e aquisições para investida do Pátria Investimentos e na Ártica Participações e Assessoria Financeira Ltda. A Sra. Débora Mayor Vizeu não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados ou a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerada pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução da CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021.

**Comitês:**

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Detalhar o cargo exercido	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	03/08/2023	1 ano	Comitê de Estratégia		03/08/2023	Sim	03/08/2023

**Nome:** FERNANDA ROSSI SOARES **CPF:** 089.312.667-58 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** CONTADORA **Data de Nascimento:** 11/09/1980

**Experiência Profissional:** A Sra. Fernanda Rossi possui experiência de 11 anos em empresas "Big Four" – KPMG e EY, atuando principalmente na auditoria externa de fundos de investimento regulados pela CVM (incluindo fundos 555 e fundos estruturados – Fundos de Investimento em Participações, Fundos de Investimento em Direitos Creditórios e Fundos Imobiliários) e fundos offshore regulados pela Entidade Monetária de Cayman ("CIMA"). Possui 9 anos de experiência em gerenciamento de projetos, liderando equipes de médio porte (5-10 membros). Possui amplo conhecimento de mapeamento e revisão do ambiente de controles internos das entidades. Graduada em administração de empresas e ciências contábeis, possui certificação internacional CISI emitida pela Thomson Reuters em Combate a Corrupção e Suborno.

**Comitês:**

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Detalhar o cargo exercido	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria não Estatuário	Membro do Comitê (Efetivo)	24/01/2025	2 ANOS			24/01/2025	Não	10/02/2021

**Nome:** LUIZ FELIPE COSTA ROMERO DE BARROS      **CPF:** 051.744.877-75      **Passaporte:**      **Nacionalidade:** Brasil      **Profissão:** Publicitário      **Data de Nascimento:** 04/04/1984

**Experiência Profissional:**

Luiz é bacharel em publicidade pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC) e tem cursos de extensão executiva pela ESPM e Institute for Real Growth. O Sr. Luiz tem mais de 15 anos em experiência em Marketing e é referência nas áreas de Transformação, Dados, Digital e Mídia. Possui passagens pela Fbiz, Acxiom e Philip Morris International, onde ocupou posições de Diretor nas áreas de Estratégia Digital, Transformação Digital e Inovação. Foi empreendedor e vendeu sua participação para multinacionais em três empresas, como a Digital Stars (adquirida pela Webedia) e o Víber (adquirido pela Rakuten). Também tem passagens como Conselheiro e Consultor em diversas empresas como Bernoulli, Zettle, Jovem Pan e Voxus. Atualmente ocupa o cargo de Vice-Presidente na Inbev e foi reconhecido em 2014 e 2016 pelo youPix como uma das pessoas mais influentes da internet brasileira, em 2020 pelo Ad Age como uma das pessoas com menos de 40 anos que está transformando o Marketing no mundo e em 2021 pelo Leadership Excellence Awards como a principal referência global em Data & Analytics. Luiz Felipe Costa Romero de Barros não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados ou a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução da CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021.

**Comitês:**

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Detalhar o cargo exercido	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria não Estatuário	Membro do Comitê (Efetivo)	24/01/2025	2 ANOS			24/01/2025	Não	27/07/2021

**Nome:** MÁRCIO SANTIAGO CÂMARA **CPF:** 466.294.597-68 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Contador **Data de Nascimento:** 21/05/1956

**Experiência Profissional:**

Nascido em 21 de maio de 1956, fundou a MCGC em novembro de 2014, onde exerce o cargo de Sócio Diretor. Anteriormente, assumiu em 2010 a Diretoria de Governança Corporativa do Grupo Icatu Seguros, sendo o responsável pelo Compliance, Controles Internos e Auditoria Interna, bem como pelo relacionamento com os auditores independentes e pela revisão das Demonstrações Financeiras. Antes disto, exerceu a função de Superintendente de Auditoria e Compliance na Icatu Holding S.A. (Holding do Grupo Icatu). Márcio Câmara, em paralelo, participou da constituição do Comitê de Auditoria Estatutário do Grupo Icatu Seguros, e o presidiu por 4 anos como membro titular. Graduado em Administração pela UES e em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro, Márcio construiu carreira executiva na prestação de serviços e implantação e gestão de riscos, controles e de auditoria independente pelas empresas "Big Four" PWC, Peat Marwick Mitchell e KPMG, junto a seus clientes. Márcio é Conselheiro Fiscal Certificado pelo IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, e é auditor independente nas categorias QTG e BACEN, certificado pelo CNAI. Márcio também é certificado pelo Instituto de Certificação dos Profissionais de Seguridade Social (PREVIC) e é membro dos Conselhos Fiscais da Brasilcap e da Banrisul Icatu Participações. Declaração de eventuais condenações (últimos 5 anos): O Sr. Márcio não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM, SUSEP e/ou BACEN, e às penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Márcio declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM n.º 50.

**Comitês:**

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Detalhar o cargo exercido	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria não Estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	24/01/2025	2 ANOS			24/01/2025	Não	10/02/2021

**Nome:** ROBERTO MARINHO NETO, **CPF:** 028.449.497-62 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador **Data de Nascimento:** 07/07/1983

**Experiência Profissional:****Comitês:**

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Detalhar o cargo exercido	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Suplente)	03/08/2023	1 ano	Comitê de Estratégia		03/08/2023	Sim	03/08/2023

**Nome:** TIAGO BRANCO WAISELFISZ      **CPF:** 076.454.204-48      **Passaporte:**      **Nacionalidade:** Brasil      **Profissão:** Bacharel em Economia      **Data de Nascimento:** 14/07/1990

**Experiência Profissional:**

Bacharel em Economia pela Universidade Federal de Pernambuco / Escola de Economia, atua na Eletromidia S.A. – Membro do Conselho de Administração, na Self It Academias Holding S.A.  
 – Membro do Conselho de Administração, na Office Total S.A. – Membro do Conselho de Administração, Jardim Pernambuco S.A. – Diretor, na Dsn Participações S.A. – Membro do Conselho de Administração, na Santo Cristo Participações S.A. – Diretor, atua na Deodoro Participações S.A. como Diretor. Entre 2014 e 2016 trabalhou na Rio Bravo Investimentos – Private Equity Associate, em 2014 no Grupo Ser Educacional como Valuation e FP&A Manager e em 2011 – 2014 atou na Ernst & Young como Valuation Senior Consultant.  
 Tiago Branco Waiselfisz não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados ou a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução da CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021.

**Comitês:**

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Detalhar o cargo exercido	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	03/08/2023	1 ano	Comitê de Estratégia		03/08/2023	Sim	03/08/2023

## 7.5 Relações familiares

**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não aplicável.

## 7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não aplicável, tendo em vista que, na data deste Formulário de Referência, não existe nenhuma relação de subordinação, prestação de serviço ou controle a administradores da Companhia eleitos na Assembleia Geral Ordinária realizada em 26 de abril de 2024.

## 7.7 Acordos/seguros de administradores

### 7.7 Acordos/Seguros de administradores

#### Contrato de Indenidade

Nos termos do artigo 19 de nosso Estatuto Social, indenizaremos e manteremos indenidos os membros de nosso Conselho de Administração, membros da Diretoria, membros de Comitês de assessoramento e demais empregados que exerçam cargo ou função de gestão na Companhia (em conjunto ou isoladamente “**Beneficiários**”), na hipótese de eventual dano ou prejuízo efetivamente sofrido pelos Beneficiários por força do exercício regular de suas funções na Companhia.

O parágrafo 1º de referido artigo 19 de nosso Estatuto Social descreve situações nas quais não indenizaremos os Beneficiários, a saber: (i) atos praticados fora do exercício das atribuições ou poderes; (ii) atos com má-fé, dolo, culpa grave ou fraude; (iii) atos praticados em interesse próprio ou de terceiros, em detrimento do interesse social da Companhia; (iv) indenizações decorrentes de ação social prevista no art. 159 da Lei das S.A. ou ressarcimento de prejuízos de que trata o art. 11, § 5º, II da Lei n.º 6.385, de 07 de dezembro de 1976; e (v) outros excludentes de indenização previstos em contrato de indenidade firmado com o Beneficiário.

Não obstante, outros excludentes de indenização poderão ser estabelecidos nos contratos de indenidade firmados com os Beneficiários. Ainda, nos termos do parágrafo 2º do artigo 19 de nosso Estatuto Social, caso o Beneficiário seja condenado por uma decisão judicial, arbitral ou administrativa, transitada em julgado ou da qual não caiba mais recurso, em virtude de atos praticados (i) fora do exercício de suas atribuições; (ii) com má-fé, dolo, culpa grave ou mediante fraude; ou (iii) em interesse próprio ou de terceiros, em detrimento do interesse social da Companhia o Beneficiário, deverá ressarcir a Companhia de todos os custos e despesas incorridos com a assistência jurídica, nos termos da legislação em vigor.

O nosso Conselho de Administração, em reunião realizada em 13 de agosto de 2021 aprovou, nos termos do parágrafo 3º do artigo 19 do nosso Estatuto Social, a minuta dos contratos de indenidade, a serem celebrados entre, de um lado, a Companhia e, de outro lado, seus conselheiros de administração, diretores, membros de comitês de assessoramento ao conselho de administração e demais empregados que exerçam cargo ou função de gestão na Companhia.

#### D&O

A Companhia possui, ainda, seguro de Responsabilidade Civil de Diretores, Conselheiros e Administradores (D&O) que prevê o pagamento ou reembolso de despesas por ela suportadas ou por seus diretores, administradores, conselheiros e gerentes decorrentes de reparação de danos involuntários causados a terceiros ou à Companhia no decurso e suas atividades profissionais.

O limite máximo de garantia é de R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) e o valor total do prêmio líquido corresponde a R\$ 274.357,80 (duzentos e setenta e quatro mil, trezentos e cinquenta e sete reais e oitenta centavos).

Por fim, a administração da Companhia entende que o seguro D&O e os contratos de indenidade são instrumentos importantes de atração e retenção de bons administradores, que se sentem mais seguros ao assumir a gestão de uma empresa que oferece esse tipo de proteção. Além disso, promovem proteção adequada para que eles possam tomar decisões negociais que impliquem a assunção de riscos compatíveis com os níveis tolerância a riscos fixados no interesse da companhia, e que restariam comprometidas ou engessadas com a possibilidade de responsabilização civil.

## 7.8 Outras informações relevantes

### 7.8 – Outras informações relevantes

O Conselho de Administração reunir-se-á sempre que convocado por seu Presidente ou por deliberação da maioria de seus membros, por convocação realizada aos membros sendo, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na assembleia geral que os eleger, sendo também considerado como independente o Conselheiro eleito mediante faculdade prevista pelo artigo 141, §§ 4º e 5º da Lei das S.A., na hipótese de haver acionista controlador.

As convocações para as reuniões do Conselho de Administração deverão ser entregues por meio eletrônico ou por carta, pelo Presidente do Conselho de Administração, a cada membro do Conselho de Administração, com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência, e com indicação da data, hora, lugar, ordem do dia detalhada e documentos a serem discutidos naquela reunião. Qualquer conselheiro poderá, mediante solicitação escrita ao Presidente, solicitar que uma reunião seja convocada ou que itens sejam incluídos na ordem do dia.

A Diretoria é o órgão de representação e direção executiva da Companhia, cabendo-lhe, dentro da orientação traçada pelo Conselho de Administração, a condução dos negócios sociais, podendo e devendo praticar os atos necessários a tal fim.

A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário. As reuniões serão presididas pelo Diretor Presidente, salvo acordo diverso entre os Diretores.

As reuniões serão convocadas por qualquer Diretor. Para que possam se instalar e validamente deliberar, é necessária a presença de todos os Diretores que estiverem no exercício de seus cargos.

O Conselho Fiscal da Companhia é órgão de funcionamento não permanente e poderá ser instalado por deliberação da Assembleia Geral, ou a pedido de acionistas representando a porcentagem requerida por lei ou pelos regulamentos da CVM.

As reuniões serão convocadas pelo Presidente do Conselho Fiscal por sua própria iniciativa ou por solicitação por escrito de qualquer de seus membros. Independentemente de quaisquer formalidades, será considerada regularmente convocada a reunião à qual comparecer a totalidade dos membros do Conselho Fiscal.

Apresentamos abaixo, com relação às Assembleias Gerais da Companhia realizadas nos últimos três exercícios sociais:

Evento	Data	Quórum de instalação	Instalação em 2ª convocação
Assembleia Geral Extraordinária	28/08/2023	91,7%	NÃO
Assembleia Geral de Debênturistas	23/06/2023	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	22/06/2023	74,1%	NÃO

**7.8 Outras informações relevantes**

Assembleia Geral Ordinária	24/04/2023	77%	NÃO
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	29/04/2022	82,5%	NÃO
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	30/04/2021	72,7%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	07/02/2021	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	20/01/2021	100%	NÃO

## 8.1 Política ou prática de remuneração

### 8.1 - Política ou prática de remuneração

**(a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.**

A Política de Remuneração da Companhia, aprovada pelo Conselho de Administração em 3 de dezembro de 2020 (“**Política de Remuneração**”) estabelece as diretrizes que deverão ser observadas quanto à remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária, da Diretoria Não-Estatutária e dos membros dos Comitês de instituídos pelo Conselho de Administração.

A Política de Remuneração possui como princípios, objetivos e diretrizes principais: (i) atrair, recompensar, reter e incentivar executivos na condução de seus negócios de forma sustentável, observados os limites de risco adequados, estando sempre alinhada aos interesses dos acionistas; (ii) proporcionar uma remuneração com base em critérios que diferenciem o desempenho, e permitam também o reconhecimento e a valorização da performance individual; e (iii) assegurar a manutenção de padrões de equilíbrio interno e externo, compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho referencial, regulamentando critérios e estabelecendo controles administrativos capazes de responder às diversas necessidades da Companhia.

A Política de Remuneração pode ser acessada nos seguintes endereços: (i) sede da Companhia: Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior, nº 700, 9º andar, parte, Itaim Bibi, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04542-000; e (ii) internet: *website* da Companhia (<https://ri.eletromidia.com.br/governanca-corporativa/estatuto-codigo-e-politicas/>), *website* da Comissão de Valores Mobiliários (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>) e *website* da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)).

**(b) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a**

## 8.1 Política ou prática de remuneração

### remuneração individual do conselho de administração e da diretoria

#### (i) órgãos e comitês que participam do processo decisório e de que forma participam

O departamento de Recursos Humanos em conjunto com o Conselho de Administração da Companhia avalia e propõe, anualmente, a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e Diretores Estatutários (“**Administradores**”), a qual é submetida à aprovação em Assembleia Geral.

Uma vez aprovada a remuneração global dos Administradores, o Conselho de Administração fixará a remuneração global por órgão e a individualização por membro.

#### (ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual

São realizadas pesquisas salariais para garantir alinhamento com as melhores práticas de mercado e manter a competitividade da estratégia de remuneração da Companhia, a qual abrange tanto remuneração fixa mensal – recebida a título de pró labore pelo conselho de administração e membros dos comitês, como salário pela Diretoria Estatutária e Não Estatutária, quanto a remuneração variável e baseada em ações. Essas pesquisas levam em consideração amostra de empresas que atuam no mesmo setor que a Companhia, além de sociedades de porte semelhante, e buscam identificar a prática de tais empresas nos diferentes componentes da remuneração. Tais pesquisas são realizadas internamente, coordenadas pela área de Recursos Humanos, e também por assessores especializados na prestação desse serviço, com o apoio de consultorias especializadas e cuja responsabilidade é a determinação dos critérios e parâmetros da pesquisa.

#### (iii) frequência e forma de avaliação do conselho de administração para adequação da política de remuneração

O Conselho de Administração avalia anualmente a adequação da Política de Remuneração da Companhia, avaliando se a remuneração atribuída condiz com o cargo, responsabilidades e volume de trabalho de cada membro, e levando em consideração, ainda, sua situação econômico financeira.

#### (c) composição da remuneração

##### (i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

#### Conselho de Administração e Comitês

##### Remuneração Fixa:

A remuneração fixa anual é o elemento básico da remuneração dos membros do Conselho de Administração e dos membros dos Comitês, sendo composta por uma remuneração mensal, a título de pró-labore, definido de acordo com a negociação individual, orientada, dentre outros fatores, pelo tempo dedicado às funções, a competência e a reputação profissional, e o valor dos serviços no mercado de cada membro, bem como por pesquisas de remuneração do setor de atividade e de sociedades de porte similar ao nosso.

Adicionalmente, a Companhia poderá reembolsar despesas dos membros do Conselho de Administração e dos Comitês, como locomoção, acomodação, alimentação e/ou outras relacionadas ao comparecimento em reuniões específicas e que colaborem na prestação do auxílio às práticas da Companhia, mediante recebimento de comprovação do referido gasto pelo Conselheiro ou membros do Comitê.

## 8.1 Política ou prática de remuneração

Os membros do Conselho de Administração que também sejam membros da Diretoria, Estatutária ou não-Estatutária, farão jus exclusivamente à remuneração recebida na qualidade de Diretores. Os membros dos Comitês, estatutários ou não-estatutários, que também sejam membros do Conselho de Administração ou Diretores, estatutários ou não-estatutários, poderão fazer jus ao acréscimo de pró-labore ou outro elemento de remuneração em função de sua participação nos Comitês.

### Incentivo de Longo Prazo:

Os membros do Conselho de Administração também podem ser elegíveis a participar de planos de incentivo de longo prazo, com remuneração baseada em ações, incluindo opções ou outras modalidades e instrumentos que vierem a ser estabelecidos pela Companhia.

### **Diretoria Não Estatutária**

#### Remuneração Fixa:

A remuneração fixa anual é o elemento principal e fundamental da remuneração dos membros da Diretoria Não Estatutária, e deverá se basear especialmente no cargo e nas responsabilidades desempenhadas, bem como na experiência individual, sendo composta por uma remuneração mensal, a título de salário, definido de acordo com a negociação individual, orientada, dentre outros fatores, por pesquisas salariais do nosso segmento de atividade.

#### Benefícios Diretos e Indiretos:

Nossos Diretores Não Estatutários poderão ser elegíveis aos seguintes benefícios:

(i) Plano de Assistência Médica e Odontológica; (ii) Vale Alimentação; (iii) Vale Refeição; (iv) Vale Combustível; (v) Seguro de Vida; (vi) Estacionamento; (vii) Previdência Privada; (viii) Reembolso – verba de representação:

#### Remuneração Variável:

Os Diretores Não Estatutários poderão fazer jus ao recebimento de uma remuneração variável, composta por PLR. Os Diretores Não Estatutários também são elegíveis ao programa de PLR, que está atrelado à entrega das metas orçamentárias e operacionais. Para que esse programa seja ativado é mandatório o atingimento da meta global da Companhia, que, se cumprida, possibilita aos elegíveis o recebimento da remuneração variável naquele exercício. Cada área tem um farol de metas construído de acordo com o planejamento estratégico da Companhia.

### Incentivo de Longo Prazo:

Os Diretores Não Estatutários também podem ser elegíveis a participar de planos de incentivo de longo prazo, com remuneração baseada em ações, incluindo opções ou outras modalidades e instrumentos que vierem a ser estabelecidos pela Companhia.

### **Diretoria Estatutária**

#### Remuneração Fixa:

A remuneração fixa anual é o elemento principal e fundamental da remuneração dos membros da Diretoria Estatutária, e deverá se basear especialmente no cargo e nas responsabilidades desempenhadas, bem como na experiência individual, sendo composta por uma remuneração mensal, a título de salário, definido de acordo com a negociação individual, orientada, dentre outros fatores, por pesquisas salariais do nosso segmento de atividade. A Companhia nota que seus

## 8.1 Política ou prática de remuneração

Diretores Estatutários são, desde 2021, celetistas.

### Benefícios Diretos e Indiretos:

Nossos Diretores Estatutários poderão ser elegíveis aos seguintes benefícios: (i) Plano de Assistência Médica e Odontológica; (ii) Vale Alimentação; (iii) Vale Refeição; (iv) Vale Combustível; (v) Seguro de Vida; (vi) Estacionamento; (viii) Reembolso – verba de representação e (viii) Reembolso – verba de representação.

### Remuneração Variável:

Os Diretores Estatutários também são elegíveis ao programa de PLR da Companhia, que está atrelado à entrega das metas orçamentárias e operacionais. Para que esse programa seja ativado é mandatório o atingimento da meta global da Companhia, que se cumprida, possibilitam aos elegíveis o recebimento da remuneração variável naquele exercício. Cada área tem um farol de metas construído de acordo com o planejamento estratégico da Companhia.

### Incentivo de Longo Prazo:

Os Diretores Estatutários também podem ser elegíveis a participar de planos de incentivo de longo prazo, com remuneração baseada em ações, incluindo opções ou outras modalidades e instrumentos que vierem a ser estabelecidos pela Companhia.

### **Conselho Fiscal**

Os membros do Conselho Fiscal, se e quando instalado, terão sua remuneração determinada pela Assembleia Geral de acionistas, de acordo com a legislação aplicável.

As tabelas abaixo apresentam a proporção de cada elemento na composição da remuneração total nos três últimos exercícios sociais:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023			Total
	Remuneração fixa	Remuneração variável	Remuneração baseada em ações	
<b>Conselho de Administração</b>	72%	0	28%	100%
<b>Diretoria</b>	27%	52%	21%	100%
<b>Conselho Fiscal</b>	100%	0	0	100%
<b>Comitê de Auditoria</b>	100%	0	0	100%

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022			Total
	Remuneração fixa	Remuneração variável	Remuneração baseada em ações	
<b>Conselho de Administração</b>	83%	0	17%*	100%
<b>Diretoria</b>	12%	20%	68%	100%
<b>Conselho Fiscal</b>	100%	0	0	100%

## 8.1 Política ou prática de remuneração

<b>Comitê de Auditoria</b>	100%	0	0	100%
----------------------------	------	---	---	------

\* Relativa a incentivos baseados em ação outorgados em razão de cargo que não o exercido no Conselho de Administração.

<b>Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021</b>				
<b>% em relação à remuneração total</b>				
	<b>Remuneração fixa</b>	<b>Remuneração variável</b>	<b>Remuneração baseada em ações</b>	<b>Total</b>
<b>Conselho de Administração</b>	100%	0	0	100%
<b>Diretoria</b>	4,80%	7,14%	88,06%	100%
<b>Conselho Fiscal</b>	0	0	0	0
<b>Comitê de Auditoria</b>	100%	0	0	100%

O valor global máximo a ser pago aos administradores a título de remuneração é determinado pela Assembleia Geral de Acionistas, estando a remuneração global para os administradores atendendo aos limites impostos pelo artigo 152 da Lei das S.A.

A metodologia de cálculo da remuneração dos administradores da Companhia se baseará em práticas de mercado atreladas à necessidade de atração e retenção de profissionais essenciais para a consecução dos objetivos sociais e atividades desenvolvidas pela Companhia. A Companhia, por meio da área de Recursos Humanos e com apoio de consultorias especializadas, verifica e acompanha as práticas de mercado com base em pesquisas, utilizando ainda de comparações com empresas do mesmo setor e do mesmo porte da Companhia, podendo ainda utilizar critérios de regionalização.

Em linhas gerais, não há metodologia fixa definida de reajuste de cada um dos elementos da remuneração previamente estabelecida pela Companhia. Eventuais reajustes de qualquer dos elementos da remuneração, a proposta é encaminhada para a Assembleia Geral de Acionistas e Conselho de Administração da Companhia, conforme aplicável, para que deliberem sobre tal tema.

A remuneração total alvo individual dos Diretores Estatutários é determinada pelo Conselho de Administração, pautadas em referências de mercado para posições de complexidade similar. O Conselho de Administração também é responsável por determinar, anualmente, o índice de reajuste de remuneração fixa. A remuneração variável é calculada como um múltiplo da remuneração fixa, sendo o critério acima também aplicável para este componente de remuneração.

A revisão da remuneração fixa é avaliada anualmente tendo em vista as práticas de mercado, sendo os valores incorporados à proposta da administração que é submetida à Assembleia Geral.

Os principais indicadores de desempenho da Companhia e dos Diretores Estatutários e Não Estatutários são o EBITDA, sendo este o gatilho determinante para o pagamento de remuneração variável no exercício, além de outras métricas específicas das diversas diretorias e áreas da Companhia. A remuneração dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitês não é impactada por indicadores.

Os elementos variáveis de remuneração tendem a refletir a performance da Companhia no período e a levar em consideração o atingimento dos objetivos e metas individuais dos administradores e executivos, incluindo o alcance de metas propostas pelo Conselho de Administração, bem como se

## 8.1 Política ou prática de remuneração

baseiam em indicadores financeiros como o EBITDA e Redução da Dívida Líquida como gatilho corporativo para a definição da remuneração variável. Ainda, possuímos também um painel de metas individuais e que determina entre 3 a 5 metas para cada administrador, além da avaliação comportamental, que também é considerada no cálculo da remuneração variável e é feita com base na definição de metas individuais de competências comportamentais (como, por exemplo, atuação ética, foco no cliente, organização e orientação para resultados, relacionamento interpessoal, liderança). Tanto os indicadores de desempenho quanto a avaliação comportamental possuem uma porcentagem mínima de atingimento para que o administrador seja elegível à remuneração variável.

### **(iv) razões que justificam a composição da remuneração**

A Companhia analisa a sua performance e o desempenho de seus administradores para manter a remuneração de acordo com as práticas de mercado, adequadas à qualidade de nossos executivos e dentro de suas possibilidades financeiras. As razões que justificam a composição da remuneração são o incentivo à melhoria de nossa gestão, a permanência de nossos executivos, e o incentivo aos colaboradores obterem melhores resultados, visando a ganhos pelo comprometimento com os resultados de longo prazo e ao desempenho no curto prazo.

### **(v) membros não remunerados**

Nos três últimos exercícios sociais, 5 membros do Conselho de Administração da Companhia renunciaram expressamente à remuneração que faziam jus em razão do exercício do cargo na Companhia tendo em vista que os conselheiros recebem remuneração do acionista controlador da Companhia.

### **(d) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos**

Não aplicável, Tendo em vista que atualmente não existe qualquer remuneração ou benefício suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

### **(e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor**

Não aplicável, tendo em vista que não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

## 8.2 Remuneração total por órgão

## Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2024 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	4,00	0,00	11,00
Nº de membros remunerados	3,00	4,00	0,00	7,00
Esclarecimento			-	
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	720.000,00	3.840.000,00	0,00	4.560.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	920.444,00	0,00	920.444,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	0,00	0,00	0,00	
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	16.354.000,00	0,00	16.354.000,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	0,00	0,00	0,00	
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	3.872.003,00	0,00	3.872.003,00
<b>Observação</b>	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual2024-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual2024-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	0,00	
<b>Total da remuneração</b>	720.000,00	24.986.447,00	0,00	25.706.447,00

**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	3,00	1,00	11,00
Nº de membros remunerados	2,00	3,00	1,00	6,00
Esclarecimento				
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	140.000,00	2.385.173,00	4.000,00	2.529.173,00
Benefícios direto e indireto	0,00	424.944,00	0,00	424.944,00
Participações em comitês	220.000,00	0,00	0,00	220.000,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	n/a	n/a	n/a	
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	4.677.870,00	0,00	4.677.870,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	n/a	n/a	n/a	
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	55.011,00	1.864.113,00	0,00	1.919.124,00
<b>Observação</b>				
<b>Total da remuneração</b>	<b>415.011,00</b>	<b>9.352.100,00</b>	<b>4.000,00</b>	<b>9.771.111,00</b>

**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	3,00	3,00	13,00
Nº de membros remunerados	2,00	2,00	1,00	5,00
Esclarecimento				
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	260.000,00	1.272.385,00	8.000,00	1.540.385,00
Benefícios direto e indireto	0,00	417.722,00	0,00	417.722,00
Participações em comitês	110.000,00	0,00	0,00	110.000,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	3.510.195,08	0,00	3.510.195,08
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	54.244,00	7.377.784,44	0,00	7.432.028,44
<b>Observação</b>	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ CVM/SEP/Nº01/2021, o número de membros remunerados de cada órgão social foi apurado de acordo com a média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ CVM/SEP/Nº01/2021, o número de membros remunerados de cada órgão social foi apurado de acordo com a média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.		
<b>Total da remuneração</b>	424.244,00	12.578.086,52	8.000,00	13.010.330,52

**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	4,00	0,00	11,00
Nº de membros remunerados	2,00	4,00	0,00	6,00
Esclarecimento			Nenhum membro do Conselho de Administração faz jus a remuneração variável.	
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	140.000,00	1.219.960,63	0,00	1.359.960,63
Benefícios direto e indireto	0,00	341.470,68	0,00	341.470,68
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	1.085,25	0,00	1.085,25
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	2.318.795,25	0,00	2.318.795,25
Descrição de outras remunerações variáveis		Houve pagamento de prêmio referente ao IPO.		
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	28.622.900,00	0,00	28.622.900,00
<b>Observação</b>	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ CVM/SEP/Nº01/2021, o número de membros remunerados de cada órgão social foi apurado de acordo com a média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ CVM/SEP/Nº01/2021, o número de membros remunerados de cada órgão social foi apurado de acordo com a média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.		
<b>Total da remuneração</b>	140.000,00	32.504.211,81	0,00	32.644.211,81

## 8.3 Remuneração Variável

## Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	4,00	0,00	11,00
Nº de membros remunerados	0,00	4,00	0,00	4,00
Esclarecimento	Nenhum membro do Conselho de Administração faz jus a remuneração variável.		Nenhum membro do Conselho de Administração faz jus a remuneração variável.	
<b>EM RELAÇÃO AO BÔNUS</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	6138000,00	0,00	6.138.000,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	16354000,00	0,00	16.354.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	6600000,00	0,00	6.600.000,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

## Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	3,00	1,00	11,00
Nº de membros remunerados	0,00	3,00	0,00	3,00
Esclarecimento	Nenhum membro do Conselho de Administração faz jus a remuneração variável.		Nenhum membro do Conselho de Administração faz jus a remuneração variável.	
<b>EM RELAÇÃO AO BÔNUS</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	5370750,00	0,00	5.370.750,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	14420250,00	0,00	14.420.250,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	5775000,00	0,00	5.775.000,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	4677870,00	0,00	4.677.870,00

## Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	3,00	3,00	13,00
Nº de membros remunerados	0,00	2,00	0,00	2,00
Esclarecimento	Nenhum membro do Conselho de Administração faz jus a remuneração variável.		Nenhum membro do Conselho de Administração faz jus a remuneração variável.	
<b>EM RELAÇÃO AO BÔNUS</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

**EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO**

Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	3024000,00	0,00	<b>3.024.000,00</b>
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	10608000,00	0,00	<b>10.608.000,00</b>
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	4800000,00	0,00	<b>4.800.000,00</b>
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	3510195,08	0,00	<b>3.510.195,08</b>

**Exercício Social: 31/12/2021**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Nº total de membros	7,00	4,00	0,00	<b>11,00</b>
Nº de membros remunerados	0,00	4,00	0,00	<b>4,00</b>
Esclarecimento	Nenhum membro do Conselho de Administração faz jus a remuneração variável.		Nenhum membro do Conselho de Administração faz jus a remuneração variável.	

**EM RELAÇÃO AO BÔNUS**

Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	<b>0,00</b>
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	3143617,00	0,00	<b>3.143.617,00</b>
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	8482775,00	0,00	<b>8.482.775,00</b>
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	4989868,00	0,00	<b>4.989.868,00</b>

**EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO**

Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	<b>0,00</b>
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	<b>0,00</b>
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	<b>0,00</b>
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	<b>0,00</b>

## 8.4 Plano de remuneração baseado em ações

### 8.4 - Plano de remuneração baseado em ações

#### (a) termos e condições gerais

##### 3º SOP

O terceiro plano de opção de ações ordinárias de emissão da Companhia (“3º SOP” ou “Plano”) foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de junho de 2023. De acordo com suas disposições, são elegíveis a receber opções de compra de ações de emissão da Companhia (“Opções” ou “Ações”), nos termos do Plano, os executivos, administradores estatutários, colaboradores ou empregados da Companhia que efetivamente recebam outorgas de opções (“Beneficiários”). Vale destacar que cada Opção confere ao seu titular o direito à aquisição de 1 (uma) Ação.

O 3º SOP é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia. O Conselho de Administração, na medida em que for permitido por lei e pelas diretrizes fixadas pela assembleia geral da Companhia, terá amplos poderes para tomar todas medidas necessárias e adequadas para a administração do 3º SOP, incluindo: (i) a solução de dúvidas e interpretação relativas ao Terceiro Plano, aos Programas e aos Contratos de Outorga, bem como sua implementação; e (ii) a alteração dos direitos e condições previstos no Terceiro Plano, nos Programas e nos Contratos de Outorga desde que tais alterações, caso ocorram, não sejam materialmente desfavoráveis aos Beneficiários, por qualquer motivo que venha a provocar tal alteração.

No exercício de sua competência, o Conselho de Administração estará sujeito apenas aos limites estabelecidos em Lei e no Terceiro Plano, ficando claro que o Conselho de Administração poderá tratar de maneira diferenciada os Beneficiários, não estando obrigado, por qualquer regra de isonomia ou analogia, a estender a todos as condições que entenda aplicável apenas a algum ou alguns Beneficiários. Não obstante o disposto acima, o Conselho de Administração poderá, a seu exclusivo critério, sempre que julgar que os interesses sociais serão mais bem atendidos por tal medida, estabelecer regras específicas ou deixar de observar as regras estipuladas nesta Cláusula, conferindo tratamento diferenciado a determinado Beneficiário e desde que tal tratamento, caso ocorra, não seja materialmente desfavorável ao Beneficiário aplicável.

Qualquer deliberação advinda do Conselho de Administração deverá ser vinculante entre a Companhia em relação a todas as matérias que forem aprovadas no âmbito deste Terceiro Plano. Não obstante o disposto acima, o Conselho de Administração poderá delegar sua competência de administração do Terceiro Plano, no todo ou em parte, a comitês de assessoramento que venham a ser constituídos de tempos em tempos.

Todos os prazos previstos neste Terceiro Plano serão contados em dias corridos. A contagem dos prazos ocorrerá na forma prevista no Artigo 132 do Código Civil desprezando-se o dia do começo e incluindo o dia do vencimento. Quando um prazo se expirar em um dia que não seja um Dia Útil, o prazo será considerado prorrogado até o Dia Útil subsequente.

O Conselho de Administração definirá, durante a vigência deste Terceiro Plano, quais os Beneficiários que estarão aptos e elegíveis para serem indicados para a aquisição das Opções. Em cada Programa, o Conselho de Administração indicará, a seu exclusivo critério, dentre os elegíveis, aqueles que poderão se tornar beneficiários, bem como as características de eventual outorga de Opções. A indicação de um Beneficiário para um determinado Programa não implica sua indicação como Beneficiário em qualquer outro Programa futuro. A adesão a cada Programa é voluntária, e a pessoa indicada a se tornar um Beneficiário, se tiver interesse em participar de determinado Programa, deverá firmar o respectivo Contrato de Outorga, no prazo fixado em cada Programa. O Conselho de Administração terá a prerrogativa de, em determinado ano de vigência deste Terceiro Plano, não realizar a indicação de nenhum Beneficiário. A outorga das Opções aos Beneficiários

## 8.4 Plano de remuneração baseado em ações

não será, necessariamente, igual para cada Beneficiário, nem por equiparação, nem *pro rata*, sendo fixada livremente segundo critérios aprovados pelo Conselho de Administração.

O 3º SOP tem por objetivo outorgar a oportunidade de determinados Beneficiários se tornarem acionistas da Companhia mediante a aquisição de Ações, com vistas a: **(i)** estimular o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; e **(ii)** alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos dos Beneficiários contemplados pelo Terceiro Plano. Sujeito ao cumprimento de determinadas condições a serem estabelecidas pelo Conselho de Administração nos respectivos Programas e Contratos de Outorga, os Beneficiários contemplados pelo Terceiro Plano farão jus ao recebimento de Opções, as quais, desde que cumpridas as condições de *Vesting*, pagamento do Preço de Exercício e cumprimento de eventuais outras condições estabelecidas nos Programas e/ou nos Contratos de Outorga, assegurarão ao Beneficiário o direito de adquirir Ações da Companhia nos termos deste Terceiro Plano e dos respectivos Programa e Contrato de Outorga.

### Plano de Outorga de Ações Restritas

O plano de outorga de ações restritas da Companhia ("**Plano**" ou "**RSU**") foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de junho de 2023. De acordo com suas disposições, são elegíveis a receber ações de emissão da Companhia ("**Ações**"), os empregados da Companhia, selecionados pelo Conselho de Administração, que efetivamente recebam outorgas de Ações nos termos do Plano ("**Beneficiários**").

Este Plano tem por objetivo outorgar a oportunidade dos Beneficiários se tornarem acionistas da Companhia mediante o recebimento de Ações, com vistas a: (i) estimular o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; e (ii) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos dos Beneficiários contemplados pelo Plano. Sujeito ao cumprimento de determinadas condições a serem estabelecidas pelo Conselho de Administração nos respectivos Programas e Contratos de Outorga, os Beneficiários contemplados pelo Plano farão jus ao recebimento de Ações Restritas, as quais, desde que cumpridas as condições previstas neste Plano, no Programa e nos Contratos de Outorga, assegurarão ao Beneficiário o direito de receber Ações da Companhia nos termos deste Plano e dos respectivos Programa e Contrato de Outorga. A eleição dos Beneficiários, bem como a definição do montante de Ações Restritas a serem outorgadas para cada Beneficiário será de competência exclusiva do Conselho de Administração da Companhia, conforme previsto na Cláusula 5, não podendo ultrapassar os limites de diluição aprovados neste Plano.

A outorga de Ações Restritas no âmbito deste Plano não representa direito adquirido dos Beneficiários quanto ao efetivo recebimento das Ações, sendo tal direito outorgado em caráter suspensivo nos termos do Artigo 121 e seguintes do Código Civil. Dessa forma, é imprescindível o atingimento das condições previstas neste Plano, nos respectivos Programas e Contratos de Outorga para a obtenção deste direito pelo Beneficiário, incluindo, mas não se limitando ao prazo de *Vesting*. Ademais, será considerado como condição suspensiva o cumprimento pelo Beneficiário de todas as suas obrigações para com a Companhia e suas Afiliadas, incluindo, mas não limitado a observação pelo Beneficiário de eventuais restrições de concorrência e não solicitação que possam estar estabelecidos em seus respectivos contratos de trabalho e/ou outros instrumentos firmados com a Companhia ou suas Afiliadas.

Este Plano terá validade de até 5 (cinco) anos, sendo automaticamente extinto uma vez que a diluição máxima prevista na Cláusula 6.1 seja atingida, ou por iniciativa da Assembleia Geral da Companhia. Este Plano poderá ser prorrogado a critério exclusivo da Assembleia Geral da Companhia ou por seu Conselho de Administração, desde que a diluição máxima prevista na Cláusula 6.1 seja respeitada. O término da vigência deste Plano não afetará a eficácia das Ações Restritas que tenham sido outorgadas com base nele e que ainda não tenham se tornadas Maduras.

Este Plano será administrado pelo Conselho de Administração, sendo que o Conselho de Administração terá, na medida em que for permitido por Lei e pelo Estatuto Social, amplos poderes

## 8.4 Plano de remuneração baseado em ações

para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a administração do Plano, incluindo:

(i) a solução de dúvidas e interpretação relativas ao Plano, aos Programas e aos Contratos de Outorga, bem como sua implementação; e (ii) a alteração dos direitos e condições previstos no Plano, nos Programas e nos Contratos de Outorga, por qualquer motivo que venha a provocar tal alteração, sem que a decisão em um caso concreto seja considerada como precedente ou vinculante para outros casos. O Conselho de Administração terá a prerrogativa de, em determinado ano de vigência deste Plano, não aprovar nenhum Programa ou não realizar a indicação de nenhum Beneficiário.

A outorga das Ações Restritas pelos Beneficiários não será, necessariamente, igual para cada Beneficiário, nem por equiparação, nem *pro rata*, sendo fixada livremente segundo critérios aprovados pelo Conselho de Administração.

Os acionistas da Companhia não terão direito de preferência na outorga das Ações Restritas e na transferência das respectivas Ações, conforme previsto no Artigo 171, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações.

O Conselho de Administração, a seu exclusivo critério, definirá por meio dos Programas ou Contratos de Outorga o prazo para que os Beneficiários adquiram o direito a receber as Ações decorrentes das Ações Restritas, podendo, inclusive, estabelecer no momento da outorga das Ações Restritas condições adicionais ou distintas de *Vesting*, incluindo um cronograma de *Vesting* diferente para cada um dos Beneficiários. Após o decurso do período de *Vesting*, conforme previsto neste Plano, nos Programas e nos Contratos de Outorga, as respectivas Ações Restritas se tornarão Maduras e as respectivas Ações serão transferidas ao Beneficiário nos prazos previstos nos Contratos de Outorga.

Cada Ação Restrita confere ao seu titular o direito ao recebimento de até 1 (uma) Ação, estritamente nos termos e condições estabelecidos neste Plano, nos Programas e nos Contratos de Outorga.

### (b) data de aprovação e órgão responsável

O 3º SOP foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 22 de junho de 2023. O RSU foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de junho de 2023.

### (c) número máximo de ações abrangidas

O 3º SOP está limitado a uma diluição máxima que não ultrapasse 4% (quatro por cento) do capital social da Companhia, após a emissão de todas as Ações decorrentes das Opções deste Terceiro Plano (*fully diluted basis*). O RSU estará limitado a uma diluição máxima que não resulte em emissão pela Companhia de mais do que 0,4% (zero vírgula quatro por cento) novas Ações, após a transferência de todas as Ações decorrentes das Ações Restritas deste Plano (*fully diluted basis*).

### (d) número máximo de opções a serem outorgadas

O número total de Ações que poderão ser adquiridas no âmbito do Plano não excederá 5% (cinco por cento) do capital social total e votante da Companhia em bases totalmente diluídas, computando-se nesse cálculo todas as Opções a serem outorgadas nos termos do Plano, exercidas ou não, exceto aquelas que tenham sido extintas sem terem sido exercidas (e que voltarão a ficar disponíveis para novas outorgas), contanto que o número total de Ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do Plano esteja sempre dentro do limite do capital autorizado da Companhia. Se qualquer Opção for extinta ou cancelada sem ter sido integralmente exercida, as Ações vinculadas a tais Opções tornar-se-ão novamente disponíveis para futuras outorgas de Opções. O 3º SOP está limitado a uma diluição máxima que não ultrapasse 4% (quatro por cento) do capital social da Companhia, após a emissão de todas as Ações decorrentes das Opções deste

## 8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Terceiro Plano (*fully diluted basis*). O RSU estará limitado a uma diluição máxima que não resulte em emissão pela Companhia de mais do que 0,4% (zero vírgula quatro por cento) novas Ações, após a transferência de todas as Ações decorrentes das Ações Restritas deste Plano (*fully diluted basis*).

### (e) condições de aquisição de ações

O Conselho de Administração tem competência para outorgar Opções, estabelecendo todas as condições das Opções a serem outorgadas, bem como a modificação de tais condições quando necessário ou conveniente. Quando julgar conveniente, o Conselho de Administração da Companhia aprovará a outorga de Opções, elegendo os Outorgados em favor dos quais serão outorgadas Opções nos termos do Plano, fixando o Preço de Exercício das Opções e as condições de seu pagamento, estabelecendo os prazos e condições de exercício das Opções e impondo quaisquer outras condições relativas a tais Opções. Ainda, tanto no 3º SOP como no RSU, os acionistas da Companhia não terão direito de preferência na outorga ou no exercício das Opções, conforme previsto no Artigo 171, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações.

### (f) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Conforme estabelecido no Plano, o preço de exercício das opções outorgadas será fixado pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê, quando da outorga das Opções e será pago pelos Beneficiários nas formas e prazos por ele determinados. No RSU, a outorga das Ações Restritas pelos Beneficiários não será, necessariamente, igual para cada Beneficiário, nem por equiparação, nem *pro rata*, sendo fixada livremente segundo critérios aprovados pelo Conselho de Administração.

### (g) critérios para fixação do prazo de exercício

Nos termos do Plano, a obtenção do direito ao exercício da Opção dar-se-á nos períodos, percentuais e condições definidos anualmente pelo Conselho de Administração.

### (h) forma de liquidação

Com base na Cláusula 6.2 do Plano (Cláusula 8.2 no 3º SOP), a Companhia poderá, a critério do Conselho de Administração, emitir novas ações dentro do limite do capital autorizado ou vender ações mantidas em tesouraria.

### (i) restrições à transferência das ações

No 3º SOP, em caso de Desligamento do Beneficiário entre a data de assinatura do Contrato de Outorga e a primeira Data de Outorga prevista de Opções no respectivo Contrato de Outorga, por qualquer motivo ou em quaisquer circunstâncias, o Beneficiário não terá direito de exercer qualquer Opção e, portanto, não terá direito a receber Ações da Companhia. Em caso de Desligamento Involuntário, o Beneficiário terá o direito de manter: **(i)** o direito de adquirir ou subscrever Ações da Companhia decorrentes do exercício de Opções que tenham se tornado Maduras até a data do Desligamento Involuntário, sendo certo que o Beneficiário deverá exercer tal direito no prazo de até 30 (trinta) dias a contar do Desligamento Involuntário sob pena de tais Opções serem canceladas e automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização ao Beneficiário; e **(ii)** as Ações que tiver adquirido ou subscrito em decorrência do exercício das Opções que tiverem sido outorgadas até a data do Desligamento Involuntário. O Beneficiário não terá direito de exercer as Opções que não tenham se tornado Maduras até a data do Desligamento Involuntário, sendo que tais Opções serão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização ao Beneficiário.

## 8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Independente da hipótese de realização, em caso de oferta pública de aquisição de ações da Companhia, esta terá a opção de recomprar as ações detidas pelos Beneficiários e aquelas ações que vieram a ser detidas pelo Beneficiários após se tornarem Maduras, de acordo com o termos de condições estabelecidas no 3º SOP.

Os Beneficiários que eventualmente recebam Ações decorrentes das Ações Restritas outorgadas com base neste Plano serão obrigados a indenizar a Companhia e seus acionistas por qualquer dano causado em decorrência de negociação de Ações da Companhia em desrespeito às normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários em sua Resolução nº 44, de 23 de agosto de 2021.

No RSU, as Ações Restritas são pessoais e intransferíveis, não podendo o Beneficiário, em hipótese alguma, ceder, transferir, empenhar, onerar ou de qualquer modo alienar a quaisquer terceiros as Ações Restritas, nem os direitos e obrigações a elas inerentes.

Salvo se o Conselho de Administração estabelecer e divulgar uma outra data, a Companhia terá prazo de até 90 (noventa) dias contados do final do período de *Vesting* das Ações Restritas Maduras para efetuar a transferência das respectivas Ações para o Beneficiário, contra a assinatura do competente boletim de subscrição ou termo de transferência de Ações, conforme o caso.

### **(j) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano**

O Plano entra em vigor na data de sua respectiva aprovação pela Assembleia Geral da Companhia e poderão ser extintos a qualquer tempo por decisão da Assembleia Geral. O término de vigência do Plano não afetará a eficácia das Opções, ainda em vigor, outorgadas com base neles.

### **(k) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações**

Nas hipóteses de Desligamento do Outorgado, os direitos a ele conferidos de acordo com o Plano poderão ser extintos ou modificados, se o Outorgado: (a) entre a data da assinatura do Contrato de Opção e a data de outorga (i) desligar-se da Companhia por vontade própria, pedindo demissão do seu emprego, ou renunciando ao seu cargo de administrador, ou rescindindo sem justa causa o contrato de prestação de serviços; ou (ii) for desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão por justa causa, ou destituição do seu cargo por violar os deveres e atribuições de administrador ou rescisão com justa causa do contrato de prestação de serviços; ou (iii) for desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão sem justa causa, ou destituição do seu cargo sem violação dos deveres e atribuições de administrador ou rescisão sem justa causa do contrato de prestação de serviços; ou (iv) desligar-se da Companhia por aposentadoria normal ou invalidez permanente; ou (v) desligar-se da Companhia por falecimento; o Outorgado não terá direito à aquisição das Ações Próprias e, portanto, não terá direito à outorga das Opções; (b) após a data de outorga (i) for desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão sem justa causa, ou destituição do seu cargo sem violação dos deveres e atribuições de administrador ou rescisão sem justa causa do contrato de prestação de serviços; ou (ii) desligar-se da Companhia por aposentadoria normal ou invalidez permanente; ou (iii) desligar-se da Companhia por falecimento; as Opções cujos prazos de carência já tenham decorrido, bem como aquelas Opções

## 8.4 Plano de remuneração baseado em ações

cujos prazos de carência decorreriam nos 12 (doze) meses subsequentes ao desligamento do Outorgado deverão ser mantidas pelo Outorgado, observado o prazo máximo de vigência das Opções, que será de 10 (dez) anos a partir da data de outorga; (c) após a data de outorga (i) desligar-se da Companhia por vontade própria, pedindo demissão do seu emprego, ou renunciando ao seu cargo de administrador ou rescindindo sem justa causa o contrato de prestação de serviços; ou (ii) for desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão por justa causa, ou destituição do seu cargo por violar os deveres e atribuições de administrador ou rescisão com justa causa do contrato de prestação de serviços; todas as Opções já exercíveis ou ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu Desligamento, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização e/ou pagamento ao Outorgado.

Não obstante o disposto acima, o Conselho de Administração poderá, a seu exclusivo critério, sempre que julgar que os interesses sociais serão melhor atendidos por tal medida, deixar de observar as regras estipuladas acima, conferindo tratamento diferenciado a determinado Outorgado.

**8.5 Remuneração Baseada em Ações (Opções de Compra de Ações)****Exercício Social: 31/12/2024**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	7,00	4,00		11,00
N° de membros remunerados	0,00	4,00		4,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,000000	98,000000		98,00
Esclarecimento	Nenhum membro do Conselho de Administração faz jus a remuneração variável.			----
<b>PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES</b>				
Em aberto no início do exercício social	0,00	8,63		8,63
Perdas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00		0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	8,63		8,63

**Exercício Social: 31/12/2023**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	7,00	3,00		10,00
N° de membros remunerados	1,00	3,00		4,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,000000	98,000000		98,00
Esclarecimento				----
<b>PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES</b>				
Em aberto no início do exercício social	6,00	6,99		12,99
Perdas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00		0,00
Exercidas durante o exercício social	7,33	7,28		14,61

**Exercício Social: 31/12/2022**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	7,00	3,00		10,00
N° de membros remunerados	1,00	2,00		3,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	4,000000	0,360000		4,36
Esclarecimento				----
<b>PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES</b>				
Em aberto no início do exercício social	6,64	10,68		17,32
Perdas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00		0,00
Exercidas durante o exercício social	6,64	6,27		12,91

**Exercício Social: 31/12/2021**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	7,00	4,00		11,00
N° de membros remunerados	0,00	2,00		2,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,000000	2,021000		2,02
Esclarecimento	Nenhum membro do Conselho de Administração faz jus a remuneração variável.			----
<b>PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES</b>				
Em aberto no início do exercício social	0,00	1,49		1,49
Perdas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00		0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	7,41		7,41

## 8.6 Outorga de opções de compra de ações

### 8.6 – Outorga de opções de compra de ações

Não há previsão de outorga de opções de compra de ações aos administradores para o exercício social corrente.

Exercício social encerrado em 31/12/2023		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
<b>N° total de membros</b>	<b>7,00</b>	<b>3,00</b>
<b>N° de membros remunerados</b>	<b>0,00</b>	<b>3,00</b>
Data de outorga	-	03/08/2023
Quantidade de opções outorgadas	-	2.106.977
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	2 a 10 anos
Prazo máximo para exercício das opções	-	10 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
<b>Valor justo das opções na data de cada outorga</b>	-	<b>6,17</b>
<b>Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga</b>	-	<b>R\$13.004.154,10</b>

Exercício Social encerrado em 31/12/2022		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
<b>N° total de membros</b>	<b>7,00</b>	<b>3,00</b>
<b>N° de membros remunerados</b>	<b>0,00</b>	<b>2,00</b>
Data de outorga	29. 12.2020 Aditado em 01.06.2022 Não houve emissão de um novo plano, apenas um aditivo redistribuindo as ações aprovadas em 2020	29. 12.2020 Aditado em 01.06.2022 Não houve emissão de um novo plano, apenas um aditivo redistribuindo as ações aprovadas em 2020
Quantidade de opções outorgadas	13698	19334
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	agosto	agosto
Prazo máximo para exercício das opções	agosto	agosto
Prazo de restrição à transferência das ações	Não há mais Período de Lock-up	Não há mais Período de Lock-up
<b>Valor justo das opções na data de cada outorga</b>	<b>R\$ 3,96</b>	<b>R\$ 3,96</b>
<b>Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga</b>	<b>54244,08</b>	<b>R\$ 76562,64</b>

Exercício Social encerrado em 31/12/2021		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
<b>N° total de membros</b>	<b>7,00</b>	<b>3,00</b>
<b>N° de membros remunerados</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Data de outorga	-	-

## 8.6 Outorga de opções de compra de ações

Quantidade de opções outorgadas	-	-
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
<b>Valor justo das opções na data de cada outorga</b>	-	-
<b>Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga</b>	-	-

**8.7 Opções em aberto****8.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária**

<b>Exercício Social encerrado em 31/12/2023</b>		
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>
<b>Nº total de membros</b>	<b>7,00</b>	<b>3,00</b>
<b>Nº de membros remunerados</b>	<b>0,67</b>	<b>3,00</b>
<b>Em relação às opções ainda não exercíveis</b>		
Quantidade	-	2.952.205
Data em que se tornarão exercíveis	-	03/08/2033
Prazo máximo para exercício das opções	-	10 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Preço médio ponderado de exercício	-	-
Valor justo das opções no último exercício social	-	3º SOP: 9,40+CDI
<b>Em relação às opções exercíveis</b>		
Quantidade	68.490	469.560
Prazo máximo para exercício das opções	01/02/2025	01/02/2026
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Preço médio ponderado de exercício	6,99 + CDI	6,99+CDI
Valor justo das opções no último exercício social	0,00	0,00
<b>Valor justo do total das opções no último exercício social</b>	<b>0,00</b>	<b>3º SOP: 6,17</b>

**8.8 Opções exercidas e ações entregues****8.8 - Opções exercidas e ações entregues**

<b>Opções exercidas - Exercício Social encerrado em 31/12/2023</b>		
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>
<b>Nº total de membros</b>	7,00	3,00
<b>Nº de membros remunerados</b>	0,67	3,00
<b>Número de ações</b>	68.490	469.560
<b>Preço médio ponderado de exercício</b>	7,33	7,28
<b>Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas</b>	14,75	14,75
<b>Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas</b>	508.195,80	3.509.491,44

<b>Opções exercidas - Exercício Social encerrado em 31/12/2022</b>		
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>
<b>Nº total de membros</b>	3,00	7,00
<b>Nº de membros remunerados</b>	3,00	1
<b>Número de ações</b>	702.969	13.698
<b>Preço médio ponderado de exercício</b>	6,27	3,96
<b>Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas</b>	10,50	10,60
<b>Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas</b>	R\$2973558,87	R\$92.747,52

<b>Opções exercidas - Exercício Social encerrado em 31/12/2021</b>		
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>
<b>Nº total de membros</b>	4,00	7,00
<b>Nº de membros remunerados</b>	4,00	0,00
<b>Número de ações</b>	770.640	0,00
<b>Preço médio ponderado de exercício</b>	R\$ 1,49	0,00
<b>Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas</b>	12,22	0,00
<b>Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas</b>	R\$8268967,20	0,00

## 8.9 Diluição potencial por outorga de ações

### 8.9 - Remuneração baseada em ações, a serem entregues aos beneficiários

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui nesta data e não possuía nos últimos 3 exercícios sociais, plano de remuneração baseado em ações sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários.

## **8.10 Outorga de ações**

### **8.10 - Outorga de ações**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui nesta data e não possuía nos últimos 3 exercícios sociais, plano de remuneração baseado em ações sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos administradores.

## 8.11 Ações entregues

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não aplicável, tendo em vista que não houve entrega de ações de emissão da Companhia para administradores nos últimos três exercícios sociais, uma vez que a Companhia possui somente Planos de Opções de Compra de Ações aplicáveis aos administradores.

## 8.12 Precificação das ações/opções

### 8.12 - Precificação das ações/opções

#### (a) modelo de precificação

O modelo para precificação utilizado foi o Binomial ou Black&Scholes, compatível com a metodologia utilizada pelo mercado para precificação de Stock Options e está alinhado com a expectativa de exercício da opção em período intermediário entre o vesting e o término do prazo do exercício.

Principais premissas: (i) strike price/preço de exercício conforme definido em contrato; (ii) stock price com base no último aumento de capital anterior a outorga das opções; (iii) para avaliação da volatilidade histórica esperada do valor da ação na data de exercício da opção foi utilizado a avaliação diária do valor de mercado de comparáveis considerando o período de 5 anos anteriores à data da outorga; (iv) prazo de vida da opção de 10 anos, conforme contrato; (v) em decorrência da expectativa da administração de não distribuir os dividendos para a Eletromidia no prazo para o exercício da opção, foi estabelecido o uso do percentual nulo a este input; (vi) devido ao plano de outorga afirmar que o preço de exercício apresenta a variação do índice de IPCA, a curva futura cupom de IPCA (DI x IPCA) divulgada pela B3 para o prazo de exercício esperado a opção foi utilizada como base da taxa livre de risco.

#### (b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

<b>3º SOP</b>	
<b>Data de início (primeira outorga)</b>	03/08/2023
<b>Quantidade de opções</b>	2.106.977
<b>Preço de exercício – R\$</b>	R\$ 9,40+CDI
<b>Volatilidade anualizada esperada</b>	20,28%
<b>Prazo de maturidade esperado(*)</b>	02/08/2033
<b>Valor justo da opção</b>	Tempo: 2024: 6,47 2025: 7,11 2026: 7,65 2027: 8,12  Performance: R\$ 25,00: 5,34 R\$ 30,00: 5,55 R\$ 35,00: 5,78
<b>Taxa de juros livre de risco</b>	3,40%
<b>Preço médio ponderado das ações</b>	6,1

(\*) Período de cinco anos de carência mais primeiro aniversário da expiração do último período de carência.

#### (c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

## 8.12 Precificação das ações/opções

Devido as variações de mensuração entre os distintos prazos para o exercício e considerando que o plano de outorga em avaliação apresenta 5 datas de período de vesting e um prazo de 10 anos para exercício, foi utilizado como prazo de exercício o mid-point desse período, equivalente a 7 anos desde a outorga.

### **(d) forma de determinação da volatilidade esperada**

Considerando que a Companhia não tem histórico de negociação de suas ações, a volatilidade utilizada para precificar as opções é baseada na volatilidade de preços de opções de empresas que prestam serviços comparáveis no mercado internacional (quais sejam: "Clear Channel", "Lamar", "JCDecaux", "The Interpublic Group of Company", "Omnicom Group Inc", "Outfront Company"), uma vez que não existem empresas de mídia e OOH no mercado brasileiro que possam ser utilizadas como base para comparação.

### **(e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo**

Idem resposta ao subitem "8.12.a" - Modelo de precificação.

Mencionamos que em 2022 houve realocação de ações entre dois participantes, não sendo outorgadas novas ações, entretanto tais participantes possuem cadeiras diversas das anteriores, sendo um deles alterado de Diretor Estatutário para Conselho de Administração.

A precificação de ações considera o valor de mercado no dia do exercício subtraído o valor adquirido previsto no contrato atualizado pelo CDI.

## 8.13 Participações detidas por órgão

### 8.13 - Participações detidas por órgão

A tabela abaixo contém a participação consolidada em ações emitidas pela Companhia em 31 de dezembro de 2023:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023			
Sociedade	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Companhia	552.527	2.227.864	0,00	2.780.391

## **8.14 Planos de previdência**

### **8.14 - Planos de previdência**

Não aplicável, visto que a Companhia não oferece plano de previdência aos membros do Conselho de Administração e aos diretores estatutários.

**8.15 Remuneração mínima, média e máxima****Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
Nº de membros	3,00	3,00	4,00	7,00	7,00	7,00	1,00	3,00	0,00
Nº de membros remunerados	3,00	2,00	4,00	2,00	2,00	2,00	1,00	1,00	0,00
Valor da maior remuneraçãoReal	6.267.901,33	5.942.084,57	17.621.109,90	120.000,00	150.000,00	80.000,00	8.000,00	8.000,00	0,00
Valor da menor remuneraçãoReal	2.335.180,64	5.942.084,57	7.511.703,09	20.000,00	150.000,00	60.000,00	8.000,00	8.000,00	0,00
Valor médio da remuneraçãoReal	4.301.540,98	5.942.084,57	8.136.052,95	70.000,00	150.000,00	70.000,00	8.000,00	8.000,00	0,00

**Observações e esclarecimentos**

	Diretoria Estatutária	
	Observação	Esclarecimento

	Conselho de Administração	
	Observação	Esclarecimento

	Conselho Fiscal	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2021		Nenhum membro do Conselho de Administração faz jus a remuneração variável.

## **8.16 Mecanismos de remuneração/indenização**

### **8.16 - Mecanismos de remuneração/indenização**

Não há mecanismos pré-acordados atualmente para indenização de administradores em caso de aposentadoria ou destituição de cargos. Nos termos de nossa Política de Remuneração de Administradores, após a cessação do mandato dos Diretores, o Conselho de Administração poderá, a seu critério, conceder benefícios específicos motivados pela cessação do cargo a esses Diretores.

## 8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

### 8.17 - Percentual partes relacionadas na remuneração

A tabela abaixo apresenta o percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente:

	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal
Previsão para exercício social corrente a ser encerrado em 31 de dezembro de 2024	3,00%	97,00%	-
Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023	2,00%	98,00%	0,04%
Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022	0,00%	100,00%	-
Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021	0,00%	100,00%	-

## 8.18 Remuneração - Outras funções

### 8.18 - Remuneração - Outras funções

As tabelas abaixo apresentam a remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado da Companhia nos três últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social correte:

Exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2024 (em R\$ mil)				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 (em R\$ mil)				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 (em R\$ mil)				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas	0,00	1.559.006,10	0,00	1.559.006,10
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 (em R\$ mil)				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas	0,00	5.375.049,53	0,00	5.375.049,53
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

## 8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

### 8.19 - Remuneração reconhecida do controlador/controlada

Não há previsão para o exercício social corrente, bem como não houve no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, de remuneração de administradores da Companhia reconhecida nos resultados de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 – remuneração recebida em função do cargo na Companhia				
Sociedade	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Controladores (diretos e indiretos)	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas	0,00	R\$1.559.006,10	0,00	R\$1.559.006,10
Sociedade sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 – demais remunerações recebidas				
Sociedade	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Controladores (diretos e indiretos)	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedade sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 – remuneração recebida em função do cargo na Companhia				
Sociedade	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Controladores (diretos e indiretos)	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas	0,00	R\$5.375.049,53	0,00	R\$5.375.049,53
Sociedade sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 – demais remunerações recebidas				
Sociedade	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Controladores (diretos e indiretos)	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedade sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

## **8.20 Outras informações relevantes**

### **8.20 - Outras informações relevantes**

Para fins de esclarecimento, o Conselho Fiscal da Companhia foi instalado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 29 de abril de 2022, sendo que os mandatos dos membros do Conselho Fiscal foram encerrados na data da Assembleia Geral Ordinária realizada em 24 de abril de 2023. Desta forma e conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº01/2024, o número de membros do Conselho Fiscal foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.

#### **Informações adicionais ao item 8.5**

A Companhia esclarece que o preço médio ponderado de exercício das opções em aberto no início do exercício social e das opções exercidas durante o exercício social relativos à previsão para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2024 e divulgados no item 8.5 deste Formulário de Referência, são atualizados pelo CDI.

**9.1/9.2 Identificação e Remuneração**

<b>Código CVM do Auditor</b>	004715		
<b>Razão Social</b>	<b>Tipo Auditor</b>	<b>CPF/CNPJ</b>	
ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S Ltda	Juridica	61.366.936/0001-25	
<b>Data de contratação do serviço</b>	<b>Data de início da prestação de serviço</b>		
01/01/2018	01/01/2018		
<b>Descrição dos serviços prestados</b>			
Os auditores independentes prestaram os seguintes serviços para a Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023: [auditoria das demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB), de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.			
<b>Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social</b>			
A remuneração dos auditores independentes relativa ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R \$ 810.000,00 relativo a prestação de serviços de auditoria externa.			
<b>Justificativa da substituição</b>			
Não aplicável, tendo em vista que não houve substituição dos auditores independentes.			
<b>Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa</b>			
Não aplicável, tendo em vista que não houve substituição dos auditores independentes.			

## **9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores**

### **9.3. Independência e conflito de interesses dos auditores**

Não aplicável, tendo em vista que os auditores (ou pessoas a eles ligadas) não foram contratados pela Companhia ou por suas controladas para prestar outros serviços além da auditoria, segundo as normas de independência do Conselho Federal de Contabilidade.

## **9.4 Outras informações relevantes**

### **9.4. Outras informações relevantes**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 9.

## 10.1A Descrição dos recursos humanos

### Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Liderança	38	98	0	0	0
Não-liderança	181	509	7	0	0
<b>TOTAL = 833</b>	<b>219</b>	<b>607</b>	<b>7</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

### Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Liderança	2	96	6	32	0	0	0
Não-liderança	12	287	104	259	4	0	31
<b>TOTAL = 833</b>	<b>14</b>	<b>383</b>	<b>110</b>	<b>291</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>31</b>

### Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	7	117	12
Não-liderança	202	455	40
<b>TOTAL = 833</b>	<b>209</b>	<b>572</b>	<b>52</b>

### Quantidade de empregados - Pessoas com Deficiência

	Pessoa com Deficiência	Pessoa sem Deficiência	Preferê não responder
<b>TOTAL = 0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

### Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	0	5	1	124	6	0
Não-liderança	0	27	6	638	26	0
<b>TOTAL = 833</b>	<b>0</b>	<b>32</b>	<b>7</b>	<b>762</b>	<b>32</b>	<b>0</b>

### Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Norte	0	0	0	0	0
Nordeste	9	23	0	0	0
Centro-Oeste	3	4	0	0	0
Sudeste	197	559	6	0	0
Sul	10	21	1	0	0
Exterior	0	0	0	0	0
<b>TOTAL = 833</b>	<b>219</b>	<b>607</b>	<b>7</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

**Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça**

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefero não responder
Norte	0	0	0	0	0	0	0
Nordeste	1	10	7	14	0	0	0
Centro-Oeste	1	5	0	1	0	0	0
Sudeste	12	345	99	271	4	0	31
Sul	0	23	4	5	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAL = 833</b>	<b>14</b>	<b>383</b>	<b>110</b>	<b>291</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>31</b>

**Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária**

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	0	0	0
Nordeste	4	25	3
Centro-Oeste	1	6	0
Sudeste	196	520	46
Sul	8	21	3
Exterior	0	0	0
<b>TOTAL = 833</b>	<b>209</b>	<b>572</b>	<b>52</b>

## 10.1 Descrição dos recursos humanos

### 10.1A Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por declaração de gênero					
	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Empregados em posição de não liderança	181	509	7	0	0
Empregados em posição de liderança	38	98	0	0	0
<b>Total</b>	<b>219</b>	<b>607</b>	<b>7</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Quantidade de empregados por declaração de cor e raça							
	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Empregados em posição de não liderança	12	287	104	259	4	0	31
Empregados em posição de liderança	2	96	6	32	0	0	0
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>383</b>	<b>110</b>	<b>291</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>31</b>

Quantidade de empregados por faixa etária			
	Abaixo dos 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Empregados em posição de não liderança	202	455	40
Empregados em posição de liderança	7	117	12
<b>Total</b>	<b>209</b>	<b>572</b>	<b>52</b>

Quantidade de empregados por localização geográfica						
	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Empregados em posição de não liderança	0	27	6	638	26	0
Empregados em posição de liderança	0	5	1	124	6	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>32</b>	<b>7</b>	<b>762</b>	<b>32</b>	<b>0</b>

Quantidade de empregados por localização geográfica e gênero					
	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Norte	0	0	0	0	0
Nordeste	9	23	0	0	0
Centro-Oeste	3	4	0	0	0
Sudeste	197	559	6	0	0
Sul	10	21	1	0	0
Exterior	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>219</b>	<b>607</b>	<b>7</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

**10.1 Descrição dos recursos humanos**

Quantidade de empregados por localização geográfica e cor ou raça							
	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Norte	0	0	0	0	0	0	0
Nordeste	1	10	7	14	0	0	0
Centro-Oeste	1	5	0	1	0	0	0
Sudeste	12	345	99	271	4	31	0
Sul	0	23	4	5	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>383</b>	<b>110</b>	<b>291</b>	<b>4</b>	<b>31</b>	<b>0</b>

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária			
	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	0	0	0
Nordeste	4	25	3
Centro-Oeste	1	6	0
Sudeste	196	520	46
Sul	8	21	3
Exterior	0	0	0
<b>Total</b>	<b>209</b>	<b>572</b>	<b>52</b>

## 10.2 Alterações relevantes

### 10.2 Alterações Relevantes

Não houve qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 10.1 deste Formulário de Referência e aqueles referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

## 10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

### 10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

#### (a) política de salários e remuneração variável

A Companhia considera sua Política de Remuneração como parte integrante de sua estratégia empresarial, visando assegurar: remuneração em linha com o mercado; condições de atrair e reter os profissionais para a Companhia; definição de uma estrutura de cargos e salários adequada aos processos organizacionais e o fornecimento de uma base de conduta para que o colaborador conheça suas atribuições e responsabilidades.

Oferecemos remuneração alinhada com o mercado para atrair e reter talentos ajudando-a a alcançar seus objetivos de curto, médio e longo prazo e sempre que necessário efetuamos reajustes das faixas salariais. Considerando o modelo de nossos negócios, reter profissionais qualificados e experientes é essencial para nosso crescimento, de modo que nossa estratégia de remuneração deve incluir mecanismos que incentivem nossos colaboradores a permanecer por longo prazo, equilibrando seu desenvolvimento e crescimento com os seus resultados e o valor agregado para os acionistas.

Concedemos, ainda, ajustes por mérito e promoção, de modo a reconhecer e recompensar o desempenho de cada colaborador com base nas avaliações de desempenho individuais periódicas.

Adicionalmente à remuneração fixa, temos como política vigente o Programa de Bônus, atrelado ao cumprimento das metas orçamentárias e operacionais. Esse plano abrange todos os funcionários da Companhia, exceção feita aos membros dos conselhos e comitês. Para que esse programa seja ativado é mandatório o atingimento da meta global da Companhia, que se cumprida, possibilita aos elegíveis o recebimento da remuneração variável naquele exercício.

#### (b) política de benefícios

A Companhia não possui uma política unificada de benefícios, adotando políticas regionais ou locais, conforme o caso e sempre em observância à legislação aplicável. Os empregados da Companhia são elegíveis a benefícios diversos de acordo com o cargo, bem como de acordo com a legislação aplicável.

#### (c) características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia possui um plano de opções vigente, cujo detalhamento está exposto abaixo.

##### 3º SOP

O terceiro plano de opção de ações ordinárias de emissão da Companhia (“3º SOP” ou “Plano” e, em conjunto com o 2º SOP, “Planos”) foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de junho de 2023. De acordo com suas disposições, são elegíveis a receber opções de compra de ações de emissão da Companhia (“Opções” ou “Ações”), nos termos do Plano, os executivos, administradores estatutários, colaboradores ou empregados da Companhia que efetivamente recebam outorgas de opções (“Beneficiários”). Vale destacar que cada Opção confere ao seu titular o direito à aquisição de 1 (uma) Ação.

O 3º SOP é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia. O Conselho de Administração, na medida em que for permitido por lei e pelas diretrizes fixadas pela assembleia geral da Companhia, terá amplos poderes para tomar todas medidas necessárias e adequadas

### 10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

para a administração do 3º SOP, incluindo: (i) a solução de dúvidas e interpretação relativas ao 3º SOP, aos Programas e aos Contratos de Outorga, bem como sua implementação; e (ii) a alteração dos direitos e condições previstos no 3º SOP, nos Programas e nos Contratos de Outorga desde que tais alterações, caso ocorram, não sejam materialmente desfavoráveis aos Beneficiários, por qualquer motivo que venha a provocar tal alteração.

No exercício de sua competência, o Conselho de Administração estará sujeito apenas aos limites estabelecidos em Lei e no 3º SOP, ficando claro que o Conselho de Administração poderá tratar de maneira diferenciada os Beneficiários, não estando obrigado, por qualquer regra de isonomia ou analogia, a estender a todos as condições que entenda aplicável apenas a algum ou alguns Beneficiários. Não obstante o disposto acima, o Conselho de Administração poderá, a seu exclusivo critério, sempre que julgar que os interesses sociais serão mais bem atendidos por tal medida, estabelecer regras específicas ou deixar de observar as regras estipuladas no 3º SOP, conferindo tratamento diferenciado a determinado Beneficiário e desde que tal tratamento, caso ocorra, não seja materialmente desfavorável ao Beneficiário aplicável.

Qualquer deliberação advinda do Conselho de Administração deverá ser vinculante entre a Companhia em relação a todas as matérias que forem aprovadas no âmbito deste 3º SOP. Não obstante o disposto acima, o Conselho de Administração poderá delegar sua competência de administração do 3º SOP, no todo ou em parte, a comitês de assessoramento que venham a ser constituídos de tempos em tempos.

Todos os prazos previstos no 3º SOP serão contados em dias corridos. A contagem dos prazos ocorrerá na forma prevista no artigo 132 do Código Civil, desprezando-se o dia do começo e incluindo o dia do vencimento. Quando um prazo se expirar em um dia que não seja um Dia Útil, o prazo será considerado prorrogado até o Dia Útil subsequente. O Conselho de Administração definirá, durante a vigência deste 3º SOP, quais os Beneficiários que estarão aptos e elegíveis para serem indicados para a aquisição das Opções. Em cada Programa, o Conselho de Administração indicará, a seu exclusivo critério, dentre os elegíveis, aqueles que poderão se tornar beneficiários, bem como as características de eventual outorga de Opções. A indicação de um Beneficiário para um determinado Programa não implica sua indicação como Beneficiário em qualquer outro Programa futuro. A adesão a cada Programa é voluntária, e a pessoa indicada a se tornar um Beneficiário, se tiver interesse em participar de determinado Programa, deverá firmar o respectivo Contrato de Outorga, no prazo fixado em cada Programa. O Conselho de Administração terá a prerrogativa de, em determinado ano de vigência deste 3º SOP, não realizar a indicação de nenhum Beneficiário. A outorga das Opções aos Beneficiários não será, necessariamente, igual para cada Beneficiário, nem por equiparação, nem pro rata, sendo fixada livremente segundo critérios aprovados pelo Conselho de Administração.

O 3º SOP tem por objetivo outorgar a oportunidade de determinados Beneficiários se tornarem acionistas da Companhia mediante a aquisição de Ações, com vistas a: (i) estimular o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; e (ii) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos dos Beneficiários contemplados pelo 3º SOP. Sujeito ao cumprimento de determinadas condições a serem estabelecidas pelo Conselho de Administração nos respectivos Programas e Contratos de Outorga, os Beneficiários contemplados pelo 3º SOP farão jus ao recebimento de Opções, as quais, desde que cumpridas as condições de *Vesting*, pagamento do Preço de Exercício e cumprimento de eventuais outras condições estabelecidas nos Programas e/ou nos Contratos de Outorga, assegurarão ao Beneficiário o direito de adquirir Ações da Companhia nos termos deste 3º SOP e dos respectivos Programa e Contrato de Outorga.

**10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados**

<b>Maior Remuneração Individual</b>	<b>Mediana da Remuneração Individual</b>	<b>Razão entre as Remunerações</b>
6.267.901,33	63.459,43	98,77
<b>Esclarecimento</b>		

## 10.4 Relações entre emissor e sindicatos

### 10.4 Relações entre emissor e sindicatos

Em 31 de dezembro de 2023, os empregados da Companhia e de suas controladas estavam cobertos por acordos coletivos firmados com os sindicatos que representam seus diferentes setores de atuação, os quais apresentamos abaixo:

- (i) Sindicato das Empresas de Publicidade Exterior do Estado de São Paulo
- (ii) Sindicato das Empresas de Publicidade Exterior do Estado do Rio de Janeiro; e
- (iii) Federação dos Publicitários.

Os acordos coletivos de trabalho firmados com cada sindicato são renegociados anualmente, em convenção coletiva.

Nos últimos três exercícios sociais, os colaboradores da Companhia não estiveram envolvidos em movimento de greve, paralisação ou manifestações.

As áreas jurídica e de recursos humanos da Companhia são responsáveis pelas relações sindicais, o que permite à Companhia ter um bom relacionamento com os presidentes e diretores dos sindicatos, o que auxilia na negociação de acordos coletivos e eventuais problemas que dizem respeito às relações trabalhistas.

## **10.5 Outras informações relevantes**

### **10.5 Outras informações relevantes**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 10.

## 11.1 Regras, políticas e práticas

### 11.1. Regras políticas e práticas

**Descrever as regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, indicando, quando houver uma política formal adotada pelo emissor, o órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A Política de Transações com Partes Relacionadas e Administração de Conflitos de Interesses da Eletromidia S.A. (“**Política**”) foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 3 de dezembro de 2020 e estabelece as regras que devem ser observadas todas as transações comerciais da Companhia que envolvam Partes Relacionadas (conforme definidas na Política), bem como para administração de outras situações que envolvam possíveis conflitos de interesses.

O objetivo da Política é o de fornecer orientações à conduta dos administradores da Companhia e dos administradores das controladas da Companhia, de forma a zelar para que todas as transações com partes relacionadas e outras situações que envolvam potenciais conflitos de interesses sejam realizadas (i) de acordo com os nossos interesses, (ii) em condições estritamente comutativas ou com pagamento compensatório adequado, e (iii) de forma transparente aos acionistas e ao mercado em geral.

Cada potencial transação com partes relacionadas informada ao Departamento Jurídico da Companhia deverá ser por ele analisada para determinar se ela de fato constitui uma Transação com Partes Relacionadas sujeita aos procedimentos da Política. O Departamento Jurídico deverá classificar as transações com partes relacionadas considerando (i) o montante envolvido e (ii) se elas dizem respeito a uma operação dentro do curso normal dos negócios ou não, para determinar os órgãos competentes responsáveis por sua avaliação e análise e, se aplicável, sua aprovação de acordo com esta Política. O Departamento Jurídico poderá consultar previamente o Coordenador do Comitê de Auditoria com relação à classificação das Transações com Partes Relacionadas nos termos da Política.

A Política abrange e regulamenta: (i) os procedimentos e os responsáveis pela identificação das partes relacionadas e pela classificação de operações como uma “transação com partes relacionadas”; (ii) os critérios que devem ser observados para a realização de uma transação com partes relacionadas; (iii) os procedimentos para auxiliar a identificação de situações individuais que possam envolver conflitos de interesses; e (iv) as instâncias de aprovação de uma transação com partes relacionadas, a depender do valor envolvido ou da transação ser realizada dentro ou fora do curso normal dos negócios.

São vedadas as transações entre partes relacionadas (i) realizadas em condições que não sejam as condições de mercado; (ii) formas de remuneração de assessores, consultores e intermediários que gerem conflito de interesses com a companhia, os administradores, os acionistas ou classes de acionistas; (iii) concessão de empréstimos em favor do controlador e dos administradores; (iv) com Partes Relacionadas que não estejam exercendo atividades comumente exercidas por elas; e (v) operações ou negócios estranhos ao objeto social e aos interesses sociais da Companhia e/ou de suas controladas, tais como fianças, avais, endossos e qualquer garantia em favor de terceiros.

Além disso, a Lei das S.A. proíbe conselheiros e diretores de: (i) realizar qualquer ato gratuito com a utilização de nossos ativos, em nosso detrimento; (ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do respectivo estatuto social ou concedida por meio de assembleia geral; e (iii) intervir em qualquer operação

## 11.1 Regras, políticas e práticas

social em que tiver interesse conflitante com o nosso, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais conselheiros.

A Política está disponível para consulta no *website* da Companhia (<https://ri.eletromidia.com.br/governanca-corporativa/estatuto-codigo-e-politicas/>) e no *website* da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>).

## 11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
<b>Eletromidia CPS Concessionária de Mobiliário Urbano SPE Ltda.</b>	09/03/2023	0,00	306.485,69	Indeterminado	Indeterminado	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada indireta da Companhia					
<b>Objeto contrato</b>	Trata-se de Contrato de Compartilhamento de Custos e Despesa, celebrado com a finalidade de compartilhar as despesas incorridas pelas sociedades no desempenho de suas atividades, por meio do reembolso, pelas sociedades, à Companhia, de parte dos valores incorridos pela Companhia para manutenção da estrutura necessária para as sociedades desenvolverem suas atividades. Ao final de cada mês a Companhia calculará o valor da remuneração devida por cada uma das sociedades, com base: (i) no rateio das despesas da Companhia, quais sejam: pessoal (folha de pagamento e remuneração fixa acrescido de comissões de vendas), comercial, administrativas e gerais (Payroll e SG&A); (ii) na participação percentual de receitas de cada uma das sociedades sobre o total da soma destas; e (iii) com base no mês imediatamente anterior, tanto para receita quanto para despesas					
<b>Garantia e seguros</b>	N/A					
<b>Rescisão ou extinção</b>	O presente Contrato poderá ser resilido por qualquer das Partes, sem que haja a incidência de quaisquer ônus ou penalidades, sem justo motivo, mediante aviso prévio por escrito, com 30 (trinta) dias de antecedência.					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	O uso conjunto da estrutura da Companhia otimiza o desenvolvimento das atividades das sociedades controladas pela Companhia em seus respectivos territórios para cumprimento eficiente de seus objetos sociais, bem como padronizar seus procedimentos administrativos.					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor					

## 11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
<b>Eletromidia POA Concessionária de Mobiliário Urbano SPE S.A.</b>	09/03/2023	0,00	475.354,84	I.nde.ter.min.ado	Indeterminado	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada direta da Companhia					
<b>Objeto contrato</b>	Trata-se de Contrato de Compartilhamento de Custos e Despesa, celebrado com a finalidade de compartilhar as despesas incorridas pelas sociedades no desempenho de suas atividades, por meio do reembolso, pelas sociedades, à Companhia, de parte dos valores incorridos pela Companhia para manutenção da estrutura necessária para as sociedades desenvolverem suas atividades. Ao final de cada mês a Companhia calculará o valor da remuneração devida por cada uma das sociedades, com base: (i) no rateio das despesas da Companhia, quais sejam: pessoal (folha de pagamento e remuneração fixa acrescido de comissões de vendas), comercial, administrativas e gerais (Payroll e SG&A); (ii) na participação percentual de receitas de cada uma das sociedades sobre o total da soma destas; e (iii) com base no mês imediatamente anterior, tanto para receita quanto para despesas					
<b>Garantia e seguros</b>	N/A					
<b>Rescisão ou extinção</b>	O presente Contrato poderá ser resilido por qualquer das Partes, sem que haja a incidência de quaisquer ônus ou penalidades, sem justo motivo, mediante aviso prévio por escrito, com 30 (trinta) dias de antecedência.					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	O uso conjunto da estrutura da Companhia otimiza o desenvolvimento das atividades das sociedades controladas pela Companhia em seus respectivos territórios para cumprimento eficiente de seus objetos sociais, bem como padronizar seus procedimentos administrativos.					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor					

## 11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
<b>Eletromidia REC Concessionária de Mobiliário Urbano SPE S.A.</b>	09/03/2023	0,00	608.720,12	I.nde.ter.min.ado	Indeterminado	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada direta da Companhia					
<b>Objeto contrato</b>	Trata-se de Contrato de Compartilhamento de Custos e Despesa, celebrado com a finalidade de compartilhar as despesas incorridas pelas sociedades no desempenho de suas atividades, por meio do reembolso, pelas sociedades, à Companhia, de parte dos valores incorridos pela Companhia para manutenção da estrutura necessária para as sociedades desenvolverem suas atividades. Ao final de cada mês a Companhia calculará o valor da remuneração devida por cada uma das sociedades, com base: (i) no rateio das despesas da Companhia, quais sejam: pessoal (folha de pagamento e remuneração fixa acrescido de comissões de vendas), comercial, administrativas e gerais (Payroll e SG&A); (ii) na participação percentual de receitas de cada uma das sociedades sobre o total da soma destas; e (iii) com base no mês imediatamente anterior, tanto para receita quanto para despesa					
<b>Garantia e seguros</b>	N/A					
<b>Rescisão ou extinção</b>	O presente Contrato poderá ser resilido por qualquer das Partes, sem que haja a incidência de quaisquer ônus ou penalidades, sem justo motivo, mediante aviso prévio por escrito, com 30 (trinta) dias de antecedência.					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	O uso conjunto da estrutura da Companhia otimiza o desenvolvimento das atividades das sociedades controladas pela Companhia em seus respectivos territórios para cumprimento eficiente de seus objetos sociais, bem como padronizar seus procedimentos administrativos.					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor					

## 11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
<b>Eletromidia SP Concessionária de Mobiliário Urbano SPE S.A.</b>	01/04/2022	0,00	10.123.612,41	I.nde.ter.min.ado	Indeterminado	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada indireta da Companhia					
<b>Objeto contrato</b>	Trata-se de Contrato de Compartilhamento de Custos e Despesa, celebrado com a finalidade de compartilhar as despesas incorridas pelas sociedades no desempenho de suas atividades, por meio do reembolso, pelas sociedades, à Companhia, de parte dos valores incorridos pela Companhia para manutenção da estrutura necessária para as sociedades desenvolverem suas atividades. Ao final de cada mês a Companhia calculará o valor da remuneração devida por cada uma das sociedades, com base: (i) no rateio das despesas da Companhia, quais sejam: pessoal (folha de pagamento e remuneração fixa acrescido de comissões de vendas), comercial, administrativas e gerais (Payroll e SG&A); (ii) na participação percentual de receitas de cada uma das sociedades sobre o total da soma destas; e (iii) com base no mês imediatamente anterior, tanto para receita quanto para despesas					
<b>Garantia e seguros</b>	N/A					
<b>Rescisão ou extinção</b>	O presente Contrato poderá ser resilido por qualquer das Partes, sem que haja a incidência de quaisquer ônus ou penalidades, sem justo motivo, mediante aviso prévio por escrito, com 30 (trinta) dias de antecedência.					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	O uso conjunto da estrutura da Companhia otimiza o desenvolvimento das atividades das sociedades controladas pela Companhia em seus respectivos territórios para cumprimento eficiente de seus objetos sociais, bem como padronizar seus procedimentos administrativos.					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor					

## 11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Nova Noalvo Serviços de Intermediação Ltda.	09/03/2023	0,00	80.772,02	Indeterminado	Indeterminado	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada direta da Companhia					
<b>Objeto contrato</b>	Trata-se de Contrato de Compartilhamento de Custos e Despesa, celebrado com a finalidade de compartilhar as despesas incorridas pelas sociedades no desempenho de suas atividades, por meio do reembolso, pelas sociedades, à Companhia, de parte dos valores incorridos pela Companhia para manutenção da estrutura necessária para as sociedades desenvolverem suas atividades. Ao final de cada mês a Companhia calculará o valor da remuneração devida por cada uma das sociedades, com base: (i) no rateio das despesas da Companhia, quais sejam: pessoal (folha de pagamento e remuneração fixa acrescido de comissões de vendas), comercial, administrativas e gerais (Payroll e SG&A); (i) na participação percentual de receitas de cada uma das sociedades sobre o total da soma destas; e (iii) com base no mês imediatamente anterior, tanto para receita quanto para despesas					
<b>Garantia e seguros</b>	N/A					
<b>Rescisão ou extinção</b>	O presente Contrato poderá ser resilido por qualquer das Partes, sem que haja a incidência de quaisquer ônus ou penalidades, sem justo motivo, mediante aviso prévio por escrito, com 30 (trinta) dias de antecedência.					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	O uso conjunto da estrutura da Companhia otimiza o desenvolvimento das atividades das sociedades controladas pela Companhia em seus respectivos territórios para cumprimento eficiente de seus objetos sociais, bem como padronizar seus procedimentos administrativos.					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor					

## 11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
PUBLIBANCA BRASIL S.A.	09/03/2023	0,00	1.690.527,96	Indeterminado	Indeterminado	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controladas direta da Companhia					
<b>Objeto contrato</b>	Trata-se de Contrato de Compartilhamento de Custos e Despesa, celebrado com a finalidade de compartilhar as despesas incorridas pelas sociedades no desempenho de suas atividades, por meio do reembolso, pelas sociedades, à Companhia, de parte dos valores incorridos pela Companhia para manutenção da estrutura necessária para as sociedades desenvolverem suas atividades. Ao final de cada mês a Companhia calculará o valor da remuneração devida por cada uma das sociedades, com base: (i) no rateio das despesas da Companhia, quais sejam: pessoal (folha de pagamento e remuneração fixa acrescido de comissões de vendas), comercial, administrativas e gerais (Payroll e SG&A); (i) na participação percentual de receitas de cada uma das sociedades sobre o total da soma destas; e (iii) com base no mês imediatamente anterior, tanto para receita quanto para despesas					
<b>Garantia e seguros</b>	N/A					
<b>Rescisão ou extinção</b>	O presente Contrato poderá ser resilido por qualquer das Partes, sem que haja a incidência de quaisquer ônus ou penalidades, sem justo motivo, mediante aviso prévio por escrito, com 30 (trinta) dias de antecedência.					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	O uso conjunto da estrutura da Companhia otimiza o desenvolvimento das atividades das sociedades controladas pela Companhia em seus respectivos territórios para cumprimento eficiente de seus objetos sociais, bem como padronizar seus procedimentos administrativos.					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor					

## 11.2 Itens 'n.' e 'o.'

## 11.2. Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no negócio (Reais)	Saldo existente	Montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Publibanca Brasil S.A.	09/03/2023	0,00	R\$ 1.690.527,96	Indeterminado	Indeterminado	Não	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada direta da Companhia						
<b>Objeto do contrato</b>	Trata-se de Contrato de Compartilhamento de Custos e Despesa, celebrado com a finalidade de compartilhar as despesas incorridas pelas sociedades no desempenho de suas atividades, por meio do reembolso, pelas sociedades, à Companhia, de parte dos valores incorridos pela Companhia para manutenção da estrutura necessária para as sociedades desenvolverem suas atividades. Ao final de cada mês a Companhia calculará o valor da remuneração devida por cada uma das sociedades, com base: (i) no rateio das despesas da Companhia, quais sejam: pessoal (folha de pagamento e remuneração fixa acrescido de comissões de vendas), comercial, administrativas e gerais (Payroll e SG&A); (ii) na participação percentual de receitas de cada uma das sociedades sobre o total da soma destas; e (iii) com base no mês imediatamente anterior, tanto para receita quanto para despesas.						
<b>Garantia e seguros</b>	N/A						
<b>Rescisão ou extinção</b>	O presente Contrato poderá ser resiliado por qualquer das Partes, sem que haja a incidência de quaisquer ônus ou penalidades, sem justo motivo, mediante aviso prévio por escrito, com 30 (trinta) dias de antecedência.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	O uso conjunto da estrutura da Companhia otimiza o desenvolvimento das atividades das sociedades controladas pela Companhia em seus respectivos territórios para cumprimento eficiente de seus objetos sociais, bem como padronizar seus procedimentos administrativos.						
<b>Posição contratual da companhia</b>	Credor						
<b>Especificar</b>	N/A						

## 11.2 Itens 'n.' e 'o.'

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no negócio (Reais)	Saldo existente	Montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
<b>Eletromidia SP Concessionária de Mobiliário Urbano SPE S.A.</b>	01/04/2022	0,00	R\$ 10.123.612,41	Indeterminado	Indeterminado	Não	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada indireta da Companhia						
<b>Objeto do contrato</b>	Trata-se de Contrato de Compartilhamento de Custos e Despesa, celebrado com a finalidade de compartilhar as despesas incorridas pelas sociedades no desempenho de suas atividades, por meio do reembolso, pelas sociedades, à Companhia, de parte dos valores incorridos pela Companhia para manutenção da estrutura necessária para as sociedades desenvolverem suas atividades. Ao final de cada mês a Companhia calculará o valor da remuneração devida por cada uma das sociedades, com base: (i) no rateio das despesas da Companhia, quais sejam: pessoal (folha de pagamento e remuneração fixa acrescido de comissões de vendas), comercial, administrativas e gerais (Payroll e SG&A); (ii) na participação percentual de receitas de cada uma das sociedades sobre o total da soma destas; e (iii) com base no mês imediatamente anterior, tanto para receita quanto para despesas.						
<b>Garantia e seguros</b>	N/A						
<b>Rescisão ou extinção</b>	O presente Contrato poderá ser resilido por qualquer das Partes, sem que haja a incidência de quaisquer ônus ou penalidades, sem justo motivo, mediante aviso prévio por escrito, com 30 (trinta) dias de antecedência.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	O uso conjunto da estrutura da Companhia otimiza o desenvolvimento das atividades das sociedades controladas pela Companhia em seus respectivos territórios para cumprimento eficiente de seus objetos sociais, bem como padronizar seus procedimentos administrativos.						
<b>Posição contratual da companhia</b>	Credor						
<b>Especificar</b>	N/A						

## 11.2 Itens 'n.' e 'o.'

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no negócio (Reais)	Saldo existente	Montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
<b>Eletromidia POA Concessionária de Mobiliário Urbano SPE S.A.</b>	09/03/2023	0,00	R\$ 475.354,84	Indeterminado	Indeterminado	Não	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada direta da Companhia						
<b>Objeto do contrato</b>	Trata-se de Contrato de Compartilhamento de Custos e Despesa, celebrado com a finalidade de compartilhar as despesas incorridas pelas sociedades no desempenho de suas atividades, por meio do reembolso, pelas sociedades, à Companhia, de parte dos valores incorridos pela Companhia para manutenção da estrutura necessária para as sociedades desenvolverem suas atividades. Ao final de cada mês a Companhia calculará o valor da remuneração devida por cada uma das sociedades, com base: (i) no rateio das despesas da Companhia, quais sejam: pessoal (folha de pagamento e remuneração fixa acrescido de comissões de vendas), comercial, administrativas e gerais (Payroll e SG&A); (ii) na participação percentual de receitas de cada uma das sociedades sobre o total da soma destas; e (iii) com base no mês imediatamente anterior, tanto para receita quanto para despesas.						
<b>Garantia e seguros</b>	N/A						
<b>Rescisão ou extinção</b>	O presente Contrato poderá ser resilido por qualquer das Partes, sem que haja a incidência de quaisquer ônus ou penalidades, sem justo motivo, mediante aviso prévio por escrito, com 30 (trinta) dias de antecedência.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	O uso conjunto da estrutura da Companhia otimiza o desenvolvimento das atividades das sociedades controladas pela Companhia em seus respectivos territórios para cumprimento eficiente de seus objetos sociais, bem como padronizar seus procedimentos administrativos.						
<b>Posição contratual da companhia</b>	Credor						
<b>Especificar</b>	N/A						

## 11.2 Itens 'n.' e 'o.'

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no negócio (Reais)	Saldo existente	Montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Eletromidia REC Concessionária de Mobiliário Urbano SPE S.A.	09/03/2023	0,00	R\$ 608.720,12	Indeterminado	Indeterminado	Não	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada direta da Companhia						
<b>Objeto do contrato</b>	Trata-se de Contrato de Compartilhamento de Custos e Despesa, celebrado com a finalidade de compartilhar as despesas incorridas pelas sociedades no desempenho de suas atividades, por meio do reembolso, pelas sociedades, à Companhia, de parte dos valores incorridos pela Companhia para manutenção da estrutura necessária para as sociedades desenvolverem suas atividades. Ao final de cada mês a Companhia calculará o valor da remuneração devida por cada uma das sociedades, com base: (i) no rateio das despesas da Companhia, quais sejam: pessoal (folha de pagamento e remuneração fixa acrescido de comissões de vendas), comercial, administrativas e gerais (Payroll e SG&A); (ii) na participação percentual de receitas de cada uma das sociedades sobre o total da soma destas; e (iii) com base no mês imediatamente anterior, tanto para receita quanto para despesas.						
<b>Garantia e seguros</b>	N/A						
<b>Rescisão ou extinção</b>	O presente Contrato poderá ser resilido por qualquer das Partes, sem que haja a incidência de quaisquer ônus ou penalidades, sem justo motivo, mediante aviso prévio por escrito, com 30 (trinta) dias de antecedência.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	O uso conjunto da estrutura da Companhia otimiza o desenvolvimento das atividades das sociedades controladas pela Companhia em seus respectivos territórios para cumprimento eficiente de seus objetos sociais, bem como padronizar seus procedimentos administrativos.						
<b>Posição contratual da companhia</b>	Credor						
<b>Especificar</b>	N/A						

## 11.2 Itens 'n.' e 'o.'

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no negócio (Reais)	Saldo existente	Montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Nova Noalvo Serviços de Intermediação Ltda.	09/03/2023	0,00	R\$ 80.772,02	Indeterminado	Indeterminado	Não	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada direta da Companhia						
<b>Objeto do contrato</b>	Trata-se de Contrato de Compartilhamento de Custos e Despesa, celebrado com a finalidade de compartilhar as despesas incorridas pelas sociedades no desempenho de suas atividades, por meio do reembolso, pelas sociedades, à Companhia, de parte dos valores incorridos pela Companhia para manutenção da estrutura necessária para as sociedades desenvolverem suas atividades. Ao final de cada mês a Companhia calculará o valor da remuneração devida por cada uma das sociedades, com base: (i) no rateio das despesas da Companhia, quais sejam: pessoal (folha de pagamento e remuneração fixa acrescido de comissões de vendas), comercial, administrativas e gerais (Payroll e SG&A); (ii) na participação percentual de receitas de cada uma das sociedades sobre o total da soma destas; e (iii) com base no mês imediatamente anterior, tanto para receita quanto para despesas.						
<b>Garantia e seguros</b>	N/A						
<b>Rescisão ou extinção</b>	O presente Contrato poderá ser resiliado por qualquer das Partes, sem que haja a incidência de quaisquer ônus ou penalidades, sem justo motivo, mediante aviso prévio por escrito, com 30 (trinta) dias de antecedência.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	O uso conjunto da estrutura da Companhia otimiza o desenvolvimento das atividades das sociedades controladas pela Companhia em seus respectivos territórios para cumprimento eficiente de seus objetos sociais, bem como padronizar seus procedimentos administrativos.						
<b>Posição contratual da companhia</b>	Credor						
<b>Especificar</b>	N/A						

## 11.2 Itens 'n.' e 'o.'

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no negócio (Reais)	Saldo existente	Montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
<b>Eletromidia CPS Concessionária de Mobiliário Urbano SPE Ltda.</b>	09/03/2023	0,00	R\$ 306.485,69	Indeterminado	Indeterminado	Não	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada indireta da Companhia						
<b>Objeto do contrato</b>	Trata-se de Contrato de Compartilhamento de Custos e Despesa, celebrado com a finalidade de compartilhar as despesas incorridas pelas sociedades no desempenho de suas atividades, por meio do reembolso, pelas sociedades, à Companhia, de parte dos valores incorridos pela Companhia para manutenção da estrutura necessária para as sociedades desenvolverem suas atividades. Ao final de cada mês a Companhia calculará o valor da remuneração devida por cada uma das sociedades, com base: (i) no rateio das despesas da Companhia, quais sejam: pessoal (folha de pagamento e remuneração fixa acrescido de comissões de vendas), comercial, administrativas e gerais (Payroll e SG&A); (ii) na participação percentual de receitas de cada uma das sociedades sobre o total da soma destas; e (iii) com base no mês imediatamente anterior, tanto para receita quanto para despesas.						
<b>Garantia e seguros</b>	N/A						
<b>Rescisão ou extinção</b>	O presente Contrato poderá ser resilido por qualquer das Partes, sem que haja a incidência de quaisquer ônus ou penalidades, sem justo motivo, mediante aviso prévio por escrito, com 30 (trinta) dias de antecedência.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	O uso conjunto da estrutura da Companhia otimiza o desenvolvimento das atividades das sociedades controladas pela Companhia em seus respectivos territórios para cumprimento eficiente de seus objetos sociais, bem como padronizar seus procedimentos administrativos.						
<b>Posição contratual da companhia</b>	Credor						
<b>Especificar</b>	N/A						

## 11.2 Itens 'n.' e 'o.'

### **11.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas – medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesse e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado**

#### ***(n) medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses***

Em 3 de dezembro de 2020, o Conselho de Administração aprovou a Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia, bem como o Regimento Interno do Comitê de Auditoria Não-Estatutário da Companhia, com o propósito de incrementar sua estrutura de governança.

A política visa estabelecer regras a fim de assegurar que todas as decisões envolvendo partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses sejam tomadas tendo em vista os interesses da Companhia. Dessa forma, a Política estabelece alguns procedimentos a serem observados pelos administradores envolvidos em operações com partes relacionadas ou potenciais conflitos de interesse.

#### ***(o) demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado***

A Companhia observa as condições praticadas no mercado ao contratar qualquer serviço, celebrar acordo ou estabelecer relação comercial. Para tanto a Companhia leva em consideração, dentre outros, o preço, experiência, relevância no mercado e presença geográfica. Especificamente no que se refere às transações com partes relacionadas, apresentamos abaixo as razões com base nas quais a Companhia entende que tais operações foram realizadas em seu benefício e interesse, inclusive com o estabelecimento de condições comutativas e/ou pagamento compensatório adequado, não prejudicando, desta forma, qualquer das partes envolvidas no negócio, especialmente a Companhia:

**Contrato de Compartilhamento de Custos e Despesa, celebrado em 09 de março de 2023, entre a Companhia e a Publibanca Brasil S.A.** com a finalidade de compartilhar as despesas incorridas pelas sociedades no desempenho de suas atividades, por meio do reembolso, pela sociedade, à Companhia, de parte dos valores incorridos pela Companhia para manutenção da estrutura necessária para a sociedade desenvolver suas atividades. Tal contrato foi celebrado considerando que o uso conjunto da estrutura da Companhia otimiza o desenvolvimento das atividades das sociedades controladas pela Companhia em seus respectivos territórios para cumprimento eficiente de seus objetos sociais, bem como padronizar seus procedimentos administrativos. O valor da contraprestação devida em razão de referido contrato é calculado ao final de cada mês pela Companhia, com base no rateio das despesas, quais sejam: pessoal (folha de pagamento e remuneração fixa acrescido de comissões de vendas), comercial, administrativas e gerais (*Payroll* e SG&A). A metodologia de cálculo se baseia na apuração da receita acumulada consolidada na data base de cálculo, obtendo-se o percentual de receita da Publibanca Brasil S.A. com base na receita consolidada e aplicada sobre a totalidade de custos e gastos da Companhia mencionadas acima.

**Contrato de Compartilhamento de Custos e Despesa, celebrado em 01 de abril de 2022, entre a Companhia e a Eletromidia SP Concessionária de Mobiliário Urbano SPE S.A.** com a finalidade de compartilhar as despesas incorridas pelas sociedades no desempenho de suas atividades, por meio do reembolso, pela sociedade, à Companhia, de parte dos valores incorridos pela Companhia para manutenção da estrutura necessária para a sociedade desenvolver suas atividades. Tal contrato foi celebrado considerando que o uso conjunto da estrutura da Companhia otimiza o desenvolvimento das atividades das sociedades controladas pela Companhia em seus respectivos territórios para cumprimento eficiente de seus objetos sociais, bem como padronizar

## 11.2 Itens 'n.' e 'o.'

seus procedimentos administrativos. O valor da contraprestação devida em razão de referido contrato é calculado ao final de cada mês pela Companhia, com base no rateio das despesas, quais sejam: pessoal (folha de pagamento e remuneração fixa acrescido de comissões de vendas), comercial, administrativas e gerais (*Payroll* e SG&A). A metodologia de cálculo se baseia na apuração da receita acumulada consolidada na data base de cálculo, obtendo-se a porcentagem de receita da Eletromidia SP Concessionária de Mobiliário Urbano SPE S.A. com base na receita consolidada e aplicada sobre a totalidade de custos e gastos da Companhia mencionadas acima.

**Contrato de Compartilhamento de Custos e Despesa, celebrado em 09 de março de 2023, entre a Companhia e a Eletromidia POA Concessionária de Mobiliário Urbano SPE S.A.** com a finalidade de compartilhar as despesas incorridas pelas sociedades no desempenho de suas atividades, por meio do reembolso, pela sociedade, à Companhia, de parte dos valores incorridos pela Companhia para manutenção da estrutura necessária para a sociedade desenvolver suas atividades. Tal contrato foi celebrado considerando que o uso conjunto da estrutura da Companhia otimiza o desenvolvimento das atividades das sociedades controladas pela Companhia em seus respectivos territórios para cumprimento eficiente de seus objetos sociais, bem como padronizar seus procedimentos administrativos. O valor da contraprestação devida em razão de referido contrato é calculado ao final de cada mês pela Companhia, com base no rateio das despesas, quais sejam: pessoal (folha de pagamento e remuneração fixa acrescido de comissões de vendas), comercial, administrativas e gerais (*Payroll* e SG&A). A metodologia de cálculo se baseia na apuração da receita acumulada consolidada na data base de cálculo, obtendo-se o % de receita da Eletromidia POA Concessionária de Mobiliário Urbano SPE S.A. com base na receita consolidada e aplicada sobre a totalidade de custos e gastos da Companhia mencionadas acima.

**Contrato de Compartilhamento de Custos e Despesa, celebrado em 09 de março de 2023, entre a Companhia e a Eletromidia REC Concessionária de Mobiliário Urbano SPE S.A.** com a finalidade de compartilhar as despesas incorridas pelas sociedades no desempenho de suas atividades, por meio do reembolso, pela sociedade, à Companhia, de parte dos valores incorridos pela Companhia para manutenção da estrutura necessária para a sociedade desenvolver suas atividades. Tal contrato foi celebrado considerando que o uso conjunto da estrutura da Companhia otimiza o desenvolvimento das atividades das sociedades controladas pela Companhia em seus respectivos territórios para cumprimento eficiente de seus objetos sociais, bem como padronizar seus procedimentos administrativos. O valor da contraprestação devida em razão de referido contrato é calculado ao final de cada mês pela Companhia, com base no rateio das despesas, quais sejam: pessoal (folha de pagamento e remuneração fixa acrescido de comissões de vendas), comercial, administrativas e gerais (*Payroll* e SG&A). A metodologia de cálculo se baseia na apuração da receita acumulada consolidada na data base de cálculo, obtendo-se o % de receita da Eletromidia REC Concessionária de Mobiliário Urbano SPE S.A. com base na receita consolidada e aplicada sobre a totalidade de custos e gastos da Companhia mencionadas acima.

**Contrato de Compartilhamento de Custos e Despesa, celebrado em 09 de março de 2023, entre a Companhia e a Nova Noalvo Serviços de Intermediação Ltda.** com a finalidade de compartilhar as despesas incorridas pelas sociedades no desempenho de suas atividades, por meio do reembolso, pela sociedade, à Companhia, de parte dos valores incorridos pela Companhia para manutenção da estrutura necessária para a sociedade desenvolver suas atividades. Tal contrato foi celebrado considerando que o uso conjunto da estrutura da Companhia otimiza o desenvolvimento das atividades das sociedades controladas pela Companhia em seus respectivos territórios para cumprimento eficiente de seus objetos sociais, bem como padronizar seus procedimentos administrativos. O valor da contraprestação devida em razão de referido contrato é calculado ao final de cada mês pela Companhia, com base no rateio das despesas, quais sejam: pessoal (folha de pagamento e remuneração fixa acrescido de comissões de vendas), comercial,

## 11.2 Itens 'n.' e 'o.'

administrativas e gerais (*Payroll* e SG&A). A metodologia de cálculo se baseia na apuração da receita acumulada consolidada na data base de cálculo, obtendo-se o % de receita da Nova Noalvo Serviços de Intermediação Ltda. com base na receita consolidada e aplicada sobre a totalidade de custos e gastos da Companhia mencionadas acima.

**Contrato de Compartilhamento de Custos e Despesa, celebrado em 09 de março de 2023, entre a Companhia e a Eletromidia CPS Concessionária de Mobiliário Urbano SPE Ltda.** com a finalidade de compartilhar as despesas incorridas pelas sociedades no desempenho de suas atividades, por meio do reembolso, pela sociedade, à Companhia, de parte dos valores incorridos pela Companhia para manutenção da estrutura necessária para a sociedade desenvolver suas atividades. Tal contrato foi celebrado considerando que o uso conjunto da estrutura da Companhia otimiza o desenvolvimento das atividades das sociedades controladas pela Companhia em seus respectivos territórios para cumprimento eficiente de seus objetos sociais, bem como padronizar seus procedimentos administrativos. O valor da contraprestação devida em razão de referido contrato é calculado ao final de cada mês pela Companhia, com base no rateio das despesas, quais sejam: pessoal (folha de pagamento e remuneração fixa acrescido de comissões de vendas), comercial, administrativas e gerais (*Payroll* e SG&A). A metodologia de cálculo se baseia na apuração da receita acumulada consolidada na data base de cálculo, obtendo-se o % de receita da Eletromidia CPS Concessionária de Mobiliário Urbano SPE Ltda. com base na receita consolidada e aplicada sobre a totalidade de custos e gastos da Companhia mencionadas acima.

## **11.3 Outras informações relevantes**

### **11.3. Outras informações relevantes**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 11.

**12.1 Informações sobre o capital social**

Tipo Capital		Capital Emitido	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
16/04/2024		257.809.216,48	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
143.711.541	0	143.711.541	

Tipo Capital		Capital Subscrito	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
16/04/2024		257.809.216,48	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
143.711.541	0	143.711.541	

Tipo Capital		Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
16/04/2024		257.809.216,48	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
143.711.541	0	143.711.541	

Tipo Capital		Capital Autorizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
11/02/2021	N.A.	0,00	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
250.000.000	0	250.000.000	

## **12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras**

### **12.2 Emissores estrangeiros – Direito e regras**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é emissor estrangeiro

### 12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

<b>Valor mobiliário</b>	<b>Debêntures</b>
<b>Identificação do valor mobiliário</b>	6ª emissão
<b>Data de emissão</b>	20/11/2024
<b>Data de vencimento</b>	20/11/2030
<b>Quantidade</b>	500.000
<b>Valor nominal global R\$</b>	500.000.000,00
<b>Saldo Devedor em Aberto</b>	500.000.000,00
<b>Restrição a circulação</b>	Sim
<b>Descrição da restrição</b>	As Debêntures somente poderão ser negociadas depois de decorridos 90 (noventa) dias corridos de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, conforme disposto no artigo 13 e 15 da Instrução CVM 476, e entre investidores qualificados, assim definidos no artigo 109 da Instrução As Debêntures somente poderão ser negociadas depois de decorridos 90 (noventa) dias corridos de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, conforme disposto no artigo 13 e 15 da Instrução CVM 476, e entre investidores qualificados, assim definidos no artigo 109 da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada Investidores Qualificados, observado o disposto nos incisos I e II do artigo 4º da Instrução CVM 476.
<b>Conversibilidade</b>	Não
<b>Possibilidade resgate</b>	Sim
<b>Hipótese e cálculo do valor de resgate</b>	A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo a partir da Primeira Data de Integralização, realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures, sendo vedado o resgate parcial, com o consequente cancelamento de tais Debêntures (“Resgate Antecipado Facultativo Total”), de acordo com os termos e condições previstos na Escritura de Emissão. O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures objeto do Resgate Antecipado Facultativo Total será equivalente ao seu respectivo Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido (i) da Remuneração, calculada pro rata temporis, desde a Data de Início da Rentabilidade ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento do Resgate Antecipado Facultativo Total (“Valor Base de Resgate Antecipado Facultativo Total”); (ii) dos Encargos Moratórios devidos e não pagos até a data do referido resgate, se for o caso, e (iii) do prêmio flat, incidente sobre o Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário a ser resgatado, conforme o caso, acrescido da Remuneração calculada pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, conforme tabela constante da Escritura de Emissão (“Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total”).
<b>Características dos valores mobiliários de dívida</b>	Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirográfica, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição.
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	Apenas aquelas condições previstas na legislação aplicável
<b>Outras características relevantes</b>	N/A
-----	
<b>Valor mobiliário</b>	<b>Debêntures</b>
<b>Identificação do valor mobiliário</b>	7ª emissão
<b>Data de emissão</b>	05/02/2025

**12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil**

<b>Data de vencimento</b>	20/05/2029
<b>Quantidade</b>	800.000
<b>Valor nominal global R\$</b>	800.000.000,00
<b>Saldo Devedor em Aberto</b>	800.000.000,00
<b>Restrição a circulação</b>	Sim
<b>Descrição da restrição</b>	As Debêntures somente poderão ser negociadas depois de decorridos 90 (noventa) dias corridos de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, conforme disposto no artigo 13 e 15 da Instrução CVM 476, e entre investidores qualificados, assim definidos no artigo 109 da Instrução As Debêntures somente poderão ser negociadas depois de decorridos 90 (noventa) dias corridos de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, conforme disposto no artigo 13 e 15 da Instrução CVM 476, e entre investidores qualificados, assim definidos no artigo 109 da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada Investidores Qualificados, observado o disposto nos incisos I e II do artigo 4º da Instrução CVM 476.
<b>Conversibilidade</b>	Não
<b>Possibilidade resgate</b>	Sim
<b>Hipótese e cálculo do valor de resgate</b>	A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo a partir da Primeira Data de Integralização, realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures, sendo vedado o resgate parcial, com o consequente cancelamento de tais Debêntures (“Resgate Antecipado Facultativo Total”), de acordo com os termos e condições previstos na Escritura de Emissão. O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures objeto do Resgate Antecipado Facultativo Total será equivalente ao seu respectivo Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido (i) da Remuneração, calculada pro rata temporis, desde a Data de Início da Rentabilidade ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento do Resgate Antecipado Facultativo Total (“Valor Base de Resgate Antecipado Facultativo Total”); (ii) dos Encargos Moratórios devidos e não pagos até a data do referido resgate, se for o caso, e (iii) do prêmio flat, incidente sobre o Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário a ser resgatado, conforme o caso, acrescido da Remuneração calculada pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, conforme tabela constante da Escritura de Emissão (“Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total”).
<b>Características dos valores mobiliários de dívida</b>	DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, SOB O RITO DE REGISTRO AUTOMÁTICO DE DISTRIBUIÇÃO,
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	Apenas aquelas questões previstas na legislação aplicável
<b>Outras características relevantes</b>	N/A

**12.4 Número de titulares de valores mobiliários**

<b>Valor Mobiliário</b>	<b>Pessoas Físicas</b>	<b>Pessoas Jurídicas</b>	<b>Investidores Institucionais</b>
Debêntures	0	3	3

## 12.5 Mercados de negociação no Brasil

### 12.5. Mercados de negociação no Brasil

#### Ações

As ações ordinárias de emissão da Companhia são admitidas à negociação no segmento de listagem do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa Balcão, sob o *ticker* “ELMD3” desde 17 de fevereiro de 2021.

#### Debêntures

##### 3ª Emissão de Debêntures

As Debêntures objeto 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única foram registradas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP 21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3 sob o código “ELMD13”, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3.

##### 4ª Emissão de Debêntures

As Debêntures objeto 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única foram registradas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP 21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3 sob o código “ELMD14”, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3.

##### 5ª Emissão de Debêntures

As Debêntures objeto 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única foram registradas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP 21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3 sob o código “ELMD15”, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3.

##### 6ª Emissão de Debêntures

As Debêntures objeto 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única foram registradas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP 21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3 sob o código “ELMD16”, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3.

##### 7ª Emissão de Debêntures

As Debêntures objeto 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única foram registradas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP 21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3 sob o código “ELMD17”, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3.

## **12.6 Negociação em mercados estrangeiros**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Até a data deste Formulário de Referência, não possuíamos valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

## 12.7 Títulos emitidos no exterior

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

## 12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

(a) como os recursos resultantes da oferta foram

### utilizados Oferta Pública Inicial de Ações (“IPO”)

Nos termos divulgados nos documentos da oferta no âmbito do IPO, os recursos líquidos foram utilizados para: (i) execução do plano de expansão em andamento; (ii) investimentos em tecnologia e transformação digital; e (iii) oportunidades de aquisições e novas concessões,

### 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures

Os recursos líquidos obtidos foram integralmente utilizados para (i) liquidação de obrigação assumida pela Companhia para fins do pagamento do preço de aquisição de 100% (cem por cento) das ações de emissão da Elemidia, incluindo gastos com contingências; (ii) pré-pagamento ou resgate antecipado, conforme aplicável, das debêntures da 2ª emissão da Companhia; (iii) aporte de capital na Elemidia para resgate antecipado da totalidade das debêntures da 1ª emissão da Elemidia; e (iv) o saldo remanescente dos recursos utilizados nos subitens (i), (ii) e (iii) acima, caso haja, para reforço de caixa da Companhia.

### 4ª (Quarta) Emissão de Debêntures

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão foram integralmente utilizados para gestão do passivo da Companhia e/ou investimentos em geral.

### 5ª (Quinta) Emissão de Debêntures

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão serão integralmente utilizados (i) para liability management, prioritariamente, para (i.a) o resgate antecipado facultativo total da 4ª (quarta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, da Companhia; (ii.a) o resgate antecipado facultativo total da 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única, da Companhia; (iii.a) o pré-pagamento do contrato de swap (derivativo) celebrado entre a Companhia e o Banco Citibank S.A. em 30 de maio de 2023; (iv.a) o pré-pagamento do contrato de abertura de crédito e outras avenças celebrado entre a Companhia e o Banco Citibank S.A. em 7 de junho de 2023; e (ii) o saldo remanescente após a liquidação do endividamento descrito nos itens (i.a), (ii.a), (iii.a) e (iv.a) acima, para o reforço de caixa da Companhia.

### 6ª (Sexta) Emissão de Debêntures

Os recursos líquidos obtidos pela Emissora com a Emissão serão integralmente utilizados para (i) o pagamento 50% (cinquenta por cento) da parcela fixa de outorga referente aos Lotes 1 e 2 da Concorrência Pública CO SMCG nº 3/2024, realizada pelo Município do Rio de Janeiro para concessão de mobiliário urbano, no montante total de R\$ 443.299.444,36; e (ii) o saldo remanescente, para o curso normal dos negócios da Emissora, incluindo, mas não se limitando, para fluxo de caixa da Emissora.

**(b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição**

## **12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas**

Não aplicável, tendo em vista que não houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e a proposta de aplicação divulgada no âmbito do IPO, da 3ª Emissão de Debêntures, da 1ª Emissão de Notas Comerciais.

### **(c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios**

Não aplicável, tendo em vista que não houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e a proposta de aplicação divulgada no âmbito do IPO, da 3ª Emissão de Debêntures, da 1ª Emissão de Notas Comerciais.

### **7ª (Sétima) Emissão de Debêntures**

Os recursos líquidos obtidos pela Emissora com a Emissão serão integralmente utilizados para o resgate antecipado facultativo total da 5ª (quinta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, da Emissora (“5ª Emissão de Debêntures”).

### **Emissão de Ações no Âmbito dos Planos de Opção de Compra de Ações (SOP)**

Os recursos foram destinados exclusivamente para assegurar o cumprimento das obrigações da Companhia perante os participantes do Segundo e Terceiro Planos de Opção de Compra de Ações, aprovados em assembleias gerais extraordinárias realizadas em 23 de dezembro de 2020 e 22 de junho de 2023, conforme deliberado pelo Conselho de Administração da Companhia em 1º de abril de 2025.

### **Emissão de Ações no Âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações (SOP)**

Os recursos foram destinados exclusivamente para assegurar o cumprimento das obrigações da Companhia perante os participantes do Terceiro Plano de Opção de Compra de Ações, aprovado na assembleias geral extraordinária realizada em 22 de junho de 2023, conforme deliberado pelo Conselho de Administração da Companhia no dia 16 de abril de 2025.

## **12.9 Outras informações relevantes**

### **12.9. Outras informações relevantes**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 12.

### 13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável
ALEXANDRE GUERRERO MARTINS	Diretor Presidente
RICARDO DE ALMEIDA WINANDY	Diretor de Relações com Investidores

## 13.1 Declaração do diretor presidente

### 13.0 - Identificação dos responsáveis

**Nome do responsável pelo conteúdo do formulário**  
**Cargo do responsável**  
**Nome do responsável pelo conteúdo do formulário**  
**Cargo do responsável**

**Alexandre Guerrero Martins**  
Diretor Presidente  
**Ricardo de Almeida Winandy**  
Diretor de Relações com Investidores

## 13.1 Declaração do diretor presidente

### 13.1 - Declaração do Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Alexandre Guerrero Martins
Cargo do responsável	Diretor Presidente

**O Diretor Presidente acima qualificado declara que:**

- reuiu o Formulário de Referência.
- todas as informações contidas no Formulário de Referência atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos artigos 15 a 20; e
- as informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades.

Assinado



D4Sign

---

**Alexandre Guerrero Martins**

## 13.1 Declaração do diretor de relações com investidores

### 13.1 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Ricardo de Almeida Winandy

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

**O Diretor de Relações com Investidores acima qualificado declara que:**

- a. reviu o Formulário de Referência.
- b. todas as informações contidas no Formulário de Referência atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos artigos. 15 a 20; e
- c. as informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades.

Assinado  
  
D4Sign



---

**Ricardo de Almeida Winandy**

## **13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual**

Documento não preenchido.